

Patricia Zingoni (Organizadora)

**LAZER EM VILAS DO PROGRAMA JUDICIAL PARA REMOÇÃO
E REASSENTAMENTO HUMANIZADO DE FAMÍLIAS DO ANEL RODOVIÁRIO
E BR-381 EM BELO HORIZONTE/MINAS GERAIS**



MINISTÉRIO DO
ESPORTE



Patricia Zingoni (Organizadora)

**LAZER EM VILAS DO PROGRAMA JUDICIAL PARA REMOÇÃO
E REASSENTAMENTO HUMANIZADO DE FAMÍLIAS DO ANEL RODOVIÁRIO
E BR-381 EM BELO HORIZONTE/MINAS GERAIS**

Belo Horizonte



São JERÔNIMO
2018

Ficha Técnica

Presidente da República
Michel Temer

Ministro do Esporte
Leonardo Picciani

Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e
Inclusão Social – SNELIS
Leandro Cruz Fróes da Silva

Diretora do DEDAP
Denise Cardoso de Gusmão Cunha

Diretor do DGEP
Ângelo de Bortoli Filho

Coordenadora-Geral da CGLIS
Bruna da Penha Moreira

Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas
de Esporte e Lazer da Rede CEDES de Minas Gerais:
Coordenadora: Ana Cláudia Porfírio Couto – UFMG
Coordenador Adjunto: Luciano Pereira da Silva –
UFMG

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Grão-Chanceler da PUC Minas: Dom Walmor Oliveira
de Azevedo
Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães
Vice-Reitora: Patrícia Bernardes
Instituto de Ciências Biológicas:
Diretor: Raul de Barros Neto

Cursos de Educação Física da PUC Minas
Coordenador do Curso: Joélcio Fernandes Pinto
Líderes do CEEFEL-PUC Minas: Vânia Noronha e
Patrícia Zingoni

Lazer em Vilas do Programa Judicial para Remoção e
Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Ro-
doviário e BR-381 em Belo Horizonte/Minas Gerais
Patrícia Zingoni (Organizadora)

Pesquisadores:

Adrize Paola Gonçalves Marques
Alexandre Magno Alves Diniz
Angélica Gonçalves Lacerda
Duval Magalhães Fernandes
Gabriela Lima Diniz
Giordane Tamires Ferreira
Leonardo Toledo Silva
Luiz Antonio Ribeiro Soares das Neves
Mônica Abranches Fernandes
Paula de Paula
Titane Lorena Rocha
Leila Mirtes Magalhães Pinto (Autora convidada)

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa: Robert de
Andrade

Impressão: O Lutador

1ª edição: distribuição gratuita

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Luciana de Oliveira M. Cunha, CRB-6/2725)

L431 Lazer em vilas do Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Belo Horizonte/Minas Gerais / Patrícia Zingoni (Organizadora). – Belo Horizonte : São Jerônimo, 2018.
190 p. : il., maps., gráfs., tabs. ; 22 cm.

Vários autores.
Inclui referências.
ISBN 978-85-64670-15-0

1. Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Belo Horizonte (MG). 2. Lazer. 3. Lazer – Vila da Paz (Belo Horizonte, MG). 4. Políticas públicas – Brasil. 5. Vila da Paz (Belo Horizonte, MG) – Condições sociais. I. Zingoni, Patrícia.

CDD 352.94080981
CDU 379.8(81)

PREFÁCIO

Essa obra é uma produção científica do Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES – CDPPEL – de Minas Gerais, produzida pelo Centro de Estudos de Educação Física, Esporte e Lazer da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (CEEFEEL -PUC Minas), que é um dos parceiros deste Centro.

Ao tom de conversas afiadas com os beneficiados de programa governamental que desenvolve política pública materializada em território de vulnerabilidade em nosso meio, cuja experiência assume o lazer como fator de desenvolvimento, podemos dizer que a principal contribuição deste estudo está fundada na reflexão fruto de leitura multidisciplinar de pesquisadores com significativas experiências com projetos sociais. Produção que permite aos leitores uma apropriação e um significativo aprofundamento de conhecimentos e sentidos produzidos sobre o fenômeno lazer.

O lazer, aqui assumido como direito constitucional e evento histórico, filosófico, cultural e social, acabou se tornando para a atual sociedade brasileira em um de seus marcos relevantes; em um campo no qual as políticas públicas explicitam suas intencionalidades, forças e poderes. Campo que precisa ser ressignificado especialmente porque vivemos numa sociedade muito desigual em relação à conquista de direitos: aqui especialmente tratando dos direitos relativos ao lazer, ao esporte, à cultura, à moradia... à dignidade humana.

A complexidade do objeto de estudo, que investigou o “Lazer em Vilas do Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Belo Horizonte/Minas Gerais”, implicou o trabalho coletivo de um grupo de pesquisadores que, ao todo, reuniu estudiosos com formação em Lazer, Educação Física, Psicologia Social, Geografia, Demografia, Assistência Social, Educação e Ciências Sociais.

Por isso, a proposição de expor esta obra sob a forma de coletânea de artigos foi importante para melhor explicitar as diferentes reflexões realizadas. Ao mesmo tempo, foi igualmente importante as apresentações dos pontos de partida e de chegada deste estudo, cujo cuidadoso trabalho investigativo foi fundamentado em fontes diversas, como: imersões para realização de observação da cultura local, visitas, questionários, entrevistas, conversação e outras dinâmicas especialmente criadas para o levantamento de dados, aliadas a estudos de censos, bem como cadastro social, diagnóstico e relatórios elaborados pelo Programa estudado. As análises dos dados foram fundamentadas em fontes bibliográficas de vários campos do saber.

Dentre as questões discutidas, destacou-se a inclusão do Lazer e da Educação Física na implementação do Programa desenvolvido na Vila da Paz/Belo Horizonte, campos que não integram a proposta inicial deste Programa Nacional

do Ministério das Cidades. A pesquisa tratou também de questões relativas aos aspectos sociodemográficos da Vila da Paz e do entorno; aos seus espaços de lazer; aos conteúdos/interesses culturais do lazer vivenciados na comunidade estudada, especialmente pelas crianças, adolescentes e mulheres adultas; assim como relativas às vivências de lazer de crianças e adolescentes integrantes do processo de educação formal e suas condições de moradia. Por fim, o estudo da subjetividade dos sujeitos da pesquisa, tendo como categoria de análise “o tempo”, não só nos permite conhecer melhor quem são os moradores deste território como, especialmente, que sentidos e significados estes atribuem ao lazer.

As novas descobertas deste estudo foram, particularmente para mim, muito relevantes, uma vez que me impliquei nesta investigação ao ser uma interlocutora que, no início do desenvolvimento deste projeto de pesquisa, discuti com os pesquisadores: conceitos, sentidos e significados de lazer na atualidade. Reflexão registrada neste livro.

E, ao ler a obra produzida, fico muito feliz ao ver as importantes descobertas do estudo. Desvelamentos construídos em campo, envolvendo a própria identidade dos seus autores. O resultado final desta investigação nos revela um contexto multifacetado e plurilinear. Os múltiplos olhares e várias escritas assim como a construção de um olhar comum sobre o contexto estudado são reveladores de um processo que envolveu diálogos e relações constituídas entre os pesquisadores e entre estes e os sujeitos da pesquisa, gestando novos conhecimentos, novas leituras de sentidos e significados do lazer e novos olhares sobre os sujeitos com os quais convivemos no meio urbano.

Tudo isso foi fundamental para dar visibilidade aos sujeitos da pesquisa, nos motivando a enxergá-los com outro olhar e nos mobilizando a sermos, mais do que leitores do livro, cúmplices na luta para que todos os cidadãos e todas as cidadãs tenham seus direitos sociais garantidos. Descobertas que contribuíram para a construção de dicas importantes para orientar políticas dessa natureza, também registradas nessa obra.

No contexto da nossa contínua educação e vivência cidadãs, essa pesquisa nos instiga a recriar nossas experiências de mundo, atentos aos “diferentes” que nela convivem. Esse é mais um dos motivos que fazem este livro ser uma leitura recomendada aos interessados em re/conhecer as novas configurações das relações entre Estado e sociedade civil, especialmente considerando o que se refere à implementação de políticas públicas que implicam o lazer como direito das pessoas de todas as idades, especialmente crianças, adolescentes e mulheres adultas, que foram sujeitos deste estudo.

Leila Mirtes Magalhães Pinto
Pesquisadora de políticas públicas de esporte e lazer,
docente da UFMG e consultora do Programa Rede CEDES do
Ministério do Esporte/SNELIS.

LAZER EM VILAS DO PROGRAMA JUDICIAL PARA REMOÇÃO E REASSENTAMENTO HUMANIZADO DE FAMÍLIAS
DO ANEL RODOVIÁRIO E BR-381 EM BELO HORIZONTE/MINAS GERAIS

SUMÁRIO

1. PONTO DE PARTIDA: Lazer no Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Belo Horizonte/Minas Gerais – Patricia Zingoni.....	09
2. Conceitos, sentidos e significados de lazer conviventes em nossa realidade - Leila Mirtes Magalhães Pinto.....	19
3. O Programa judicial para remoção e reassentamento humanizado das famílias do Anel Rodoviário e BR-381/Minas Gerais - Luiz Antonio Ribeiro Soares das Neves e Mônica Abranches Fernandes.....	33
4. Aspectos sociodemográficos da Vila da Paz e do entorno - Duval Magalhães Fernandes, Gabriela Lima Diniz e Giordane Tamires Ferreira.....	57
5. Os espaços de lazer da Vila da Paz – Alexandre Magno Alves Diniz e Angélica Gonçalves Lacerda.....	77
6. Os conteúdos/interesses culturais do lazer na comunidade Vila da Paz - Leonardo Toledo Silva e Titane Lorena Rocha.....	93
7. Vivências de lazer entre crianças e adolescentes: uma reflexão sobre suas manifestações em relação ao processo de educação formal e condições de moradia na Vila da Paz - Adrize Paola Gonçalves Marques.....	105
8. O tempo como categoria de análise da subjetividade na Vila da Paz: Programa judicial para remoção e reassentamento humanizado de famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Belo Horizonte/Minas Gerais e ANEXOS 1, 2,3, 4, 5, 6. 7 e 8 – Paula de Paula e Patricia Zingoni.....	119
9. PONTO DE CHEGADA: O direito ao lazer de famílias em programas de habitação de interesse social – Patricia Zingoni.....	169
OS AUTORES.....	189

PONTO DE PARTIDA:

Lazer no Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Belo Horizonte/Minas Gerais

Patricia Zingoni

O Brasil apresenta um hiato constitucional em torno de seus direitos e deveres no setor de lazer, que permanecem sem a devida regulamentação e fomento.

O governo federal já protagonizou algumas alternativas para superar esta situação e, entre elas, destacamos a realização de três edições da Conferência Nacional de Esporte, nos anos de 2004, 2006 e 2010, onde o lazer foi reconhecido como direito. No entanto, entre as deliberações das conferências e o presente momento, pouco se avançou na implementação das metas aprovadas. Embora a tendência histórica da legislação destaque esforços na direção da garantia dos direitos, todos os brasileiros e as brasileiras estão longe do acesso ao esporte e o lazer. Desse fato emerge o campo de problematização do presente estudo, aqui construído a partir da necessidade de apontamentos e questionamentos acerca das políticas públicas de lazer desenvolvidas por meio de Programas Sociais.

O Brasil, por meio de iniciativas governamentais e da sociedade em geral, ao iniciar esta caminhada reconhece a necessidade de atualização da legislação esportiva e de lazer, da reconceituação do esporte para atender as demandas de toda população e das suas dimensões, dentre elas, as que se relacionam com o lazer. Neste contexto, tornam-se urgentes a reorganização e a articulação das ações do governo e da sociedade de forma a traçar metas adequadas às necessidades do País e de sua população, que também são tratadas na Política Nacional do Esporte (2005).

Atrrelada ao esporte, a trajetória da institucionalização do lazer no Brasil foi demarcada por uma forte ação controladora do Estado, que se iniciou no Estado Novo (PINTO, 2008) e, se estendeu por várias décadas por meio de decretos, que legitimaram o poder do governo de ditar os rumos do esporte e do lazer dos brasileiros. Somente nos anos 1980 tal cenário começou a se modificar, com a emergência da Nova República (1985) e a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A “Constituição Cidadã” de 1988, ao inserir no seu texto, de forma inédita, deveres do Estado no que concerne à afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais, considerando sua perspectiva emancipatória, defende uma ideia de cidadania que inclui, necessariamente, o direito a estas práticas culturais e exige protagonismo do poder público na garantia de sua efetivação. A Constituição de 1988, ao assegurar a participação cidadã nas políticas públicas e o direito de cada um ao esporte e lazer, rompe a tutela do Estado sobre a sociedade em relação às

estas áreas.

No entanto, dados apresentados em pesquisa recente intitulada “Diagnóstico Nacional do Esporte/DIESPORTE” (2015), que ouviu sujeitos de todas as regiões brasileiras, demonstram que são sedentários 45,9% da população ouvida e apenas 25,5% declararam ser praticantes de esporte. Um dado preocupante é que, 32% dos declarantes sedentários são jovens de 15 a 19 anos. Além disso, 45% dos jovens de 16 a 24 anos ouvidos declararam que praticavam esportes ou atividades físicas, mas os abandonaram. Alguns dados sugerem que este abandono está relacionado ao período em que os jovens, de ambos os sexos, saem da escola e ingressam no mundo do trabalho. Também entre aqueles que declaram não praticar esporte ou atividades físicas em 2013 – ano em que se realizou a coleta de dados deste estudo –, o maior contingente é de mulheres adultas (50,4% dos entrevistados).

Quanto ao nível de organização, segundo o DIESPORTE (2015) todas as regiões brasileiras detêm índices acima de 90% de pessoas que declararam praticar esporte de maneira absolutamente informal, sem filiação a clubes, ligas, federações ou confederações. Estes indicadores demonstram a mesma tendência apontada pela pesquisa realizada pelo governo federal (BRASIL, 1971), segundo a qual somente 750 atletas e paraatletas encontravam-se ligados a instituições esportivas. Não obstante a ênfase dada pelo Estado ao esporte de alto rendimento, a demanda de atletas deste nível não chegou a ser atendida.

A pesquisa realizada pelo DIESPORTE (2015) dá sinais evidentes de que, apesar dos esforços implementados pelo governo federal para democratizar a vivência do esporte em nosso País, este, sozinho, fica longe de executar uma política eficiente que ofereça condições de acesso à prática esportiva àqueles que almejam índices e recordes, mas, principalmente a toda população brasileira.

Não há como não reconhecer que o governo federal, desde a criação do Ministério do Esporte, em 2003, incrementou algumas alternativas de participação da sociedade na definição e execução de políticas públicas de esporte e de lazer, cujas continuidades e consolidações também foram demandadas pelas Conferências. Dentre outras, citamos dois programas educativos, significativos e abrangentes, que vêm sendo desenvolvidos em todo País. Primeiro, o Programa PELC (Programa Esporte e Lazer da Cidade), que, em parceria, especialmente, com estados e municípios tem por objetivo central democratizar o acesso ao lazer e ao esporte recreativo, por meio da vivência de diversificadas atividades adequadas aos interesses e demandas dos participantes de todas as idades, gênero, raças/etnias e com necessidades educacionais especiais. E, segundo, o Programa Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer), desenvolvido em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas sem fins lucrativos, com o objetivo geral de fomentar e socializar informações e conhecimentos científicos fundamentados nas Humanidades, visando à qualifi-

cação das políticas públicas de esporte e lazer no País.

Para nós, pesquisadores de políticas públicas da Rede CEDES, tais ações simbolizam a importância com que a gestão federal do esporte tem tratado o lazer em todas as suas dimensões.

Sensível à responsabilidade que a universidade tem neste contexto, o Centro de Estudos de Educação Física, Esporte e Lazer da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (CEEFE-L-PUC Minas), por meio do seu Grupo de Estudo em Políticas de Esporte e Lazer, propôs e desenvolveu o presente projeto de pesquisa com o objetivo de refletir sobre os desafios da política pública em programas governamentais onde o lazer é tratado como uma ação socioeducativa que leva em consideração os sujeitos, o território que vivem e, consequentemente, as demandas e necessidades da população.

O CEEFE-L-PUC Minas, do Curso de Educação Física desta Universidade, foi criado em 2005 como laboratório destinado à produção e socialização de conhecimentos e tecnologias, nos campos de formação e atuação cidadã de profissionais Licenciados e Bacharéis da Educação Física em nossa sociedade. Este Centro de Estudos foi impulsionado pela criação do Núcleo da Rede CEDES/Ministério do Esporte nesta Universidade. Desde sua primeira pesquisa em política pública de esporte e lazer, o CEEFE-L-PUC Minas vem se dedicando a estudos científicos interdisciplinares que se debruçam sobre as demandas da nossa realidade. A primeira pesquisa do CEEFE-L-PUC Minas foi desenvolvida na cidade de Ribeirão das Neves/MG e financiada pela Rede CEDES, com apoio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania/PRONASCI, do Ministério da Justiça. (NORONHA, 2009)

Nesse sentido, as pesquisas sobre políticas públicas de esporte e lazer que vêm sendo realizadas pelo CEEFE-L-PUC Minas mostram-nos que, seguramente, há muitos desafios a serem enfrentados na conquista do direito ao lazer pela população como um todo, inclusive no que se refere à participação da sociedade civil. No entanto, não podemos deixar de reconhecer avanços significativos em nossa realidade, dentre os quais destacamos as ações desenvolvidas no campo dos chamados “Programas Sociais” como o “Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Minas Gerais”, selecionado como base do presente estudo.

Esta nossa pesquisa, intitulada “Lazer na Vila da Paz: estudo a partir do Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 Minas Gerais”, foi realizada no período de 2016/2017 em uma das comunidades a serem removidas pelo Programa Judicial em questão.

O principal objetivo deste estudo foi compreender essa realidade e, a partir dos dados levantados, construir subsídios que possam orientar políticas e programas de reassentamento urbano que considerem o Lazer e a Educação Física como importantes campos a serem desenvolvidos no processo de humanização

da população removida.

Apesar da pesquisa ter sido realizada em uma única comunidade com suas peculiaridades que a diferenciam de qualquer outra no seu modo de vida e, do reconhecimento das especificidades e delimitações dos dados levantados acreditamos que esta investigação pode contribuir não só com a qualificação da proposta de atuação estudada, considerando suas questões sociais, conflitos identificados e possíveis alternativas, como também com a reflexão e construção de orientações de ações socioeducativas de lazer a ser desenvolvidas pelo poder público, considerando o acesso ao lazer em programas de habitação de interesse social de um modo geral.

A Vila da Paz - ocupação localizada no Km21 da BR 381 e arredores dos bairros Suzana, Universitário e Santa Cruz - tem como ponto de referência o Centro de Distribuição da Coca Cola, o depósito dos Correios, o Makro, a garagem da Itapemirim e o Campo do Santa Cruz. A Vila fica em um delta, cortada pelas ruas do Contorno, Nacional e acima pela própria BR381.

Esta é uma vila relativamente pequena, se tornando ainda menor devido a uma remoção parcial realizada para obras de reforma do viaduto Santa Cruz. As famílias removidas neste primeiro momento foram encaminhadas para o aluguel social do Programa Judicial.

Em toda Vila, apenas duas casas possuem rede formal de energia elétrica e a localidade não possui estrutura de saneamento. Todo o esgoto é lançado irregularmente na estrutura da COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) já existente, em sua maioria na Rua do Contorno. Vale ressaltar que são obras clandestinas e, em sua maioria, insuficientes para o fluxo, fazendo com que em alguns pontos o esgoto corra a “céu aberto”, se tornando recorrente o transbordamento dos bueiros e “bocas de lobo” em dias chuvosos e casos de refluxo do esgoto dentro das casas.

Durante as ações que realizamos na Vila observamos que boa parte da população local tem conhecimento dos horários e dias de recolhimento do lixo na Vila e, apesar disso, esse material é descartado de forma incorreta, o que pôde ser observado em dois pontos de acúmulo irregular de lixo: um na Rua do Contorno, junto ao muro da Coca Cola, e outro no entroncamento das Ruas Nacional e do Contorno.

A Vila da Paz possui uma característica reforçada pela sua localização geográfica, que é o recebimento de doações. Por ser uma zona de intenso tráfego de veículos, é comum que as pessoas deixem doações naquele local, considerando o alto nível de vulnerabilidade da comunidade, facilmente observável pelas características de suas moradias. Observamos inclusive a existência em algumas casas de placas elencando os materiais de maior necessidade como, por exemplo, roupas, fraldas, arroz, leite, dentre outros. Graças a essa “tradição” algumas famílias na Vila sobrevivem dessa atividade. Visto isso, a nova realidade que essas

peças enfrentarão após serem reassentadas, aliada à possibilidade de não mais poderem sobreviver de doações e à necessidade de pagamento de taxas para uso de energia, água e impostos, ampliaram-se as demandas de intervenção em vários campos sociais, aqui destacando os fatores que condicionam o lazer das pessoas, entre estes o de ampliação de possibilidades de geração de renda para as famílias moradoras da Vila da Paz.

Entretanto, em nossas experiências de gestão e como estudiosos de Projetos e/ou Programas Sociais de Lazer em comunidades vimos percebendo que os reflexos do conhecimento sistematizado sobre o lazer na perspectiva de uma ação socioeducativa ainda são tênues. Isso acarreta a proposição de ações, na maior parte das vezes, sem um estudo mais aprofundado sobre as questões estruturantes do lazer e, apesar das melhores intenções, sem uma análise criteriosa das necessidades da população alvo e das condições locais para consecução mais eficaz dos objetivos almejados.

Sabemos que o atendimento das demandas da população também é, muitas vezes, dificultado pela insuficiência de recursos financeiros para o investimento necessário na cultura, no esporte e no lazer. Além disso, esse tipo de atendimento tem sido questionado por causa da existência de políticas paternalistas e descontínuas, que influenciam na desconfiança e desmobilização da população.

Outro problema observado por nós e identificado nas falas dos técnicos do Programa Judicial estudado refere-se à escassez de oportunidades de práticas corporais lúdicas, traduzidas tanto na insuficiência de locais públicos adequados à vivências culturais na cidade, como na insuficiência de conhecimentos (iniciação e aperfeiçoamento) sobre diversificadas modalidades e manifestações culturais que ampliem as oportunidades de suas vivências. Além disso, é precário o atendimento às necessidades específicas às diferentes idades, sexos e pessoas com necessidades especiais.

Um problema também identificado nos documentos do Programa Judicial e nas visitas de reconhecimento das Vilas realizadas por nós no momento da concepção do projeto desta pesquisa, refere-se à falta de valorização da identidade local e sua diversidade cultural, especialmente considerando suas precárias condições de moradia e o fato de que a população origina-se de vários outros lugares. A falta de valorização cultural, enfatizada em todas as fontes estudadas e nas falas dos grupos consultados, tem influído na imagem que a população tem de onde mora, no pouco conhecimento de sua história e referências culturais e, sobretudo, no nível de autoestima da população.

Os desafios postos por essa realidade nos motivaram a desenvolver esta pesquisa no âmbito de um programa social onde as atividades de lazer (esporte, artes, atividades físicas, jogos e brincadeiras, etc) são reconhecidas como vivências geradoras de nova postura cultural, voltada para a sua importância como fator de qualidade de vida.

São muitas as reivindicações de grupos e pessoas com vários interesses sociais que articulam atividades culturais no conjunto de suas demandas e ações pela cidadania, pela qualidade de vida e por uma cultura de paz. No entanto, várias das propostas que dizem se articular com os desejos de mudança que emanam da população, no fundo, buscam mesmo é a manobra e o controle da prática social. Por isso, devemos estar atentos aos mecanismos presentes na sociedade que possam, em vez de conduzir a uma nova prática, reproduzir o quadro presente de exclusão aos direitos sociais.

A fim de contribuir com a reflexão sobre ações desenvolvidas pelas instituições locais e o poder público considerando o acesso ao lazer em territórios onde o “Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Minas Gerais” atua, assim como contribuindo com adequações na proposta de atuação estudada, considerando as questões sociais e os conflitos identificados, que permeiam o processo de reintegração de terrenos públicos, buscamos responder as seguintes questões: O que diferencia o Programa Judicial de outros que consideram o lazer como ação socioeducativa? Que problemas identificados neste contexto dificultam o acesso dos jovens e mulheres adultas ao lazer? Existem alternativas de acesso ao lazer no território estudado: propostas pelas políticas e/ou vividas pelos sujeitos? Quais as reais contribuições que tais Programas podem dar em relação ao lazer das pessoas em vias de remoção?

Consideramos fundamental para a pesquisa, assim como para as ações de políticas públicas em quaisquer intervenções político-pedagógicas nas comunidades, compreender historicamente os fundamentos do fenômeno de remoção e reassentamento à luz da perspectiva dos sujeitos que ali vivem e desenvolvem estratégias próprias de expressão cultural. Para isto, fizemos uma imersão na comunidade por meio de visitas e “bate papos” com os moradores durante seis meses, sempre assessorados pelos técnicos do “Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Minas Gerais”.

O trabalho realizado combinou as pesquisas bibliográfica, documental e empírica (GIL, 1995), supondo a inserção dos pesquisadores nos grupos a serem pesquisados e a fundamentação das análises realizadas com base em um referencial interdisciplinar pautado, sobretudo, pelas áreas de Educação Física, Lazer, Psicanálise, Geografia, Demografia, Educação e Ciências Sociais e Humanas.

Esta pesquisa, cujo projeto foi submetido ao Conselho de Ética da PUC Minas e inscrito na Plataforma Brasil, tem característica de um estudo quantitativo e qualitativo. Este se iniciou recolhendo informações sobre o universo estudado, fornecidas pelo “Diagnóstico Social” e o “Relatório Social da Vila da Paz”, construídos no âmbito do referido Programa, cujos levantamentos de dados foram realizados com os moradores locais nos meses de maio e junho de

2017. As coletas de dados foram feitas nas moradias, na escola e no âmbito das atividades de esporte e cultura desenvolvidas pelo Programa.

O “Diagnóstico Social”, realizado pelo Programa Judicial, e o “Relatório Social da Vila da Paz”, realizado com as famílias beneficiadas, serviram como base de informação para nosso conhecimento a respeito deste Programa e da população alvo estudada. Para este estudo contamos com a colaboração da professora Mônica Abranches Fernandes, coordenadora do Projeto RONDON.

Além da consulta e análise a documentos do Programa em questão, inicialmente, foram realizadas visitas de reconhecimento da Vila com especial atenção às práticas culturais configuradas como danças, lutas, jogos e brincadeiras, além de outras manifestações culturais como cânticos, festividades narrativas e encenações. Práticas de natureza institucional e/ou espontânea de cada sujeito ou grupo.

Ampliando essa leitura, realizamos um levantamento de dados junto a uma parcela dos moradores da Vila da Paz, por meio de abordagem qualitativa, utilizando-nos de conversação com crianças, jovens e mulheres adultas cadastradas no Programa Judicial, e de entrevistas semiestruturadas, com moradores locais identificados nos seus domicílios, e uma entrevista coletiva com os técnicos do Programa Judicial de Conciliação que atuavam na Vila da Paz.

As entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra pelos alunos de Graduação e Pós-Graduação da PUC Minas, voluntários da pesquisa e, revistas e analisadas pelos pesquisadores. O material empírico foi registrado por meio de fotos e vídeos (quando autorizados).

Os dados levantados pelo uso das distintas estratégias metodológicas utilizadas, ao se articularem, contribuíram para maior compreensão da realidade e da multiplicidade/pluralidade de sentidos e ações culturais vivenciadas por diferentes pessoas que habitam o território estudado, e que se relacionam no tecido urbano de uma comunidade historicamente marcada pela exclusão.

Este material foi categorizado em seis eixos temáticos: (1) característica sociodemográfica da Vila; (2) espaço urbano e equipamento de lazer; (3) interesses culturais do lazer; (4) ação socioeducativa no lazer; (5) lazer, tempo e subjetivação e, (6) política pública de lazer. Os eixos serviram para orientar e organizar o trabalho de análise do material empírico.

As análises foram orientadas por conceitos e categorias fundamentais, tais como: lazer; cultura; determinações sociais e ambientais do lazer; subjetividade e os conceitos de educação; bem como linguagens corporais. Conceitos e categorias que favoreceram a identificação e compreensão dos dados levantados, numa perspectiva crítica cuja análise foi efetivada em cotejo com a realidade social mais abrangente, sem perder de vista as suas especificidades.

E os resultados alcançados nesse estudo são registrados na presente obra, organizada sob a forma de coletânea que reúne artigos do grupo de pesquisadores

do CEEFEL-PUC Minas e uma pesquisadora convidada, revelando múltiplos olhares sobre o objeto estudado.

Esta coletânea, de início, apresenta um estudo realizado pela pesquisadora convidada Leila Mirtes Magalhaes Pinto sobre conceitos, sentidos e significados de lazer conviventes em nossa realidade hoje, que serviu como referencial para fundamentar análises sobre aspectos estruturantes do lazer.

Mas, que Programa foi estudado nesta investigação? Para responder a essa questão, os pesquisadores Luiz Antonio Ribeiro Soares das Neves e Mônica Abranches Fernandes discutiram o “Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Minas Gerais”, analisando o trabalho social realizado na Vila da Paz, que tem em vista promover a participação, a inserção social e o acesso às políticas públicas. O artigo destaca a ação educativa para e pela conquista do direito ao lazer, que buscou contribuir com a melhoria da qualidade de vida das famílias da Vila, bem como a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados no território onde serão reassentadas. Nesse processo, destacou-se a necessidade de intervenções socioeducativas com profissionais de lazer, visando mudanças no modo de viver, para que o direito ao lazer seja conquistado por essas famílias.

Que famílias são essas? Quais são seus reais problemas? O que é possível fazer para superá-los? Para construir algumas respostas a essas questões, os pesquisadores Duval Magalhães Fernandes, Gabriela Lima Diniz e Giordane Tamires Ferreira realizaram um estudo sociodemográfico, que gerou conhecimentos importantes sobre os reais contornos dos problemas sociais que podem influenciar as questões culturais da população estudada e que medidas são possíveis para seu enfrentamento. Neste sentido, esta pesquisa deu relevância ao estudo sociodemográfico da base de dados do “Diagnóstico Social” da Vila investigada, com o objetivo de contribuir com a produção, sistematização e análise de informações, para que no futuro as instituições de atendimento a esta comunidade possam gerenciar seus recursos e planejar suas políticas culturais, especialmente de lazer, em função da análise de informações consistentes.

Nesse território, onde os sujeitos vivenciam o lazer? Desafiados por essa pergunta, os pesquisadores Alexandre Magno Alves Diniz e Angélica Gonçalves Lacerda desenvolveram um estudo que se propôs também a investigar os espaços e equipamentos de lazer utilizados pelos moradores da Vila. Os resultados desta pesquisa, ao mesmo tempo, buscaram desnudar as características da comunidade e do lazer da população que nela vive.

Que práticas culturais são vividas no tempo de lazer desses sujeitos? Essa pergunta mobilizou os pesquisadores Leonardo Toledo Silva e Titane Lorena Rocha para a realização de um diagnóstico das práticas culturais dos moradores da Vila, buscando conhecer um pouco mais a realidade cultural das pessoas a serem removidas da Vila, com especial ênfase no subgrupo etário e de gênero desta

pesquisa. Este estudo teve como referência os “interesses culturais do lazer”, analisados com base em autores brasileiros que investigaram a obra do sociólogo francês Joffre Dumazedier, como Victor Melo (2004) e outros.

Ao longo da pesquisa, a investigação de Adrize Paola Gonçalves Marques levantou outras questões que ampliaram os objetivos iniciais do estudo sobre vilas do Programa Judicial. Que objetivos são esses? Objetivando identificar as vivências de lazer entre crianças e adolescentes que residem em vilas do Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Minas Gerais, bem como refletir sobre possíveis influências socioeconômicas na ressonância dos processos educativos pelo e para o lazer dentro e fora da escola. A autora considerou como indicador da situação socioeconômica a condição de moradia percebida em relação à diferentes condições de moradia. Estudo que nos permitiu observar, dentre outros aspectos, que o repertório de atividades definidas pelos alunos como vivência de lazer não se diferem entre os grupos de moradores regulares e moradores irregulares.

E, que subjetividades estão implicadas nessa pesquisa? Um melhor conhecimento de quem são os sujeitos que vivem na Vila da Paz foi o principal resultado da pesquisa realizada por Paula de Paula e Patricia Zingoni. Fundamentando-se, especialmente, na teoria genealógica de Michel Foucault (1996), as autoras assumiram a categoria “tempo” como enfoque de análise das práticas de lazer constituintes do universo da subjetividade dos sujeitos participantes do estudo. Decisões fundamentais para a compreensão de como subjetividades estão sendo constituídas no lazer.

Por fim, exercitando a síntese das descobertas dos diferentes enfoques investigados nesta pesquisa, elaboramos algumas considerações, apresentadas no último artigo desta coletânea por mim Patricia Zingoni, que, a nosso ver, podem ser importantes para projetos e programas que têm o lazer como finalidade socioeducativa. Nossa intenção é contribuir e estimular o fomento e a difusão de ações científicas que possam apoiar a compreensão e execução de processo de implementação de políticas públicas de lazer voltadas para atender os anseios e necessidades emanadas da subjetividade dos sujeitos que se encontram em processo de remoção de sua moradia. Por isso, investimos no desvelamento de caminhos, apontando limites e possibilidades para as entidades locais e os gestores públicos acerca de uma política de lazer territorializada, que se oriente pelas práticas culturais, falas, memórias e expectativas de famílias em meio ao conflituoso processo de remoção e reassentamento.

Enfim, a ética que move o pesquisador social é a de dar voz às pessoas com as quais trabalha, para saber quais os campos de força estão presentes na constituição de suas subjetividades e na coletividade. Ao desvelarmos histórias, cotidianos, manifestações culturais e práticas corporais destes sujeitos, frequentemente postos à margem da rodovia, do direito à moradia e da apropriação da cidade, esperamos contribuir com a superação do caráter indiscutivelmente marginal da

história das ocupações irregulares no Brasil.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. *Constituição da república federativa do Brasil*. São Paulo: Editora Tecnoprint, 1988.
- BRASIL. *I Conferência nacional do esporte*. Brasília: Ministério do Esporte, 2004.
- BRASIL. *Política nacional de esporte*. Brasília: Ministério do Esporte, 2005.
- BRASIL. *II Conferência nacional do esporte*. Brasília: Ministério do Esporte, 2006.
- BRASIL. *III Conferência nacional do esporte*. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.
- BRASIL. *DIESPORTE: Diagnóstico nacional do esporte*. Caderno 1. Brasília: Ministério do Esporte/Assessoria de Comunicação, jun. 2015.
- FOUCAULT, Michel (1976) *Genealogia e poder*. Curso no Collège de France, 7 de janeiro de 1996. Tradução de Ângela Loureiro de Souza e Roberto Machado.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1995.
- MELO, Victor. Verbete: Conteúdos culturais. In: GOMES, C. L. (Org.), *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 51-54.
- NORONHA, Vânia. (Org.) *Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade*. contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves/Minas Gerais. Belo Horizonte: SKHOLE, 2009.
- PINTO, Leila M. S. M. Legado da Rede CEDES para o esporte de lazer no Brasil: conquista política pelo conhecimento, tecnologia e governança. In: MARINHO, A., NASCIMENTO, J. V. do & OLIVEIRA, A. A. B. (Orgs). *Legados do esporte brasileiro*. Coleção Temas em Movimento. V. 5. Florianópolis: Editora da UDESC, 2014. p.331-376.
- PINTO, Leila M. S. M. Políticas Públicas de Lazer no Brasil: uma história a contar. In MARCELLINO N. CARVALHO (Org). *Políticas Públicas de Lazer*. Coleção Estudos do Lazer. Campinas, SP. Editora Alínea, 2008. p.79-96.
- PINTOS, Ana Elenara da Silva & ISAYAMA, Hélder Ferreira. (Org.) *Formação de agentes sociais dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS): trajetória, memória e experiências*. Campinas: Autores Associados, 2016.
- PROGRAMA JUDICIAL DE CONCILIAÇÃO PARA REMOÇÃO E REASSENTAMENTO HUMANIZADO DE FAMÍLIAS DO ANEL RODOVIÁRIO E BR 381. Relatório de selagem e cadastramento social da Vila da Paz. Eixo Urbanismo – Equipe Anel Rodoviário. Coordenadora de Peritos: Dra. Prof.^a Monica Abranches. Coordenador Eixo Urbanismo: Esp. Rodrigo Vieira. Belo Horizonte, dezembro, 2016. *Mimeo*.
- RELATÓRIO VILA DA PAZ DO EIXO SOCIOEDUCATIVO. Coordenação pedagógica: Luiz Antônio Ribeiro Soares das Neves. Autoria e discussões: Lucas Pereira e Paula Silva. Análise estatística: Leandro Gomes, Pablo Ribeiro e Felipe Soares. Belo Horizonte, 2016. *Mimeo*.
- RONDON. Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Minas Gerais. Belo Horizonte. Relatório de Selagem e Cadastramento Social da Vila da Paz. Eixo Urbanismo. Equipe Anel Rodoviário. Dezembro de 2016. *Impresso*.

CONCEITOS, SENTIDOS E SIGNIFICADOS DE LAZER CONVIVENTES EM NOSSA REALIDADE

Leila Mirtes Magalhães Pinto

Resumo:

Este artigo tem como objetivo analisar diferentes conceitos, sentidos e significados de lazer conviventes em nossa realidade, hoje, tendo em vista contribuir com a fundamentação teórica da pesquisa “Lazer em Vilas do Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Belo Horizonte/Minas Gerais”. O estudo mostra que os conceitos, sentidos e significados atribuídos ao lazer sofrem influências socioculturais históricas diversas. As análises realizadas destacam também preconceitos, equívocos e visões restritas quanto ao uso do termo lazer que influem em limites vividos nas políticas de lazer em nosso meio. Estas precisam considerar as demandas e necessidades da população/comunidade, a construção social do espaço-tempo de lazer, pela promoção da cultura lúdica, assim como a circulação de bens e serviços adequados em cada território. Política que demanda ainda o aumento de oportunidades disponíveis a toda população (para vivenciar o lazer) e a educação pelo e para o lazer, capacitando as pessoas para o acesso às oportunidades disponíveis de lazer.

Introdução

Para analisarmos o conceito de uma palavra, não podemos considerar sua compreensão de forma independente – como sugerem os dicionários. Ao contrário, precisamos levar em conta a relação que ela mantém com outras palavras e usos, que lhe atribuem diferentes sentidos e significados que são (re)construídos em vários contextos socioculturais históricos.

No Brasil, hoje, convivemos com vários entendimentos de lazer, que sofreram ou continuam sofrendo influências de diferentes contextos históricos ocidentais. Mas, certamente, a compreensão dos diferentes entendimentos de lazer será ampliada à medida que analisarmos suas categorias estruturantes, ou seja, tempo, espaço e produção cultural do ser social. Daí, a importância de discutirmos os conceitos, sentidos e significados de lazer a partir de experiências datadas e localizadas.

Influências das sociedades antigas sobre sentidos atribuídos ao lazer

Da Antiga Grécia herdamos o sentido de **lazer como atividade oposta à ocupação**. O ócio (*scholè*), com o significado de lazer, era considerado relevante atividade desfrutada pelos homens livres gregos, especialmente os filósofos. Como atividade que partia da alma (*psique*) e possuía alguma finalidade, o lazer tinha o sentido oposto ao de ocupação (*ascholia*). Para Aristóteles, lazer implicava

paz, prosperidade e entendimento do uso adequado dessa atividade. (PINTO, 2001)

Da Antiga Roma, herdamos o sentido de *otium* (ócio) **entendido como possibilidade de descanso, recreação, diversão, distração após o neg-otium (negócio)** – tempo no qual os indivíduos conquistavam, organizavam ou construíam. O *otium* não era considerado um tempo com um fim em si mesmo. Roma introduziu a diversão para as massas, pelos espetáculos organizados nos dias de festas. Para a classe dominante do “pão e circo”, a diversão popular constituía meio eficaz de despolitização e manipulação do povo, reduzido à condição de espectador acrítico. (*Ibidem*)

Na sociedade feudal, **ao lazer foram atribuídos os sentidos de ociosidade, fraqueza física e moral, vadiagem, pecado.** (MUNNÉ, 1996). Sentido convivente ainda hoje, entre nós, relacionado ao uso negativo da palavra ócio, entendida como tempo vago, não produtivo, uma ameaça ao desenvolvimento da sociedade, associado à preguiça, à vadiagem.

É interessante observar que na nossa sociedade ócio¹ é, muitas vezes, um termo articulado ao sentido de lazer como opção pelo uso do tempo disponível em atividades de contemplação. Já **ociosidade** não representa a livre escolha do sujeito para viver o lazer. Nela, há a falta da operosidade, como no tempo do desempregado. (MARCELLINO, 1987).

Influências das sociedades modernas – do lazer como tempo não obrigatório ao lazer como direito

Porém, na modernidade, em geral, **o lazer é entendido como fenômeno social, cultural, historicamente constituído nas sociedades capitalistas, referindo-se a um tempo definido pelas interações dinâmicas entre as obrigações sociais** (profissionais, escolares, políticas, familiares e outras). Nesse sentido, **lazer é concebido como tempo livre ou liberado das obrigações sociais**, especialmente do trabalho, ocupado por atividades diversas (físicas, esportivas, artísticas, manuais, intelectuais, sociais, turísticas, virtuais...)².

O conceito de **lazer como vivência de atividades** não obrigatórias foi difundido e consolidado no contexto social de valorização da disciplina imposta pelo trabalho industrial³, do processo civilizador que orientou as tarefas

¹ É importante esclarecer que na língua espanhola a palavra ócio tem o mesmo significado que atribuímos ao termo lazer na língua portuguesa.

² Dumazedier, 1979; Camargo, 1998; Schwartz, 2003.

³ Weber, 1967; Russel, 1977; Parker, 1978; Lefévre, 1991; Thompson, 1991.

cotidianas⁴, do repouso requerido para a (re)produção da força de trabalho⁵ e da oferta e do consumo de muitos e variados bens e serviços⁶, que influem nos estilos de vida⁷ e privilégios de classe⁸ nas sociedades modernas industriais.⁹

Neste contexto, a **dimensão temporal** do lazer é definida pela concepção linear de tempo medido pelo relógio, agendas e calendários. Concepção influenciada, sobretudo, pela lógica *chronos* de tempo (PINTO, 2004).

Os antigos gregos produziram duas ideias semânticas do tempo, criadas para organizar e compreender suas experiências quantitativas e qualitativas de temporalidade. A ideia de tempo *chronos* — termo introduzido por Homero —, ou *kronos* — de Hesíodo — foi elaborada para designar a “noção de intervalo de tempo ritmado por ciclos e cadenciado por rupturas na série de ciclos”, noção que representa o caráter mensurável da sequência e do esforço. Já com o termo *kairós* os sofistas expressavam o tempo como instante privilegiado, sentido, de possibilidade de escolha como mais oportuno para a tomada de decisão e o desencadear da ação. Nele há maior possibilidade de liberdade. (TEIXEIRA, 1998)

No Brasil, a compreensão do **lazer como tempo liberado das obrigações (regido pela lógica *chronos*)** está na base estruturante das oportunidades de atividades de lazer ofertadas por serviços organizados pelo Estado e o Mercado.

O Estado, desde meados do Século XX, promoveu a “recreação orientada” sob a forma de pacotes de atividades. A “recreação orientada” foi usada com o objetivo de organizar e ocupar o tempo de lazer das pessoas, principalmente das crianças e da massa trabalhadora, visando minimizar os perigos causados pelo tempo ocioso e tornando-se uma “eficiente” estratégia de controle e manipulação social. (MARINHO, 1955)

Nos anos 70, a palavra lazer ganhou uso corrente no nosso vocabulário,

⁴ Weber, 1967; Friedmann, 1972; Russel, 1977; Parker, 1978; Lefévre, 1991; Thompson, 1991; Elias, 1998.

⁵ Mascarenhas (2000) destaca discussões que Marx (1968) teceu sobre a economia de tempo e a distribuição programada do tempo de trabalho na economia capitalista. Chauí (1999) analisa a obra que Lafargue (1999) fez a partir dos estudos iniciados por Marx acerca do tempo de repouso na reprodução da força de trabalho.

⁶ Riesman, 1971.

⁷ Fromm, 1970; Riesman, 1971.

⁸ Veblen, 1983.

⁹ Na modernidade, o sentido de lazer constituiu-se a partir dos movimentos trabalhistas, sobretudo ingleses, que, no contexto da Revolução Industrial em fins do Século XIX, simbolizavam a revolta contra a escravização econômica. Várias obras evidenciam a luta dos trabalhadores contra as longas jornadas de trabalho, que, muitas vezes, se estendiam a 14 horas diárias. Paul Lafargue, em *O Direito à Preguiça* (escrito em 1880 e reeditado no Brasil em 1999), demonstrou preocupações com o direito ao descanso, um dos valores também associado ao lazer em nosso contexto. A escolha do título desse panfleto revolucionário não foi casual. Em suas reflexões, provocativas até hoje, Lafargue discute a “religião do trabalho” — o credo da burguesia (não só francesa) para dominar as mãos, o coração e a mente do proletariado em nome do “progresso”.

sobretudo no âmbito das repartições públicas (MARCELLINO, 1987), ampliando condições para seu reconhecimento e **uso com as funções de descanso, divertimento e desenvolvimento social com fins moralistas** (canalização das tensões e redução dos problemas sociais; válvula de escape e meio de segurança da sociedade), **utilitaristas** (instrumento de paz social e de mercadoria; entretenimento que demanda o consumo de atividades, bens e serviços) e **compensatórios** (manutenção do *status quo* e descanso voltado à recuperação da força de trabalho). Reconhecimento social consolidado nos anos 80, quando o lazer ganhou força econômica e valorização como **mercadoria carregada do sentido de atividade**.

Analisando esse contexto, Marcellino (1987) destaca o **uso do lazer como meio de manutenção, homogeneização e internalização de valores**. Mas, ao mesmo tempo, lembra que **da cultura vivenciada no lazer podem emergir valores questionadores da própria sociedade**. Assim, o lazer pode representar também oportunidade para mudanças culturais significativas e reversão de valores e papéis sociais a ele atribuídos. Por isso, o autor destaca a importância da educação pelo e para o lazer.

A discussão do lazer como um campo de reprodução da ideologia dominante, de desigualdades sociais e de possibilidades educativas e de mobilização de mudanças é fruto da produção crítica sobre a relação lazer - sociedade, ampliada nos anos de 1990.

Também o conceito de espaço como estruturante do lazer avançou muito a partir dos anos 1990. Elias (1992) destaca que o espaço passa a não ser apenas entendido pela sua forma concreta (largura, profundidade e altura). Como diz Santos (2001), o espaço não é um pano de fundo neutro, e, sim, uma estrutura social que evolui segundo um dinamismo sociocultural e leis próprias, com certa autonomia e relação dialética entre forma e conteúdo. Em sua constituição influem acontecimentos, fenômenos, ações e relações entre os sujeitos que planejam, constroem, animam e apropriam do espaço.

Reflexões dessa natureza influíram no reconhecimento legal do lazer e seu provimento como um dos direitos sociais no País. Mas, esta não foi uma conquista automática e nem fácil. Resultou de um percurso histórico que articulou políticas de diferentes setores e pactos entre Estado, Igreja, Família, Economia e Escola, dentre outras instituições. Nessa trajetória, a meu ver, destacaram-se dois momentos de mudanças significativas nos sentidos do lazer: o primeiro relacionado à proclamação do **lazer como um dos direitos dos trabalhadores** pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT-1943) e o segundo quando o **lazer passou a ser considerado um dos direitos de toda população brasileira**, proclamado pela Constituição Federal de 1988.

A CLT-1943, dentre suas disposições, estabeleceu a jornada de oito horas de trabalho, instituiu o repouso semanal e férias anuais remunerados, desenca-

deando a necessidade da “organização do tempo de não trabalho” de forma “racional e útil”. Essa normativa influenciou não só na criação do Serviço de Recreação Operária, no Rio de Janeiro, e de outros Departamentos de Esporte e Recreação no País, quanto na criação de espaços/equipamentos específicos para a vivência cultural do lazer como parques e praças públicas, assim como clubes esportivo-recreativos, SESI, SESC e outras entidades que atendem aos trabalhadores e suas famílias quanto à “ocupação do seu tempo livre”. (PINTO, 2008)

No período da legalização do **tempo livre como direito dos trabalhadores** pela CLT, em geral o **lazer era compreendido como tempo de folga, tempo livre desocupado, a ser ocupado por atividades recreativas**. Isso gerou políticas paternalistas e assistencialistas promotoras de “recreação orientada” (pacotes de atividades), difundida especialmente pelas “Ruas de Lazer” - modelo de política pública de lazer que até hoje é desenvolvido em muitos municípios brasileiros. (PINTO, 2008)

Mas, na década de 1940 reivindicações em vários países geraram conquistas políticas importantes para o reconhecimento do lazer como fator de qualidade de vida. (GOMES; PINTO, 2009). Dentre outras, destaco a “Declaração Universal dos Direitos do Homem” da Organização das Nações Unidas/ONU, de 1948, que, apesar de não ter conseguido na sua proclamação a síntese pretendida entre liberdade, igualdade e equidade, gerou um avanço significativo quando reconheceu o direito ao lazer para além do direito ao repouso (Art. 24^o). Documento que em 1993, na Conferência Mundial da ONU em Viena, passou a ser nomeado de “Declaração Universal dos Direitos Humanos” como fruto das lutas empreendidas pelos movimentos sociais da segunda metade do século XX pelos direitos de todos.

Porém, a conquista que ampliou o direito ao lazer para os cidadãos de todas as idades, gêneros, etnias e raças, grupos sociais, condições econômicas e culturais, foi garantido pela Constituição Federal de 1988 nos artigos 6^o, 7^o, 217^a e 227^a, segundo os quais:

Art. 6^o São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o **lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

No Capítulo II – Dos direitos sociais, Art. 7^o sobre direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem sua condição social, o parágrafo IV prevê salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, **lazer**, vestuário, higiene, transporte, e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preserve o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

No Capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto -, Seção III, do desporto, o Art. 217^a afirma que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um observados. No seu parágrafo 3º define que o poder público incentivará o **lazer** como forma de promoção social.

No Capítulo VII - Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso – o Art. 227^a define que é dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar a criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida à saúde, à alimentação, à educação, ao **lazer**, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Ao elevar-se ao patamar dos direitos sociais de toda população o lazer passou a integrar, desde anos de 1990, a pauta de várias agendas políticas que desafiam a redução das desigualdades sociais quanto acesso aos direitos, implicando a participação dos cidadãos em ações políticas educativas pelo e para a vivência do lazer. Nesse sentido, o direito ao lazer é incluído no aparato legal de vários setores, tais como (COLETÂNEA DE LEIS, 2005) no/a:

- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (1990);
- Lei n. 8.080, de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- Lei Rouanet (1991), que afirma que uma das finalidades do PRONAC (Programa Nacional de Apoio à Cultura) é contribuir para facilitar, a todos, meios para livre acesso às fontes da cultura e pleno exercício dos direitos culturais;
- LBD - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que trata dos conteúdos curriculares da educação básica, Capítulo V- Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
- Decreto n. 3.298, de 1999, que regulamenta a Lei n. 7.853, de 24/10/1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;
- Art. 20º da Lei n. 10.741, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso;
- Art. 2º da Lei n. 10.257 de 2001, que regulamenta o Estatuto da Cidade, segundo o qual:

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos

serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

O implicar do **lazer** em diferentes dispositivos legais de políticas sociais nos provoca a construir estratégias de gestão que nos permitem identificar e consolidar interfaces do lazer com as demais áreas do setor público, buscando convergências, complementariedade, sinergia e a compreensão das influências mútuas.

Nesse sentido, um passo decisivo para a inclusão do lazer na política pública brasileira foi dado com a criação do Ministério do Esporte em 2003, que integrou o lazer à sua estrutura, a ações participativas abrangentes que promove (Conferências Nacionais de Esporte de 2004, 2006 e 2010), à Política Nacional de Esporte (2005) e a ações programáticas, intersetoriais e interministeriais diversas. (PINTO, 2008)

Na consolidação das políticas de lazer, a dimensão do espaço-território de atuação destas políticas passa a ser fundamental tanto no sentido de espaço social como de unidade de gestão.

Como espaço social, Santos (2001) lembra que estamos tratando do espaço-território de (re)produção da vida social, que mostra a relação do sujeito com seu cotidiano, possibilidades e desigualdades existentes no “pedaço da cidade” onde vive. Condições sociais desiguais entre si e nos diversos espaços em que elas se processam. Por isso, a conquista do direito ao lazer demanda a inclusão de todos no que se refere ao acesso aos equipamentos, serviços e vivências culturais de lazer do lugar da cidade. Daí a importância de uma atenta “escuta comunitária” no interior do seu espaço territorial para ampliarmos nosso olhar sobre suas possibilidades e limites nos acontecimentos diários que revelam os anseios e necessidades da população.

Como unidade de gestão da política pública (planejamento, organização e administração), é necessário identificarmos as oportunidades que o espaço-território oferece, considerando as agendas das diversas ações políticas, serviços e programas relacionados aos tempos disponíveis dos sujeitos. Esta análise precisa considerar também elementos da gestão do tempo-espaço-território. Como, por exemplo, a possibilidade de integração dos equipamentos públicos formando “equipamentos multifuncionais”; a reorganização do corpo técnico, integrando ações e serviços; e o atendimento diferenciado considerando as identidades sociais, históricas, culturais e geográficas; a heterogeneidade e complexidade da região; as carências, potencialidades e demandas específicas de cada território (RICCI, 2001).

Embora estes sejam desafios a serem enfrentados pelas políticas sociais há quase vinte anos, muito ainda temos que fazer para que a conquista do direito ao lazer seja garantida a todos os brasileiros e as brasileiras. Isso porque vivemos numa sociedade onde os sujeitos, as famílias e as comunidades não têm as mesmas capacidades de acesso, partilhamento e posse dos bens e serviços de lazer,

publicamente disponibilizados.

Por isso, fundamentado em Gramsci (1979), Marcellino (1987) entende o **lazer como cultura constituída social e historicamente e que implica não só conquistas como também o enfrentamento de limites de natureza social, cultural, política, educacional, bem como conflitos e questionamentos à estrutura social vigente.**

O autor ampliou, assim, a compreensão da constituição sociocultural do lazer, reconhecendo que ele **influencia e sofre influência da sociedade como um todo** em suas interações com as demais áreas de ação social. Em decorrência, Marcellino (1987, 2007) discute lazer como **cultura vivida por meio de interesses culturais diversos** (físico-esportivo, artístico, manual, intelectual, social, turístico, virtual e outros), **com possibilidades de apropriação dessas vivências pelo fazer, conhecer e assistir**, bem como por **diferentes níveis de participação cultural**, que avançam do nível conformista ao crítico e criativo, **combinando os aspectos de “tempo disponível” das obrigações sociais e atitude lúdica.**

Concepção que, mesmo sob a influência da lógica *chronos* de tempo (quando **afirma o lazer como vivência no tempo disponível das obrigações sociais**) avança para a concepção *kairós* de tempo (ao enfatizar **o lazer como componente da cultura, no seu sentido mais amplo, considerando a qualidade lúdica dessa vivência**).

Como vivência do tempo *kairós* **lazer é tempo privilegiado de vivência lúdica (prazer pelo exercício da liberdade) e construção de sujeitos.** Oportunidade de realização de sonhos, superação de limites sociais e gerenciamento de conflitos. (PINTO, 2004)

Atualidade: lazer como realização lúdica - influências da convivência de sociedades modernas e pós-modernas

A civilização moderna se expandiu pelo mundo a partir do Século XVIII, provocando profundas transformações sociais, cujo apogeu — e também crises — foi vivido a partir das últimas décadas do Século XX especialmente desde os anos 70, período que Giddens (1991) denominou de “modernidade tardia” - marcado por profundas mudanças nos diversos aspectos da vida social institucional e na intimidade das pessoas sob influência da invasão permanente de conhecimentos para produzir, continuamente, novas informações. Dentre as descontinuidades envolvidas uma é a de ritmo com uma rapidez extrema de mudanças; outra se refere ao escopo das mudanças, que são globais e em conexão virtual; temos também as mudanças das instituições e do urbanismo moderno.

Nesse momento, de transformações operadas pela globalização, a sociedade da informação e a sociedade de direitos, o sujeito ganha uma centralidade nas ações: valoriza-se o sujeito fundado na intersubjetividade e nos princípios de uma

sociedade democrática, por meio dos quais “ele integra identidade e técnicas, construindo-se como ator capaz de modificar seu meio ambiente e transformar suas experiências de vida em provas de liberdade” (GIDDENS, 1993, p.173).

Discutindo a questão, Alan Touraine (1996, p. 163) ressalta que o sujeito não é um profeta que formula leis: não se refere à utilidade social, nem à ordem do mundo e da tradição, mas somente a si mesmo, às condições pessoais, interpessoais e sociais, de construção e defesa de sua liberdade, isto é, do sentido pessoal que atribui à sua experiência contra todas as formas de dependências tanto psicológicas quanto políticas.

Nesse contexto, amplia-se a compreensão do **lazer como tempo, espaço, oportunidade privilegiada de vivência cultural lúdica, ou seja, de vivência prazerosa por ser fruto da livre escolha dos sujeitos, expressando diferentes significados, especialmente de recriação, encontro, posse/pertencimento de seu espaço, empoderamento das ações vividas**. Concepção que destaca a produção cultural da vivência da alegria construída pelo exercício da liberdade. Conceito extraído da fala de sujeitos históricos que buscam a valorização de suas identidades e o reconhecimento/posse de si, da relação com outro e do ambiente vivido no tempo do lazer. (PINTO, 2004) ¹⁰

Nessa perspectiva, o lazer expressa, numa ótica individual, mudanças na compreensão que os sujeitos têm de seus corpos e acontecimentos segundo suas possibilidades de escolhas, seus hábitos e consciência. Numa ótica grupal, revela a subordinação dos sujeitos às interações intersubjetivas e institucionais, pautadas por princípios, valores, regras e estratégias que estruturam ações dos grupos na rede social, variando-se de acordo com as diferentes esferas e posições sociais que cada pessoa ocupa no grupo.

A dimensão cultural do lazer desvela modos como são realizadas trocas diversas, em âmbitos diferentes, nos quais se constituem as maneiras como os sujeitos produzem e consomem culturas no lazer. Culturas que variam segundo identidades e modos de lidar com o tempo, o espaço, as atividades, as estruturas culturais, as diferentes regras, valores e relações estabelecidas nas comunidades e nos grupos humanos (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e outros).

Essas convivências abrem espaços para uma vasta gama de manifestações culturais individuais e coletivas (atividades físicas, esportivas, artísticas, turísticas, sociais, virtuais, na natureza, dentre outras). Geram também oportunidades para vivência de valores democráticos e desenvolvimento de capacidades requeridas pela vida cotidiana, como: sensibilidade, autoestima, imaginação; domínio de vá-

¹⁰ Essa é uma das conclusões a que cheguei nos meus estudos sobre sentidos e significados do tempo de lazer na atualidade, pesquisa realizada com jovens belohorizontinos (PINTO, 2004).

rias linguagens, formas de intercomunicação, de desenvolvimento de habilidades interpessoais e da sociabilidade; valorizando identidades, memórias e conhecimentos.

Nesse sentido, o lazer evidencia tanto riquezas quanto complexidades da vida sociocultural. Revela sentidos e significados do lazer que, segundo Maffesoli (1998), desvela a “centralidade subterrânea” da vida social, que se encontra nos meandros do dia-a-dia: está nas pessoas, no seu jeito de ser, de interagir, de gesticular, no seu tom de voz, no seu modo de (re)agir nos diálogos, de narrar fantasiando o vivido e lidar com as alegrias e desprazeres nessas experiências.

Comentários finais

O exercício de leitura de mundo pela produção cultural do lazer nos permite ler diferentes limites postos ao lazer como: *preconceitos* (lazer como ociosidade, exclusão de sujeitos pela cor, idade, gênero, condição econômica), *equivocos* (lazer considerado uma “perda de tempo”, momento de consumo alienante e, por isso, supérfluo ou desnecessário às políticas) e *visões restritas* (quando vê o lazer “fechado em si mesmo” sem perceber suas possibilidades de participação social ampliada e articulada ao conjunto das nossas políticas sociais: educação, cultura, saúde, assistência social, segurança comunitária, geração de emprego e renda, esporte, transporte urbano, moradia, dentre outras).

Leituras que ajudam a desvelar também limites relacionados a *pobreza econômica* (desigualdade na distribuição de renda); a *pobreza educacional* (falta de consciência de direitos e de educação para e pelo lazer); a *carência de serviços públicos de lazer* (redução de oportunidades de acesso a ofertas inclusivas e diversificadas de vivências culturais no lazer); *restrições à liberdade de participação da vida social, política e econômica da comunidade*; e *falta de formação adequada de educadores, gestores, agentes e outros profissionais para atuar em políticas de lazer*.

Por isso, as políticas de lazer precisam considerar a construção social do espaço tempo de lazer pela promoção da cultura lúdica, circulação de bens e serviços adequados em cada território. Políticas articuladas à organização espontânea da comunidade, ao fomento dos lugares de sociabilidade, ao atendimento das necessidades dos sujeitos (atento a quem são, sua situação de vulnerabilidade e risco social; possibilidades e limites de acesso, uso/pertencimento e apropriação/empoderamento dos espaços públicos e oportunidades culturais de lazer).

Para Magnani (2015), ao pensar o lazer atrelado à paisagem urbana vamos além da identificação de espaços e equipamentos de encontro e entretenimento. A discussão ampliada do lazer na cidade faz parte dos elementos constitutivos e definidores de modos de vida.

O aumento de *oportunidades* (para vivenciar o lazer) e a *educação para desenvolver capacidades* (do sujeito fazer escolhas e acessar as oportunidades disponíveis) são condições que estão na base estruturante do conceito de desenvolvimento de

Amartya Sen (2001). Nele as possibilidades de inter-relação entre lazer, qualidade de vida e desenvolvimento humano implicam, sobretudo, a “educação para a liberdade” – centro da discussão de garantia da justiça e dos direitos.

A “livre escolha” no lazer não é, pois, bem-estar nem domínio. Circunscreve nos enfrentamentos individuais e coletivos frente às oportunidades e aos dilemas sociais, implicando facilidades econômicas, liberdade política, oportunidades sociais e educação para e pelo lazer.

Por isso, compreendo **o lazer como um privilegiado tempo/espço/opportunidade de produção e consumo culturais lúdicos, aprendizagem social, promoção da qualidade de vida, saúde e desenvolvimento humano.** (PINTO, 2004) Conquista que implica políticas educativas conscientizadoras e lúdicas para e pelo lazer, atuando em todos os tempos e espaços educativos possíveis das comunidades (escolas, comunidades, praças, parques, clubes, etc), educando para a autonomia das pessoas no lazer (empoderamento).

Neste sentido, Paulo Freire (1996) se constitui em rica fonte inspiradora para nossas discussões. Para ele, o uso que fazemos do poder é condicionado pela concepção que temos de cidadania e autonomia. Concepções que determinam as relações internas que a organização da vivência cultiva. Esta experiência tanto pode instituir o sentimento de pertencimento e a decisão de participação (sou um ator importante nesse jogo), como pode instituir o sentimento de exclusão e omissão (não tenho condições de estar nesse jogo, ou não quero saber nada dele, quero “ficar na minha”).

Para Paulo Freire, 1996, a ação educativa para a autonomia funda-se em experiências estéticas, éticas, críticas e criativas. Respeita os saberes dos educandos. Rejeita qualquer forma de discriminação. Reconhece a identidade cultural dos educandos e a necessidade da superação dos condicionamentos da sociedade. Corporeifica as palavras pelo exemplo, buscando a apreensão da realidade com convicção de que a mudança é possível. Curiosa, é comprometida como forma de intervenção no mundo, exercita a liberdade, a tomada consciente de decisões, o saber escutar, o diálogo, a ação coletiva, o querer bem aos educandos e a alegria.

Esse é o maior desafio da concretização das políticas de lazer!

Referências bibliográficas

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. *I Conferência nacional do esporte*. Brasília: Ministério do Esporte, 2004.
- BRASIL. *II Conferência nacional do esporte*. Brasília: Ministério do Esporte, 2006.
- BRASIL. *III Conferência nacional do esporte*. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.
- BRASIL. *Política nacional de esporte*. Brasília: Ministério do Esporte, 2005.
- CAMARGO, Luiz Octávio. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. Introdução do livro: LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec/Editora Unesp, 1999.
- COLETÂNEA DE LEIS. 2. ed. Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região/MG, 2005.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação: memória e sociedade*. Lisboa: DIFEL, 1992.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIEDMANN, George. *O trabalho em migalhas: especialização e lazeres*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FROMM, Erich. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/UNESP, 1993.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/UNESP, 1991.
- GOMES, Christianne; PINTO, Leila. O lazer no Brasil... In: GOMES, C. et al. (Org.) *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009. p. 65-122.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente: por uma sociologia da vida cotidiana*. 2.ed. Natal: Argos, 1998.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo. In: GOMES, Christianne Luce; FERREIRA, Hélder. *O direito social ao lazer no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2015.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.
- MARINHO, Inezil et al. *Curso de fundamentos e técnica da recreação*. Rio de Janeiro: Baptista de Souza, 1955.
- MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Livro 1: O processo de produção do capital.
- MASCARENHAS, Fernando. Tempo de trabalho e tempo livre: algumas reflexões a partir do marxismo contemporâneo. *Revista Livre*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 72-89, 2000.
- MUNNÉ, Frederic & CODINA, N. Psicología social del ocio y el tiempo libre. In: AL-

- VARO, J. L.; GARRIDO, A.; TORREGROSA, J. R. (Org.) *Psicología social aplicada*. Madrid: McGraw-Hill, 1996. p. 429-448.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos humanos. Rio de Janeiro: UNICRIO, 2000.
- PARKER, Stanley. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Dicionário crítico da Educação; *Lazer. Revista Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 7, n. 40, p. 90-93. 2001.
- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. *Sentidos e significados de lazer na atualidade: estudo com jovens belo-horizontinos*. 2004. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte.
- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Estado e sociedade na construção de inovações nas políticas sociais de lazer no Brasil. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008. p. 43-78.
- RICCI, Rudá et al. *Descentralização e participação popular em gestões municipais*. Belo Horizonte: Consultorias em Políticas Públicas (CPP), 2001.
- RIESMAN, David. *A multidão solitária: um estudo da mudança do caráter americano*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- RUSSEL, Bertrand. *O elogio do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/UNESP, 2006.
- SCHWARTZ, G. M.; MOREIRA, J. C. C. Ambiente virtual e o lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 149-170.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. *Tempos enredados; teias da condição professor*. 1998. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte.
- THOMPSON, E. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: TOMAZ, Tadeu da Silva. *Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 44-93.
- TOURAINÉ, Alain. *O que é democracia*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

O PROGRAMA JUDICIAL PARA REMOÇÃO E REASSENTAMENTO HUMANIZADO DAS FAMÍLIAS DO ANEL RODOVIÁRIO E BR-381/MINAS GERAIS

Luiz Antonio Ribeiro Soares das Neves

Mônica Abranches Fernandes

Resumo:

O ordenamento jurídico no Brasil, atualmente, determina em caso de deslocamento involuntário de famílias, que haja o trabalho social, visando promover a participação, a inserção social e o acesso às políticas públicas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das famílias e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados no território onde serão reassentadas. Dentre os direitos relacionados à qualidade de vida está o lazer. Ao estudarmos a Vila da Paz, localizada no Anel Rodoviário de Belo Horizonte, cujas famílias passam por processo de deslocamento involuntário, percebemos que há limitações em relação ao acesso a espaços e práticas culturais nos momentos de lazer dos sujeitos. Nesse território, percebemos, ainda, a necessidade de intervenções socioeducativas com profissionais de lazer, visando mudanças no modo de viver, para que seja conquistado de forma ampla e sustentável o direito ao lazer para essas famílias. O processo de remoção e reassentamento pensado apenas na mudança de moradia não possibilitará melhorias na qualidade de vida, no que se refere ao direito ao lazer, pois implica também mudanças culturais.

No ano de 2010, Minas Gerais possuía um déficit habitacional de 557 mil moradias, que estava fortemente concentrado nas áreas urbanas. A Região Metropolitana de Belo Horizonte representava 30% desse número. Apesar de ser o quarto menor déficit habitacional do País, naquele momento, se comparado com as capitais federais, Belo Horizonte tinha um déficit habitacional absoluto de 78 mil unidades habitacionais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). Esse resultado era, sobretudo, devido aos ônus excessivos com aluguel e coabitação, ou seja, famílias que dividem a mesma moradia (RIBEIRO *et al.*, 2015).

Nesse cenário, boa parte da população, para se abrigar, buscou espaços próximos ou com fácil acesso ao centro urbano da capital mineira. Em Belo Horizonte, muitas famílias construíram suas moradias nas margens do Anel Rodoviário, malha rodoviária construída para melhorar o trânsito na Região Central e melhorar o acesso às Rodovias que passam pela capital. Para isso, foi necessária a construção de viadutos e grandes avenidas, para possibilitar maior fluidez com retornos e acessos aos bairros. Apesar de, atualmente, discutir-se a municipalização do Anel Rodoviário, a manutenção dessa via, até o momento, é de responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), que estima haver quatro mil famílias morando em cerca de 32 vilas construídas em terrenos irregulares, nos 27 quilômetros do Anel Rodoviário.

Essas famílias, na sua grande maioria, vivem em condições de vida insalubre, em um contexto de alta vulnerabilidade, com precárias condições de saneamento básico e em moradias muito próximas da rodovia o que é extremamente perigoso por riscos de atropelamento e acidentes.

A Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal, atendendo à demanda dos moradores do Anel Rodoviário, informando que há diversos assentamentos irregulares na área do Anel Rodoviário de Belo Horizonte “ocasionados pelo contexto socioeconômico brasileiro, o qual não permite à população de baixa renda buscar outra opção de moradia”, interpôs um processo cujo Réu é o DNIT (JUSTIÇA FEDERAL, 2013 a, p.1).

Na análise dessa ação, a magistrada responsável pela 7ª Vara da Justiça Federal, naquele momento, decidiu reunir em um único vários processos (ação civil pública, reintegração de posse, ação demolitória e ação ordinária), acreditando ser uma solução alternativa para resolver os conflitos entre “aqueles que objetivam a reintegração de terrenos públicos em contraponto com o direito fundamental à moradia dos ocupantes”. Para a magistrada, visando o desenrolar desse processo, entendeu como a melhor solução uma conciliação entre as várias entidades envolvidas. Ocorre então uma conciliação entre DNIT, Justiça Federal, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Caixa Econômica Federal e os moradores do Anel Rodoviário (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2013). Dentre os produtos dessa conciliação, foi concebido o Programa de Conciliação da Justiça Federal, que depois foi chamado de Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado das Famílias do Anel Rodoviário e BR 381, publicado no despacho de 25 de novembro da Sétima Vara da Justiça Federal, cujo número do processo é 57367.09.2013.4.01.3800 (JUSTIÇA FEDERAL, 2013 b).

O Programa Judicial tinha como principal ação o deslocamento involuntário das cerca de quatro mil famílias moradoras do Anel Rodoviário, por estarem morando em locais perigosos, em condições insalubres, possuem alta vulnerabilidade e/ou por ocuparem terrenos de domínio do DNIT. De acordo com portarias publicadas pelo Ministério das Cidades, esse trabalho deve necessariamente proporcionar melhorias na qualidade de vida, assegurando o direito à moradia das famílias afetadas.

Para a ONU, o direito à moradia adequada não se limita à própria casa, ou seja, não se refere apenas a um teto e quatro paredes. A moradia deve ser entendida de forma ampla, levando-se em conta, por exemplo, aspectos culturais do local onde se encontra e da comunidade que habita. Em muitos casos, o conceito de moradia adequada engloba o território, o acesso aos espaços públicos e privados do mesmo. É uma dimensão da vida humana que abrange o território, a garantia de ir e vir, as relações comunitárias e de vizinhança, além dos aspectos culturais locais que determinam a paisagem dos lugares e a intervenção humana nesses espaços. (BRASIL, 2013).

A ONU produziu uma Relatoria Especial para a moradia adequada, sintetizando o que as normas internacionais determinam sobre remoções involuntárias decorrentes de projetos públicos e privados de infraestrutura e urbanização (BRASIL, 2013). Neste documento, a moradia adequada define que esse direito inclui:

- garantia de um lugar para morar sem ameaça de remoção;
- acesso à educação, saúde, lazer, transporte, energia elétrica, água potável e esgoto, coleta de lixo, áreas verdes e meio ambiente saudável;
- proteção efetiva contra frio, calor, chuva, incêndio, inundação, sem riscos de desmoronamento ou outras ameaças à saúde e à vida;
- acesso aos meios de subsistência, inclusive acesso a terra e ao trabalho;
- uso de materiais, estruturas e organização espacial de acordo com a cultura dos moradores;
- prioridade às necessidades de grupos específicos, como as mulheres adultas e grupos vulneráveis tais como crianças, idosos e deficientes;
- acesso independente da renda ou da capacidade de pagar do morador.

O direito à moradia envolve mais que a residência física e caracteriza todo o ambiente que está no entorno dos indivíduos, bem como a sua relação com esse meio: dessa forma que deve ser pensado no que se refere às garantias para famílias envolvidas em processo de deslocamento voluntário, segundo a legislação brasileira.

Ressaltamos que o planejamento e as ações do Programa Judicial de Conciliação consideraram as orientações nacionais e internacionais para a realização do processo de remoção e reassentamento das famílias e as formas de tratamento com a comunidade do Anel Rodoviário, buscando a garantia dos direitos sociais das famílias cadastradas no Programa.

O trabalho social em processos de deslocamento involuntário de famílias

As falhas da Política Habitacional Brasileira ocasionaram um enorme déficit habitacional, que chega a 62 mil em Belo Horizonte, 173 mil na região metropolitana, 721 mil em Minas Gerais e 7,2 milhões no País. Deste déficit, 90% é de moradias destinadas a famílias cuja renda mensal não ultrapassa 3 salários mínimos. Sem acesso a moradias, o destino dessas famílias é, na maioria das vezes, as periferias urbanas, resultando em um aumento do processo de favelização e de autoconstrução em loteamentos precários e irregulares.

Em Belo Horizonte, um dos exemplos mais prementes deste processo é a ocupação das margens do Anel Rodoviário. Uma ocupação iniciada na década de 1980 onde vivem famílias em moradias precárias e sem acesso, dentre outros, saneamento básico, energia elétrica, iluminação pública, abastecimento de água potável e coleta de lixo. Muitos moradores já perderam seus entes em acidentes rodoviários e a maioria das famílias não é reconhecida pelo Estado, por elas não

possuírem endereço fixo que as habilitem ao acesso às políticas públicas.

Apesar das condições insalubres que sobrevivem muitos moradores do Anel Rodoviário e da determinação do Ministério das Cidades para Programas de Habitação de Interesse Social, para que haja um trabalho social com essa população tendo visando a mudança dessa realidade, nenhuma ação dos poderes executivos foi realizada visando à superação desse cenário. Desde 2009, o Ministério das Cidades definiu as diretrizes para a concepção do trabalho social em programas de habitação de interesse social, que deveriam ser seguidos pelos estados e municípios brasileiros.

O trabalho social nos empreendimentos habitacionais para famílias de baixa renda é um conjunto de ações que visa promover a autonomia, o protagonismo social e o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a sustentabilidade do empreendimento, mediante a abordagem dos seguintes temas: mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda. (BRASIL, 2009, p. 3).

Essa instrução normativa define ações que possam promover: a participação comunitária, a valorização do potencial dos grupos atendidos, a gestão participativa do empreendimento, a adequação dos beneficiários à nova realidade local, a melhoria da qualidade de vida por meio de acesso à renda e ao trabalho digno e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Percebemos que as diretrizes internacionais e nacionais para a realização do trabalho social nessa área da habitação estão bem avançadas no que se refere ao discurso de garantia de direitos. Qualquer cidadão que tenha acesso a essas orientações é capaz de compreender como as pessoas da comunidade atendida devem ser tratadas e como devem ser inseridas na gestão do trabalho social e dos processos de remoção, remanejamento ou indenização de suas moradias.

No caso do Anel Rodoviário, devido à necessidade de uma obra pública para revitalização e ampliação da rodovia, o processo de remoção passou a ser tratado como deslocamento involuntário de famílias, que para o Ministério das Cidades é

alteração compulsória do local de moradia ou de exercício de atividades econômicas, provocado pela execução de obras e serviços de engenharia e arquitetura, inclusive quando o deslocamento for motivado pela eliminação de situações de risco ou insalubridade, ou desocupação de áreas impróprias para a ocupação humana, melhorando a qualidade de vida e assegurando o direito à moradia das famílias afetadas (BRASIL, 2013, p. 53).

A portaria 317, publicada pelo Ministério das Cidades em 18 de Julho de 2013 dispõe sobre medidas e procedimentos a serem adotados nos casos de deslocamentos involuntários de famílias de seu local de moradia ou de exercício de

suas atividades econômicas, provocados pela execução de programa e ações sob a gestão do Ministério das Cidades.

A concepção dessa portaria foi baseada na Constituição Federal de 1988 e os Tratados Internacionais dos quais o Brasil é signatário e que asseguram o direito social à moradia e a condições dignas de vida. Em seu artigo quarto determina que o deslocamento involuntário deva ser precedido da elaboração de Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias, que assegurem que as famílias afetadas tenham acesso a soluções adequadas para o deslocamento e para as perdas ocasionadas pela intervenção.

Essa publicação também determinou que no Plano de Reassentamento e nas Medidas Compensatórias de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social deverão ser adotadas as medidas necessárias para inclusão dessas em políticas públicas e programas sociais. Dentre as ações previstas para o trabalho social estão:

- mobilização das famílias para que passam a conhecer o programa e ações que serão realizadas;
- intervenções socioeducativas, com trabalho social tradicional que inclui as atividades do pré e pós morar.

Já a portaria 21 de janeiro de 2014, publicada também pelo Ministério das Cidades, determina que deva haver trabalho social em intervenções de saneamento e habitação, objeto de operações de repasse/financiamento ao setor público; habitação, objeto de operações de repasse às entidades privadas sem fins lucrativos; todas as intervenções inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos demais programas que envolvam o deslocamento involuntário de famílias.

Para o Ministério das Cidades:

O Trabalho Social, de que trata este Manual, compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, 2014, p. 5).

A partir dessas determinações legais, considerando a dimensão do número de famílias afetadas pelo deslocamento voluntário no processo de Remoção e Reassentamento das famílias do Anel Rodoviário, a partir da conciliação entre os parceiros, foram definidas as seguintes metas para o Programa de Conciliação

(JUSTIÇA FEDERAL, 2013 a):

- **Diagnóstico e Planos:** Cadastro das famílias beneficiárias e planejamento de ações socioeducativas, considerando: identificação das comunidades, criação de um sistema de informação que permite o acesso aos resultados encontrados e planejamento das demais ações; identificação de grupos sociais e criminalidade e identificação e imóveis pertencentes à União.

- **Trabalho Social:** Ações permanentes nas comunidades, com vistas a prestar às famílias beneficiadas assistência pré, durante e pós morar. Além de dar assistência social e a saúde. Visando à ampliação do acesso às políticas públicas para os atendidos pelo Programa foram determinados também os objetivos de fortalecer as relações humanas (família, comunidade, profissionais) e as relações institucionais (lideranças, associações, movimentos sociais, poderes públicos), buscando atender os diversos públicos inseridos nas comunidades, nas dimensões e ações relacionadas às temáticas: educação para a família, capacitação profissional; geração de renda, fortalecimento organizacional e participação popular.

Com o desenvolvimento do trabalho social no Programa Judicial, foram estabelecidas etapas desse processo, considerando que, da mobilização inicial até o reassentamento definitivo, um longo e burocrático caminho deve ser percorrido, sobretudo considerando que os imóveis onde os moradores serão reassentados ainda não estavam definidos. E, ainda, buscando contribuir para a garantia do acesso pleno aos direitos sociais dos indivíduos e a preparação/adequação das famílias para a nova realidade de moradia e garantia de seus vínculos comunitários. Isso demanda um processo contínuo de intervenções, vivências e experiências positivas, sobretudo, para pessoas que há anos vivem em condições indignas.

Portanto, foram estabelecidas as seguintes etapas para o trabalho social no Programa Judicial:

1 - Mobilização:

Caracterizada pelos primeiros contatos com a comunidade a ser atendida. Tem como objetivo principal a aproximação dos profissionais com os moradores, a divulgação e o conhecimento sobre as ações do Programa Judicial, bem como a discussão com as comunidades a serem atendidas sobre a necessidade de remoção e o seu direito à moradia.

2 – Cadastro social e selagem:

Todas as famílias atendidas pelo Programa Judicial deveriam ser cadastradas, utilizando um instrumental (questionário) com 64 perguntas, visando coletar informações sobre a identificação dos membros e das características da família, sobre a comunidade e o imóvel que moram, assim como o acesso das famílias às políticas públicas locais. Informações imprescindíveis para o conhecimento de cada família e da comunidade.

Nessa etapa também ocorria a selagem do imóvel, com levantamento de informações técnicas sobre a moradia (medição, tipos de materiais das residên-

cias, problemas estruturais, acesso à rede de esgoto, água e luz) e das pessoas que nela viviam. Informações necessárias para a produção do plano de remoção e reassentamento.

3 – Sensibilização:

Ações socioeducativas voltadas para atendimentos individuais e familiares com a finalidade de promover o acesso às políticas públicas, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, assim como para conscientização acerca dos seus direitos sociais. Visa a articulação com a rede de atores públicos e privados atuante no território, na atual moradia dos atendidos pelo Programa Judicial, buscando sensibilizá-los sobre a importância da busca de seus direitos e espaços sociais e políticos, desde o início do processo de remoção.

Além disso, também era proporcionada, nessa etapa, a ampliação do acesso à rede social e de saúde, a partir da percepção da violação dos direitos sociais. Profissionais da área de saúde, direito e assistentes sociais faziam a ponte entre a rede pública e os moradores das vilas do Anel Rodoviário, sensibilizando-os sobre seus direitos.

Ressaltamos que o trabalho dos peritos não substituía o Poder Público e suas políticas já existentes; pelo contrário, a finalidade era identificar os direitos violados das famílias para encaminhá-las à rede de equipamentos públicos ou privados responsáveis pelo serviço, visando o real acesso aos direitos sociais. O objetivo das ações no trabalho social tinha como premissa básica desencadear o protagonismo das famílias no processo decisório, estimulando o conhecimento de seus direitos referentes ao acesso às políticas e serviços públicos existentes, corroborando para a autonomia das famílias atendidas, empoderando-as para quando ocorrer o reassentamento definitivo.

4 – Pré-morar:

É mais uma etapa que precede a remoção definitiva, mas, relacionada ao trabalho social. Nessa etapa já foi determinado o local onde os atendidos pelo Programa de remoção serão reassentados. Nesse sentido, todo o trabalho social passa a atender as demandas e necessidades daquele território, visando antecipar o processo, apresentando aos moradores as possibilidades de acesso aos direitos, espaços e serviços públicos e privados do território onde irão morar definitivamente. Todo o trabalho socioeducativo e de assistência social e saúde se voltam para as características desse novo território, acreditando que, assim, seriam amenizadas as tensões provocadas pelas mudanças, conflitos comuns nos processos de deslocamento involuntários. De outra forma, nessa fase estava previsto um trabalho com as famílias para adequação às novas condições de vida que apresentam aos moradores a vida “formal” da cidade, com impostos a pagar, regras de convivência nos bairros e condomínios, e burocracias a serem vencidas para a mobilidade na cidade.

5 – Reassentamento:

É a etapa do processo que vai desde a concepção dos planos de remoção e reassentamento até a mudança definitiva das famílias. Para a criação dos planos de reassentamento são consideradas as informações coletadas na etapa de cadastro e selagem e no cotidiano de convívio com os moradores das vilas. As ações vão desde a prospecção de locais para o reassentamento, o projeto estrutural das moradias e o processo de mudança propriamente dito, quando ocorre o evento de conciliação entre os moradores, a Justiça Federal e o DNIT, para decidir qual será o benefício escolhido pelas famílias: indenização, compra assistida ou unidade habitacional.

6 – Pós-morar:

Essa etapa se refere ao acompanhamento social com as famílias após a mudança para a nova moradia. O trabalho social nessa etapa é marcado pela busca na sustentabilidade do acesso aos direitos sociais e a dignidade. Busca pelo direito amplo à moradia (não somente ter uma nova casa) para que seja perene a partir do reassentamento definitivo em residências mais seguras, salubres e pertencentes à dinâmica da cidade.

Considerando as determinações na portaria 21 do Ministério das Cidades, as ações do trabalho social poderão ser executadas diretamente pela administração pública ou por uma entidade sem fins lucrativos, contratada por licitação pela administração pública responsável. No caso do Programa Judicial de Conciliação para o Anel Rodoviário, havia uma impossibilidade do DNIT e da própria Justiça Federal realizarem o trabalho diretamente, considerando a ausência de recursos humanos necessários e qualificados para a ação. Diante dessa realidade, foram contratados peritos judiciais de diversas áreas, que foram divididos em seis Eixos: Gestão; Urbanismo; Mobilização e Comunicação Social; Assistência Social e Saúde; Tecnologia da Informação; e Socioeducativo. Todos trabalhavam no Programa, diretamente no atendimento às famílias moradoras do Anel Rodoviário, executando um Plano de Trabalho, que foi deferido e publicado em 17 de dezembro de 2013, atendendo aos objetivos a seguir.

1 - O Eixo de Gestão tinha como objetivo planejar, coordenar, executar, monitorar e avaliar as ações do Programa Judicial de Conciliação para Remoção e Reassentamento Humanizados das Famílias do Anel Rodoviário e BR 381, no que se refere às ações de campo dos peritos judiciais envolvidos nos eixos do programa.

2 - O Eixo de TI era responsável pela estruturação de um sistema de informação de todas as ações do Programa, bem como a preocupação com a interatividade desses dados para a população, poder público, universidades, parceiros institucionais, mídia e movimentos sociais. Também é responsável pela criação e monitoramento de sistemas de gerenciamento e avaliação das ações dos Eixos do Programa.

3 - O Eixo de Mobilização e Comunicação objetivava a sensibilização

e aproximação com e entre as comunidades a serem atendidas, aproximando-as também da temática trabalhada (direito à moradia), além de estender essa mobilização e as informações sobre o Programa à sociedade como um todo, inserindo diversos setores na reflexão sobre função social da cidade.

4 - O Eixo de Assistência Social e Saúde foi criado para atender as demandas sociais das famílias para além da perspectiva da precariedade das moradias. Sua ação deveria tratar da inclusão dessas famílias na rede de atendimento socioassistencial pública e privada, diminuindo a condição de invisibilidade social. Neste sentido, foram identificadas e encaminhadas várias violações de direitos a idosos, pessoas com deficiência, pessoas em sofrimento mental, trabalhadores, crianças e adolescentes, mulheres adultas, entre outros.

5 - O Eixo de Urbanismo era responsável por todo o trabalho relacionado ao planejamento habitacional de interesse social (selagem e avaliação de residências, plano de reassentamento, projetos, prospecção de terrenos) e por colaborar com os demais eixos do Programa na elaboração de diagnósticos técnicos e de sustentabilidade social voltado à moradia, durante o período anterior e posterior ao processo de remoção e reassentamento das famílias residentes na faixa de domínio do Anel Rodoviário.

6 - O Eixo Socioeducativo corresponde à etapa de trabalhos sociais junto às famílias das Vilas até a conclusão do processo de remoção, bem como a extensão das ações na etapa do pós-morar. A proposta contribuía para a garantia do acesso pleno aos direitos sociais dos indivíduos e a preparação/adequação das famílias para a nova realidade de moradia e garantia de seus vínculos comunitários. Através de ações de capacitação, integração e organização social esperava-se alcançar níveis satisfatórios de qualidade de vida para as famílias removidas da faixa de domínio do Anel Rodoviário.

A Educação Física no Programa Judicial de conciliação para remoção e reassentamento humanizados das famílias do Anel Rodoviário e BR 381

Dentre os vários profissionais contratados para a execução do Programa Judicial, visando atingir as metas estabelecidas no Plano de Trabalho, estão técnicos em práticas esportivas, graduados em Educação Física. Esses profissionais foram lotados, inicialmente, no Eixo de Mobilização, que tinha como objetivos a sensibilização e a aproximação entre as comunidades a serem atendidas, as equipes do projeto e também a temática trabalhada - o direito à moradia.

Com o desenvolvimento do projeto, e inúmeras atividades desenvolvidas pelos técnicos em práticas esportivas, houve a necessidade de outros profissionais de Educação Física no Eixo Socioeducativo, pois ações realizadas por esse setor, dentre outros objetivos, têm a intenção de estabelecer fortes vínculos entre os moradores das Vilas; promover autonomia das famílias; incentivar e fortalecer as ações solidárias e coletivas entre as famílias; elaborar estratégias de inserção

da população nos espaços públicos; incentivar boas práticas nas temáticas de preservação patrimonial, saúde, qualidade de vida, meio ambiente, organização comunitária. Funções essas fortemente relacionadas à atuação do profissional de lazer.

A conquista de autonomia por parte das famílias removidas é condição premente para que as mesmas se fortaleçam para o posterior processo de conciliação e as mudanças de vida. Dessa forma, o trabalho da equipe técnica do Eixo Socioeducativo (incluindo aí o profissional de Educação Física), responsável pela execução do trabalho social nas fases do pré e pós-morar, focalizou ações que foram realizadas a partir de cinco eixos de atuação:

- **Eixo 1:** Mobilização Comunitária;
- **Eixo 2:** Fortalecimento Organizacional e Participação Popular;
- **Eixo 3:** Geração Emprego e Renda/Empreendedorismo;
- **Eixo 4:** Meio Ambiente;
- **Eixo 5:** Atividades Socioeducativas para Públicos Específicos.

Buscando atender a esses objetivos, o lazer se tornou conteúdo central das intervenções dos profissionais de Educação Física, tanto nas ações relacionadas ao trabalho realizado no Eixo Mobilização, como no Eixo Socioeducativo. Por isso, foram previstas diversas ações visando à educação para e pelo lazer, buscando estimular mudanças no modo de viver e melhorias na qualidade de vida, a partir da apropriação do direito constitucional ao Lazer.

Essas ações iniciaram-se pelo mapeamento e análise de práticas culturais, sendo que, a partir dos resultados observados, foram realizadas intervenções visando melhorias e acessibilidade às práticas que faziam (ou fizeram) parte do cotidiano da comunidade. As intervenções realizadas visam também a inserção de novas possibilidades de vivências culturais lúdicas nos espaços públicos e privados possíveis. A intenção foi consolidar uma cultura de práticas culturais variadas e diversificadas de atividades de lazer, tendo os beneficiários como protagonistas, mediados pelos profissionais e estagiários de Educação Física, visando que dar sustentabilidade à essas práticas culturais quando os sujeitos forem reassentados em um novo território, na nova moradia.

Diante desse desafio, os profissionais de Educação Física, atuantes no Projeto Rondon Direitos Humanos, pautaram suas ações nos objetivos:

- Reconhecer a cultura local e fortalecê-la por meio de atividades de lazer e, dentre elas, as atividades esportivas e atividades físicas;
- Contribuir para a redução das desigualdades quanto ao acesso às atividades físicas, esportivas e de lazer, ampliando as possibilidades de práticas corporais lúdicas;
- Fomentar a criação e manutenção de práticas culturais de lazer, em geral, e, especificamente, de atividade física e esportiva;
- Apresentar novos locais públicos e privados onde várias atividades pode-

rão ser realizadas nos momentos de lazer.

Reconhecer a cultura local e fortalecê-la por meio de atividades de lazer e, dentre elas, as atividades esportivas e atividades físicas

As informações coletadas no cadastro social e a observação da cultura local no cotidiano do acompanhamento e visitas a comunidade fundamentaram as intervenções dos profissionais de Educação Física nas vilas atendidas pelo Projeto Rondon.

Pelas observações buscamos reconhecer os locais de intervenções, as práticas culturais da população, espaços disponíveis para a realização das intervenções, as práticas corporais vivenciadas e o cotidiano das crianças, dos jovens, adultos e idosos. As informações coletadas nos primeiros contatos com a comunidade foram o “ponta pé” inicial para o planejamento de ações de intervenções da Educação Física nas comunidades.

Visando o fortalecimento das práticas corporais e da identidade da cultura local, as intervenções, as visitas e/ou no contato direto com a comunidade, eram iniciadas dando voz aos participantes, com perguntas e respostas, buscando uma participação ativa, valorizando-os como sujeitos de conhecimento e experiências.

O levantamento de informações sobre agentes esportivos e culturais locais (professores de capoeira, futebol, dança, etc.) que realizavam alguma ação nas comunidades orientou visitas pelos profissionais de Educação Física do Programa Judicial, que buscavam maiores informações sobre as atividades que realizavam e os públicos alvo atendidos. Havia momentos para apresentarem suas propostas de aulas, seus métodos, atividades que realizavam, suas demandas e necessidades para a realização dessas atividades.

Para contemplar esse objetivo, várias ações poderiam ser realizadas, como:

- Encontros com os diferentes grupos sociais, por faixa etária, para conhecer quais atividades realizavam e quais gostariam de realizar;
- Imersões em escolas, grupos esportivos, entidades esportivas e culturais de cada comunidade atendida, para observação das atividades culturais que realizavam;
- Visitas de observação e identificação das práticas corporais e da estrutura física das vilas atendidas pelo Programa;
- Identificação das lideranças e dos agentes esportivos/culturais da comunidade.

Contribuir para a redução das desigualdades quanto ao acesso às atividades fi-

sicas, esportivas e de lazer, ampliando as possibilidades de práticas corporais lúdicas

A partir do reconhecimento da cultura de lazer das comunidades atendidas, diante das estruturas físicas e materiais disponíveis e dos grupos sociais que moram na Vila e se disponibilizaram para a participação nas atividades socioeducativas, foram construídas as propostas de trabalho, visando atender as metas estabelecidas no Plano de Trabalho do Programa Judicial, considerando o contexto e as características culturais de cada comunidade.

Além da valorização da cultura local, promovendo momentos das práticas já incorporadas em cada comunidade, novas atividades foram oferecidas, promovendo a vivência de: novas modalidades esportivas, danças, jogos, brincadeiras, atividades físicas, visitas a museus, parques, zoológico, grupos de dança. Essas ações eram realizadas pelos próprios profissionais de Educação Física do Programa ou por convidados parceiros que disponibilizavam seus espaços ou se deslocavam até a comunidade.

Para atender a esse objetivo, foram realizadas as seguintes ações:

- organização de eventos, competições, festivais esportivos, aulas, oficinas;
- busca de parceiros e colaboradores que possam ampliar as possibilidades de práticas culturais para a comunidade;
- busca de lideranças e agentes culturais e esportivos locais, auxiliando-os no processo de gestão de suas ações, visando à sustentabilidade e ampliação das atividades que já realizavam.

Fomentar a criação e manutenção de práticas culturais de lazer, em geral, e, especificamente, de atividade física e esportiva

As comunidades atendidas, além da necessidade de moradia digna, possuem dificuldades em vários aspectos (transporte, recurso financeiro, espaço físico, segurança) que dificultam e, às vezes, inviabilizam o acesso às práticas culturais em geral, e especificamente às atividades físicas e aos esportes nos momentos de lazer.

Um dos papéis dos profissionais de Educação Física no Programa Judicial era captar recursos físicos, financeiros e materiais, por meio de parcerias, pequenas reformas, recursos financeiros diretos, não só para o atendimento direto às comunidades, mas também para a manutenção, ampliação e enriquecimento das atividades cotidianas, visando melhoria da qualidade de vida dos atendidos pelo Programa.

Para alcançar esse objetivo, foram realizadas, dentre outras, as seguintes ações:

- busca de recursos para a manutenção, ampliação e enriquecimento das práticas culturais, da atividade física e esportiva;
- inserção de outros programas públicos e privados nas comunidades para a

ampliação de possibilidades de práticas de atividades físicas, esportiva e de lazer. Como por exemplo, as Academias da Cidade, Programa Segundo Tempo, Escola Aberta, Projeto Força no Esporte;

- estabelecimento de vínculos com parceiros para o encaminhamento dos beneficiados a diferentes práticas esportivas específicas, como: no Projeto Força no Esporte, treinamento de atletismo e taekwondo na UFMG, festivais esportivos;

- busca de incentivos e recursos para as práticas esportivas já incorporadas na própria comunidade, por meio de reuniões com empresas, com poder público, com outras entidades do Terceiro Setor.

As intervenções dos profissionais de Educação Física no Programa partem do olhar na cultura local, adequando novos conteúdos e intervenções com as práticas culturais já existentes na comunidade, nos espaços disponíveis e vividas pelos diversos grupos de atendidos pelo Programa Judicial. De forma participativa e democrática, as ações realizadas possibilitavam uma troca de experiências entre os atendidos pelo Programa, os professores e estagiários, com constante reflexão da ação pedagógica, visando mudanças no modo de viver e melhorias na qualidade de vida. O objetivo principal, nas intervenções dos profissionais de Educação Física é contribuir com o acesso ao lazer, direito social fundamental para uma vida digna, ampliando as práticas culturais no lazer, visando à melhoria na qualidade de vida e o acesso aos espaços públicos e privados para a realização dessas práticas, tanto para o momento atual, como para a vida pós reassentamento.

No caso específico das ações realizadas pelos profissionais de Educação Física voltadas para o acesso ao direito ao lazer, não foi possível ser avaliados os resultados alcançados, considerando que as atividades dos peritos foram finalizadas com a destituição de todos os profissionais que realizavam o trabalho social previsto no Programa Judicial, em outubro de 2016.

As práticas culturais no lazer da população da Vila da Paz

Para entendermos a necessidade de intervenções e ampliarmos o acesso ao direito social do lazer, foi necessário analisarmos o contexto em que estávamos inseridos, mapeando quais as práticas culturais que eram realizadas pela população e os possíveis elementos de influência das escolas no fazer das pessoas nos momentos de lazer.

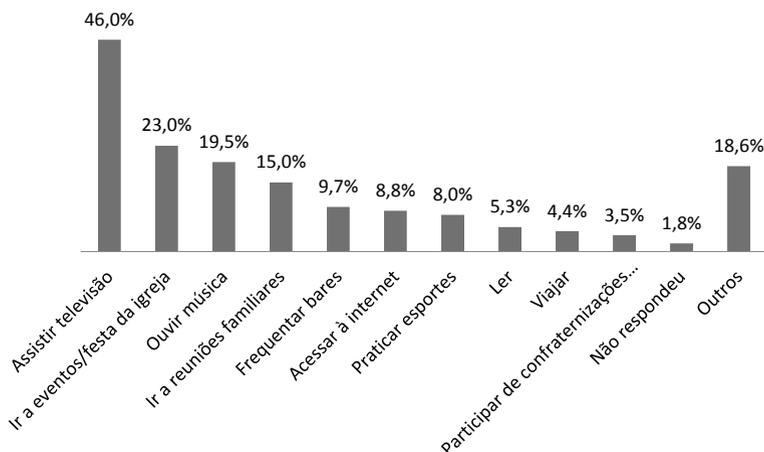
Para esse estudo, foi analisado o cotidiano da população da Vila da Paz, uma comunidade localizada no quilômetro 21 do Anel Rodoviário, que, no início do Programa, possuía 112 famílias, mas que, rapidamente, devido à necessidade de remoções emergenciais, a população de moradores dessa vila se reduziu para 96 famílias.

De acordo com as informações coletadas no cadastro social dos moradores

da Vila da Paz, quando perguntados: “Fora do horário de trabalho, ou em momentos de folga, o que você (s) faz (em)?”

Como pode ser verificado no Gráfico 1, assistir televisão é a atividade vivenciada por 46,0% das famílias da Vila da Paz, nos momentos de folga.

Gráfico 1: Atividade dos moradores em momentos de folga.



Fonte: Cadastros Sociais do Programa Judicial, respondidos pelos moradores da Vila da Paz em 2014.

Segundo Marcellino (2012, p. 21), “a grande maioria do tempo é usufruída nos próprios locais de moradia, dentro das casas, o que propicia a formação de um público cativo da televisão”. Além disso, o baixo nível educacional e barreiras socioeconômicas criam todo um clima favorável para a indústria cultural, reprodução acrítica dos conteúdos culturais veiculados na televisão, que, aliado ao processo de urbanização, “vem contribuindo para o desaparecimento de manifestações culturais autênticas, notadamente nas festas, tanto lúdico-religiosas como lúdico folclóricas” (Ibidem, p. 21). Apesar das casas da Vila da Paz não terem condições de saneamento básico e espaços suficientes para diversidade nas atividades culturais, é o local onde muitos moradores ficam no horário livre.

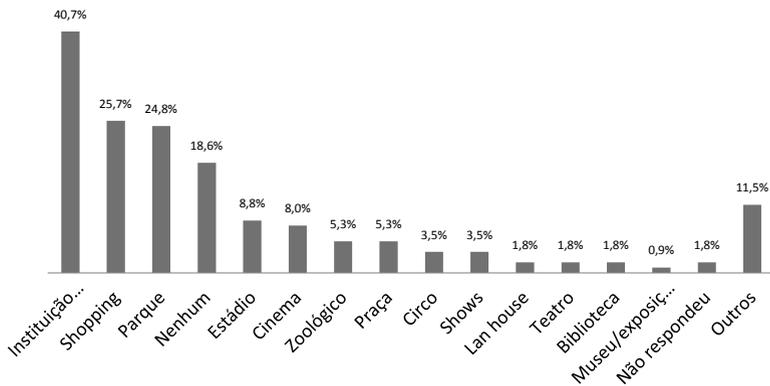
Certamente há várias justificativas para esse resultado, mas se tratando da população da Vila da Paz, a justificativa para o resultado encontrado em relação às atividades no momento de folga pode estar na insegurança da população da Vila da Paz. Quando perguntados se sentiam seguros no local onde moram, 55,4% das famílias daquela comunidade informaram que não se sentiam seguras. Dentre os principais motivos da insegurança que foram citados estão: o risco de acidentes pela proximidade da via de trânsito (47,66%); violência (21,09%);

tráfico (15,63%) e roubos (10,94%).

Outro fator que influencia a vivência de atividades nos tempos livres é o acesso aos espaços públicos e privados. “As oportunidades desiguais na apropriação do espaço também constituem uma das barreiras mais importantes para o acesso ao lazer”. (MARCELLINO, 2012, p. 24). Quando perguntamos quais locais que eram frequentados, 40,7 % das famílias da Vila da Paz informaram que frequentam instituições religiosas ou igrejas. As igrejas naquela comunidade são acessíveis, pois há um grande número de igrejas próximas à comunidade, inclusive duas na própria Vila. Há moradores da Vila que frequentam instituições religiosas três vezes por semana.

Como pode ser verificado no Gráfico 02, como respostas à pergunta sobre os locais que frequentam nos momentos livres, 25,7% frequentam *shopping* e 24,8% frequentam parques. Resultado que pode ser justificado pela proximidade da comunidade a esses espaços, possibilitando que os moradores acessem caminhando, sem gastos com transporte ou pagamentos para o acesso a esses equipamentos. Outro resultado que se destacou nas respostas a essa pergunta: 18,6% das famílias da Vila da Paz responderam nenhum lugar, ou seja, não frequentaram outro lugar que não seja a própria casa e o trabalho (quando o possui). Dados que demonstram mais uma vez que muitas famílias utilizam suas casas como local para os momentos de lazer, apesar das condições precárias e de poucos espaços que possuem em suas moradias.

Gráfico 2: Locais que os moradores frequentam no tempo livre.



Fonte: Cadastros Sociais do Programa Judicial, respondidos pelos moradores da Vila da Paz em 2014.

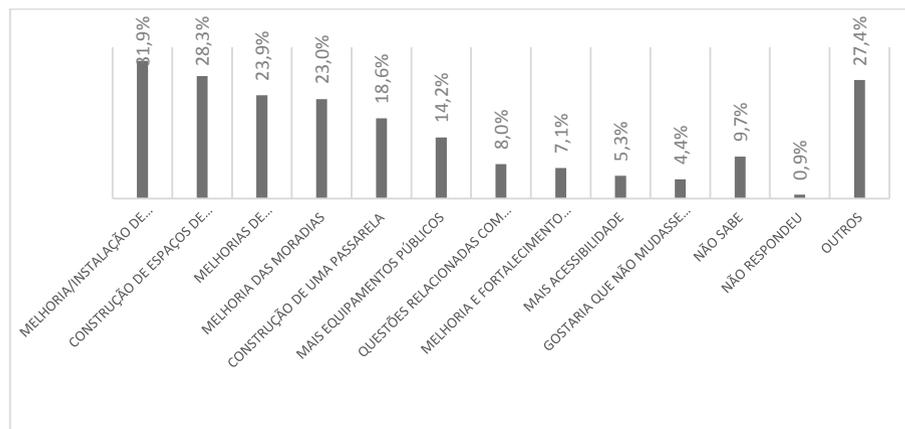
Quando os moradores da Vila da Paz foram perguntados sobre o que gos-

tariam que fosse melhorado na sua comunidade, percebemos que é desejo da comunidade a melhoria nas questões básicas de qualidade da moradia, como esgoto e água tratada (resposta dada por 31,9% das famílias da Vila da Paz), resposta já esperada, considerando que apenas 6% das moradias possuem água da rede pública regularizada e que 95% possui luz de forma irregular.

Outro resultado interessante revelado pelas respostas a essa pergunta, foi a quantidade de famílias (28,3%) que responderam que gostariam que fossem construídos espaços de lazer na comunidade - segunda demanda mais citada pelos entrevistados, como pode ser verificado no Gráfico 3.

Essa resposta muito nos intrigou, pois há na comunidade, próximo às moradias uma quadra esportiva, totalmente aberta à comunidade. Não distante dali, a cerca de 700 metros há uma praça com cesta de basquete, espaço para caminhada e instalações de equipamento da Academia da Cidade. Será que a construção de espaços de lazer seria a solução para ampliação e melhorias das práticas culturais no lazer para aquela comunidade? Ter o espaço não é a garantia do acesso às atividades de lazer, que podem ser proporcionadas. Deve ser garantida a manutenção e conservação dos espaços e equipamentos para que se mantenham em condições de uso adequado e atrativo. Deve haver um incentivo à sua utilização, divulgação das ações que são realizadas e que devem ser acessível a todos. No contexto da comunidade de Vila da Paz, fazem-se necessárias intervenções socioeducativas para que haja apropriação dos espaços públicos próximos daquela comunidade.

Gráfico 3: Ações para melhorias na comunidade.



Fonte: Cadastros Sociais do Programa Judicial, respondidos pelos moradores da Vila da Paz em 2014.

A partir desses resultados sobre as atividades vividas e locais frequentados

nos momentos livres, obtidos a partir do cadastramento social das famílias, buscamos outras informações sobre as atividades da população da Vila da Paz nos seus horários livres. Priorizamos a população de crianças e jovens dos 9 aos 17 anos (Grupo 1) e mulheres adultas, acima de 20 anos (Grupo 2), totalizando 41 sujeitos entrevistados, sendo 19 do grupo 1 (crianças e jovens) e 22 do grupo 2 (mulheres acima de 20 anos). E perguntamos: Onde você costuma ir no seu tempo livre aqui no bairro? O que faz lá? E quantas vezes na semana você vai lá?

Em relação ao grupo de crianças e jovens entrevistados, 68,4% responderam que frequentam o campo que fica muito próximo às casas da Vila. Na quadra, eles vão para jogar bola, soltar pipa, brincar de pega-pega e conversar. A maioria frequenta esse local 2 a 3 vezes por semana, mas não acham que o local está em boas condições: existem buracos nas telas, no piso, não há iluminação e a quadra está com muito mato.

Já as mulheres adultas entrevistadas, 45,45% informaram que não frequentam qualquer lugar na comunidade e, quando foram questionadas sobre os motivos de não frequentarem, apesar de conhecerem locais para frequentarem no tempo livre, informaram que: não gostam; por falta de tempo; por não ter tempo livre; por problemas de saúde; por não ter amigos na comunidade e por falta de segurança.

Nos dois grupos investigados, destacaram-se as respostas que se referem às relações sociais na comunidade, pois 50% dos depoentes não frequentavam outros espaços na comunidade e destacaram motivos relacionados ao convívio com outros moradores, como: não tenho amigos aqui; por brigas entre os meninos; pelo público do local; pelo consumo de drogas dos frequentadores.

Essas respostas deixam claro que o campo e a quadra que a população tem disponível não são utilizados pelas mulheres adultas. Se tornaram espaços de convívio das crianças e dos jovens, que, por sua vez, destacaram que esses espaços não possuem boa estrutura. Além disso, a convivência entre os moradores daquela comunidade pode ser um fator que dificulta a busca de espaços e atividades de lazer dentro do território da Vila da Paz. Já nos primeiros contatos com a comunidade, observamos diversas situações que configuram a dificuldade do convívio e de experiências coletivas de lazer entre as crianças e os adolescentes, fazendo com que as vivências das brincadeiras e jogos individuais sejam na própria moradia. Quando são levados a conviverem uns com os outros eles são agressivos e individualistas, o que fortalece a cultura do individualismo e a dificuldade no convívio entre eles. Fato que certamente tem impacto negativo no convívio comunitário na Vila e no novo território que irão conviver, caso nenhuma mudança nesse aspecto ocorra.

Quando as mulheres adultas foram perguntadas sobre quais locais frequentam fora da comunidade, 27,27% das entrevistadas informaram que só vão a casas de parentes, 22,72% vão ao Parque Municipal e 18% vão à igreja. Essas respostas

nos mostram a falta de acesso de algumas mulheres adultas da Vila da Paz aos espaços de lazer da cidade, ao relatarem que a casa dos parentes é único local fora do bairro que vão nos momentos de lazer. Outro dado importante é a relevância do Parque Municipal para a população investigada, mesmo localizado longe da Vila da Paz, é acessado por 22,72% dos moradores entrevistados.

As crianças e os jovens entrevistados, assim como as mulheres adultas, informaram que o local fora do bairro frequentado pela maioria (52,63%) é a casa de parentes. Apenas 26,31% informaram que frequentam parques e *shopping* nos momentos livres.

A distância dos locais que frequentam no tempo livre foi citada como uma limitação por apenas 7,31%, talvez por não conhecerem outros locais mais distantes. Mas, dada a importância do Parque Municipal e sua distância, podemos considerar que, quando o local possui boa estrutura, segurança, é público e já foi incorporado como um lugar para atividade no lazer, esse tende a ser acessado, apesar da sua distância.

Quando perguntadas com quem vão a esses lugares, fora da Vila, 100% das entrevistadas relataram que vão com familiares. Já em relação ao grupo de crianças e jovens entrevistados, apesar de 10,52% informar que frequenta esses lugares com os amigos, a maioria (89,47%) informou que frequenta lugares fora da comunidade apenas com a família. Esse dado demonstra uma possível limitação na convivência das crianças e jovens com seus vizinhos, talvez pela insegurança das famílias em possibilitar que saiam da comunidade com outras pessoas, pela insegurança no local onde mora (já citado acima), ou por não estabelecerem relações de amizades e confiança com os outros moradores da Vila.

Certamente os espaços de lazer têm “significado político, onde as relações de poder que se estabelecem em torno dele e sobre ele determinam como é o uso que se faz desse espaço e como ele está organizado” (PELLEGRIN, 2004, p. 74). As relações sociais e políticas parecem determinar, na comunidade da Vila da Paz, os acessos aos espaços nos momentos de lazer. Como pôde ser verificado nos resultados encontrados nas visitas à comunidade, no cadastro social e nas entrevistas, essa comunidade se caracteriza por ser um território de poucos momentos de convívio social e, quando há, esses ocorrem entre poucos moradores. Mas, na maioria das casas e dos momentos livres, as atividades são individuais, sobretudo, para as mulheres entrevistadas.

Quando perguntamos aos jovens “o que você espera encontrar para você se divertir no seu novo endereço de moradia?” as respostas foram diversas e se referem desde rede Wi-Fi gratuita a casa de bonecas, piscina, até “um quarto só pra mim”. Mas se destacaram as respostas: praças e parques (57,89 % dos entrevistados); campo e/ou quadra (52,63 % dos entrevistados).

Os parques e praças também foram os itens mais citados pelas mulheres adultas (47,61%) como equipamentos públicos imprescindíveis para a popula-

ção da Vila da Paz nos locais da nova moradia, quando forem reassentados em outro território. As igrejas, tão frequentadas pela população da Vila da Paz, foram citadas por apenas 14,28% das entrevistadas. Já quadra foi um equipamento citado por duas mulheres adultas entrevistadas, corroborando com o resultado encontrado sobre o acesso à quadra, quase que exclusivamente, por crianças e jovens da Vila.

A população, quando é reassentada em outro território, sobretudo quando as moradias ainda não estão definidas ou em construção, deve ser perguntada sobre seus interesses no que se refere aos espaços de lazer, devendo esses ser associados aos espaços que serão disponibilizados. As práticas culturais de lazer já estabelecidas tendem a ser mantidas quando reassentados no novo território, mantendo o hábito das mesmas atividades nos momentos livres.

Por esse motivo, além de serem verificados os interesses das famílias envolvidas nos deslocamentos involuntários, faz-se necessário que essas tenham possibilidade de vivenciar outros locais e práticas culturais nos momentos de lazer, de modo que esses sejam incorporados ao cotidiano dessas famílias, quando transferidas para a nova moradia. Atividades voltadas para o acesso à cidade, como visitas a parques, museus, zoológico, exposições; intercâmbios culturais; participações em eventos, cursos e oficinas temáticas diversas (arte, esporte, música, dança, teatro) são atividades socioeducativas que proporcionam a ampliação e diversificação do acesso às práticas culturais no lazer, trazendo novos olhares, empoderamento e uma ampliação das oportunidades de mobilidade e posse da cidade.

O segundo item que as entrevistadas esperam encontrar para se divertir no seu novo endereço de moradia é academia (sugestão presente em 23,80% das respostas) e equipamentos públicos onde possam fazer atividade física. Resultado que desperta nossa atenção, considerando que próximo (cerca de 700 metros) da Vila tem um equipamento de academia público, mas nenhuma das entrevistadas o frequenta.

Quando perguntamos às mulheres “Que tipo de lugar falta aqui para você se divertir mais?”, destacou-se mais uma vez a resposta - parque e praça -, equipamentos citados por 27,27% das entrevistadas; 13,63 % citaram espaço cultural e dança e 10% entende como necessário para a Vila da Paz uma Academia da Cidade. Mas, duas respostas encontradas em relação a essa questão merecem destaque:

- 27,27% das mulheres adultas e 10,52% das crianças e jovens entrevistados informaram que não falta nada na comunidade para se divertirem;

- 31,57% das crianças e jovens e 31,81% das mulheres adultas deram respostas relacionadas às ações socioeducativas, como: ruas de lazer, projeto social voltado para atividades com crianças, cinema, projetos inclusivos, pula-pula, futebol de salão, espaço cultural, dança, arte e “mais convivência”.

Esses resultados refletem a demanda da população da Vila da Paz por intervenções socioeducativas no trabalho social, voltadas para a ampliação e sustentabilidade das práticas culturais no lazer para a comunidade. A comunidade possui espaços que podem ser utilizados para práticas corporais diversas, momentos de convívio da comunidade e várias outras práticas culturais, como campo, quadra e academia da cidade, mas apenas existir o equipamento público, não corresponde, diretamente, ao seu acesso pela população nos momentos de lazer.

Considerando que a população da Vila da Paz é uma comunidade em processo de deslocamento involuntário, como previsto nas portarias (21 e 317) do Ministério das Cidades, pela demanda da população e pelos resultados encontrados nas entrevistas com a população o trabalho social é imprescindível para que haja acesso aos direitos sociais e à melhoria na qualidade de vida com o reassentamento.

Se, além da mera oferta de equipamentos, houver também uma política para fomentar e ocupar aquele espaço público, as interações se tornam ainda mais qualificadas como relações humanas. Oficinas de artes, aulas de ginástica, de futebol, de vôlei e de basquete, por exemplo, fomentam uma outra relação das comunidades participantes com o Estado. Ao invés da regulação pela violência física ou sua ameaça, a lei da selva, tão comum quando há ausência do Estado, cria-se um ambiente de interação propício ao cultivo de valores como respeito, tolerância e cidadania (GASTALDO, 2009, p. 108).

Para que os espaços voltados para a vivência do lazer na nova comunidade sejam sustentáveis e tragam perenidade na sua utilização, ou seja, tenha sustentabilidade social (GEHL, 2013), eles devem possibilitar aos vários grupos da sociedade oportunidades iguais de acesso ao espaço público. Para que encontremos “outras pessoas” no espaço público, na comunidade e fora dessa é necessário que o espaço público seja bem acessível, convidativo, que sirva como cenário atraente para encontros organizados ou informais nos momentos de lazer, como exemplo o Parque Municipal. E, principalmente, é importante que nesses espaços sejam oportunizadas experiências prazerosas, lúdicas, para que o desejo de frequentá-los seja permanente e sustentável.

Para Tuan (1983:39) “os princípios fundamentais da organização espacial encontram-se em dois tipos de fatos: a postura e a estrutura do corpo humano e as relações entre as pessoas”. Espaços abertos e livres para as práticas corporais, que possibilitem diversidade de manifestações, são convites à apropriação. E, ao ser apropriados, a partir de experiências positivas (topofilia, segundo Tuan), ganham definição e significados, se transformando em lugar. Mas, para isso, os moradores do local precisam vivenciar, no seu cotidiano, atividades lúdicas e de convívio sociais nos espaços públicos, tendo um ambiente saudável de convívio

entre os frequentadores - objetivos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho social em comunidades como a Vila da Paz.

As relações sociais na comunidade estudada atualmente não possibilitam experiências prazerosas, seguras e respeitadas entre os moradores, o que dificulta a interação social e possibilidades de mudança desse cenário. Para Gehl (2013), o respeito pelo outro, dignidade, entusiasmo pela vida e pela cidade como lugar de encontro são pontos centrais para pensar a dimensão humana nos espaços das cidades. Para ele essas relações humanizadas nos diferentes contextos sociais devem ser iniciadas na infância.

“A distância é um conceito espacial inexpressivo separado da ideia de objetivo ou lugar” (TUAN, 1983, p. 151). As experiências diretas e íntimas são os valores simbólicos na apropriação de um lugar. Apesar de haver espaços abertos, livres e múltiplas possibilidades de práticas culturais, as experiências vivenciadas pelos moradores da Vila da Paz não permitem que o campo, a quadra, o espaço para atividade física, a Academia da Cidade, a escola se tornem lugares a frequentados nos momentos de lazer. Da mesma forma, quando reassentados na moradia definitiva, caso não haja uma mudança nesse cenário cultural, caso não seja possibilitadas vivências prazerosas para os que ali irão morar, poderão ser construídos espaços propícios para atividades culturais, mas esses não serão frequentados/apropriados pelos moradores.

Considerando as respostas dadas pelos moradores da comunidade estudada, muitos percebem a necessidade de ações socioeducativas, mas, entretanto, muitos não veem necessidade de quaisquer mudanças na comunidade e outros tantos relatam que as relações sociais são os principais motivos de não frequentarem os locais disponíveis. Certamente, para a apropriação dos lugares disponíveis para o lazer ser conquistada, são indispensáveis as mobilizações sociais e intervenções socioeducativas.

O problema central nesse trabalho focaliza o direito à moradia, como propõe a ONU em sua Relatoria Especial, a moradia adequada para os moradores da Vila da Paz, que passam por um processo de deslocamento involuntário. Para Rechia (2014), essa discussão, não deve se prender a questões puramente estruturais (disponibilizar uma nova moradia), não devemos nos esquecer do caráter social, educacional e ambiental no plano de remoção e reassentamento, da produção das mediações que devem representar as práticas e os valores sociais de cada época e de cada demanda social. “Um bom exercício cidadão para a mobilização social, em prol da defesa ambiental, é a apropriação dos espaços de lazer das cidades brasileiras” (RECHIA, 2014, p. 81).

Poderão ser construídos espaços de lazer no novo território onde os moradores da Vila da Paz irão morar, mas essas pessoas poderão também não ter acesso pleno a esses espaços para práticas culturais no lazer. A atividade de assistir televisão poderá continuar sendo a principal para os momentos de tempo livre,

seja na Vila, onde estão atualmente, seja na nova moradia, quando forem reassentados e mudarem de espaço físico de moradia, mantendo as práticas que realizam atualmente no tempo livre. Marcellino (2012) aponta que além da construção de novos equipamentos em locais adequados e acessíveis, deve haver mudança da mentalidade na utilização dos equipamentos. Deverá haver a incorporação, por parte da população, dos espaços e das várias possibilidades de práticas culturais que podem ser realizadas em cada local, nos momentos de lazer. Somente assim, haverá a apropriação dos espaços de lazer no novo território, com o reassentamento.

O lazer tem uma perspectiva de melhoria da qualidade de vida, pois está relacionado ao desenvolvimento do sujeito como pessoa, cidadão, membro de uma coletividade, por meio de relações lúdicas, com amor, liberdade e prazer. Porém, “num país desigual como o nosso, onde a grande maioria das pessoas sobrevive na linha abaixo da pobreza, e muitos na linha da miséria, esperar por uma experiência de lazer que promova o seu desenvolvimento social e como indivíduo é quase uma utopia” (BRAMANTE, 1998, p. 14). O trabalho social previsto na legislação brasileira, mas negligenciado nos projetos de deslocamento involuntário de famílias, têm um papel primordial no acesso às práticas culturais, na apropriação de novos espaços públicos e privados para o lazer.

Se o trabalho social no processo de remoção visa o acesso aos direitos sociais, sobretudo no direito à moradia e à cidade e a melhoria na qualidade de vida dos envolvidos, a educação para e pelo lazer deve ser uma das áreas de atuação dos profissionais que atuarão nos processos de remoção e reassentamento de famílias.

Comentários finais

A mudança na qualidade de vida, assegurando o direito à moradia das famílias afetadas pelo deslocamento involuntário, no que se refere ao acesso aos locais públicos e privados e às práticas culturais no lazer, deve partir da mudança no modo de viver da população a ser removida.

Se considerarmos o modo de viver dos moradores da Vila da Paz, quando reassentados, mesmo possuindo uma quadra de futebol e outros locais para realizarem atividade física, artística e esportiva, poderão continuar sem frequentar outros espaços que não seja a própria casa e o trabalho. O acesso pleno ao direito social e fundamental do lazer não está apenas nas questões estruturais, mas também na cultura, no exercício da apropriação, na vivência desse direito como essencial para uma vida digna.

Por isso, as famílias em processo de deslocamento involuntário precisam ter a possibilidade de se manifestarem em relação aos seus interesses no que se refere às práticas culturais no lazer, para que no novo território sejam disponibilizados espaços e acessos visando atender as suas demandas e necessidades em

relação as atividades lúdicas a serem vividas no novo local de moradia.

Outro elemento importante é que os ambientes de lazer no novo local de moradia tenham condições de proporcionar vivências motoras e culturais diversificadas, livres e desafiadoras e as relações sociais entre os frequentadores precisam ser saudáveis e respeitadas. A incorporação de um espaço com ambiente de lazer para várias pessoas dependerá desses momentos prazerosos de convívio social nos momentos livres.

É comum observarmos quadras, espaços para a prática esportiva ou de lazer vazias nos condomínios construídos para comunidades de reassentados. Essa configuração pode ser explicada pelas dificuldades de convivência entre os moradores, situação reversível quando se proporciona um processo socioeducativo, buscando proporcionar momentos de convívio respeitosos e prazerosos entre os moradores. Um espaço de lazer e prática esportiva não se torna útil e muito menos sustentável apenas com a sua disponibilização. É necessário o mínimo de civilidade e convivência comunitária para que seja amplamente utilizado e incorporado como espaço de lazer.

Em comunidades de alta vulnerabilidade, com inúmeros conflitos sociais se torna necessário intervenções socioeducativas no trabalho social, visando amenizar as desigualdades que seus moradores sofrem em relação as possibilidades espaços e práticas culturais no lazer. A busca pela sustentabilidade dos espaços e práticas do lazer, no processo de deslocamento de famílias faz-se necessário, necessita que seja promovido o exercício da participação e a inserção social das famílias contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. Esses objetivos poderão ser alcançados por meio de atividades socioeducativas no trabalho social, voltadas para ampliação do acesso às práticas culturais, melhorias no convívio social dos reassentados, observação aos interesses da população afetada e construção de locais abertos, públicos, livres, desafiadores e que atendam várias faixas etárias e vários grupos sociais.

Referências bibliográficas

BRAMANTE, A. C. Lazer: concepções e significados. *Licere*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-17, 1998.

BRASIL. *Por uma cultura de direitos humanos*. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Instrução normativa, n. 8, de 26 de março de 2009. Regulamenta o trabalho social executado em intervenções de provisão habitacional e de urbanização de assentamentos precários das ações e programas geridos pelo Ministério das Cidades. Brasília, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria n. 317, de 18 de julho de 2013. Dispõe sobre medidas e procedimentos a serem adotados nos casos de deslocamentos involuntários de famílias de seu local de moradia. Brasília, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Curso de capacitação: trabalho social em programas*

de habitação de interesse social. 2.ed. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação; Florianópolis: NUTE/UFSC, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria n. 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o manual de instruções do trabalho social nos programas e ações do Ministério das Cidades. Brasília, 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Divulgam os resultados do déficit habitacional municipal no Brasil. Minas Gerais, 2013. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/2680-fundacao-joao-pinheiro-e-ministerio-das-cidades-divulgam-os-resultados-do-deficit-habitacional-municipal-no-brasil>. Acesso em 07 de setembro de 2017.

GASTALDO, Édison Luís. Interações sociais no espaço público: um estudo etnográfico em praças e parques. In: FRAGA, Alex Branco, MAZO, Janice Zarpellon, STIGGER, Paulo; GOELLNER, Silvana Villodre (Org.). *Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos*. Porto Alegre: Gênese, 2009.

JUSTIÇA FEDERAL. Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, 7ª Vara. Processo n. 57367-09.2013.4.01.3800. Autor: Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal. Réus: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT e outros. Belo Horizonte, 25 de novembro de 2013.

JUSTIÇA FEDERAL. Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, 7ª Vara. Processo n. 57367-09.2013.4.01.3800. Plano de Trabalho de execução do Programa de Conciliação no âmbito da Justiça Federal. Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2013.

RECHIA, Simone; LADEWIG, Iverson. Espaços de lazer, meio ambiente e infância: relação entre sustentabilidade social e ambiental para o desenvolvimento integral do cidadão urbano. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v.1, n.3, p.67-836, 2014.

RIBEIRO, Adriana de Miranda; VIANA, Mattos Viana; AZEVEDO, Sérgio. Déficit habitacional municipal em Minas Gerais. *Caderno de Geografia*, v.23, n.43, 2015.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

GEHL, J. *Cidades para as pessoas*. Tradução Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

PELLEGRIN, Ana. Espaços de Lazer. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DA VILA DA PAZ E DO ENTORNO

Duval Magalhães Fernandes
Gabriela Lima Diniz
Giordane Tamires Ferreira

Resumo:

Neste capítulo verificamos que, enquanto os indicadores levantados para a área de ponderação, na qual se insere a Vila Paz, estão próximos dos encontrados para Belo Horizonte, aqueles calculados para a Vila indicam situação de alta vulnerabilidade dos seus moradores. Neste sentido, a Vila da Paz representa um “enclave” sociodemográfico dentro dos níveis territoriais analisados. Isto porque não traduzem nos seus indicadores as oportunidades que poderiam advir do município de Belo Horizonte e da área de ponderação. Nesta conjuntura, a Vila da Paz mostrou-se um lugar com condições de vida precária, contrastando com o município e a área de ponderação, condições tais que puderam ser constatadas pela pesquisa *in loco*.

Introdução

A questão da moradia pode ser considerada como um dos principais problemas sociais da atualidade. Nos países da América Latina a urbanização das cidades, impulsionada pelo crescimento da atividade industrial, ocorreu de forma acelerada e desorganizada, o que veio a produzir um efeito de desenvolvimento urbano simultaneamente desigual e, em alguns casos, planejado. Diante dessa conjuntura, no Brasil, durante o século XX, a população orientada pelo fluxo rural-urbano se tornou a base dos setores industriais e da construção civil nos grandes centros urbanos. Essa população, caracterizada por baixos padrões de renda, de escolaridade e ocupada em empregos subalternos, se junta à parcela de população urbana com essas mesmas características socioeconômicas, que, no processo de implantação da industrialização, havia se tornado mão de obra excedente. Esse subgrupo populacional é que habita áreas de aglomerados subnormais em moradias com condições precárias. Habitações geralmente situadas às margens de rodovias, em áreas de preservação ambiental ou em limites municipais, mas também contíguas a regiões já consolidadas.

Sob essa perspectiva, estar à margem ou na periferia geográfica muitas vezes coincide com residir em lugares onde a paisagem urbana é composta por ocupações irregulares, domicílios inadequados, caracterizados pela ausência de saneamento, de coleta de lixo e de transporte público, ou seja, ambientes deslocados da cidade formal. Nesse caso, em relação à questão habitacional, a proliferação de moradias irregulares no espaço urbano é fruto da própria formalidade inerente às cidades geradas por meio de instrumentos de planejamento urbano. Ao mesmo tempo em que os ordenamentos regulam a cidade, eles privam a

população de renda mais baixa de seus direitos urbanísticos e, de forma contraditória, contribuem para a ampliação da ocupação urbana irregular. É também por esses motivos que a organização socioespacial das cidades tende a revelar desigualdades no comportamento sociodemográfico de cada segmento populacional, o que leva cada pedaço da cidade a se manifestar de forma diferenciada, segundo o local de residência dos cidadãos.

No município de Belo Horizonte, a segregação espacial repete o observado em outras capitais do País (CANETTI, 2014). Esse processo não acontece em momento recente, mas está no cerne da própria fundação da cidade (LIBERATO, 2007). O acesso à moradia é um processo que leva à expulsão daqueles de menor renda para as periferias ou à fixação em regiões que, mesmo próximas de áreas dinâmicas, são vulneráveis por conta de sua topografia e processo de ocupação. No entanto, ainda que a produção de assentamentos precários seja uma realidade nas cidades brasileiras, as periferias têm mudado de forma e de lugar, e os processos que influem na formação destas estão cada vez mais relacionados ao que Rolnik (2015) chamou de colonização da terra urbana, ou seja, a reserva de áreas com o intuito de valorização do solo urbano. Em grande medida, o estoque dessas áreas é direcionado à atuação de empreendimentos imobiliários que visam atender determinados segmentos da população, aqueles que podem pagar pela casa própria. Em geral, uma fatia mínima dos cidadãos metropolitanos.

Também entra no espectro dos conflitos urbanos a implementação de projetos de mobilidade urbana que, embora aliados à democratização do espaço urbano, muitas das vezes ocasionam a remoção forçada da população que habita as margens das rodovias e ferrovias. Por esse prisma, os processos de melhoria da estrutura viária apontam uma tendência gentrificadora dos projetos urbanísticos diante do meio ambiente urbano, isto porque um procedimento dessa magnitude é capaz de modificar completamente a estrutura sociodemográfica de uma área urbana.

Neste contexto, o “Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizados de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381” em parceria com diversos órgãos e universidades, inclusive com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, realizou, em 2016, levantamento de informações socioeconômicas em aglomerados que deverão ser removidos parcial e totalmente para a ampliação da rodovia. Dentre estes aglomerados está a Vila da Paz.

A Vila da Paz está localizada às margens do Anel Rodoviário, na altura do bairro Universitário e do bairro Maria Virgínia. Sua extensão territorial abrange duas regionais do município de Belo Horizonte: Pampulha e Nordeste, mas, segundo entendimento do IBGE, ela se encontra inserida na área de ponderação (NE4-A) da Regional Nordeste.

Na elaboração deste capítulo foram utilizadas duas fontes de informação distintas. A primeira, composta pelos dados do Censo Demográfico de 2010. Como

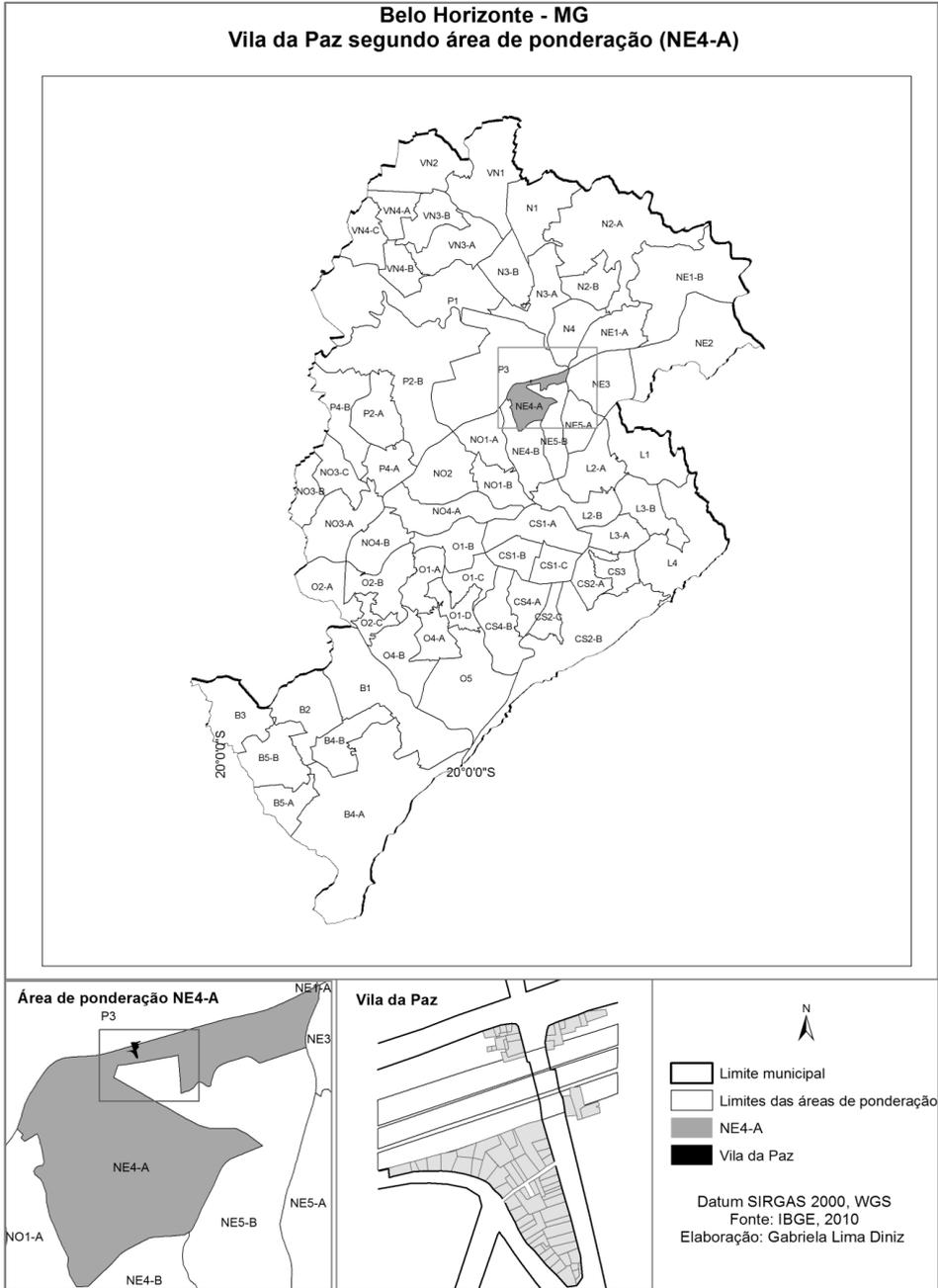
não é possível ter dados desagregados por setores censitários, lançamos mão de informações por áreas de ponderação¹ que permitiram para uma área menor que a do município, obter dados desagregados sobre algumas características da população e dos domicílios. O município de Belo Horizonte tem 66 áreas de ponderação divididas conforme as nove regiões administrativas da capital. A área de ponderação utilizada nesse capítulo é da Região Administrativa Nordeste.

O outro conjunto de informações utilizado aqui tem por fonte o levantamento realizado pelo Projeto Rondon com os moradores das vilas que serão removidos por conta da duplicação da rodovia BR – 381. Assim, buscamos mostrar o contexto municipal e do entorno no qual está inserida a Vila da Paz, antes de avançar nas análises das informações obtidas com os moradores locais. Por serem fontes distintas com métodos de coleta particulares e objetivos pesquisados diversos, não seria possível comparar as duas bases. Mas, ao tratar as informações do município e da área de ponderação de uma parte, e as da Vila da Paz de outra, tivemos a oportunidade de comparar os dois espaços: a cidade formal e a ocupação irregular.

Nem todas as variáveis disponíveis na base do Censo podem ser recuperadas no conjunto das informações do levantamento do aglomerado. Por essa razão, as análises propostas não coincidirão nos aspectos que serão aqui abordados.

¹ Define-se área de ponderação como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários contíguos. O tamanho mínimo de uma área de ponderação é de 400 domicílios ocupados levantados na amostra do censo. (IBGE, 2010)

Mapa 1 - Mapa de localização.



Caracterização sociodemográfica de Belo Horizonte e da área de ponderação selecionada.

Belo Horizonte se destaca na Região Metropolitana (RMBH) pelo seu porte demográfico: a capital mineira, segundo o Censo Demográfico de 2010, contava com 2.375.151 habitantes. A RMBH está entre as três maiores RM's do Brasil e a sua população, no ano em questão, era de 4.883.970 pessoas (IBGE, 2010).

Em relação ao referido censo, a Vila da Paz está contextualizada entre duas áreas de ponderação de Belo Horizonte, a NE4-A, na Regional Nordeste, e a P3, na Regional Pampulha. Essas áreas de ponderação são áreas limítrofes, divididas pelo Anel Rodoviário. Mesmo que a Vila da Paz esteja localizada entre essas duas áreas de ponderação, a maior parte de seu território está situada na área NE4-A, na Regional Nordeste. Logo, a menor parcela se encontra na área P3, na Regional Pampulha. No entanto, o IBGE desconsidera a Vila da Paz como parte integrante da área de ponderação P3.

A área de ponderação NE4-A agrupa em seu território os bairros Maria Virgínia, Santa Cruz, São Sebastião e as vilas: da Paz e Inestan. De acordo com os dados do censo de 2010, a área contava com 27.734 pessoas e 8.987 domicílios².

As análises feitas a seguir têm como base o tratamento dos dados do Censo Demográfico de 2010 disponibilizado pelo IBGE. Por meio dos dados censitários, buscamos identificar os perfis sociais distribuídos no contexto de Belo Horizonte e da área de ponderação (NE4-A) da Regional Nordeste. Para tanto, com a finalidade de comparar a população inserida no contexto do município de Belo Horizonte e na área de ponderação, utilizamos os dados referentes à estrutura etária, ao rendimento, ao nível de instrução e à ocupação.

Estrutura etária

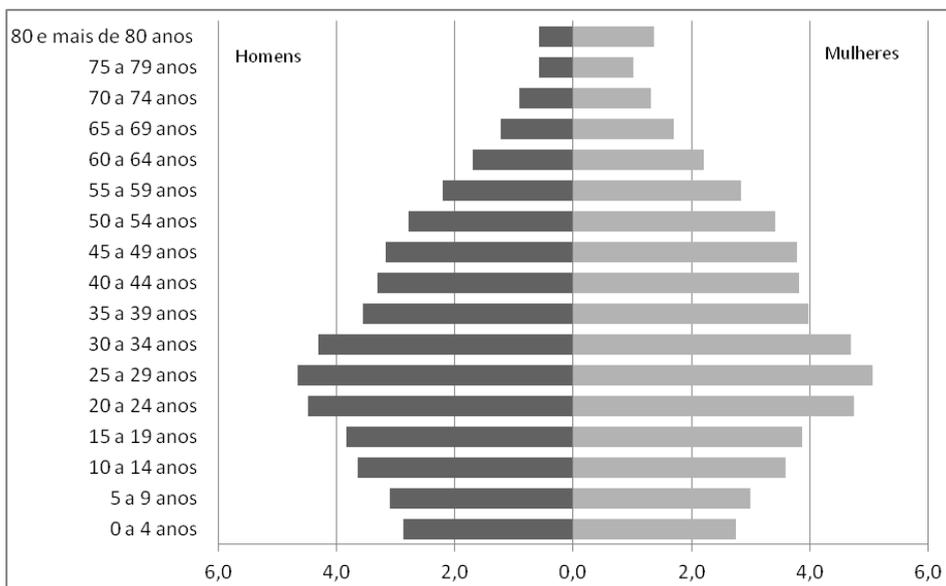
A distribuição por sexo da população municipal indica que, em 2010, as mulheres adultas representavam 53,1% da população. Em relação à área de ponderação em estudo, também havia predominância de residentes do sexo feminino que seriam 53,3% da população.

As pirâmides etárias das duas áreas em análise apresentam algumas semelhanças que denotam processos de evolução da dinâmica populacional observados no País, como o impacto da redução da fecundidade sobre a estrutura populacional. Outra semelhança é a importância relativa da população em idade ativa. No entanto, a pirâmide da área de ponderação indica também uma participação relativa importante da população do grupo etário 45 a 54 anos. Esse aspecto pode estar ligado a processos de mobilidade interna no município que, por conta do reduzido efetivo populacional da região, poderia impactar na representação da estrutura etária local. Ao se considerarmos grupos etários mais

² O questionário da amostra do censo foi aplicado em 436 domicílios, levantando 1.363 pessoas.

amplos³, destacamos a configuração da população quanto à estrutura, sendo que tanto no município como na área de ponderação prevaleceu a população que se encontrava na idade adulta (36,7% e 37,9%, respectivamente) seguida pela população de jovens adultos (31,1% e 29,7%). O restante da população do município estava distribuído da seguinte forma: 16,1% composta por crianças, enquanto 15,2% dos moradores da área de ponderação estavam nessa categoria; os jovens representavam 7,4% da população municipal e 7,9% na área menor; os idosos correspondiam a 8,7% dos moradores da capital e a 9,3% da área em estudo.

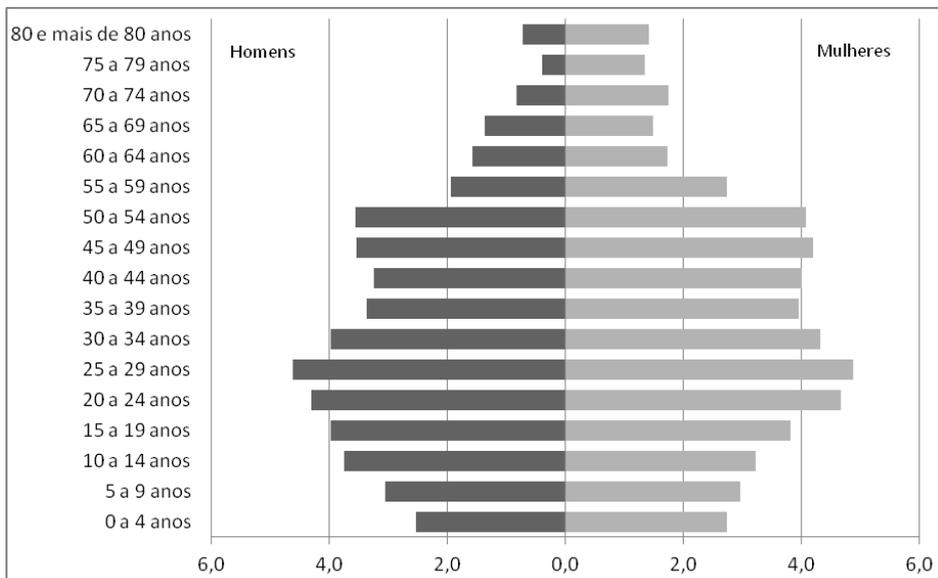
Gráfico 1- Estrutura etária da população de Belo Horizonte, 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010 – IBGE.

³ De acordo com a classificação do IBGE consideram-se crianças a população de até 12 anos de idade; jovens, a população de 13 até 17 anos; jovens adultos, a população de 18 a 34 anos; população adulta, de 35 a 64 anos; e população idosa, de 65 ou mais anos de idade.

Gráfico 2- Estrutura etária da população da área de ponderação, NE4-A, 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010 – IBGE.

Nível de instrução

Ao se considerar o nível de instrução em Belo Horizonte e na área de ponderação, a maior parte da população com mais de 15 anos de idade declarou ter o ensino médio completo ou superior incompleto em 32,3% no município e em 38,9% da área estudada. Aqueles que não concluíram o primeiro ciclo de ensino e os sem instrução representam o segundo grupo mais expressivo da população com mais de 15 anos 30,1% em Belo Horizonte e 31,6% na área de ponderação. O nível superior completo é mais representativo na população considerada no município (19,1%) do que na área de ponderação (11,6%). A mesma situação é notada ao se tratar do nível fundamental completo e o médio incompleto, em que o município aparece com 17,8% da população considerada e a área de ponderação com 17,6%.

Tabela 1 - População com 15 anos e mais, segundo nível de instrução, em Belo Horizonte e na área de ponderação, 2010.

Nível de instrução	Pessoas Belo Horizonte (abs.)	Pessoas Belo Horizonte (%)	Pessoas área de ponderação (abs.)	Pessoas área de ponderação (%)
Sem instrução e fundamental incompleto	579.741	30,2	7.176	31,7
Fundamental completo e médio incompleto	343.363	17,8	3.987	17,6
Médio completo e superior incompleto	621.619	32,3	8.817	38,9
Superior completo	368.512	19,1	2.639	11,6
Não determinado	11.950	0,6	55	0,2
Total	1.925.186	100,0	22.674	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 2010 – IBGE.

Esses dados indicam que, apesar da proximidade de valores entre as informações do município e da área de ponderação considerada, o nível educacional do primeiro era, em 2010, ligeiramente superior ao do segundo segmento espacial considerado.

Ocupação

A ocupação foi analisada tendo-se em conta o quesito do questionário do censo aplicado à população de 10 anos e mais que, na semana de referência, se declarou ocupada. As informações foram agregadas segundo os grandes grupos de ocupações definidos de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO⁴.

Da população do município de Belo Horizonte que se declarou ocupada, destacam-se os trabalhadores dos serviços e os vendedores dos comércios e mercados (18,2%), seguidos pelas ocupações agrupadas na categoria de profissionais das ciências e intelectuais (17,7%). É também expressiva a distribuição da população nas ocupações elementares, somando 12,8% da população ocupada.

Levando-se em conta a distribuição da população por ocupações na área de ponderação examinada, o grupo mais expressivo é composto pelos trabalha-

⁴No quesito ocupação, consideram-se pessoas de 10 anos ou mais de idade o que caracteriza a População Economicamente Ativa PEA ocupadas na semana de referência, segundo a seção, a divisão e a classe de atividade do trabalho principal. Os dados sobre ocupação estão organizados de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a qual descreve e ordena as ocupações dentro de uma estrutura hierarquizada que permite agregar as informações referentes à força de trabalho, segundo características ocupacionais que dizem respeito à natureza da força de trabalho (funções, tarefas e obrigações que tipificam a ocupação) e ao conteúdo do trabalho (conjunto de conhecimentos, habilidades, atributos pessoais e outros requisitos exigidos para o exercício da ocupação). (IBGE, 2010)

dores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados (22,7%). Essa distribuição reproduz na área em análise o caráter terciário do município. Ademais, na área de ponderação, outros grupos também se destacam, como o de técnicos e profissionais de nível médio (12,6%), trabalhadores de apoio administrativo (12,5%) e pessoas que exercem ocupações elementares (12,4%). Ocupações de diretores e gerentes representam 4,6% dos ocupados, valor inferior ao observado para o município como um todo (6,0%).

Tabela 2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grande grupo de ocupação, em Belo Horizonte e na área de ponderação, 2010.

Grande grupo de ocupação	População ocupada Belo Horizonte (abs.)	População ocupada Belo Horizonte (%)	População ocupada NE4_A (abs.)	População ocupada NE4_A (%)
Ocupações mal definidas	98.267	7,9	926	6,4
Diretores e gerentes	74.680	6,0	672	4,6
Profissionais das ciências e intelectuais	218.964	17,7	1.610	11
Técnicos e profissionais de nível médio	124.998	10,1	1.833	12,6
Trabalhadores de apoio administrativo	132.534	10,7	1.821	12,5
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	224.856	18,2	3.310	22,7
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	3.334	0,3	41	0,3
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	113.964	9,2	1.411	9,7
Operadores de instalações e máquinas e montadores	79.666	6,4	1.112	7,6
Ocupações elementares	158.253	12,8	1.804	12,4
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	7.591	0,6	32	0,2
Total da população ocupada	1.237.107	-	14.574	-

Fonte: Censo Demográfico de 2010 – IBGE.

Renda domiciliar do trabalho principal

Para a análise da renda da população do município de Belo Horizonte e da área de ponderação, foram considerados os dados referentes aos domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita, com base no salário mínimo (IBGE, 2010).

É interessante notar como a área de ponderação é um reflexo da estrutura sociodemográfica do município de Belo Horizonte também no quesito renda. Embora uma fatia fina dos domicílios do município (2,6%) e da área de ponderação (2,4%) tenham se apresentado sem rendimento, os domicílios com baixa renda foram considerados significativos no município e na área de ponderação, isso tendo em vista que grande parcela da renda domiciliar no município (37,2%) e na área de ponderação (32,4%) era de até um salário mínimo. Ainda sobre o rendimento domiciliar, há indicações de desigualdades econômicas existentes tanto no município quanto na área de ponderação, uma vez que eram poucos os domicílios com rendimento de mais de cinco salários mínimos, visto que apenas 14,1% dos domicílios municipais e 8,8% dos domicílios da área de ponderação estavam nessa classe de rendimento.

Tabela 3 – Número de domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita em salários mínimos, em Belo Horizonte e na área de ponderação⁵, 2010.

Classes de rendimento nominal mensal (salário mínimo)	Belo Horizonte		Área de Ponderação	
	V. abs.	%	V. abs.	%
Até 1 salário mínimo	283.153	37,2	2.906	32,4
Entre um e dois salários mínimos	190.393	25,0	2.902	32,4
Entre dois e três salários mínimos	79.814	10,5	1.050	11,7
Entre três e cinco salários mínimos	80.443	10,6	1.101	12,3
Mais de cinco salários mínimos	107.825	14,1	793	8,8
Sem rendimento	19.638	2,6	217	2,4
Total	762.075	100	8.970	100

Fonte: Indicadores Belo Horizonte, PBH⁶.

⁵ Os valores apresentados nessa tabela foram obtidos com a Prefeitura de Belo Horizonte em tabelas pré-formatadas. Por essa razão, os totais das tabelas 3, 4 e 5 apresentam pequenas divergências.

⁶ http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticaseindicadores&lang=pt_br&pg=7742&tax=20050

Os domicílios

Ao se considerarem os domicílios dos dois territórios em análise - Belo Horizonte e a área de ponderação - observamos maior predominância de casas na área de ponderação, representando 75,7% dos domicílios, valor esse superior ao verificado em Belo Horizonte (61,7%). A proporção de apartamentos na área de ponderação era 19,3% menor do que a encontrada para o município como um todo (32,9%). A presença de domicílios como casa de cômodos ou áreas não regulares representava 4,6% de todos os municípios na área em estudo, suplantando a proporção observada em Belo Horizonte (1,4%).

Tabela 4 – Número de domicílios segundo o tipo em Belo Horizonte e na área de ponderação, 2010.

Tipo de domicílio	Belo Horizonte		Área de ponderação	
	V. abs.	%	V. abs.	%
Casa	474.448	61,7	6.807	75,7
Casa de vila ou em condomínio	23.901	3,1	50	0,6
Apartamento	252.791	32,9	1.735	19,3
Habitação em: casa de cômodos, cortiço ou “cabeça de porco” ⁷	10.996	1,4	378	4,2
Outros	6.549	0,9	17	0,2
Total de domicílios	768.685	100	8.987	100

Fonte: Censo Demográfico 2010. IBGE.

Ao se analisarem as características dos domicílios do município e da área de ponderação, verificamos certa aproximação entre os resultados encontrados para a capital e a área menor. Em relação ao material utilizado nas construções, na área de ponderação 91,2% das habitações era construída em alvenaria com revestimento externo, valor mais elevado do que o observado para o município como um todo (89,4%).

No quesito saneamento – fornecimento de água e captação de esgoto –, a área de ponderação mostrou melhores indicadores do que os apurados na capital, acontecendo o mesmo no tocante à coleta de lixo.

⁷ Habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco representa a unidade de moradia multifamiliar, isto é, com várias famílias diferentes, apresentando as seguintes características: uso comum de instalações hidráulica e sanitária (banheiro, cozinha, tanque, etc.); utilização do mesmo ambiente para diversas funções (dormir, cozinhar, fazer refeições, trabalhar, etc.); várias habitações (domicílios particulares) construídas em lotes urbanos ou com subdivisões de habitações em uma mesma edificação, geralmente alugadas, subalugadas ou cedidas e sem contrato formal de locação.

Tabela 5 – Número de domicílios, segundo algumas características. Belo Horizonte e área de ponderação - 2010.

Características dos domicílios		Belo Horizonte		Área de ponderação	
		V. abs.	%	V. abs.	%
Material das paredes externas	Alvenaria com revestimento	687.343	89,4	8.194	91,2
	Alvenaria sem revestimento	72.743	9,5	758	8,4
	Outros e não declarados	8.599	1,1	35	0,4
Abastecimento de água	Rede geral de distribuição	759.689	98,8	8.929	99,3
	Outros e não declarados	8.996	1,2	58	0,7
Tipo de esgotamento sanitário	Rede geral de esgoto ou pluvial	732.016	95,2	8.749	97,4
	Fossa séptica	3.854	0,5	23	0,3
	Outros e não declarados	32.815	4,3	215	2,4
Destino do lixo	Coletado diretamente por serviço de limpeza	745.402	97	8.741	97,2
	Outros e não declarados	23.283	3	246	2,7
Total de domicílios		768.685		8.987	

Fonte: Censo Demográfico de 2010, IBGE.

Análise das informações da Vila da Paz

O levantamento das informações foi realizado em todos os domicílios da ocupação por meio da aplicação de formulário para o cadastro das famílias. Esse instrumento de coleta continha questões que tratavam de aspectos relacionados ao domicílio e aos seus moradores. Uma vez completada a entrevista, o domicílio era registrado, ou selado, indicando a sua incorporação no processo de remoção. No total foram visitados e registrados 104 domicílios, com um total de 312 moradores.

Caracterização dos domicílios

O levantamento dos domicílios indicou que, do total apurado, 81,7% eram utilizados exclusivamente como residência; 9,4% tinham uso misto, que reunia alguma atividade comercial e moradia; e o restante dos locais visitados estava

fechado, em construção ou eram utilizados para outros fins que não envolviam moradia.

Em relação à propriedade, somente em 7,7% dos casos o entrevistado declarou ser proprietário do imóvel, mas sem instrumentos legais que garantissem a sua posse. Nos outros domicílios visitados não foi possível levantar essa informação.

O número médio de moradores por domicílio era de três pessoas. Ao se considerar a distribuição desses domicílios segundo o número de habitantes, em 30,7% deles foi encontrado um único morador. Aqueles que tinham dois moradores representavam 19,2%, seguidos daqueles com quatro residentes (13,4%).

Em termos da composição familiar, nos domicílios com dois moradores, além do responsável, estava presente a esposa ou esposo. Naqueles com três pessoas, foi constatada a presença de filhos. Nos domicílios com maior número de moradores, cinco ou mais, havia forte presença de famílias intergeracionais que agregavam além de filhos, netos, genros e noras.

Ao serem indagados sobre os principais problemas que afligiam os membros da família, 40,3% dos respondentes destacaram a questão da moradia, 31,7% indicaram a falta de trabalho e, em igual proporção, as dificuldades financeiras. Situações de vulnerabilidade envolvendo consumo de drogas, alcoolismo e algumas doenças foram relatados em 28,8% das entrevistas com os responsáveis pelos domicílios.

Perguntamos também aos moradores as razões pelas quais tinham feito a opção de residir na Vila da Paz. Dentre as diversas respostas, destacaram-se as relacionadas às dificuldades em acessar um imóvel em outro local por meio de compra ou aluguel (71,1%), ser imigrante de outro município (7,6%), morar anteriormente em local insalubre (6,7%) e a facilidade de locomoção para o trabalho (2,8%).

Quanto à responsabilidade domiciliar, foi solicitada aos entrevistados a identificação do primeiro responsável pela moradia e também daquele que poderia, eventualmente, atuar como responsável. Nesse quesito foi levantado um total de 133 chefes de domicílios, sendo 104 como primeiros responsáveis e 29 classificados como o segundo responsável.

Tabela 6 - Responsáveis pelo domicílio por sexo. Vila da Paz, 2016.

Responsável	Masculino		Feminino		Total	
	V.abs	%	V.abs	%	V.abs	%
1º responsável	43	41,4	61	59	104	100
2º responsável	17	58,6	12	41	29	100
Total	60	45,2	73	55	133	100

Fonte: Pesquisa domiciliar.

Do total de pessoas levantadas como responsáveis pelo domicílio, primeiro e segundo responsáveis, 54,8% eram do sexo feminino. Ao se considerar somente o primeiro responsável, 58,4% eram mulheres adultas.

O tempo médio de moradia dos responsáveis na área estudada era de aproximadamente dois anos e meio. Aqueles que chegaram à Vila da Paz a menos de um ano da data da entrevista representavam 16,3% dos responsáveis. Os que ali estavam por um período de um a dois anos eram 48,1% e os que estavam a mais de cinco anos, 19,2%.

Considerado unicamente aqueles indicados como primeiros responsáveis, 51,9% deles declararam eram naturais de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte; 33,7 %, do interior de Minas Gerais; e 14,4%, de outros estados, como Bahia, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul.

Tabela 7 - Número de chefes de domicílio, segundo naturalidade. Vila da Paz, 2016.

Local	V. abs.	%
RMBH	54	51,9
Outras cidades de MG	35	33,7
Outros Estados	15	14,4
Total	104	100

Fonte: Pesquisa domiciliar.

Ao se tratar o nível de instrução do responsável pelo domicílio, observamos que tanto entre os homens quanto entre as mulheres adultas predominavam pessoas com nível de instrução fundamental incompleto; 53,5% dos homens e 45,9% das mulheres adultas. No entanto, ao se considerarem as pessoas que já haviam completado o nível fundamental ou um nível de instrução mais elevado, as mulheres adultas representavam 47,6% do total dos responsáveis, enquanto 30,3% dos homens estariam nessa posição. Tais números indicam um melhor nível de instrução das mulheres adultas responsáveis pelos domicílios na Vila da Paz.

Tabela 8 - Responsáveis do domicílio por nível de instrução. Vila da Paz, 2016.

Nível de instrução	Homens		Mulheres adultas	
	V.abs.	%	V. abs.	%
Nível médio completo, superior completo e incompleto	6	13,9	10	16,3
Médio incompleto e fundamental completo	7	16,4	19	31,3
Fundamental incompleto	23	53,5	28	45,9
Alfabetizado	3	6,9	1	1,6
Analfabeto	4	9,3	3	4,9
Total	43	100	61	100

Fonte: Pesquisa domiciliar.

Ao se analisarem as ocupações declaradas pelos responsáveis dos domicílios, constatamos que 85,6% estavam empregados no setor de serviços, sendo que 52,9% tinham ocupações não especializadas ou de baixa qualificação. Os que trabalhavam na construção civil representavam somente 12,5% do total de responsáveis.

Tabela 9 - Ocupação declarada pelos responsáveis de domicílios. Vila da Paz 2016.

Ocupação	V. abs.	%
Aposentado	1	1,0
Autônomo	4	3,8
Auxiliar	16	15,4
Comércio	5	4,8
Construção civil	13	12,5
Indústria	2	1,9
Serviços de baixa qualificação	36	34,6
Serviços especializados	4	3,8
Serviços não especializados	19	18,3
Serviços técnicos	1	1,0
Não respondeu	2	1,9
Não trabalha	1	1,0
Total	104	100,0

Fonte: Pesquisa domiciliar.

Ao serem perguntados sobre o status ocupacional – trabalho formal ou informal –, 71,1% dos responsáveis pelo domicílio declararam que tinham carteira de trabalho assinada.

A renda domiciliar é um importante indicador sobre a condição de vida na região em análise. Apesar de ser uma informação que coloca alguns desafios para a sua obtenção, pois em comunidades carentes a renda é de difícil aferição, constatamos, na tabela a seguir, que há expressivo número de domicílios, 38,5%, nos quais a renda domiciliar estava abaixo de um salário mínimo. Aqueles domicílios cuja renda seria de um a um salário mínimo e meio representavam 24,1% do total dos domicílios. Ao se agregarem os domicílios cujos moradores recebiam menos de um salário mínimo e meio, temos que 62,6% estão nessa faixa. Importante salientar que foram observados domicílios cujos ocupantes não aferiram nenhuma renda (9,6%).

Tabela 10 - Número de domicílios segundo renda domiciliar em salários mínimos. Vila da Paz, 2016.

Salários	Domicílios	
	V. abs.	%
Sem rendimento	10	9,6
Até 0,5 salário mínimo	7	6,7
0,5 a 1,0 salário mínimo	33	31,8
1,0 a 1,5 salários mínimos	25	24,1
1,5 a 2,0 salários mínimos	13	12,5
Mais de 2,0 salários mínimos	16	15,3
Total	104	100

Fonte: Pesquisa domiciliar.

Ao considerar o número de pessoas do domicílio que contribuía para a renda domiciliar, verificamos que naqueles domicílios nos quais havia pelo menos uma pessoa trabalhando (51,1%), menos da metade dos moradores tinham trabalho, enquanto em 39,3% dos domicílios todos os seus membros trabalhavam.

Caracterização dos moradores

Das 312 pessoas moradoras da Vila da Paz. 154 (49,4%) eram do sexo feminino. Quando perguntados sobre sua cor ou raça, dos que responderam a essa questão, 77,2% se declararam negros. Em relação à estrutura etária (Tabela 11), aproximadamente 46,8% dos moradores da ocupação tinha menos de 19 anos de idade. No caso dos homens, essa proporção era de 49,0%, enquanto a de mulheres adultas representava 44,6%. Notamos também a reduzida participação de idosos – mais de 60 anos – na população da região em estudo. A idade média

apurada foi de 31,7 anos e a mediana de 30,5 (anos). Tal situação denota uma população bem mais jovem na Vila da Paz do que aquela observada em Belo Horizonte ou mesmo na área de ponderação.

Tabela 11 – População por sexo e faixa etária. Vila da Paz, 2016.

Grupo etário	Masculino		Feminino		Total	
	V. abs.	%	V. abs.	%	V. abs.	%
0 a 9 anos	34	21,9	34	21,7	68	21,8
10 a 19 anos	42	27,1	36	22,9	78	25,0
20 a 29 anos	21	13,5	34	21,7	55	17,6
30 a 39 anos	28	18,1	26	16,6	54	17,3
40 a 49 anos	8	5,2	12	7,6	20	6,4
50 a 59 anos	17	11,0	12	7,6	29	9,3
Mais de 60 anos	4	2,6	2	1,3	6	1,9
Não informado	1	0,6	1	0,6	2	0,6
Total	155	100,0	157	100,0	312	100,0

Fonte: Pesquisa domiciliar.

Das pessoas com mais de 18 anos, 22,6% declararam serem casadas ou viveriam em algum tipo de união. Para o mesmo grupo etário, os divorciados e separados representavam 20,7% dos casos.

Em relação à origem dos moradores da Vila da Paz, 67,9% deles eram naturais de Belo Horizonte e, quando observados os jovens e crianças com menos de 18 anos a proporção de nascidos na capital chegava a 91,7%.

Tabela 12 - Nível de instrução dos moradores com 15 anos ou mais. Vila da Paz, 2016.

Nível de instrução	V. abs.	%
Nível médio completo, superior completo e incompleto	35	18,2
Médio incompleto e fundamental completo	52	27,1
Fundamental incompleto	90	46,9
Alfabetizado	4	2,1
Analfabeto	11	5,7
Total	192	100,0

Fonte: Pesquisa domiciliar.

Ao se considerar o nível de instrução dos moradores da Vila Paz, verificamos que, 46,9% declararam ter como instrução o ensino fundamental incompleto. No entanto, uma importante parcela de moradores declarou que já havia completado no mínimo o segundo grau (18,2%), valores esses bem mais reduzidos do que os

observados para o município e a área de ponderação, próximos de 50%.

A vida na comunidade e o lazer

Algumas das questões colocadas no levantamento realizado para o cadastro dos moradores permitem uma visão geral das relações pessoais na comunidade e da utilização do tempo de não trabalho.

Na Vila da Paz a relação entre os moradores é, de modo geral, considerada boa, já que 76,9% dos entrevistados declararam ter ótimas ou boas relações com os vizinhos. Aqueles que não se relacionavam com os vizinhos ou que tinham um relacionamento conturbado representavam 13,4%.

No entanto, o fato de residir na Vila da Paz é causa de discriminação para 41,3% dos moradores entrevistados, sem que haja uma diferença nas respostas de homens e mulheres adultas que sofreram essa discriminação. Daqueles que declararam sofrer discriminação, a maioria (27,9%) afirmou que ela acontece no trabalho, afetando mais as mulheres adultas (58,3%). Essa discriminação acontece também dentro da própria Vila, como relatado por 20,9% das pessoas que indicaram sofrer algum constrangimento por morar no local. Nesse caso, 2/3 desses relatos foram feitos por homens. A polícia, os amigos e a escola foram também indicados como locais ou agentes ativos desse processo de discriminação (18,6%).

Ao ser perguntado sobre qual o tipo de discriminação sofriam com maior prevalência, as ofensas verbais (xingamentos, insultos, etc.) e constrangimentos (rejeição, humilhação, discriminação, etc.) foram reportados por 60,4% dos que se sentiram discriminados. No primeiro caso, ofensas verbais, a predominância dos ofendidos é masculina (53,8%) sendo que os constrangimentos foram relatados em sua maioria por mulheres adultas (57,7%).

Os dados do cadastro permitem também levantar informações sobre as atividades realizadas fora do horário dedicado ao trabalho. Para 57,6% dos entrevistados, os horários de não trabalho eram ocupados vendo televisão. A frequência à igreja foi colocada como a segunda mais importante atividade (24,1%), seguida por ouvir música (21,1%). A reunião com familiares foi relatada como atividade nas horas vagas por 14,4% dos entrevistados. Se nas situações anteriores não havia diferença entre as respostas de homens e mulheres adultas, na visita aos familiares houve predominância masculina (60,0%). O descanso, dormir, foi indicado por 5,7% dos entrevistados e houve aqueles que informaram aproveitar o tempo de folga para desenvolver outras atividades remuneradas (2,8%).

Ao serem perguntados sobre quais lugares frequentavam no momento de não trabalho, 44,3 % indicaram as igrejas, sendo essa a opção mais apontada pelos homens (52,0%). A visita a *shoppings* foi outra opção indicada por 26,9% dos entrevistados, sem distinção de sexo. No entanto, o passeio em parques (24,1%) teve a preferência das mulheres adultas (60,0%). A não utilização de um local de

lazer foi indicada por 20,19% dos entrevistados.

As necessidades da comunidade foram levantadas por questões que solicitavam aos entrevistados indicarem dentre uma série de opções as três que pareciam mais importantes. As ofertas de cursos profissionalizantes (62,5%) e de alfabetização de jovens e adultos (30,7%) foram indicadas como as mais importantes pelas pessoas de sexo masculino. Atividades ligadas às artes (13,4%) e à recreação (20,2%) foram mais indicadas pelas mulheres adultas.

Ainda tratando das necessidades das comunidades, a implantação de rede de água e esgoto foi lembrada por 29,8% dos entrevistados, sendo eles em sua maioria do sexo masculino (52,7%). A criação de espaços de lazer foi apontada por 29,8% das pessoas, sendo elas em sua maioria do sexo feminino (61,2%).

A solução de problemas ou o atendimento das demandas da comunidade passa pela sua organização, mas a maioria dos entrevistados acredita que não há uma grande participação das pessoas nas reuniões para discutir os problemas locais (45,2%). Entretanto, 53,8% identificaram as lideranças na comunidade que estão envolvidas nas discussões. Apesar de pouca participação nas reuniões, os entrevistados apontaram que os principais interesses da comunidade eram as questões relativas à moradia (50,0%), às condições de vida (36,5%), e à saúde (17,3%).

Comentários finais

Neste capítulo verificamos que, enquanto os indicadores levantados para a área de ponderação na qual se insere a Vila da Paz estão próximos dos encontrados para o município como um todo, aqueles calculados para a Vila indicam uma situação de alta vulnerabilidade dos seus moradores.

Mesmo que as informações utilizadas tenham origem em bases distintas – Censo Demográfico para o município e área de ponderação e pesquisa domiciliar para a Vila da Paz –, os levantamentos sugerem que o universo da Vila da Paz interpõe contrastes em relação a Belo Horizonte, processo esse que certamente deve se reproduzir nos outros aglomerados que serão objeto de remoção planejada para a duplicação da BR-381, dado que, geralmente, os assentamentos que ocupam as margens da rodovia são frutos da informalidade cidadã.

Além da perspectiva econômica, a pesquisa permitiu verificar relações de vizinhança, situações discriminatórias, as preferências relativas ao lazer, bem como as demandas dos moradores da Vila da Paz. Neste aspecto, predominaram os relatos de boa convivência entre vizinhos. No entanto, chamou atenção os moradores afirmarem que apenas o fato de residir na Vila da Paz apresentava-se como um fator de distinção social, principalmente no ambiente de trabalho e na escola. Os principais agentes dessa discriminação foram identificados como sendo os amigos dos entrevistados e policiais. Por esta perspectiva temos que as instituições e os agentes que seriam os principais responsáveis pela promoção

de oportunidades de ascensão social, de valores como o a dignidade (trabalho e escola), o respeito mútuo (os amigos), e por zelar a segurança pública (polícia) são justamente aqueles que reforçam o sentimento de desigualdade através de uma demarcação social e geográfica.

Sobre a ocupação do tempo de não trabalho, as preferências são direcionadas à atividades religiosas e à idas à espaços públicos, *shoppings* e parques. As prioridades indicadas pelos moradores da Vila da Paz foram os investimentos na educação e no saneamento básico. Apesar de os moradores conseguirem identificar as necessidades da comunidade, julgavam-se pouco participativos e revelaram a presença lideranças pontuais.

Neste sentido, a Vila da Paz, apesar de sua inserção no município e, portanto, na área de ponderação (NE4-A), representa um “enclave” sociodemográfico dentro dos níveis territoriais analisados. Isto porque, embora a Vila da Paz esteja geograficamente situada em segmentos espaciais que apresentam genericamente boas condições econômicas e sociais, ela não consegue traduzir nos seus próprios indicadores as oportunidades que poderiam advir tanto do município de Belo Horizonte quanto, num nível mais localizado, da área de ponderação. Nesta conjuntura, a Vila da Paz se mostrou mais sensível à reprodução da desigualdade social e das condições de vida precárias do que o município e a área de ponderação.

Referências bibliográficas

CANETTIERI, Thiago. *A produção das novas periferias metropolitanas: migração e expulsão dos pobres na RMBH na primeira década do século XXI*. (Dissertação mestrado) Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2014.

LIBERATO, Rita de Cássia. *Cidade e exclusão: o lugar de moradia dos excluídos – o caso de Belo Horizonte*. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2007.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

OS ESPAÇOS DE LAZER DA VILA DA PAZ

*Alexandre Magno Alves Diniz
Angélica Gonçalves Lacerda*

Resumo:

O presente estudo se propõe a discorrer sobre os espaços de lazer utilizados pelos moradores da Vila da Paz, localizada em Belo Horizonte, ao mesmo tempo em que busca desnudar as características da comunidade e da população que nela vive. A Vila é uma das muitas beneficiadas pelo Programa Judicial de Conciliação para Remoção e Reassentamento Humanizados de Famílias do Anel Rodoviário e BR 381. As análises aqui apresentadas tiveram como base as informações fornecidas pelo Relatório Social da Vila da Paz, construído no âmbito do referido Programa, e entrevistas realizadas com os moradores locais no mês de junho de 2017. Os resultados da pesquisa revelam que os espaços de lazer podem ser organizados em três escalas espaciais, sendo esses encontrados na própria Vila, nos bairros circunvizinhos, e no amplo espaço urbano de Belo Horizonte. No entanto, identificaram-se restrições nas alternativas de lazer disponíveis na Vila e nos bairros próximos a ela, sendo necessária a busca por lugares mais distantes por parte dos moradores, como o centro de Belo Horizonte e a Pampulha, sobretudo os shopping-centers e parques públicos. Quando se trata das expectativas dos moradores em relação às alternativas de lazer que esperam encontrar nas imediações de suas futuras moradias, figuram menções explícitas a espaços seguros, com a presença de parques, campos, quadras, praças e academias ao ar livre, que garantam maior facilidade de acesso e um leque mais amplo de opções de diversão do que aquele que possuem atualmente.

Introdução

A questão habitacional urbana brasileira é complexa, fruto de condicionantes históricos, políticos, econômicos e sociais, sendo as ocupações urbanas irregulares uma das expressões mais evidentes desta problemática. De acordo com Barbosa (2009), o volume de favelas presentes nas grandes cidades brasileiras demonstra de forma cabal a dimensão do problema habitacional, sendo que este afeta de forma direta e assimétrica a população de baixa renda.

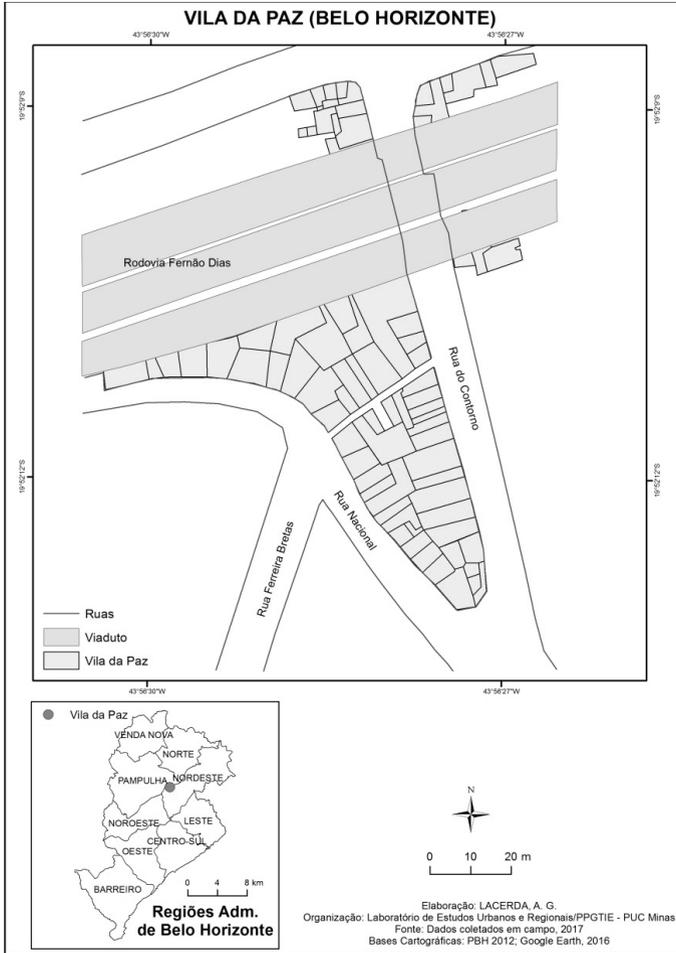
Às margens do Anel Rodoviário de Belo Horizonte existem numerosas ocupações em áreas de propriedade do DNIT, que em virtude do projeto de duplicação da via, deverão ser removidas. Porém, graças aos esforços da Defensoria Pública da União essas remoções não ocorrerão de forma liminar, sem o amparo do Estado, passando a ser objeto do Programa Judicial de Conciliação para Remoção e Reassentamento Humanizados de Famílias do Anel Rodoviário e BR 381. Dentre os princípios orientadores deste Programa figura o direito ao

reassentamento em uma moradia com condições adequadas de vida para as comunidades que vivem em condições adversas.

Baseados nesses princípios desenvolve-se amplo e complexo processo de conciliação, que consiste em remover e reassentar os moradores, com toda assistência e garantia de direitos sociais, através de um acompanhamento das famílias, levadas a cabo por um grupo multi-institucional composto pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU), Governo Federal, Projeto Rondon, Caixa Econômica Federal, Prefeituras Municipais e Comunidade de Moradores do Anel Rodoviário (CMAR). Ao longo deste processo, os aspectos físicos, ambientais, psicossociais e culturais das comunidades afetadas são trabalhados com base em uma metodologia de coparticipação capitaneada por profissionais diversos.

No bojo dessas ações, relatórios técnicos (i.e. SANTOS, 2016a e 2016b) são produzidos, trazendo informações diversas acerca das comunidades contempladas pelo Programa. Em que pese toda a riqueza de detalhes presentes nesses relatórios, uma importante dimensão da vida das comunidades tem sido negligenciada: as formas de recreação e lazer adotadas pelos habitantes das vilas. Este capítulo debruça-se sobre as práticas de lazer adotadas pelos moradores da Vila da Paz, uma das comunidades beneficiadas pelo Programa Judicial de Conciliação para Remoção e Reassentamento Humanizados de Famílias do Anel Rodoviário e BR 381, a partir de levantamentos qualitativos realizados junto à população da Vila em junho de 2017 (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização da Vila da Paz



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A Vila da Paz é uma ocupação urbana, localizada na porção sudoeste da regional nordeste de Belo Horizonte, posicionada na altura do Km 21 da pista marginal do Anel Rodoviário, entre os bairros Maria Virginia, Palmares, Universitário e Santa Cruz. Até 2016, a ocupação se espalhava por ambos os lados daquele importante eixo viário, havendo considerável número de pessoas residindo sob o viaduto utilizado como via de acesso ao sentido contrário de circulação, permitindo àqueles que seguem em direção ao Rio de Janeiro dirigirem-se a Vitória. Esses indivíduos foram removidos e encaminhados ao aluguel social do Programa Judicial de Remoção e Reassentamentos Humanizado de Famílias do

Anel Rodoviário e BR381, reduzindo o tamanho da ocupação, que, comparativamente a outras vilas localizadas ao longo do Anel Rodoviário, já se mostrava relativamente pequena.

Lazer e a Geografia

A proximidade da Geografia com o lazer vem sendo feita por meio de estudos relacionados à Geografia do Turismo e da Geografia dos Esportes. O papel da Geografia nesta temática se estabelece a partir da premissa de que para a realização de qualquer atividade que envolva o lazer são necessários espaços (FRANK; YAMAKI, 2016). Destaque-se aqui que o espaço, segundo Santos (2006), é constituído de diversas parcelas, encontrando-se a ele associadas às categorias forma, função, processo e estrutura. O espaço é a sociedade que nele se encontra, ou seja, ele é a síntese entre o conteúdo social e as formas espaciais. O espaço urbano é onde ocorre a produção das relações políticas, econômicas e sociais, sendo o seu modo de vida resultado das interações que existem nas cidades.

Antes de avançar cabe pontuar que a noção de lazer que adotamos como referência diz respeito a um complexo e multidimensional fenômeno social e cultural, definido pelo tempo livre de obrigações sociais, que é empregado em atividades de natureza diversa, tais como as esportivas, artísticas, turísticas, etc. (CAMARGO, 1998). Porém, por estarmos focados no exame das atividades de lazer dos moradores da Vila da Paz, as reflexões de Magnani (2015) são importantes, pois para pensar o lazer na paisagem urbana deve-se transcender a mera identificação de espaços e equipamentos de encontro e entretenimento, devendo-se reconhecer que o lazer na cidade faz parte dos elementos constitutivos e definidores dos modos de vida dos seus habitantes.

Inspirados por Santos (2006), Frank e Yamaki (2016) estabelecem uma tipologia de espaços de lazer, segundo a sua materialidade e efemeridade que será muito útil à presente análise:

- **espaços concretos** de lazer são aqueles dotados de forma física dominante, sendo empregados em atividades específicas;
- **espaços temporários** de lazer são aqueles desenvolvidos de forma cíclica nas ruas, campinhos e outros espaços públicos onde atividades temporárias são realizadas;
- **espaços virtuais** de lazer são aqueles vinculados ao ciberespaço.

Essas categorias são empregadas como referência na análise dos espaços de lazer adotados pelos moradores da Vila da Paz. Note-se que os espaços de lazer urbanos são compostos por um mosaico, cujos fragmentos, públicos ou privados, apresentam restrições de acesso aos habitantes da cidade, seja em virtude de barreiras físicas, falta de segurança, ou, ainda, pelo imperativo da distância.

Mas para além dessas categorias, um elemento crucial na análise dos espaços de lazer encontra-se relacionado à condição social dos indivíduos. Quando se trata dos estratos sociais com maior poder aquisitivo, o acesso aos equipamentos de lazer e recreação é garantido de múltiplas formas, encontrando-se esses, em geral, fartamente presentes nos condomínios horizontais ou verticais, ou, ainda, nos próprios bairros de classe média-alta. Além disso, os membros de classes mais abastadas têm a possibilidade de buscar áreas de lazer diferentes daquelas disponíveis nas proximidades de suas residências, graças à situação financeira que os permite percorrer longas distâncias na satisfação de suas necessidades de recreação (PADOVANI, 2003).

Os espaços em que a prática do lazer acontece nem sempre são perenes, havendo espaços temporários, este último facilmente observado em vias das periferias dos centros urbanos. Os espaços temporários de lazer se constituem na medida em que nele são realizadas adaptações que viabilizem a prática desejada. Exemplos disso são os terrenos baldios das cidades, próximos às periferias, onde após a colocação de traves de madeira se tornam campos de futebol. As ruas adquirem um novo significado quando crianças e jovens utilizam chinelos para demarcar áreas que os possibilitem a prática do futebol, ou, ainda quando uma linha ligando transversalmente as duas calçadas, simulando uma rede de voleibol, amplia as possibilidades da prática esportiva e do lazer. A ressignificação dos espaços públicos para a prática do lazer se dá de múltiplas formas, mas são realizadas principalmente por indivíduos de baixa renda que não dispõem nas proximidades de onde vivem espaços que, de fato, os permitam o lazer e a recreação (FRANK; YAMAKI, 2016).

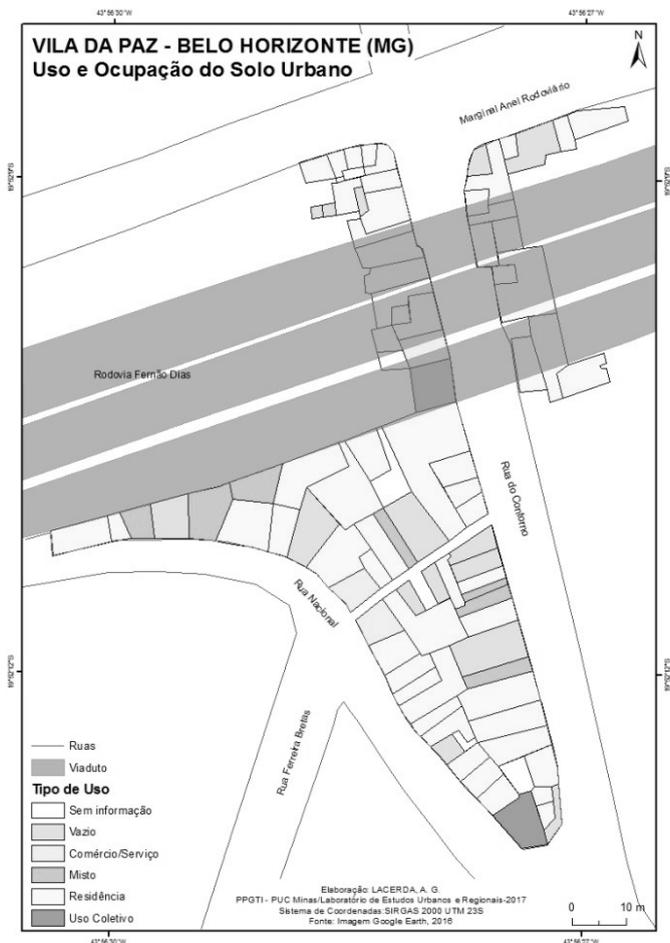
Caracterização da Vila da Paz

No contexto da cidade formal de Belo Horizonte, a Vila possui boa localização, encontrando-se próxima a Pampulha, contando com ampla quantidade e variedade de estabelecimentos comerciais e serviços públicos como escolas, dos quais os moradores da Vila também usufruem. Segundo o cadastro social da Vila, a mesma é composta por 112 domicílios, incluindo aqueles cujos habitantes foram removidos de forma emergencial, contando, atualmente, com 312 moradores. As edificações da área apresentam múltiplas formas de uso e ocupação, como bares, salão de beleza, igreja, residências uni e multifamiliares, além daquelas de uso misto, que abrigam concomitantemente a função residencial e a prestadora de serviços.

Por meio do mapa 2 nota-se que a maioria das edificações serve à função residencial, sendo que aquelas de uso misto, vinculadas à prestação de serviços e ao comércio tendem a estar localizadas nas cercanias de entroncamentos de eixos viários, ou ainda, na intercessão entre eixos viários e o beco de uso restrito de pedestres que atravessa a Vila no sentido sudoeste-nordeste. Destaque-se neste

contexto a posição da Igreja Evangélica Pentecostal Catedral de Deus, postada estrategicamente na confluência das ruas Nacional e do Contorno, permitindo fácil acessibilidade aos moradores da Vila e àqueles que vivem nos seus arredores.

Mapa 2 – Uso e ocupação do solo



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A distribuição de sexos da população residente na Vila é equilibrada. De acordo com o cadastro social realizado pelo Programa Judicial de Remoção e Reassentamentos Humanizado de Famílias, 51% dos moradores são do sexo feminino, enquanto 49% são do sexo masculino. Os responsáveis pelos imóveis, quando indagados quanto à cor de sua pele, declararam-se na maioria dos casos

como pardos (56%), seguidos daqueles que se autorreconhecem negros (21%) e os que se declararam brancos (18%) (SANTOS, 2016a).

Quando se trata da escolaridade, 6,2% dos moradores locais são analfabetos, sendo que, dentre os escolarizados, a maior parte tem o ensino fundamental incompleto (45,2%). A proporção daqueles que completaram o ensino médio corresponde à, apenas, 15,8%, sendo que aqueles que concluíram o ensino superior não somam 1% (SANTOS, 2016a). A baixa escolaridade da população compõe o quadro de fragilidade dos moradores, que acaba por refletir diretamente na renda dos indivíduos, uma vez que o ensino médio é o nível de educação básico para o acesso a cursos técnicos e/ou superiores que possibilitem o exercício de atividades laborais melhor remuneradas. O grau de vulnerabilidade social dos habitantes locais fica ainda mais evidente quando se analisa a composição de renda. O cadastro social aponta que 39% dos chefes de família têm renda mensal entre um e dois salários mínimos, ao passo que outros 33% sobrevivem com até meio salário mínimo mensal (SANTOS, 2016a).

A comunidade sofre, ainda, com a presença do tráfico de drogas, sendo a posição geográfica e a conformação física da Vila extremamente propícias à prática da atividade criminosa. Por se tratar de um local de fácil acesso e estar às margens do Anel Rodoviário, a Vila oferece maior acessibilidade e agilidade à venda de entorpecentes, também favorecendo a fuga de criminosos e consumidores por meio das vias de trânsito rápido a ela adjacentes. Além da presença do tráfico, o trânsito intenso e os acidentes de automóvel que ocorrem com frequência sobre e sob o viaduto que cruza a Vila, além daqueles que se dão nas ruas próximas à comunidade, são fatores que comprometem a segurança e o bem estar da população local.

Por meio de observações em campo e entrevistas referentes à dinâmica da comunidade, percebemos que os indivíduos que dela fazem parte apresentaram baixa capacidade de mobilização social, sendo pequena a participação dos habitantes locais em movimentos reivindicativos e fóruns participativos, como associações de moradores, comissões de assistência social ou saúde e conselhos diversos. As entrevistas apontaram que quando ocorrem participações em grupos sociais, essas se dão, na maioria das vezes, em instituições religiosas.

A ausência de participação cidadã da comunidade a torna frágil e susceptível a manipulações sem que a voz do sujeito local seja ouvida. Afinal, é a possibilidade de se expressar e reivindicar direitos que torna possível a participação em decisões e intervenções que visem à melhoria da qualidade de vida dos sujeitos. Como a comunidade não demonstra historicamente uma capacidade de organização que a permita reivindicar direitos e manifestar anseios, a situação de vulnerabilidade é mantida, despertando nos moradores o sentimento de insatisfação e desânimo.

Espaços de lazer dos moradores da Vila da Paz

Com o intuito de conhecer os espaços que os moradores da Vila frequentam para desenvolver atividades relacionadas ao lazer, realizamos uma entrevista com os mesmos em junho de 2017. Além de conhecer os espaços frequentados buscamos identificar as atividades neles desenvolvidas. Os resultados desse levantamento encontram-se estruturados em três escalas espaciais: imediações da Vila, seus bairros circunvizinhos e cidade de Belo Horizonte.

O Lazer na Vila

Os espaços de lazer na Vila apontados nas entrevistas correspondem ao Campo Santa Cruz, a própria casa dos entrevistados, aos bares e um sofá que se encontra na calçada de uma das ruas próximas a Vila, locais indicados no mapa 3.

Mapa 3 – Espaços de lazer na Vila



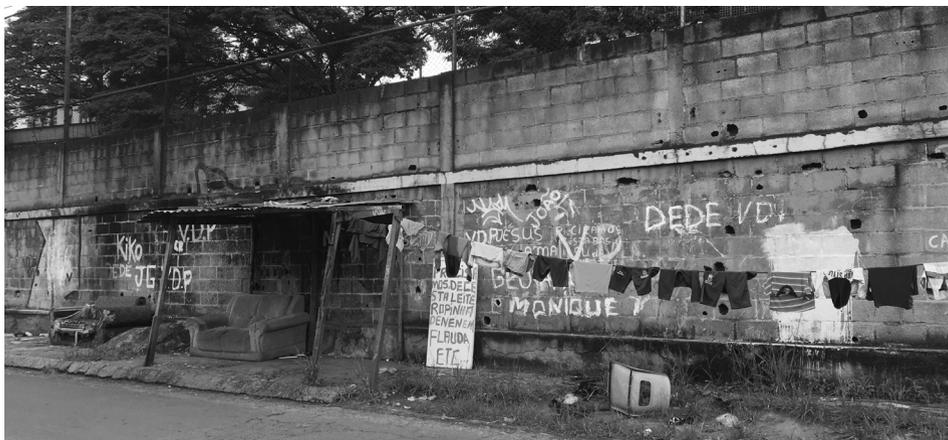
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A maior parte dos entrevistados, cujas idades oscilam entre 10 e 17 anos, apontou o Campo Santa Cruz, localizado imediatamente na porção sul da Vila, como o espaço que frequentam no tempo livre para se divertir, principalmente com a prática do futebol, sendo nele desenvolvidas outras atividades, com menor

frequência, tais como soltar pipa, jogar queimada ou simplesmente conversar. Apesar deste equipamento de esporte ser privado, demandando dos seus usuários o pagamento de uma pequena taxa para a sua utilização, os jovens habitantes da Vila revelaram que utilizam o Campo Santa Cruz com regularidade, porém de forma clandestina, especialmente nos horários menos concorridos e com menor vigilância por parte dos seus gestores.

Outro local de grande relevância para a prática do lazer entre os entrevistados é a Rua Nacional, especialmente a porção próxima à confluência com a Rua do Contorno, onde os jovens brincam e se socializam por meio de partidas de futebol e brincadeiras como pique-esconde, pega-pega, queimada e rouba bandeira. Ressaltamos que esses jogos são interrompidos frequentemente pelo movimento dos veículos que utilizam a Rua Nacional para adentrar o bairro, ou, ainda para realizar a mudança na direção de circulação no Anel Rodoviário. Trata-se do segundo ponto de lazer empregado pelos jovens, uma alternativa adotada sempre que o campo de futebol está indisponível, ou está sob a vigia dos seus gestores e quando não se tem os recursos financeiros necessários ao pagamento das taxas de utilização.

No entanto, a Rua Nacional também é empregada como área de lazer e convivência não só pelos jovens da Vila, mas também pelos adultos e crianças que ali se socializam regularmente. Na rua os vizinhos se encontram para conversar sobre assuntos diversos, ou nas palavras de um dos entrevistados, é lá que os moradores se encontram para “conversar fiado da vida dos outros”. Esta prática é tão arraigada entre os habitantes locais, que eles instalaram um sofá sobre a calçada, em torno do qual se congregam, e que serve de base para aqueles que se demoram um pouco mais no solidário colóquio diário (imagem 1). O sofá está impregnado de simbolismo, fazendo com que o espaço público da Rua Nacional represente uma extensão do espaço privado das salas de estar dos barracos da Vila. Some-se a isso a cobertura de telhas de amianto erguida sobre o sofá, garantido aos seus usuários sombra nos dias de sol e abrigo contra as chuvas, confirmando a importância, a frequência e a intensidade com a qual este espaço de lazer é utilizado pelos habitantes locais.



Fonte: Imagem capturada no Programa *Google Earth*, 2017.

Os jovens também indicaram os bares da Vila como espaços de diversão, especialmente à noite e nos fins de semana. Os bares locais também são importantes pontos de socialização e diversão da população adulta local, cujas interações sociais gravitam em torno do consumo de álcool. Acompanhando os seus familiares, alguns jovens e crianças também utilizam esses espaços como locais de lazer.

O Lazer no Bairro

Para analisar os espaços utilizados pelos moradores em suas práticas de lazer realizadas além dos limites geográficos da Vila da Paz, elaboramos um mapa com uma escala menor (Mapa 4), sendo possível identificar seis locais distintos, cuja utilização apresenta amplitude variada. É curioso observar como a seleção desses espaços externos de lazer, bem como a maneira como o tempo livre dos moradores é empregado, é altamente dependente da faixa etária dos entrevistados.

Mapa 4 – Espaços de lazer nos bairros próximos a Vila



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Dentre as pessoas mais velhas, com idades oscilando entre 38 e 57 anos, foram apontadas como espaços de lazer, diversão e socialização as igrejas dos bairros vizinhos à Vila, sendo indicadas, especificamente, as igrejas evangélicas dos bairros Universitário e Santa Cruz. Portanto, quando inquiridos acerca do que fazem para se divertir/distrair no seu tempo livre, este grupo indicou espontaneamente a prática religiosa. Os jovens, por sua vez, apresentaram uma noção diferente de lazer. Estes indicaram as escolas nas quais estudam, localizadas nos bairros Universitário (Escola Estadual Coronel Juca Pinto) e Santa Cruz (Escola Estadual Major Delfino de Paula Ricardo) como espaços onde se divertem e praticam atividades tais como soltar pipa nos finais de semana. Os jovens também apontaram o Campo do Racing, no bairro Palmares, como espaço de lazer, uma vez que há entre os moradores da Vila atletas que treinam futebol e praticam outros exercícios físicos naquele local.

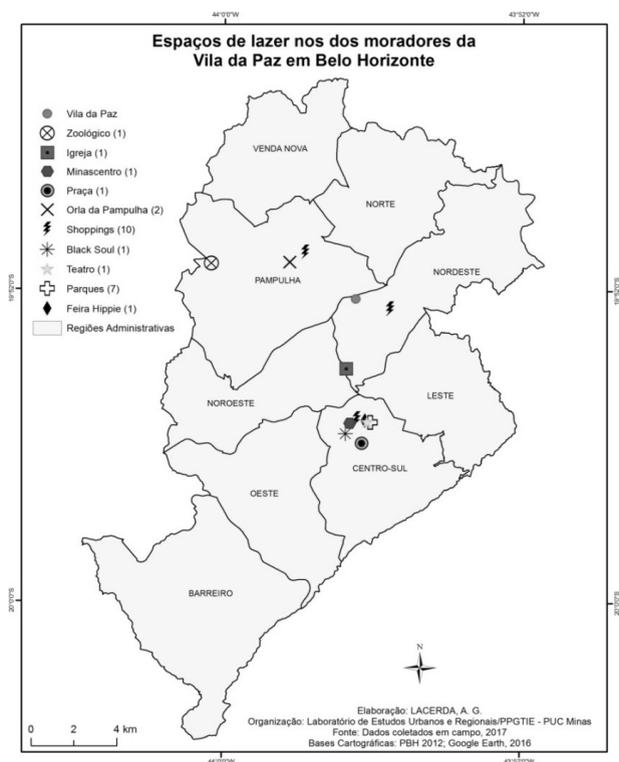
Também foram registradas menções à academia ao ar livre, localizada nas

imediações da Escola Estadual Coronel Juca Pinto, além do Parque Renato Azevedo, situado no bairro Santa Cruz, como locais de diversão. No entanto, essas menções foram menos recorrentes, revelando o desinteresse ou o desconhecimento da comunidade por esses equipamentos públicos, além, ainda, da barreira física que a distância entre esses espaços e a Vila apresenta aos moradores.

O Lazer na Cidade

Ampliando um pouco mais a análise dos espaços de lazer, mapeamos os locais utilizados na prática no contexto da cidade de Belo Horizonte (Mapa 5), que revela uma concentração desses locais na regional Centro-Sul, próximos ao centro da cidade. A concentração dos espaços de lazer nesta área se deve, possivelmente, ao fácil acesso à região conferido pela articulação dos modais de transporte público, e pelas múltiplas opções de lazer que ela oferece. Dentre os espaços centrais, destacam-se o Parque Municipal Américo Renné Gianetti, mais conhecido como Parque Municipal e o *Shopping* Cidade como os locais mais procurados pelos moradores.

Mapa 5 – Espaços de lazer em Belo Horizonte.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Por sua vez, os demais espaços assinalados nas entrevistas correspondem à região da Pampulha, principalmente à Orla da Lagoa da Pampulha, bem como locais presentes na própria regional onde está localizada a Vila, regional Nordeste. Neste contexto, merecem destaque as menções aos grandes centros de compras: Minas *Shopping*, que se encontra mais próximo à Vila e, em menor intensidade, o Pampulha Mall.

Por meio do mapeamento dos espaços de lazer dos moradores percebemos que a maioria dos indivíduos recorre a locais fora da Vila e do próprio bairro, dirigindo-se a espaços mais distantes para a satisfação dessas necessidades, como indicado no mapa 5. Desta forma, evidenciam-se as restrições de espaços de lazer nas imediações da Vila, posto que os seus moradores se dispõem a deslocar-se por distâncias relativamente grandes na busca de espaços de divertimento.

Expectativas dos moradores em relação ao lazer em suas futuras vizinhanças

Os efeitos da carência por espaços de lazer identificados na última seção ficaram evidentes no exame das expectativas dos moradores quanto aos espaços de lazer que esperariam encontrar nas proximidades das suas moradias pós-remoção. Dentre os itens indicados, destacam-se as menções às áreas verdes (parques e praças públicos), onde os moradores esperam desfrutar de espaços públicos de lazer, nos quais possam desenvolver atividades de forma gratuita. Esta expectativa coaduna com uma prática já consagrada entre os moradores da Vila, identificada anteriormente neste texto. No entanto, como os espaços públicos ora frequentados pelos habitantes encontram-se distantes da Vila, eles se veem obrigados a fazer uso do transporte público para deles usufruir. A expectativa de encontrar tais espaços nas imediações de suas futuras residências reforça o peso que os deslocamentos urbanos impõem a esses indivíduos, seja em função dos custos pecuniários envolvidos, seja pelo tempo empregado nesses transcurso.

Também chamam a atenção os espaços destinados às atividades físicas e esportivas, apontados por parte considerável dos respondentes. Neste grande bloco, houve menções explícitas à expectativa de que as futuras vizinhanças ofereçam quadras esportivas, campos de futebol e academias ao ar livre. Notamos, portanto, a preocupação dos habitantes da Vila com a saúde física, fato que pode estar associado à proximidade da Vila com o Campo Santa Cruz, local intensamente utilizado pela população, especialmente pelos jovens na prática esportiva.

Para além das atividades e equipamentos de lazer, os moradores da Vila têm fortes expectativas em relação à disponibilidade de serviços públicos nas cercanias de suas futuras residências. Dentre os itens mencionados, encontra-se o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), cuja presença na vizinhança foi defendida pela maior acessibilidade a informações sobre os diversos programas sociais ofertados pelo Estado. Ao longo das entrevistas este ponto foi bastante evidenciado pelos moradores, que se ressentiam da ausência de um

CRAS na Vila. Some-se a isso, o aspecto da segurança pública, também recorrentemente lembrado pelos moradores. Esses esperam encontrar em suas futuras vizinhanças um ambiente pacífico e ordeiro, longe da criminalidade e da violência, e que inspire relações sociais fraternas e respeitadas, realidade distinta daquela oferecida pela Vila.

Também merece relevo a singeleza de algumas das manifestações colhidas durante a pesquisa. Alguns moradores, sobretudo as crianças, revelaram que esperariam encontrar em suas novas moradias terreiros para brincar, quartos individuais e redes Wi-Fi gratuitas. Em relação à futura vizinhança, alguns moradores da Vila gostariam de encontrar praias, centros comerciais, locais de baile e blocos de carnaval.

Curiosamente, apesar de serem parte integral das atividades de lazer dos habitantes da Vila, a presença ou proximidade de *shopping-centers* não foram mencionadas. Este intrigante fato pode estar relacionado à própria dinâmica de deslocamentos intraurbanos dos moradores locais, que em sua jornada regular fazem uso de transporte público que os leva a diversas centralidades urbanas, onde se encontram os grandes centros comerciais. Logo, a partir dos novos endereços, os moradores prosseguiriam com as suas práticas de lazer nos shopping-centers, fazendo uso de transporte público para acessá-los.

Comentários finais

A prática de atividades de lazer é uma forma de escapar do cotidiano, concedendo ao indivíduo momentos de distração e diversão. A população da Vila da Paz, foco da pesquisa, encontra-se em situação de vulnerabilidade social extrema, apresentando carências de infraestrutura, alternativas econômicas e sérios problemas sociais. Esses, por sua vez, se manifestam de forma diversa, inclusive sob a forma da carência de opções e de acesso a espaços de lazer.

Diante da impossibilidade de usufruir de espaços formalmente instituídos para a prática do lazer no contexto da Vila, os moradores recorrem à criatividade, transformando e ressignificando as ruas e esquinas locais, que adquirem de forma temporária e, muitas das vezes, cíclica a função de lazer. Como se viu brincadeiras de rua, campos improvisados de futebol, ou até mesmo a instalação do sofá sobre uma das calçadas são exemplos emblemáticos das formas adaptativas do espaço adotadas por crianças, jovens e adultos, que veem nesses locais transformados e ressignificados pontos de encontro e socialização com amigos e vizinhos.

Outra resposta à ausência de alternativas de locais de lazer adotada pelos moradores é a busca por espaços nos bairros que circundam a Vila. No entanto, as opções disponíveis na circunvizinhança são restritas às igrejas e escolas, fato que evidencia que a carência de espaços de lazer da Vila da Luz se estende ao contexto geográfico no qual ela se encontra inserida. Diante dessas restrições es-

paciais, os moradores da Vila que têm condições e oportunidades buscam outras áreas da cidade de Belo Horizonte para satisfazer as suas necessidades de lazer e recreação, sendo os shopping-centers e parques localizados no centro de Belo Horizonte, amplamente utilizados pelos moradores.

Retomando as tipologias de espaço de lazer de Frank e Yamaki (2016), os moradores da Vila utilizam majoritariamente *espaços temporários* de lazer, sendo poucos os que têm acesso a *espaços concretos* de lazer, extremamente raros na Vila e suas imediações. Dada a precariedade material de suas vidas, os *espaços virtuais* de lazer em nossas entrevistas sequer foram mencionados pelos moradores, representando uma realidade distante.

As fragilidades que fazem parte da vida dos moradores da Vila são traduzidas em expectativas quanto à condição dos futuros domicílios e vizinhanças. Mesmo quando indagada sobre questões relacionadas ao lazer, a população mencionou o desejo por segurança, presença de serviços públicos e melhores condições de habitação. Logo, o Programa Judicial de Conciliação para Remoção e Reassentamento Humanizados de Famílias do Anel Rodoviário e BR 381 deve ter em conta a vasta gama de expectativas por parte das famílias em vias de serem removidas, que, apesar de incluírem fatores diversos, também tocam diretamente nas opções de lazer e recreação.

Referências bibliográficas

- ARNSTEI, Sherry R.. Uma escada da participação cidadã. *Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 4-13, Jan. 2002.
- BARBOSA, Anna Emília Maciel. *Questão da habitação: territórios, poder e sujeitos sociais no conjunto Vila Velha*, Fortaleza, Ceará. 2009. 181 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.
- CAMARGO, Luiz Octávio. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.
- FRANK, Bruno José Rodrigues; YAMAKI, Humberto. Reflexões e teorias sobre o lazer: um roteiro para a Geografia. *Raega: o espaço geográfico em análise*, Curitiba, v. 37, n.2, p. 91-109, ago. 2016.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo. In: GOMES, Chrstitianne Luce; FERREIRA, Hélder. *O direito social ao lazer no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2015.
- PADOVANI, Eliane Guerreiro Rosseti. A cidade: o espaço, tempo e o lazer. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira (Org.). *Ambientes: estudo de Geografia*. Programa de Pós Graduação em Geografia/Ageteo, Rio Claro, 2003. p. 171-183.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Os lazeres urbanos: valorização do local no contexto da globalização. In: *Lazer, cidadania, meio ambiente*. v. 3, n. 9. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1998.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: USP, 2006.
- SANTOS, Norberto Pinto. *Lazer: da libertação do tempo à conquista das práticas*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2008.

SANTOS, Rodrigo Vieira dos. *Vila da Paz - Relatório de Selagem e Cadastramento Social*. Programa judicial de conciliação para remoção e reassentamento humanizado de famílias do Anel Rodoviário e BR 381. 2016. 96 f.

SILVA, Edima Aranha. Lazer nos espaços urbanos. *Revista Eletrônica AGB-TL*, v.1, n.1, a. 2005, p. 54-69.

OS CONTEÚDOS/INTERESSES CULTURAIS DO LAZER NA COMUNIDADE VILA DA PAZ

Leonardo Toledo Silva
Titane Lorena Rocha

Resumo:

A partir de entrevistas e questionários investigamos quais são os interesses nas vivências de lazer dos moradores da Vila da Paz. Para desenvolver o estudo, utilizamos as cinco categorias de interesses culturais de lazer definidas por Dumazedier: artísticos; físicos; manuais; intelectuais; sociais, além de dois outros interesses desenvolvidos posteriormente por outros estudiosos: turísticos e virtuais. Notamos que os moradores da Vila vivenciam uma diversidade de atividades, dando ênfase nas de cunho físico-esportivas. As vivências ocorrem na comunidade e fora dela, sendo muitas influenciadas/orientadas pelos meios de comunicação e novas tecnologias. A pesquisa mostrou que é importante que as políticas de lazer estimulem as pessoas a vivenciarem os mais diversos conteúdos, no intuito de conscientizá-las proporcionando novos olhares sobre essas vivências.

Introdução

É sabido que os estudos do lazer no Brasil sofreram grandes influências das pesquisas do sociólogo francês Joffre Dumazedier, o mesmo acontecendo com a classificação utilizada pelo autor quando se refere aos conteúdos/interesses culturais do lazer. Para diversos estudiosos brasileiros (MELO, 2004, 2007; MELO e ALVES JUNIOR, 2012; ISAYAMA, 2007; UVINHA, 2007), que investigaram a obra de Dumazedier, esses interesses estariam classificados em cinco grandes grupos: 1) Interesses Artísticos; 2) Interesses Físicos; 3) Interesses Manuais; 4) Interesses Intelectuais; e 5) Interesses Sociais. Outros autores ampliaram essa classificação considerando também: Interesses Turísticos (MELO, 2004; MARCELLINO, 2007) e Interesses Virtuais (SCHWARTZ, 2003; PIRES e ANTUNES, 2007; SCHWARTZ e MOREIRA, 2007).

Nessa perspectiva, o que dizem os moradores da Vila da Paz, quais são seus interesses culturais nas suas vivências de lazer?

É importante constatar que existem limites em classificar as atividades realizadas pelos moradores da Vila da Paz, “já que o processo de escolha dos indivíduos nem sempre é absolutamente explícito, tampouco modulado por um interesse único” (MELO, 2004, p.52). Mais adiante o mesmo autor enfatiza que “a ação humana é complexa demais para caber em limites rígidos de categorias, o que não significa que a classificação seja ineficaz: somente devemos utilizá-la tendo claro os seus limites e a considerando como um guia para nossas

intervenções” (p.52).

Dessa maneira temos que nos atentar para a fala de Marcellino (2007) que sinaliza que o ideal seria que cada pessoa praticasse atividades que abrangessem os vários grupos de interesses culturais do lazer, procurando exercitar o corpo, a imaginação, a habilidade manual, o relacionamento social, o intercâmbio cultural e a “quebra da rotina”, quando, onde, com quem e da maneira que quisesse, sendo necessária para isso uma construção da autonomia via educação para/ pelo lazer¹. Para isto, torna-se, ainda, mais necessário um processo educativo de incentivo à imaginação criadora e ao espírito crítico que procure não criar necessidades, mas satisfazer necessidades individuais e sociais (MARCELLINO, 1987).

Os conteúdos/interesses do lazer na visão dos moradores da Vila da Paz.

A partir das dinâmicas, entrevistas e dos questionários realizados com as mulheres adultas e crianças da Vila da Paz fizemos uma classificação de acordo com as cinco categorias de interesses culturais do lazer que mais foram citadas pelos depoentes, que reúne os: 1) Interesses Físicos; 2) Interesses Virtuais, 3) Interesses Turísticos; 4) Interesses Sociais; e 5) Interesses Manuais.

1) Interesses físicos

O que percebemos nas falas dos moradores é que estes conteúdos estão vinculados a atividades esportivas fundadas em um discurso da saúde. Em relação às atividades esportivas identificamos as vivências na comunidade: basquete, bicicleta, skate, e assistir a Copa Itatiaia no campo de várzea. Já na escola as vivências: vôlei, correr pela escola e do “jogar bola”.

Para Melo e Alves Junior (2012), as atividades físicas, dentre as quais os esportes estão entre as manifestações culturais mais procuradas e difundidas pelos meios de comunicação, estão mesmo diretamente ligadas a diversos estilos de vida e buscam bem estar por meio da movimentação do corpo. Isayama (2007) acrescenta ainda que essas atividades concernem “tanto à vivência, quanto à assistência de jogos, participação em atividades físicas, bem como em competições esportivas.” (p. 32).

Assim, as práticas culturais mais procuradas e difundidas pela mídia na atualidade são as atividades físicas e esportivas, que vêm sendo amplamente visualizadas como possibilidades de lazer, sejam como prática e/ou consumo, muitas vezes sem compreender a importância e limites dessas práticas para a saúde e qualidade de vida das pessoas. Por isto, torna-se necessário que os sujeitos

¹ Para estabelecer um diálogo entre a educação para e pelo lazer, utilizamos as ideias de Marcellino: “trata-se de um posicionamento baseado em duas constatações: a primeira, que o lazer é um veículo privilegiado de educação; e a segunda, que para a prática positiva das atividades de lazer é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, com o enriquecimento, assim, de *um duplo processo educativo – o lazer como veículo e como objeto de educação*” (MARCELLINO, 1987, 58).

aprendam a desvendar os discursos, difundidos pelos meios de comunicação de massa, sobre essas manifestações culturais, compreendendo como tais discursos são carregados de valores deturpados e restritos ou de mitos (ISAYAMA, 2007).

Notamos que, para os moradores da Vila, há uma predominância da prática desse interesse por parte das crianças, enquanto que as mulheres adultas participam assistindo aos jogos de seus familiares. Outra vivência mencionada foi a da Academia da Cidade, destacando como ela é vista pelos moradores:

Indivíduo 3: Academia hoje é saúde.

Indivíduo 1: Essa Academia da Cidade [...] e lá é, assim, é muito difícil você arrumar uma vaga. Eu com o pedido médico, porque lá tem que ser com o pedido médico, já tem três anos que pedi e já levei o laudo médico que faz controle da família e o moço nem me deu a resposta até hoje.

Segundo Melo e Alves Junior (2012), a preocupação com a saúde muitas vezes é observável no discurso e não na prática, sendo a compreensão da saúde bastante difusa e até mesmo superficial. Na verdade, apesar de um forte estímulo à prática de exercícios físicos, a maior parte da população faz esporte mesmo é o assistindo pela televisão, não tendo a oportunidade de uma prática sistemática.

É comum, em nossa realidade, o discurso de que a prática de atividades físicas e esportivas promove a saúde; certamente, essa idéia tem validade, mas precisa ser redimensionada. Nesse contexto, a dimensão do lazer tem sido amplamente utilizada para a disseminação de programas e projetos que contemplam essa perspectiva. No entanto, é preciso rever o conhecimento que sustenta as ações cujo objetivo é a saúde dos sujeitos, já que a prática física vem sendo defendida e disseminada para toda a população, mesmo que somente no nível teórico. (ISAYAMA, 2007, p. 42).

2) Interesses virtuais

O conteúdo virtual não representa apenas uma nova “roupagem” para os outros conteúdos, mas configura-se como elemento do tempo presente, como linguagem, onde a pessoa pode usufruir de novas dinâmicas de acesso cultural, exigindo novas posturas, demandas e olhares, sem o ranço preconceituoso que normalmente perpassa toda e qualquer novidade. Assim, os profissionais do lazer devem buscar compreender estes recursos, disseminando e dinamizando ações inclusivas, capazes de aprimorar a educação para/pelo lazer. (SCHWARTZ, 2003).

Identificamos que as pessoas da Vila aproveitam seus momentos de lazer utilizando, por muitas vezes, os recursos tecnológicos: ficam no computador; escutam músicas na internet; acessam o Facebook; assistem televisão; mexem no aplicativo de conversa (WhatsApp); e jogam no celular. Pires e Antunes (2007) afirmam que vem crescendo o percentual da população, inclusive nas

classes empobrecidas, que tem obtido acesso a esses meios (mídias digitais: como microcomputadores, softwares e hardwares, o telefone celular e a internet).

De qualquer modo, as novas tecnologias de informação/comunicação estão presentes no cotidiano de um contingente cada vez maior de grupos populacionais diversificados, tornando-se um suporte tecnológico cujo acesso vem-se popularizando. E, por esse suporte, veiculam-se conteúdos que se incorporam à cultura desses grupos, constituindo-se em conhecimentos socialmente compartilhados. A emergência desses novos modos de acessar e vivenciar os bens culturais, proporcionados pela mediação tecnológica, que se constitui pela digitalização das informações e das suas formas de veiculação, tem levado alguns autores a supor o desenvolvimento de uma nova realidade, relativamente autônoma a qualquer referente físico, que se constituiria e circularia apenas no espaço da chamada virtualidade. (PIRES e ANTUNES, 2007, p. 99).

Schwartz; Moreira (2007) salientam que essas modificações nos hábitos culturais, que englobam esses moradores e as condutas transformadas, demonstram uma necessidade de se construir uma cultura que vá para além do domínio causado pela utilização desses instrumentos virtuais. Entretanto, “isso deve ser feito de maneira crítica e criativa, legitimando novas perspectivas de expansão dos saberes.” (p. 166).

Assim como se reconhece esse caráter comunicativo e a possibilidade democrática de acesso a esse ambiente, há que se ressaltar, igualmente, a manifestação da exclusão, já que inúmeros cidadãos são ainda privados dessa experiência, em decorrência de diversos fatores, como os aspectos econômicos, as discrepâncias culturais, entre tantos outros. (SCHWARTZ; MOREIRA, 2007, p. 156).

3) Interesses turísticos

Segundo Uvinha (2007) o turismo é parte integrante do lazer e elemento contemporâneo fundamental para a análise de tal esfera da vida humana. Nesse sentido, identificamos possibilidades de passeios para outros estados, como no caso de ir para Vitória no Espírito Santo, ou até mesmo passeios dentro da própria cidade, como idas ao forró, ao *shopping*, ao Parque Municipal e a um parque próximo a Vila. Isso se deve também ao fato dos moradores não gostarem de conviver com os vizinhos e da pouca opção de lazer dentro da Vila, fazendo com que muitos busquem locais fora da mesma para se divertirem, como destacamos nas falas a seguir.

Indivíduo 3: Ir ao Parque Municipal, fazer uma vasilha de farofa, e sentar

lá de vez em quando, eu faço isso.

Indivíduo 1: Eu me recuso fazer uma farofa e ir ao parque municipal. Que pobreza. Com tanta coisa gostosa lá dentro.

Indivíduo 4: Pobreza não, e o que tem.

Indivíduo 3: O parque municipal é tão gostoso e você pega os pratinhos e vai comendo farofa, tomando refrigerante e olhando a paisagem tirando foto, eu acho o máximo.

Indivíduo 3: É um passeio barato.

Indivíduo 3: Eu acho que a gente precisa desse tempo para gente. Não é só trabalho e nem rotina, vem depressão um monte lero lero. Porque você não investe em você.

Para Uvinha (2007) o turismo deve ser pensado para além do crivo funcionalista, que considera uma fuga da vida das grandes cidades. Busca-se de forma ilusória uma mera compensação das insatisfações, almejando equilíbrio para o estresse acumulado no cotidiano. Para o mesmo autor:

Tal interesse do lazer deve ser entendido não somente como um compêndio do desenvolvimento econômico da sociedade capitalista atual, mas como dimensão humana de elevada relevância para a busca de engajamento social e usufruto de valores também contestadores do sistema vigente. (p. 62)

4) Interesses sociais

Melo e Alves Junior (2012) destacam que, em princípio, todas as práticas de lazer tendem a envolver grupos e a desenvolver a sociabilidade, porém o interesse motivador é exatamente a promoção pronunciada de tais encontros, como aqueles que conseguimos identificar: o baile funk, os encontros com comida (almoço, jantar, churrasco) e as ações de igreja.

Indivíduo 2: Tem o funk na favela, ali pertinho.

Indivíduo 3: É, o funk na favela é ótimo.

Indivíduo 2: Aí no sábado a gente não faz janta e nós racha aqui e faz um lanchinho, faz um hambúrguer, cachorro quente, pizza, churrasquinho, tocinho de barriga e eu bebo 2 ou 3 latinhas, mas é a companhia.

Indivíduo 3: Geralmente faço almoço, meu filho mora no lote junto com a gente, tenho uma netinha, aí eles descem e almoçam e meu marido bebe umas, eu não bebo sou evangélica.

Indivíduo 1: Peço meu marido para comprar uma caixinha de Skol, coloco dentro do freezer, vou ali compro 1 quilo de asinha, coloco nessa churrasqueira aqui, ligo esse som, e fico aqui bebendo e ouvindo musica.

Indivíduo 1: Meu marido não bebe, eles bebem refrigerante e comem carne.

Nessa interação entre os moradores, ocorridas durante as refeições e as festas, há a prevalência de conversa com fim em si mesma, onde as regras são

feitas por quem participa delas, e o assunto é somente o oportuno amparo que incita essa forma de interação (SIMMEL *apud* SANTOS; MARINHO, 2015). Entretanto, é importante salientar que esses encontros são, na maioria das vezes, entre os moradores da mesma residência, ou entre eles e os familiares dos mesmos. Isso porque muitos moradores relataram não conviver com seus vizinhos por opção. Apontaram ainda que não gostam de frequentar determinados locais no bairro para o divertimento pelo mesmo motivo. Dentre eles estão os bares, que supomos não serem frequentados devido aos mesmos predominarem a presença de homens que se encontram para beber e jogar sinuca, afastando assim, a presença das mulheres adultas da Vila.

Além disso, foi possível detectar momentos de práticas religiosas, que tiveram como características marcantes a aproximação das pessoas, fortalecendo a percepção de coletividade. Esse fato aponta assim para a inter-relação concebida entre o lazer e a religiosidade (SANTOS; MARINHO, 2015), como apontam os depoimentos a seguir:

Indivíduo 3: Fiquei na igreja das 18:00 até 22:00 e quando cheguei fui olhar WhatsApp e ver um pouquinho de televisão.

Pesquisador 1: Nesse tempo todo aí o que você acha que foi momento de lazer?

Indivíduo 3: Para mim foi o tempo de oração e o momento que tive na igreja. Porque lá eu tenho um grupo e é muito bom também porque às vezes marcamos de ir ao cinema, às vezes marcamos de comer uma pizza.

Santos e Marinho (2015) ainda complementam que “a religião, entendida tanto em suas práticas formais, quanto em práticas e dinâmicas que caracterizam a religiosidade (sem necessariamente estarem institucionalizadas), age de maneira determinante na forma como o lazer se concretiza.” (p. 298).

Entre as crianças e adolescentes houve uma forte predominância desse interesse na escola, onde relataram conversar com os amigos no “tempo livre” que eles têm nesse ambiente. E ela ocorre tanto com colegas da mesma sala, quanto com colegas de salas diferentes e com algum professor.

5) Interesses manuais

O Projeto Rondon desenvolveu com o grupo de mulheres adultas da Vila da Paz atividades artesanais, que foram posteriormente transformadas por elas em fonte de renda. Eles eram desenvolvidos por grupos formados pelas mesmas, promovendo ainda uma socialização entre as moradoras, fazendo com que a vivência do lazer tivesse um significado para além do interesse manual.

Em função de sua natureza, essas vivências podem ser confundidas com o trabalho e, às vezes, se transformam em trabalho. Assim, devemos incorporar tais vivências tomando o cuidado para não fazer delas uma preparação para o trabalho. “O lazer não se justifica por sua ligação com o trabalho, e o fim que se

espera é o prazer ocasionado pela atividade em si”. (MELO e ALVES JUNIOR, 2012, p. 45).

Entretanto, Santos e Marinho (2015) apontam que “mesmo quando em sua origem se constituem em atividades no lazer, em decorrência de necessidade econômica ou da opção por uma renda suplementar, podem se tornar laborais, não permitindo sua consideração como vivências no lazer propriamente ditas.” (SANTOS; MARINHO, 2015, p. 306).

Indivíduo 1: Nós fazemos só o artesanato no grupo das mulheres por enquanto.

Indivíduo 1: A gente faz sabão, repelente e coloca o Lucas para carregar.

Pesquisador 1: Quem ensina para vocês? Vocês aprendem pela internet?

Indivíduo 1: O Lucas começou ajudar a fazermos o sabão, repelente com incentivo deles, trouxeram as coisas e nós aprendemos, e depois continuou aqui em casa e o detergente, o grupo era grande, mas a maioria desistiu e só ficou eu e mais uma.

Indivíduo 5: Quando chegamos na Vila o propósito era trazer um pouco para as mulheres e as mulheres a nos ensinarem e a cada semana a gente trazia um ofício a ser feito e a gente ia conversando trazendo várias temáticas e elas ensinavam a fazer alguma coisa. Por exemplo, a gente trazia o repelente e elas uma broa de milho, a proposta era trocar os saberes. A partir desses arrolares tinha uma fonte de renda.

Na escola, no “tempo livre” das crianças e adolescentes, esse interesse também foi citado. Eles mencionaram que fazem artesanato, sendo que os materiais são tanto da própria escola, quanto dos próprios alunos.

Outros olhares

Aqui discutiremos outras questões que surgiram referentes aos interesses culturais do lazer e que achamos melhor não categorizar, como, o caso dos jogos, brinquedos e brincadeiras, que surgiram durante as conversas com as crianças e no questionário da escola, e que apontaram as seguintes brincadeiras: cavalinho, rouba-bandeira, pegar papagaio, atravessar a BR, esconde-esconde, polícia e ladrão, peteca, boneca, de comidinha, de casinha, queimada, jogos com baralho, pular corda e bola de gude.

Esse brincar acontece em casa, na escola ou na rua e sem a “supervisão” de um adulto. De acordo com Silva (2012) a brincadeira é uma manifestação cultural, social e histórica, que faz parte da vida das pessoas, e que, na nossa cultura, está muito vinculada ao mundo da criança. Quando a criança brinca constrói um universo próprio, mas o certo é que este universo tanto reflete quanto refrata o contexto no qual ela convive. Para o mesmo autor

as brincadeiras são apropriadas, multiplicadas, vivenciadas e/ou permitidas às crianças de qualquer contexto social,

gênero e faixas etárias; ao mesmo tempo, brincar é também uma característica da criança, experimentada autonomamente ou construída na relação com seus pares (crianças e crianças; crianças e jovens e crianças e adultos), influenciados pela estrutura de rede social (família, igreja, associações, escolas, projetos...), processos educativos e acesso a bens materiais e culturais, que ajudam na construção de suas identidades. (p. 112)

Oliveira (2010) aborda ainda que o brincar apresenta características geográficas, regionais e culturais respectivas de cada localidade. Nele há particularidades regionais em termos de regras das brincadeiras, materiais utilizados, espaço, vocabulário e tempos próprios de cada vivência. Esse autor complementa que

a cultura lúdica das crianças não é apenas produto da cultura popular, ela também está na sua origem. A brincadeira é um meio de a criança intervir ativamente na cultura popular infantil: ela interpreta seus conteúdos e inspira certos aspectos dessa cultura, num movimento de construção sem fim, na qual ela é, alternativamente, emissora e receptora. (OLIVEIRA, 2010, p. 20)

Pinto (2007) afirma que (re)produzimos e (re)criamos as brincadeiras, jogos, brinquedos, com aqueles com quem convivemos e nas condições concretas possíveis. São construções culturais, sociais, históricas, cujos conteúdos são estruturados por meio de certas características que identificam seus fundamentos e finalidades.

Além disso, é importante também abrirmos espaços de desenvolvimento do sensível e de construção de um novo olhar sobre as atividades cotidianas, buscando (re)criações lúdicas, formação de grupos de interesses e amizades e (re)organização de tempos, espaços e hábitos. Para isso, o exercício do olhar é fundamental. E como o olhar é algo que se constitui na cultura, nas nossas relações com as pessoas e o mundo, nos nossos modos de (v)er, não podemos nos esquecer de que, na convivência sociocultural, aprendemos também estereótipos sociais que nos condicionam a ver certas situações da mesma forma, ou até mesmo preconceituosamente. A ampliação da nossa condição de olhar e ler as possibilidades e os limites vividos requer ação educativa crítica e criativa em relação aos jogos, brinquedos e brincadeiras no lazer. (PINTO, 2007, p. 184)

Assim, a criança enquanto cidadã pode e deve usufruir as vivências do lazer (jogos, brincadeiras, festas, artes, esportes, literaturas, músicas, passeios,

ócio etc.), pois este é uma dimensão da cultura, parte inerente da nossa vida em sociedade e direito social de todos. Por isso, é dever do Governo garantir os mesmos (SILVA, 2012). Sobre isso Isayama e Gomes (2008) afirmam:

Na prática, isso significa que o governo e a sociedade, em geral, têm o dever de proporcionar oportunidades e experiências de lazer para todas as crianças (e adolescentes), e que nós também temos o direito e o dever de reivindicar do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil os meios, os espaços, os materiais e os recursos para efetivá-los em nossa dinâmica social, incluindo pessoas de todas as faixas etárias, credos, etnias e condições socioeconômica. Trata-se de lutar pela universalização dos direitos, tendo em vista o exercício da cidadania plena. (ISAYAMA; GOMES, 2008, p. 159)

Outro ponto que chamou a nossa atenção foi a relação dos moradores com o Shopping Center que existe próximo da Vila. Para alguns moradores este local é território de consumo, para outros já é oportunidade de ir ao cinema e para poucos um sonho/desejo:

Pesquisador 1: O *shopping* é o lugar que vocês frequentam sempre ou não?

Indivíduo 1: Quando a gente tem o dinheirinho a gente vai né. Como você vai ao shopping sem dinheiro?

Pesquisador 1: Vocês gostam de *shopping*?

Indivíduo 2: De vez em quando eu vou. Uma vez por mês.

Pesquisador 2: O que faz lá?

Indivíduo 3: Eu vou com o meu marido.

Pesquisador 2: Olha as coisas, senta, toma um sorvete.

Indivíduo 3: Meu marido gosta de beber, aí ele senta, fica bebendo, aí eu tomo meu suco de laranja e eu gosto de comer, a ideia aquela porção de carne com batata e queijo.

Pesquisador 1: A gente pode considerar ali um lugar de lazer? Não é só comércio não?

Indivíduo 4: Nós vamos 1 vez por mês.

Indivíduo 1: Nós fomos ao cinema ver os “10 mandamentos”, ganhamos ingresso. Essa dona do bairro é da igreja universal ai ela tinha o ingresso e deu para a gente.

Indivíduo 2: Igual shopping para mim já não dá pagar 5,00, 7,00 e lá é tudo caro. Ir ao cinema porque não conheço.

Segundo Freitas (2004) “o *Shopping Center* já faz parte do imaginário urbano, no qual a família pós-industrial troca os lugares tradicionais de lazer, como a praça pública, pelas alamedas dos *malls*, em nome da segurança para o carro e da paz para caminhar” (p.212). Esse autor coloca que estes espaços constituem um importante exemplo de lazer aliado ao consumo, tendo como a segurança e o

conforto como argumentos principais. Para Marcellino:

Entretenimento deveria ser um dos componentes do lazer, ligado ao divertimento, e compondo, com o descanso e o desenvolvimento pessoal e social, os três pilares de sustentação do lazer, tal como proposto por Dumazedier (s/d). Entretanto, o que se percebe, hoje, é que o entretenimento ganhou vida própria, independente, numa clara alusão ao lazer-mercadoria. Assim, não se oferecem atividades populares, ligadas à “alma” da população, mas “popularescas”, a fim de nivelar por baixo, com o único objetivo de desviar a atenção de, e o que segue esse de, quase sempre, pode ser entendido como triste realidade pessoal e social dos seres humanos. É a distração, significando alheamento e não, como propõe o educador Rubem Alves (1986), atração por um outro mundo, um mundo diferente, de sonho e invenção, de uma sociedade mais justa, de um ser mais humano. (2007, p. 18)

Por último, é importante pontuar que não foi possível identificar os interesses artísticos e intelectuais enquanto vivência de lazer dos moradores da Vila da Paz, senão na escola. Nos momentos de tempo livre, as crianças e adolescentes da comunidade descreveram vivenciar o ato de cantar, desenhar, fazer colagens, pintar e dançar no “tempo livre” existente nesse ambiente. Além da prática da leitura de livros e revistas. Apontaram ainda que, quando utilizam materiais para a realização dos mesmos, esses são da escola ou dos próprios alunos. Quando são dos alunos, nem sempre são dos moradores da Vila, mas, sim, de colegas que levam para a escola. Esses interesses estão vinculados às atividades artísticas e, relacionadas ao raciocínio, respectivamente. Segundo Melo e Alves Junior (2012) existem arte na cultura popular, nas quadras de escolas de samba, nas tradições folclóricas, nos museus, bibliotecas, cinemas, teatros, centros culturais, podendo e devendo ser estimuladas pela educação de nossa sensibilidade.

Ao contemplar os interesses artísticos em seu programa, o profissional de lazer deve ter em vista que deve contribuir para educar a sensibilidade de seu público-alvo, apresentado, em um processo paulatino de mediação e diálogo, novas linguagens e possibilitando a vivência de novas experiências, a partir das quais pode construir conhecimento acerca das peculiaridades de cada manifestação em sua diversidade de correntes e proposta. Obviamente nesse processo não cabe preconceito *a priori* com qualquer manifestação. O intuito não é de se posicionar contra qualquer forma de organização artística, mas de ampliar os limites de experiência estética dos indivíduos, dando condições para que se possa escolher com mais clareza e critério, de acordo com os

desejos e escolhas. (MELO, 2004, p.19)

Para o autor não se trata de formar novos artistas, mas, sim, estimular em cada um as sensações ocasionadas pelo ato de pintar, cantar, tocar, representar, escrever. Os indivíduos devem ser estimulados a se compreender como produtores, não aceitando os limites impostos pelas instituições artísticas formais. Trata-se de pensar uma iniciativa de “alfabetização” cultural em várias vias. Não é só para a escrita que somos educados cotidianamente, mas também para os sons, olhares, paladares, sensações em geral. Potencializar e ampliar tais importantes dimensões humanas passa a ser uma necessidade. (MELO, 2007, p. 79).

Comentários finais

Notamos que os moradores da Vila da Paz vivenciam uma diversidade de atividades nos momentos de lazer, dando ênfase nas atividades de cunho físico-esportivas, muito vinculadas e difundidas na mídia, com um discurso de qualidade de vida e saúde.

Foi possível perceber que diversas vivências são realizadas dentro da própria comunidade (funk, almoços, jantares, festas, ações da igreja, artesanatos, os esportes e atividade física e o brincar), e que outras ocorrem fora da Vila (*shopping*, escola, parque e passeios), e que elas são influenciadas/orientadas pelos meios de comunicação e novas tecnologias.

Enfim, é importante que as políticas de lazer estimulem as pessoas a vivenciarem os mais diversos conteúdos do lazer, no intuito de conscientizá-las, e que possam desvendar, criticamente, os discursos difundidos pelos meios de comunicação, a favor da indústria cultural, proporcionando possibilidades de novos olhares. Segundo Marcellino (2007):

É uma questão de cidadania, de participação cultural. Entendendo por participação cultural a atividade não conformista, mas crítica e criativa, de sujeitos historicamente situados. Entendendo-a, ainda, como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, tendo em vista a instauração não só de uma nova ordem social, mas de uma nova cultura. Isso não significa isolar o plano cultural do social e do econômico, mas, tão-somente, que não cabe justificar o imobilismo pela existência de uma ordem social adversa. (MARCELLINO, 2007, P.20)

Referências bibliográficas

FREITAS, R.F. Verbete: Shopping center. In: GOMES, C. L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*.

- Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 211-213.
- ISAYAMA, H. F. Reflexões sobre os conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 31-46.
- ISAYAMA, H. F.; GOMES, C. L. O lazer e as fases da vida. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e sociedade*. Campinas: Alínea, 2008. p. 155-174.
- MARCELLINO, N. C. Lazer e educação. 10. ed. Campinas: Papiros, 1987.164 p.
- _____. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 09-30.
- MELO, V. A. de. Verbete: Arte. In: GOMES, C. L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 15-19.
- _____. Verbetes: Conteúdos culturais. In: GOMES, C. L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 51-54.
- _____. Arte e Lazer: desafios para romper o abismo. In: MARCELLINO, N. C. (Org.), *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 65-87.
- MELO, V. A. de.; ALVES Jr., E. D. *Introdução ao lazer*. 2 ed. Barueri: Manole, 2012. 101 p.
- OLIVEIRA, V. de F.; et al. *Brinquedos e brincadeiras populares: identidade e memória*. Natal: IFRN. Editora, 2010. p. 158.
- PINTO, L.M.S. de M. Vivência lúdica no lazer: Humanização pelos jogos, brinquedos e brincadeiras. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 171-193.
- PIRES, G. de L.; SCHEILA, E. A. Revisitando os interesses intelectuais do lazer mediante as inovações tecnológicas de informação/comunicação. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 89-117.
- SANTOS, P. M.; MARINHO, A. Conteúdos culturais do lazer e participação masculina em grupos de convivência para idosos de Florianópolis (SC). *Licere*, Belo Horizonte, v.18, n.4, dez. 2015.
- SILVA, L. T. *As crianças e o brincar em suas práticas sociais: o Aglomerado da Serra/BH como contexto de aprendizagem*. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.
- SCHWARTZ, G. M.; MOREIRA, J. C. C. Ambiente virtual e o lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 149-170.
- SCHWARTZ, G. M. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. *Licere*, Belo Horizonte, v.6, n.2, 2003.
- UVINHA, R. R. Turismo e Lazer: interesses turísticos. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p. 47-64.

VIVÊNCIAS DE LAZER ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Uma reflexão sobre suas manifestações em relação ao processo de educação formal e condições de moradia na vila da paz

Adrize Paola Gonçalves Marques

Resumo:

As vivências de lazer são influenciadas por fatores socioeconômicos e com elevada correlação aos processos formais de educação para e pelo lazer. Como indicador de situação socioeconômica, temos a condição de moradia, percebido pela condição de moradias em ocupações irregulares. Considerando esses pressupostos e um ponto em comum, que é a convivência escolar, estudamos dois grupos de crianças e adolescentes moradores da Vila da Paz, em Belo Horizonte, com distinção de condições de moradia (“moradores de ocupações irregulares” e “moradores de ocupações regulares”). Estes grupos foram observados em relação às suas vivências de lazer em tempos livres, dentro e/ou fora da escola. Este estudo mostrou que não houve diferença significativa entre os dados levantados com esses dois grupos, indicando que o fator nível educacional pode apresentar-se em determinados contextos com maior influência sobre as vivências de lazer mais do que o fator socioeconômico. A pesquisa reforçou a importância da educação formal para a promoção das vivências de lazer, tornando-as mais aproximadas do conceito de criação cultural. Além disso, ao pensar as especificidades de grupos moradores de ocupações irregulares, é preciso o olhar especial sobre o acesso às escolas como forma de contribuir para a ampliação do repertório de vivências de lazer em condições de reassentamento.

A escola pode ser vista como um caminho (complementar, e não único) que promove o encontro e a articulação entre o lazer e os processos educativos formais, promovendo o acesso ao que pode ser chamado de “contrainformação”, ou seja, acesso ao conhecimento que é produzido e disseminado em conformidade com os interesses da indústria cultural. Da escola, esperamos a promoção de ações pedagógicas capazes de apresentar uma sistematização sobre as características do lazer. Dentre estas características, a principal e mais estruturante do que aqui chamamos de lazer, temos a “liberdade de escolha”. Esta é, pois, a caracterização do conceito de lazer a que nos referimos, pois trata das escolhas feitas pelo sujeito, que as faz a partir de seu ponto de vista histórico, e que pode ser mobilizada por diferentes objetivos, e vivenciadas em tempos que o próprio sujeito identifica como livres, construindo caminhos de entendimento que fogem ao senso comum. Escolhas, pois, que resultam de reflexões críticas (MARCELLINO, 1987).

Há uma necessidade de que a escola participe da relação entre o lazer e o processo educativo, em que estes (os processos educativos) não sejam efetivados sem que haja uma recuperação do sentido do lazer, e ao mesmo tempo, estejam

mediados pelo conhecimento científico. Para isso, é preciso que a escola se estruture como centro de cultura popular na medida em que media as interações entre a cultura popular e a cultura dominante, efetivando o que Marcellino chama de “pedagogia da animação” (1987, p. 147).

Crianças e adolescentes, obrigatoriamente, passam, no mínimo, um turno de seus dias dentro da instituição escolar. Neste período, são conduzidas, coletivamente, por atividades que compõe a rotina da escola, nas quais podem ser percebidos tempos intencionalmente destinados à liberdade em relação às atividades pedagógicas. Por exemplo, podemos citar os recreios, os horários vagos, os períodos de espera para troca de turno, dentre outros. Nestes tempos, os alunos podem exercer uma liberdade de escolha limitada às regras institucionais, mas que, de certo modo, permitem o exercício da liberdade de escolha quanto a quais vivências irão se dispor. Por outro lado, durante as atividades previstas para o turno em que estejam matriculados, os alunos podem identificar possibilidades de tempos livres a partir de uma construção individual e, pelas suas escolhas, mobilizar tempos para vivências de lazer sem que estes estejam sistematizados intencionalmente pela ação pedagógica da instituição em que se encontra inseridos. Assim, quando referimo-nos aos tempos identificados pelos alunos, num processo individual de destinação às vivências de lazer não sistematizadas pela escola, estamos dizendo das situações de “matar aulas”, “sair da sala durante as aulas”, “demorar a voltar dos intervalos”, e demais ações similares.

Referimo-nos ao contra turno como sendo o tempo destinado às atividades que não pertençam à rotina escolar, o que na maioria das vezes, configura-se em permanência no ambiente familiar, em atividades que, em sua maioria, dependem das escolhas feitas pelas crianças e adolescentes. Portanto, o contra turno é campo rico à observação das vivências de lazer quando as observamos pela perspectiva de “tempo livre”. Oportunamente, reafirmamos a posição de Marcellino, quando destaca o papel complementar que a escola exerce na educação em diversos aspectos, dentre eles na educação para o lazer. O contra turno escolar, a vida em família e a participação social, somados a tantos outros fatores, formam a teia complexa e histórica dos sujeitos, que imprimem sobre as suas manifestações, as características que nos dão os elementos de observação de suas vivências de lazer nos tempos livres, sejam elas dentro ou fora da escola.

Na escola, podemos observar a educação e o lazer sendo sistematizados sob dois aspectos diferentes, podendo haver uma intencionalidade pedagógica em educar tanto pelo lazer (lazer como veículo) quanto para o lazer (enquanto objeto de educação), conforme discutido por Marcellino:

Trata-se de um posicionamento baseado em duas constatações: a primeira, que o lazer é um veículo privilegiado de educação; e a segunda, que para a prática positiva das atividades de lazer é necessário o aprendizado, o es-

tímulo, a iniciação, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, com o enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação. Verifica-se, assim, um duplo processo educativo – o lazer como veículo e como objeto de educação. (1987, p. 58-59).

Esta intencionalidade apresenta, por um lado, o tempo cronologicamente contado nos turnos para o desenvolvimento das ações sistematizadas de educação para/pelo lazer, não é aqui considerado como preditor de uma “qualidade” do processo educativo. Mas, por outro lado, a identificação dos tempos que a escola destina às ações de educação pelo lazer e para o lazer, dizem um pouco sobre o quanto a dimensão de integralidade na formação humana está presente na escola.

Retomando as relações entre turno e contra turno, cabe aqui a consideração de que este estudo não trata da perspectiva moralista, sob a qual se pretende controlar o uso do tempo livre fora da escola, esperando-se que nele ocorram, estritamente, o que foi aprendido na educação formal como forma de evitar a anulação da obra educativa e, por consequência, também evitar desregramentos (MARCELLINO, 1987, p. 116).

Assim como defendido por Marcellino (1987), entendemos que há uma expectativa de identificar, nos períodos em que os alunos estão fora da escola, uma assimilação dos conteúdos desenvolvidos durante o turno escolar, expressos nas ações, na verbalização de intenções, nas escolhas e planejamentos de experiências a serem vivenciadas. Ao sistematizar os conteúdos de lazer e conduzi-los segundo as ações pedagógicas adotadas, esperamos que haja ressonância em outros momentos da vida cotidiana, especialmente naqueles em que as ações são guiadas pelas escolhas individuais, e efetivadas nos tempos livres, dentro e/ou fora da escola. Quando assim transcorre, entendemos que a ressonância destes processos educativos potencializam as oportunidades de criação cultural em detrimento da indústria cultural.

Mas sabemos também que as ressonâncias sofrem influências de variadas raízes causais, e que as barreiras socioeconômicas e o baixo nível educacional criam todo um clima favorável para domínio da indústria cultural, em que há um esforço intencional de minimizar as oportunidades de estímulo às vivências de lazer que sejam ativas e de elevado potencial para a superação do senso comum. Portanto, há um esforço contrário à educação para/pelo lazer, objetivando o reforço das vivências que instrumentalizam a manipulação das “massas”, e que vão à contramão das experiências geradoras de “novas competências” (MARCELLINO, 1987).

As barreiras socioeconômicas podem ser observadas por meio de diferentes aspectos como: renda familiar, levantamento de bens, acessibilidade, condi-

ções de moradia, dentre outros. Falaremos, especialmente, sobre as condições de moradia, escolhendo-as como principal elemento de distinção entre os grupos de crianças e adolescentes pertencentes ao nosso estudo.

Assim, a partir da condição de moradia como principal indicador de barreira socioeconômica, trabalhamos com dois grupos distinguidos de sujeitos, o que nos permitiu identificar, para efeito deste estudo, o estabelecimento dos grupos “moradores de ocupações irregulares” (MOI) e “moradores de ocupações regulares” (MOR), condições claramente diferenciáveis pelas características das residências.

Os moradores de ocupações irregulares são aqueles que residem em construções feitas de maneira precária, em loteamentos apropriados em desacordo com a legislação vigente. Para o enfrentamento destas situações de desigualdades sociais exacerbadas, o poder público destina ações específicas, dentre elas o Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Minas Gerais, implementado desde 2014 (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2017).

Este programa acontece em diversas vilas, sendo a Vila da Paz uma delas, e na qual foram desenvolvidos nossos estudos no primeiro semestre de 2017. Ela é localizada no Km21 da BR 381, nos arredores do Bairro Suzana, Universitário e Santa Cruz. Tem como ponto de referência o Centro de Distribuição da Coca cola, o depósito dos Correios, o Makro, a garagem da Itapemirim e o Campo do Santa Cruz. A Vila fica em um delta, cortada pelas ruas do Contorno, Nacional e pela BR381. Esta é uma vila relativamente pequena, na qual se encontram residentes cerca de 70 famílias. Deste total de famílias, apenas duas possuem rede formal de energia elétrica, mas a localidade não possui estrutura de saneamento. Todo o esgoto é lançado irregularmente na estrutura já existente da COPASA, em sua maioria na Rua do Contorno. Vale ressaltar que estas estruturas são obras clandestinas e, em sua maioria, insuficientes para o fluxo, fazendo com que em alguns pontos o esgoto corra a “céu aberto”, se tornando recorrente o transbordamento dos bueiros e das “bocas de lobo” em dias chuvosos, além dos casos de refluxo do esgoto dentro das casas. Há acúmulo irregular do lixo próximo às casas, decorrente do descarte incorreto e da falta de alinhamento entre os hábitos dos moradores e a coleta de lixo realizada pela Prefeitura. Esta caracterização é importante para elucidar a condição precária dos espaços onde os grupos que estudamos se encontram inseridos, e como estas características contribuem para a diferenciação destes em relação aos demais moradores dos bairros do entorno da Vila.

Além da influência que exercem sobre as experiências culturais, estas condições precárias de moradia nos remetem às reflexões da escola de Frankfurt quanto ao conceito historicista alemão de “totalidade”, lembrando-nos da complexidade dos fenômenos sociais, nos quais “aspectos da necessidade econômica

estavam relacionados a necessidades culturais e políticas, e vice-versa” (GOTTDIENER, 1997, p. 115). Estas características de moradia tornam esses grupos de moradores bem diferenciados dos demais moradores do bairro, e apresentam a imagem do “mosaico de mundos sociais nos quais é abrupta a transição de um para o outro.” (LOUIS WIRTH, 1979, p. 103).

A condição de moradia do grupo de crianças e adolescentes que estão inseridos na Vila da Paz possui características muito diferentes dos demais moradores do bairro, e não somente pelo fato de estarem nestas condições, mas também considerando o fato de que muitas destas crianças e adolescentes aguardam as mudanças para os reassentamentos planejados pelo programa judicial.

Diante deste contexto, e para melhor conhecimento das possíveis especificidades deste grupo, surgiu nosso interesse em conhecer como ocorrem suas vivências de lazer. Partimos dos pressupostos de que: a) as vivências de lazer são aprendidas nos processos educativos formais e não formais; b) a educação formal insere-se de maneira significativa no somatório de experiências que estruturam as manifestações individuais do modo como os indivíduos vivenciam o lazer; c) o nível educacional interfere no modo como o lazer vivenciado e d) as manifestações observadas nas vivências de lazer, de algum modo, trazem em si elementos observáveis que dizem minimamente sobre a educação para/pelo lazer apropriada pelo indivíduo.

A partir destes pressupostos, estruturamos nosso olhar sobre as vivências de lazer deste grupo de crianças e adolescentes moradores de ocupações irregulares por meio de um ponto que permitisse tanto o avanço no conhecimento da ressonância da educação formal sobre eles, quanto o estabelecimento de paralelos com vivências de lazer manifestadas por crianças e adolescentes não moradores de ocupações irregulares. Ressaltamos que estes paralelos não objetivam uma comparação entre estes dois grupos e, sim, a identificação das possíveis especificidades do grupo MOI (moradores de ocupações irregulares), observadas pelo ponto em comum que é a educação formal.

Inseridos nas escolas públicas próximas à vila, estas crianças e adolescentes se encontram juntos e vivenciando as mesmas experiências promovidas pela escola, que são influenciadas por vários fatores em comum como: tempo, material disponível, visitas à equipamentos de lazer, e outros, diferentemente do que acontece fora do turno escolar.

Outro fator que direciona o nosso olhar à escola é que, mesmo os locais de reassentamento apresentando uma estrutura com restritos equipamentos de lazer e baixa infraestrutura, de um modo geral, sempre têm garantido às famílias o acesso à escola nestes locais. Portanto, a escola, não só tem o potencial de promover a educação para e pelo lazer, direcionando-a à criação cultural, como também pode ser reafirmada como importante recurso estrutural para tal, na medida em que possui muitos dos recursos de tempo, espaço e material viabili-

zadores destas experiências.

Estudos como este são importantes para a ampliação do conhecimento das especificidades das demandas e necessidades dos grupos estudados, contribuindo para melhor estruturação das políticas públicas que a estes grupos se destinam, reforçando a importância da dimensão do lazer no planejamento das ações de reassentamento.

Objetivando identificar as vivências de lazer entre crianças e adolescentes que residem em vilas do Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Minas Gerais, bem como refletir sobre possíveis influências socioeconômicas na ressonância dos processos educativos pelo e para o lazer dentro e fora da escola, identificamos por meio do cadastro deste programa, os nomes e as escolas em que as crianças e adolescentes estariam matriculados. A partir desta triagem, identificamos em qual escola encontrava-se a maior parte dos alunos, sendo este o critério para a escolha da escola a ser pesquisada. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) considera-se criança o indivíduo com idade inferior a doze anos e adolescente o que possuir entre doze e dezoito anos de idade. Para este estudo, limitamos as idades entre 6 e 17 anos, a fim de abranger apenas as médias de idade dos alunos matriculados no ensino fundamental desta escola.

Assim, sessenta e dois alunos com faixa etária entre 06 e 17 anos, matriculados no ensino fundamental, foram distribuídos em dois grupos a partir de suas condições de moradia, formando o grupo “moradores regulares” com 29 alunos e “moradores irregulares” com 33 alunos. Para evitar a exposição dos alunos resultante do critério de formação dos dois grupos, adotamos a identificação do grupo de moradores irregulares como “alunos” e o grupo de moradores irregulares como “indicados”. Esta identificação também se refere ao modo como foram formados os grupos, sendo os “alunos” aqueles que estavam cadastrados no programa judicial, vinculados às escolas que estavam matriculados. O outro grupo foi formado a partir deste, de modo que cada aluno localizado na escola pesquisada indicava um colega de sua sala para participar da pesquisa junto com ele, formando o grupo de “indicados”. Nos grupos não houve subdivisão em relação ao sexo, sendo o sexo masculino predominante em relação ao total de alunos entrevistados (69%). As subdivisões ocorreram em relação à faixa etária, devido à extensa faixa selecionada para a pesquisa.

A pesquisa foi realizada em uma escola próxima à Vila, escolhida por possuir o maior quantitativo de matrícula de alunos residentes na Vila da Paz, identificados, inicialmente, através do cadastro social realizado pelo programa judicial, e confirmada na escola com a coordenação pedagógica. Importante observar que 9 alunos constavam no cadastro matriculados nesta escola, mas não foram identificados na escola, indicando mudanças destes alunos para outras escolas, após a realização do cadastro social. O inverso também ocorreu, sendo 11 alunos

identificados como moradores da Vila da Paz, mas não constavam no cadastro, indicando que houve mudança de escola entre o cadastro e a pesquisa ocorrida no primeiro semestre de 2017.

Para levantamento de dados, foi elaborado um questionário semiestruturado composto por 12 perguntas referentes às vivências de lazer dentro da escola, e 9 perguntas referentes às vivências de lazer fora da escola. Estas perguntas envolviam a recordação de experiências vivenciadas em espaços dentro e fora da escola, buscando identificar os tempos de permanência dentro da escola, as ações e a integração social durante estas vivências. Partindo dos conceitos de conteúdo do lazer, discutidos por Marcellino (1987), foram elencadas as principais oportunidades de vivências de lazer dentro e fora da escola, sem, contudo, diferenciá-las quanto à intencionalidade com que foram oportunizadas. Em outras palavras, não foi especificado se estas experiências relacionavam-se ao lazer como objeto ou como veículo, devido à complexidade que o entendimento destes conceitos representa aos alunos de nível fundamental.

Após assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido por parte dos representantes legais dos indivíduos menores de 18 anos, os alunos foram retirados das salas de aulas de origem, e foram convidados a reunirem-se em uma sala destinada para esta atividade, que ocorreu durante o turno de aula, com duração de uma hora e 40 minutos (dois horários de aula correspondentes a 50 minutos).

Foram necessários quatro encontros (dois para turno da manhã e dois para turno da tarde) para garantirmos a participação de todos os alunos constantes no cadastro social, devido às suas ausências frequentes às aulas. O questionário foi auto aplicado, de modo que os próprios alunos respondiam às questões, orientados por uma equipe de aplicadores, que dividiram os grupos por faixa etária, orientando-os quando apresentavam dúvidas no preenchimento. Os alunos foram estimulados a interagir entre eles de modo que pudessem recorrer à memória de experiências vividas juntos, dentro da escola, auxiliando no processo de recordação.

As questões que compuseram o questionário foram divididas entre “dentro da escola” e “fora da escola”. Para as questões referentes à “dentro da escola” buscamos identificar o turno que os alunos frequentam na escola, se se divertem na escola, como se divertem em relação à presença do professor e/ou de outro funcionário da escola, os momentos em que predomina a escolha individual por fazer de determinado tempo escolar um tempo livre para vivências de lazer, os lugares preferidos para se divertir dentro da escola e o que mais gosta de fazer nestes locais. Neste mesmo sentido, foram feitas as perguntas para a categoria “fora da escola”, buscando identificar também quais as vivências foram orientadas pela escola e que se expressam em atividades vivenciadas fora dela, bem como o inverso: experiências vividas fora da escola e que foram levadas para

a rotina escola. Os dados foram analisados quanto à frequência das respostas de modo a complementarem as questões abertas, nas quais foram observadas as aproximações de sentido presente nas respostas, configurando-se, portanto, numa análise qualitativa.

Quanto à pergunta “você se diverte na escola” 92% dos alunos responderam sim, sendo que entre os 8% dos alunos que responderam não. Destes, apenas 2 são moradores das ocupações irregulares (MOI).

Quanto à presença do professor durante as aulas, a maioria das respostas (53%) traziam elementos indicativos de que não se divertiam na presença do professor, indicando que reconhecem momentos de lazer na maior parte do tempo em que estão apenas na presença dos colegas de sala.

Perguntados se já haviam saído de sala durante as aulas para tentar se divertir 48% responderam que sim, justificando suas respostas com argumentos como “porque os professores são chatos”, “porque os professores não dão nada legal”, “porque eu não gosto da matéria”. Estas respostas indicam a baixa percepção de prazer nas atividades desenvolvidas pela escola, o que pode corresponder a uma baixa intencionalidade pedagógica em educar pelo lazer. Entre os dois grupos (MOI e MOR), as respostas não se diferem, sendo as respostas “sim” justificadas com argumentos similares.

Esta questão também nos permite observar que quase a metade dos alunos cria, voluntariamente e de modo individualizado, os tempos livres para realização de atividades escolhidas por eles. Este dado nos auxilia a observar que, mesmo dentro da rotina escolar, planejada com os tempos e espaços para o lazer, precisam ser analisados somando-se a estes tempos construídos pelos próprios alunos, pois neles se expressam, com maior intensidade, os interesse que o aluno possui em relação a determinada atividade, e o quanto ela se mostra prazerosa para ele. Estes tempos criados, são portanto, importante fonte para a observação dos interesse nos conteúdos de lazer, e podem servir para o planejamento do repertório a ser trabalhado intencionalmente em situações posteriores.

Ao serem questionados sobre os espaços da escola onde gosta de ficar para se divertir, houve alta variabilidade de respostas, sendo o local citado com maior incidência a cantina, justificada pelo acesso à alimentação. Estas respostas nos levam a observar que neste local, os alunos escolhem estar, pois tem acesso à ele no momento do intervalo, podendo ir até a cantina ou não. Assim, como justificado pelos alunos, ao nos referirmos sobre vivências de lazer, movidos pela argumentação de ser uma situação prazerosa, associam à alimentação, podendo indicar baixa compreensão da amplitude de repertório de atividades possível que pode ser considerado como vivência de lazer.

Estes questionários nos possibilitaram ainda identificar que poucos destes alunos frequentam a escola em situações como “escola aberta” e “escola nas férias”. Apenas 12% dos alunos disseram permanecer na escola nos tempos livres

aos finais de semana e durante as férias. Este dado nos leva a refletir tanto no processo de apropriação do espaço escolar por parte dos alunos, quanto à forma como associam a escola ao lazer. Este dado nos mostra que estar na escola sem a obrigatoriedade do turno escolar ainda é um ação presente entre a minoria destes alunos. Dentre os 12%, 6 são alunos MOR e 5 são MOI.

Ao elencarmos algumas atividades, os alunos poderiam marcar as que praticam dentro da escola, identificando se as realizam com o material da escola ou material próprio do aluno. Tínhamos aqui a intenção de diferenciar entre vivências de lazer ocorridas dentro da escola e quais não eram intencionalmente promovidas por ela. Assim, quando o aluno responde “pulo corda” como o material que “trago de casa”, podemos identificar que, apesar desta experiência acontecer dentro da escola, a vivência de tal atividade foi um movimento do próprio aluno.

A maioria das respostas em relação às 14 atividades listadas referiu-se ao material pertencente à escola. Porém, a diferença entre material que “pertence à escola” e que “trago de casa” foi pequena, 53% e 47% respectivamente, indicando que muitas atividades só ocorrem dentro da escola porque há iniciativa por parte do aluno, o que também revela seus interesses quanto aos conteúdos de lazer. Brincar com celular (48%), baralho (32) e corda (20%) foram as atividades que ocorrem na escola com uso de material trazido de casa pelos alunos. A diferença mais significativa ocorreu em relação à faixa etária, e não entre os grupos MOI e MOR, sendo que, quanto maior a idade, maior percentual de alunos que levaram o celular para a escola.

Nesse sentido, a condição socioeconômica não interferiu na diferença em escolha e uso de materiais para se divertir. Estes dados nos levam à reflexão de como a escola pode ser um espaço de expressão dos interesses dos alunos ao vivenciarem o lazer, e podem ser utilizados como indicativos para a inclusão destas atividades no planejamento das intencionalidades pedagógicas, construindo coletivamente uma educação para o lazer.

Perguntados sobre como eles mais gostam de se divertir, podendo escolher entre as respostas: “ser ensinado”, “ensinando alguém” e “criando e inventando”. A maior parte dos alunos do grupo MOR respondeu preferir serem ensinados por professores (56%), sendo o segundo maior percentual (33%) a preferência por criar e inventar. Ao lembrarmos de respostas anteriores, como a elevada preferência por divertirem-se na ausência do professor, refletimos sobre o que pode significar a incoerência destes dois dados. Podemos pensar na possibilidade de que estes alunos quiseram indicar que preferem ter a presença de alguém que conduza as atividades de lazer sem serem, no entanto, os mesmos professores com que estão em contato no momento. No grupo MOI, as preferências por “ser ensinado por professores” e “criar e inventar” seguiram a mesma proporção, representando respectivamente, 52% e 40%, indicando que neste grupo há um maior interesse em processos criativos, como desenhar.

O dado que nos chama mais atenção em relação às vivências de lazer dentro da escola foi a escolha, dentre quatro opções, de “estar com colegas de outra sala” (32%), porcentagem superior à resposta “estar com os colegas de sala” (29%) para se divertir. Estes dados indicam um baixo interesse em estar vivenciando o lazer com os colegas pertencentes à mesma sala, fator inesperado quando se considera a necessidade de um empenho maior de socialização, quando se pretende relacionar com colegas de outra sala. Este dado nos leva a considerar que a socialização com os pares mais próximos apresenta-se nesta escola como fator a ser investigado, e que pode contribuir negativamente para a redução do repertório de experiências de lazer, pois necessitam que estas relações sejam prazerosas e de livre escolha. Se os alunos não estabelecem relações harmoniosas com os colegas de sala, provavelmente não escolherão estar com eles em momentos livres, em que pode escolher onde, quando e com quem vai estar.

Na análise de dados das questões sobre vivências “fora da escola”, 98% responderam que conseguem se divertir nos tempos livres fora da escola, justificando desde o fato de terem a oportunidade de dormir e chupar bala, até a oportunidade de soltar pipa, dançar e conversar com amigos. Soltar pipa e dormir foram respostas de 18 dos 62 entrevistados, sendo que a maior parte das respostas referiram-se a poder conversar com amigos e vizinhos. Interessante observar que dentro da escola, durante as nossas visitas, pudemos observar alguns alunos soltando pipa, mesmo estando dentro da escola. Estes alunos não faziam parte do nosso universo de entrevistados, mas pudemos verificar que esta é uma prática muito comum entre os alunos desta escola, sendo relatado também entre os entrevistados como experiência vivida fora da escola. Não houve menção de esta atividade ter sido desenvolvida pela escola, e/ou com material da escola.

Quanto a diferença entre os dois grupos, não identificamos diferenças importantes nos relatos de repertório de atividades vivenciadas fora da escola, mas algumas respostas nos chamaram a atenção. Dentre os alunos MOI, ao explicar como se divertem fora da escola, relataram “pedir dinheiro” como atividade de lazer, bem como, “vender doces”, “correr atrás de carros que entregam doações” e “trabalhando”. Estes relatos nos chamam a atenção para a distância existente entre lazer a partir do conceito que fundamenta este estudo, e o conceito de lazer que eles entendem. Muito associado ao que é prazeroso, estas atividades representam para eles uma vivência de lazer, indicando a necessidade de intervenções pedagógicas no sentido de discutir os conceitos de trabalho infantil, trabalho informal, tempos livres, e sobre os próprios conceitos de lazer. Entre os alunos do grupo MOR, a oportunidade de estar com amigos e dormir foram respostas muito frequentes.

Perguntados sobre o lugar de lazer em que estiveram pela primeira vez por meio de atividades da escola, foram mencionados o Zoológico, Inhotim, Parque Guanabara, Bienal do Livro, museus, circo, clube, Espaço Tim, cinema, Palácio

das Artes e Mineirão. Através desta pergunta pudemos observar oportunidade gerada pela escola, intencionalmente voltada à vivência de lazer, educando pelo e para o lazer. Por meio desta pergunta também pudemos observar a dificuldade dos alunos em lembrarem-se das atividades realizadas. Como estas saídas da escola são coletivas, quando um colega dizia que nunca havia saído, outro interferia dizendo: Você não se lembra de que fomos ao cinema? Assim, pudemos observar que a maior parte dos alunos, durante o preenchimento do questionário, queixavam-se de não se lembrar de ter ido a algum lugar com a escola, apesar de terem ido. Isto se configura como uma limitação desta pesquisa, em que as respostas dependem da capacidade de cada aluno recordar as experiências vividas e, ainda, identificá-las como vividas “dentro” e “fora” da escola.

Esta questão foi também a que ofereceu maior possibilidade de observar as coincidências entre a experiência vivenciada pelo aluno e a ação pedagógica realizada, pois além do auxílio dos colegas para lembrar-se da atividade, conferindo fator de confiança na resposta dada, pudemos verificar se esta experiência foi repetida em outro momento, fora da escola, através da pergunta “você voltou neste lugar sem ser com a escola?” e “se você pudesse voltar com os amigos e familiares, você voltaria?” Através destas perguntas, pudemos identificar a intenção do aluno em retornar ao local conhecido por iniciativa da escola e que representou uma situação prazerosa, ampliando as possibilidades de ressonância desta experiência em momentos a ser vividos fora da escola.

O inverso também foi verificado pela pergunta: “quais lugares de lazer você conheceu pela primeira vez fora da escola e que depois você voltou com a escola?”. Assim, buscamos verificar como têm sido considerados os interesses dos alunos no planejamento das ações da escola. Percebemos que a maior parte das respostas referiu-se às atividades praticadas nos tempos livres como recreios e horários vagos, ou seja, atividades de lazer não estavam presentes na intencionalidade pedagógica mesmo que presentes na vivência dentro da escola. Outras respostas nos chamaram a atenção pela simplicidade que representam, mas que foram recordadas pelos alunos, indicando a representação de atividade prazerosa para eles. Ações como “pular na água”, “castelo de areia”, “plantar”, “brincar de cabra-cega” “brincar de mãe e filha” “comer *Mac Donalds*”.

Assim, por um lado, pudemos verificar que perguntas como estas são oportunidades ricas de identificação dos interesses dos alunos quanto às atividades no tempo livre, e a observação de que muitas delas podem ser desenvolvidas nas ações pedagógicas a serem desenvolvidas nas escolas. Por outro lado, quando perguntados sobre coisas (atividades) que experimentaram pela primeira vez na escola, o fizemos na intenção de identificar as atividades de lazer promovidas pela escola, porém 34% dos alunos responderam coisas do tipo “a ler” “a escrever” “português” “sobre células”, etc. Estas respostas tanto podem representar uma limitação do questionário, considerando que a pergunta não ficou clara para

o entrevistado, como pode representar que, para estes alunos, estas experiências foram marcantes e prazerosas, e por isso eles a referem como experiências de lazer. Levando-se em conta as respostas dadas quando se tratavam das experiências fora da escola, podemos considerar a possibilidade de estas experiências representarem vivências de lazer para estes. Em relação às diferenças entre os grupos MOR e MOI, as respostas dadas foram similares em termos de repertório, citando na maior parte das vezes, em ambos os grupos, as experiências de “mexer no celular” “jogar bola” “brincar” “jogar queimada” como atividades vivenciadas dentro e fora da escola.

Comentários finais

Este estudo nos permitiu observar que o repertório de atividades definidas pelos alunos como vivência de lazer não se diferem entre os grupos de moradores regulares e moradores irregulares. Desse modo, somos levados a refletir que esta diferença de condição socioeconômica não trouxe à análise elementos que permitissem identificar significativas diferenças entre os dois grupos, principalmente quando observadas fora da escola, já que fora da escola as oportunidades de experiências coletivas são limitadas e dependentes de fatores como “disponibilidade dos pais em acompanhar”.

Pela observação de vivências comuns entre os dois grupos, como por exemplo, passeios promovidos pela escola, pudemos verificar uma importante limitação nos dois grupos, em recordarem sobre as ações realizadas pela escola, o que indica haver uma dificuldade importante em fazer conclusões sobre a dimensão da ressonância da educação para/pelo lazer fora da escola, muito mais em função da capacidade dos indivíduos em identificar e recordar as experiências do que a possibilidade disso significar uma importante limitação dos processos formais de educação para/pelo lazer em relação ao contexto fora da escola.

Os tempos criados como livres por iniciativa dos alunos nem sempre coincidem com os tempos da rotina escolar destinados para tal, sendo estas criações importante janela para a observação dos interesses nos conteúdos de lazer. Fora da escola, o repertório de atividades entre os dois grupos não se difere de modo significativo, e ainda, apresentam limitações, mantendo predominantemente o conteúdo de lazer “social” em que preferem estar conversando e saindo com amigos, e o uso de celulares e videogames. O uso do celular não se difere em relação à condição socioeconômica, mas em relação à faixa etária, mantendo a relação de quanto maior a idade maior a quantidade de respostas “usando celular” nos tempos livres.

Portanto, refletimos sobre a possibilidade do fator nível educacional poder apresentar-se, em determinados contextos, com maior influência sobre as vivências de lazer que o fator socioeconômico, reforçando a importância da educação formal para a promoção das vivências de lazer ajustadas à perspectiva da criação

cultural, bem como ampliação do repertório de vivências experimentadas na escola. Além disso, ao pensar as especificidades de grupos moradores de ocupações irregulares, é preciso o olhar especial sobre o acesso às escolas como forma de contribuir para a ampliação do repertório de vivências de lazer em condições de reassentamento, considerando que nestes locais, por mais limitada que seja a estrutura do entorno, sempre será garantido acesso à instituição escolar, tornando-a importante foco na análise das vivências de lazer dentro e fora da escola.

Referências bibliográficas

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 23 jun. 2017.

GOTTDIENER, Mark. Paradigmas flutuantes: o debate sobre a teoria do espaço. In: GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1997.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas, SP: Papirus, 1987.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Programa judicial de conciliação*. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/programa-judicial-de-conciliacao>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SOARES, Luiz. *Cadastro social*. Programa judicial de conciliação para remoção e reassentamento humanizado de famílias do Anel Rodoviário e BR 381. [2017?].

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

O TEMPO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DA SUBJETIVIDADE NA VILA DA PAZ:

Programa judicial para remoção e reassentamento humanizado de famílias do
anel rodoviário e br-381 em belo horizonte/minas gerais

*Paula de Paula
Patrícia Zingoni*

Resumo:

Considerando a natureza dos estudos do “Centro de Estudos de Educação Física, Esporte e Lazer” (CEEFEL) da PUC Minas e tomando o Lazer como um campo de resistência e de luta por conquistas de cidadania, tomamos a categoria de tempo para analisar a constituição da subjetividade na Vila Da Paz, um dos territórios compreendidos pelo Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Belo Horizonte, Minas Gerais. No primeiro momento nossa investigação sobre o conceito foi teórica, utilizando-nos da Filosofia, Física, Sociologia, Psicologia, Psicanálise e das teorias do Lazer. A divisão semântica do tempo se baseia em um caráter quantitativo (*chronos/kronos*), tido como o tempo disponível das obrigações sociais e o qualitativo (*kairós*), tido como instante subjetivo privilegiado de vivência lúdica, reedita a clássica dialética filosófica entre o universal e o particular/singular. Como o ser humano não tem um órgão específico para apreender o tempo, a Psicologia/Psicanálise o tomam como fator constituintes da subjetividade. No segundo momento fizemos uma pesquisa de campo com um grupo de crianças/adolescentes e de mulheres adultas, participantes das atividades promovidas pela equipe da educação física do Eixo Socioeducativo do Programa. Como as mulheres adultas da Vila da Paz não estão convencionalmente inseridas como trabalhadoras no mercado e as crianças e adolescentes também não, visamos investigar a maneira como estas pessoas se apropriam do caráter quantitativo e qualitativo do tempo/espço, considerando as funções do lazer referentes ao descanso, desenvolvimento da personalidade e diversão. Utilizamos de uma metodologia de intervenção em grupos de inspiração lacaniana conhecida como “conversação”, já testada no FIP (2014-2015) na PUC Minas e aprovada na categoria de inovação tecnológica. Para tal elaboramos dois instrumentos para a coleta de dados. Um foi especialmente construído para investigar sobre os equipamentos públicos que a comunidade tinha à disposição, dando prioridade aqueles que oportunizam experiências lúdicas, esportivas e culturais e para investigar quais gostariam de ter no território do novo local de moradia após remoção. Outro instrumento utilizado foi o protocolo do “orçamento-tempo” para que pudessemos identificar como esse público utiliza seu tempo no cotidiano de suas vidas no território. Descobrimos que a Vila convive simultaneamente com o tempo de trabalho das sociedades capitalistas (pois todos os serviços públicos que recebem da Prefeitura e do Estado estão sob esse domínio), mas também com um tempo religioso que através de suas evangelizações ocupam a vida das mulheres adultas e das famílias. A falta do trabalho formal e da qualificação para

encontrar um lugar no mercado de trabalho, (empresa fracassada pela iniciativa do grupo de mulheres) reitera a condição de precariedade sócio econômica e cultural das crianças, adolescentes e mulheres adultas da Vila da Paz. O tempo livre do trabalho formal tal como acontece na Vila, não pode ser considerado ócio e sim uma “falta completa do que fazer”. Apresentamos três casos fruto da escuta das crianças e adolescentes e das mulheres adultas, que nomeamos de: “Menina Falante”, “Menino Facinho” e “Mulher realidade”, demonstrando que a vivência do tempo e a capacidade de sonhar estão correlacionados na constituição das subjetividades na Vila da Paz.

Introdução

No segundo semestre de 2016 iniciamos nossa participação na pesquisa: Vivências Culturais em Vilas vinculadas ao Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Belo Horizonte, Minas Gerais. A pesquisa foi realizada no “Centro de Estudos de Educação Física, Esporte e Lazer” (CEEFE) da PUC Minas.

A execução e a operacionalização do Programa Judicial são feitas por intermédio do Projeto Rondon Minas, que foi criado em 11 de abril de 2005 como estratégia de cooperação solidária de instituições de ensino superior, associações civis e empresas, tendo em vista viabilizar ações para um desenvolvimento integrado e sustentável de regiões de vulnerabilidade social. No Programa Judicial, a ação do Projeto Rondon Minas buscou evitar conflitos entre os moradores e a ação do Estado, quando da reintegração de terrenos públicos, transformado em área habitacional irregular.

O Programa Judicial compreende atualmente quatro territórios: A Vila Pica-pau; Da Paz; Da Luz e o Bairro Bom Destino. O processo de “selar” os imóveis que deverão ser desocupados, implicou várias ações governamentais, que já terminaram desde 2014. Entretanto, ainda em 2017, uma grande parte de famílias continua morando na mesma localidade e em condições sociais muito precárias.

Embora o discurso da política pública homogeneíze todos os cidadãos, que, nesse campo dos direitos são “iguais perante a lei”, sabemos que no plano material o significante “público” significa “assistido”, “necessitado” e “excluído”. As ações do Estado, portanto, servem paradoxalmente para discriminar e segregar, revelando a verdade de que, embora a moradia seja um direito de todo cidadão brasileiro, nem todos estão sob a égide dos Direitos.

O efeito dessa exclusão, aqui se destacando o direito ao lazer objeto da presente pesquisa, foi constatado no diagnóstico realizado pelos técnicos do Programa Judicial. O estudo revelou uma escassez de oportunidades de vivências culturais lúdicas no território, justificada pela insuficiência de locais públicos adequados e pela falta de conhecimentos das pessoas sobre diversas modalidades esportivas e culturais. Além disso, o diagnóstico revelou também que é muito

precário o atendimento às necessidades específicas vinculadas às diferentes idades, sexos e pessoas com deficiências.

Outro problema identificado nos documentos do Programa refere-se à falta de valorização da identidade local e de sua cultura pelos moradores do lugar. Isso acontece especialmente por causa de suas péssimas condições de moradia, mas também porque a população é oriunda de vários outros lugares, de maneira que a consequência na subjetividade é o profundo desenraizamento de referências culturais coletivas, atingindo, sobretudo, a autoestima da população.

Os problemas identificados ampliaram nosso interesse em analisar as ações desenvolvidas pelas instituições locais e o poder público considerando o acesso ao lazer na Vila da Paz, território onde o “Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Minas Gerais” foi executado, selecionado para a realização de nossa pesquisa.

No desenvolvimento desta investigação realizamos várias reuniões com o Grupo de Estudos em Políticas Públicas do CEEFEL-PUC Minas para que cada pesquisador pudesse realizar análises das informações levantadas pela pesquisa, considerando as especificidades do seu campo de conhecimento, suas experiências com políticas públicas e interesses sobre o objeto de estudo da nossa pesquisa.

A nosso ver, entendemos que a Psicologia oferece condições de análises, especialmente, sobre a constituição da subjetividade, recuperando o lugar da singularidade no universal das ações governamentais estudadas. Neste ponto, devemos deixar claro que utilizaremos nesta pesquisa a categoria de sujeito, tal como Jacques Lacan a teorizou. Ele aclimatou a categoria filosófica de sujeito (estranho ao campo freudiano), a partir do estruturalismo linguístico. O estruturalismo introduziu o inconsciente nas Ciências Humanas sob o preço da morte do sujeito, vista basicamente por seu “assujeitamento” à estrutura. A estrutura é sinônima de linguagem e se define como o sistema material dos significantes de uma língua. Assim, a percepção seria, de saída, organizada pela estrutura, ou seja, o simbólico dominaria o perceptível da realidade.

Neste momento do ensino de Lacan¹, vale destacar que a estrutura se desenrola como “Discurso do Outro” (LACAN, 1953/1966, p. 265), ou seja, um discurso para além do que diz os pais, porque é um Outro universal que funciona como a língua materna, por exemplo. Assim temos uma dimensão do inconsciente que aparece como transindividual, simbólico, onde podemos colocar a função alienante de todas as ideologias. O Outro assim entendido é ao mesmo tempo invariável no modo de seu funcionamento (no que diz respeito à estrutura

¹ Fase conhecida como de retorno a Freud, compreendida pelos textos “Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise” (1953) e “Instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”, de 1957.

da linguagem), mas também é susceptível às mudanças, às rupturas e às subversões históricas, advindas dos avanços científicos de toda ordem.

Importante destacar que para a Psicanálise lacaniana, desde sempre o sujeito teve lugar central. Embora a estrutura possa ter poder de simbolização sobre ele, o ser humano, por ser “falante”, responde ao apelo desse Outro de maneira singular, ou seja, nem sempre dá seu consentimento às leis da estrutura. O sujeito para Lacan é o da enunciação, é o sujeito quando toma a palavra para dizer de si, embora desconheça o que diz. Desta maneira os termos sujeito e subjetividade parecem se delinear como distintos. O sujeito, que rigorosamente não muda a forma de se ligar a estrutura, e um Outro, que muda e faz repercutir suas mudanças sobre os outros termos da estrutura, notadamente sobre o Eu do sujeito. Então temos o Eu (equivalente ao indivíduo) e o Outro que, enquanto lugar da linguagem, dá as coordenadas da subjetividade de acordo com posições ideológicas e valores culturais que se têm em comum em uma determinada época e lugar. As relações entre o Outro do discurso e o sujeito falante são dialéticas, de maneira que qualquer que seja o apoio encontrado por Lacan na linguística ou na lógica para construir e formalizar seu conceito de sujeito, jamais retirará dele suas coordenadas históricas e culturais.

Por outro lado, considerando a natureza dos estudos do CEEFEL-PUC Minas e tomando o Lazer como um campo de resistência e de luta por conquistas de cidadania, pensamos em escolher uma categoria cara ao campo, que nos desse subsídio para a realização de análise da subjetividade. Decidimos nos concentrar, então, na polêmica divisão semântica do tempo, que se baseia na distinção de um caráter quantitativo e outro qualitativo. O quantitativo (*chronos/kronos*), tido como o tempo disponível das obrigações sociais e o qualitativo (*kairós*), tido como instante subjetivo privilegiado de vivência lúdica, realizam a clássica dialética filosófica entre o universal e o particular/singular.

Entretanto esta divisão entre *Kronos* e *Kairós* não é simples e toca na problematização clássica, sempre de difícil solução, acerca da ontologia do tempo e de como o tempo é incorporado pelo ser humano, já que não temos um órgão específico para apreendê-lo. No campo da física, por exemplo, Izaak Newton, citado Martins e Zanetic (2002), teoriza o tempo e o espaço como dimensões do universo, às quais tudo está submetido, inclusive nós. Kant (1996), que é um filósofo idealista, pensa o tempo como uma condição a priori do nosso modo humano de receber informações através dos sentidos. Em Kant espaço e tempo pertencem unicamente à forma da intuição e, conseqüentemente, à constituição subjetiva do espírito.

Para Newton, tempo e espaço existiam absolutamente, e se faziam indepen-

dente, inclusive dos sujeitos, pois eram dimensões universais.² Kant, por sua vez, dizia que nem espaço nem tempo existiam de fato e só podem ser predicados às coisas em virtude de nossa constituição subjetiva. Enquanto o espaço é o fundamento de toda intuição externa, o tempo, por sua vez, fundamenta toda e qualquer intuição do sujeito.

Ao confrontar o universo newtoniano, composto de espaço, tempo, átomos (matéria) e gravidade, com o sujeito kantiano, constituído mediante espaço, tempo, matéria e consciência, uma coisa nos chama a atenção: o físico estava interessado no universo e o filósofo interessado em explicar a constituição do sujeito da consciência, ou seja, da razão. Para nossos propósitos deixaremos a teorização newtoniana de fora, pois estamos interessadas em analisar como a subjetividade das pessoas do Programa de remoção é afetada pelo uso de seu tempo livre. Do ponto de vista dialético, o tempo livre para o lazer só existe porque está submetido ao tempo de trabalho, pois efetiva-se onde este não o invade.

Em realidade, a denominação de tempo livre, apesar de ser considerada desde os antigos gregos, adquire relevo a partir de sua oposição à concepção moderna de trabalho. Dumazedier (1976; 1999), um dos precursores do estudo do lazer enquanto fenômeno social nos ensinou que o tempo livre só passou a ter sentido com a mudança da lógica social do tempo religioso, para uma lógica do trabalho capitalista e sua produção.

Deixaremos de abordar aqui, a confusão suscitada após a produção de Dumazedier, entre o conceito de tempo de lazer e de tempo de ócio, haja vista a amplitude e os sentidos que o termo ócio tomou. Gostaríamos, entretanto, de pontuar, seguindo Kant, que o tempo enquanto uma forma pura da intuição é condição necessária ao entendimento (faculdade ativa, pela qual são pensados os objetos). Portanto, todas as atividades humanas se baseiam na intuição de uma temporalidade para terem realidade empírica objetiva, de maneira que o tempo é determinante inclusive para a construção dos conceitos.

Por isso, quando nos reportamos às primeiras atividades desempenhadas

² Importante deixar aqui a concepção do tempo segundo a biologia. De acordo com Araújo (2007), ele é antes de tudo, perpassado por uma matriz positivista, impresso logo no nome de seu campo do saber que é Cronobiologia. O nome faz referência a Cronos, aspecto temporal exato e quantificável que está alinhado ao modelo físico do tempo. É entendido enquanto uma relação dos ritmos biológicos, que são as oscilações repetidas em tempo determinados por esse organismo, sincronizados aos acontecimentos externos a partir da relação desse ritmo biológico e de fatores ambientais e sociais. A incorporação dessa disciplina no saber médico já é um fato consumado, pois, como demonstra Araújo (2007), o Ministério da Previdência e Assistência Social, declara: a nova lista das doenças profissionais e outras doenças relacionadas com o trabalho. Nesta lista incluem-se: a) Transtorno do ciclo sono/vigília devido a fatores não orgânicos (F - 51.2, Grupo V da Classificação Internacional de Doenças 10 - Transtornos mentais e do comportamento relacionado com o trabalho); b) Distúrbios do ciclo sono-vigília (doenças do sistema nervoso relacionadas com o trabalho) – CID 10, G - 47.2.

pelo homem em sociedades onde ainda não se detinha uma palavra para designar trabalho, as atividades exercidas pela sociedade envolviam grande prazer criativo, ludicidade e experiência pessoal, características que definiam o ócio. (AQUINO; MARTINS, 2007).

Na Antiga Grécia, trabalho e ócio figuravam como conceitos antagônicos e com valores muito distintos dos que conhecemos hoje. Se, hoje, a temporalidade é o recurso da cisão entre trabalho e “não trabalho”, segundo Aristóteles, o ócio era um estado, ou seja, era uma condição de liberdade que uma pessoa tinha em relação à necessidade de trabalhar (AQUINO; MARTINS, 2007).

Para o povo helênico, por exemplo, havia dois grupos de atividades: Erga e Douléia. A primeira era a atividade que não visava lucro, ligada ao ócio criativo e enobrecedor. A segunda visava à subsistência, que desumanizava o sujeito (SALLIS, 2004). Hannah Arendt (2003) também destaca que para os helênicos haviam três tipos de atividades: o Labor, a Poésis e a Praxis. A primeira é uma atividade ligada ao corpo, que não pressupunha qualquer tipo de atividade intelectual, que por isso era desempenhada pelos escravos e servos. O segundo tipo, a Poiésis, envolvia corpo e mente e era praticada pelos artesões e comerciantes, que, mesmo gozando de estatura social maior que os escravos e servos, ainda tinham uma atividade considerada de menor importância. Por último, tinha a Praxis, atividade intelectual que dependia unicamente da criação, abstração e inteligência e onde estavam inseridos os filósofos.

O curioso é que atualmente o ócio não necessariamente é compreendido como oposto do trabalho, porque o ato de filosofar é também considerado trabalho e pode ser renumerado. Mas como filosofar naquela época era somente para quem estava desobrigado do trabalho braçal, quando houve a positivação do trabalho na sociedade industrial, o ócio como experiência que emana da liberdade do sujeito, tomou uma conotação pejorativa.

Ora, o que Aristóteles viria a chamar de trabalho, em contraponto a um ócio, nada mais é que a Douléia, ou o Labor e a Poieses. Essas eram atividades consideradas menores e que afastavam o homem de seu status de ser divino. Parece ser assim até hoje quando vemos a riqueza se concentrar nas mãos dos três poderes de Estado, onde o trabalho é mais valorizado que o dos cidadãos comuns. Entretanto, considerando o caráter utilitarista e pragmático que a sociedade industrial e do consumo assumiu, o próprio trabalho sofreu certa distorção e se transformou em algo que ele não era.

Escolha da área e da amostra da pesquisa

Como a extensão da área a ser estudada é muito grande, a decisão sobre qual comunidade e qual público abordáramos, adveio das observações e contatos realizados em nossas visitas monitoradas com os técnicos do Programa Judicial. Afinal, investigar uma realidade social não se esgota com as análises

diagnósticas ou aplicação de instrumentos de pesquisa, mas requer também a observação sobre tudo que se refere ao modo de viver das pessoas e de sua relação com o que existe na comunidade. Ficamos conhecendo líderes da comunidade, os técnicos locais, visitamos as prefeituras dos municípios e as entidades sociais localizadas nas Vilas, conhecendo as políticas de cultura, esporte e lazer a elas direcionadas para, só depois, decidimos fazer nossa pesquisa na Vila da Paz.

A escolha por essa Vila se deu pelo fato da mesma ser relativamente pequena, devido a já ter sido nela realizada uma remoção parcial quando fizeram as obras de reforma do viaduto.

Esta Vila está localizada no Km21 da BR 381, nos arredores dos Bairros Suzana, Universitário e Santa Cruz e tem apenas duas casas que possuem rede formal de energia elétrica. Além disso, a localidade não possui estrutura de saneamento, de maneira que o esgoto é lançado irregularmente na estrutura já existente da COPASA. Andando pela Vila, nos demos conta de que as obras clandestinas de saneamento são insuficientes para o fluxo do esgoto, de maneira que em alguns pontos ele está a “céu aberto”.

Nós decidimos pelo público de crianças/adolescentes e mulheres adultas após acompanharmos atividades que a equipe da educação física do Eixo Socioeducativo do Programa de Conciliação realiza sistematicamente com ele. Se, de acordo com Marcellino (1987) o lazer é um campo de disputas permanentes pelo tempo livre do trabalho já que foi conquistado a “duras penas” pelos trabalhadores, teremos que pensar duas questões ao escutar um público que não está inserido no mercado de trabalho (pelo menos no oficial). Primeiramente, temos que considerar o lazer como um direito de todo cidadão brasileiro e, nesse ponto, ele continua como campo de disputa, já que no Brasil os direitos têm se transformado em bens de mercado. A segunda questão a considerar é a necessidade de se pensar como o lazer é vivido pelas crianças/adolescentes e mulheres adultas da Vila da Paz, considerando as suas funções de descanso, desenvolvimento da personalidade e diversão.³

Aprendemos com Marx que todo modo de produção engendra a subjetividade necessária ao funcionamento e manutenção do sistema. Nesse caso, temos na contemporaneidade a necessidade de produzir uma subjetividade individualista e competitiva, com valores notadamente liberais, ou seja, advoga pela meritocracia e é intolerante à ideia do Estado social. Sabemos que a instituição que classicamente assegura a produção de uma subjetividade que reproduza o

³ Para Dumazedier (1999) a “diversão” são atividades repletas de ludicidade e aquelas que autocondicionadas não trazem o imperativo do trabalho, tendo como foco a atividade em si. Passeios, jogos, rodas de conversa etc., são exemplos dessa dimensão, que de forma quase natural foi absorvida pelo circuito do mercado de divertimentos pagos. A última dimensão do lazer que aponta o autor é o Desenvolvimento. As atividades autocondicionadas, ou submetidas por vontade do sujeito a um hétero condicionamento que tenham como fim o desenvolvimento desse sujeito nas esferas física, mental e espiritual.

sistema é a educação. Mas até para isso o sujeito teria que se constituir a partir da vivência do tempo dominante, próprio ao sistema capitalista, pois sabemos que a consciência e suas capacidades cognitivas se constituem ou não, dependendo das coordenadas simbólicas da cultura onde se vive.

Neste sentido, vale a pena lembrarmos de como Émile Durkheim (1978) teorizou sobre o papel central que o tempo tem como organizador do modo de vida de um determinado grupamento. Em seu texto “As formas elementares da vida religiosa”, Durkheim diz que o tempo social paira sobre o tempo particular de cada membro do grupo, da mesma forma que a cultura comum a todos eles paira sobre as crenças pessoais e as individualidades de cada um. Importante a observação do autor quando conclui que, será em função desse tempo social que o grupamento irá organizar-se enquanto desempenha suas atividades e seus ritos. Isso significa que estávamos desafiados a investigar sobre o tempo social dos moradores da Vila da Paz, buscando por meio das crianças, dos adolescentes e das mulheres adultas informações sobre como a vida deles é regulada.

Isso deverá ser feito ponderando a diferença do tempo que vivemos hoje comparado aos tempos teorizados por Durkheim, pois convivemos com vários tempos sociais, às vezes dentro de uma mesma cidade. Isso acontece porque temos comunidades (como é a da Vila da Paz) que o tipo de atividade dominante, que a regula, não é o mesmo da classe média da cidade de Belo Horizonte, por exemplo. Sue (1995) denominará de tempo dominante aquele que Durkheim chama de tempo social. De acordo com Sue (1995) o sistema temporal de uma sociedade se articula em tempos sociais distintos que definem sua arquitetura. Assim foi o caso do tempo sagrado na sociedade primitiva, mas também o tempo religioso na Idade Média e do tempo de trabalho nas sociedades industriais (SUE, 1995, p. 42). É preciso se lembrar de que o critério que define que um tempo social seja considerado dominante está ligado ao tipo de atividade laborativa, que garante a sobrevivência material do grupamento, reconhecido como tal pelos membros que o compõem. (AQUINO, 2007)

Análises de campo

Antes de escutar nosso público, nós estudamos o diagnóstico e observamos in loco como funcionavam as atividades oferecidas pela equipe de técnicos do Eixo Socioeducativo. Pudemos verificar, a partir das atividades observadas, que as dimensões do tempo/espço são imprecisas tanto para as crianças quando para as mulheres adultas. As crianças, por exemplo, não têm uma demarcação clara dos espaços entre a casa e a rua, de maneira que vimos algumas brincando nela, sem nenhuma preocupação com os carros. Nós conversamos com dois irmãos (um menino e uma menina) que brincavam praticamente na rua em cima de um colchão (que é o mesmo no qual dormem), sem que víssemos nenhum adulto por perto.

Em uma atividade conduzida pelo técnico com as crianças, nos chamou atenção o fato da mesma não ter claro um horário nem para seu começo e nem para o fim. Nós fizemos com o técnico o percurso que ele faz até o local da atividade e vimos acontecer o que ele nos havia dito. O horário de início da atividade é o dele, quando sai percorrendo as ruas da Vila em direção ao local da atividade. Pelo caminho ele vai se encontrando com as crianças na rua ou espera algumas saírem de casa quando o veem passar, de maneira que os limites de início e fim da mesma, não são tão definidos assim. Pareceu-nos que as crianças que participam da atividade, tomam o tempo à sua maneira. Elas não se preocupam com os horários de início e término, pois, eles não são respeitados. Nós vimos algumas crianças chegarem depois da chegada do técnico ao local e vimos outras saírem da atividade antes de seu término. Essas saíram sem ao menos se despedirem e não voltaram mais para um final. Ele nos disse que elas às vezes voltam, às vezes não... Vimos um grupo de meninos jogando alegremente futebol, em um espaço dividido por um pequeno córrego em terreno inclinado e absolutamente irregular. Pelo que o técnico nos disse: a brincadeira dura o tempo em que a bola não desaparece em lugar impossível de recuperação.

Em relação às mulheres adultas, a atividade de dança circular, da qual participamos, servia para tudo mais, ou seja, era hora de falar da família, das “modas no bordado e nos crochês”, de fazer propaganda de seus “badulaques” para vender. A casa funcionava para o grupo como um verdadeiro “Quartel General”, pois é lugar onde tudo da Vila é sabido. São mulheres adultas do lar que giram em torno de afazeres domésticos, mas que ainda assim lutam para fazer um “dinheirinho por fora” (sic). Apenas um senhor (com certeza aposentado) participava da atividade. E, não era por falta de divulgação, mas como elas mesmas disseram, era por “falta de interesse”, apontando para uma questão de gênero.

No diagnóstico da Vila lemos um caso muito curioso. Embora boa parte da população tenha conhecimento dos horários e dias de recolhimento do lixo, o mesmo era descartado de forma incorreta. Ora, essa prática acaba por causar para eles próprios um dos principais problemas quando chove na Vila. Isso porque o lixo é carregado para os pontos de escoamento de água fluvial, entupindo os bueiros e “bocas de lobo”, de maneira que com o transbordamento, o refluxo do esgoto vai para dentro das casas. Este fato é exemplar para desconstruir a ideia de que a informação e o conhecimento podem mudar o hábito das pessoas. Ora, elas sabiam quando e como deveriam descartar o lixo, mas mesmo assim procediam de maneira contrária. Este é um tipo de saber inócuo que não tem poder para mudar a posição dos sujeitos frente aos desafios que a vida lhe apresenta.

Norbert Elias (1997) afirma que

a autorregulação segundo o ‘tempo’ que se encontra em quase todas as sociedades em estado avançado, não é ne-

nhum dado biológico, ou seja, não parte de uma natureza humana. A subjetividade não se constitui por nenhum dado metafísico, mas, sim, de uma sobre determinação social. A estrutura da personalidade dos homens vai se desenvolvendo socialmente alienada às coordenadas simbólicas que, como tal, é uma parte integrante de todos os sujeitos (ELIAS, 1997, p. 163).

Desta forma, o autor propõe que o entendimento da temporalidade se dê no ponto de intercessão entre todos os saberes, mas destaca a importância da Física e da Sociologia. Seu argumento é de que o tempo enquanto fenômeno pode ser apreendido sob vários ângulos sem que estes se anulem enquanto saberes específicos. Pressupor um tempo que progride objetivamente vindo de um passado e se lançando em um futuro, passando pelo presente, não anula o fato de que as sociedades estruturam-se segundo certas atividades temporalmente localizadas e que disto retirem significação.

Chamou-nos atenção o fato da Vila estar situada em uma zona de intenso tráfego de veículos, dando a ver a todos que passam o alto nível de vulnerabilidade da comunidade (facilmente observável pelas características de suas moradias). Isso fez desta Vila um local de doações, que tem até um ponto marcado para o despacho das mesmas. São essas doações que dão a muitas famílias condições de sobrevivência e é claro que isso é preocupante pois, após reassentamento, será necessário que tenham uma fonte de renda, para pagar as taxas de uso de energia, água e etc.

Entretanto nos parece que a constituição da subjetividade das pessoas na Vila não se adequa a qualificação necessária para obtenção de trabalho na lógica capitalista da produção. Sem acesso aos bens culturais que deveriam por direito vivenciarem, pode ser que outro modo de vida lhes seja difícil, para não dizer impossível. Isso nos colocava curiosos por escutá-los sobre como vivem o tempo naquele local para identificarmos que tempo social é dominante no local.

Objetivos

Considerando que o diagnóstico do território revelou uma escassez de oportunidades de vivências culturais lúdicas não só por causa da insuficiência de locais públicos adequados, mas pelo desconhecimento das pessoas sobre modalidades esportivas e culturais, decidimos escutar das crianças, adolescentes e mulheres adultas da Vila da Paz, sobre como o território está organizado, e quais equipamentos públicos destinados à prática de atividades físicas e culturais eles têm acesso.

Tomando como base a teoria lacanianiana de sujeito e considerando o tempo vivido como fator constituinte da dimensão subjetiva, visamos investigar a maneira como estas pessoas se apropriam do caráter quantitativo e qualitativo do

tempo/espço no cotidiano de suas vidas no território. Assim, verificaremos os impactos que a falta dessas vivências provoca no desejo das pessoas, ao escutarmos as expectativas que têm para suas vidas fora dali.

Entendendo que o tempo de trabalho assim como o tempo liberado são partes do tempo social, gostaríamos de saber em torno de como as mulheres adultas da Vila da Paz (que são pessoas que não estão convencionalmente inseridas como trabalhadoras no mercado), gastam o seu tempo e que atividades laborativas e de lazer costumam fazer no cotidiano de suas vidas.

Nossa hipótese para o paradoxo encontrado entre saber o dia e a hora do descarte de lixo e, mesmo assim, comportar-se como se não soubesse, é o de que o tempo dominante na Vila não é o tempo da produção capitalista. Se for esse o tempo que regula o tempo livre de nossa sociedade, não parece ser o mesmo que regula o tempo livre e o do serviço público de saneamento na Vila.

Será que as pessoas que não estão reguladas pelo tempo da produção capitalista, terão constituído uma subjetividade inadequada ao funcionamento do sistema? Resta-nos analisar, de acordo com as teorias acima citadas, sobre qual o tempo dominante na Vila da Paz, explicando, assim, porque o tempo do funcionamento da “coisa pública” é desconsiderado nesse local.

Desenho metodológico da intervenção nos grupos

Temos em Psicologia, vários tipos de intervenção com grupos. Fora do lacanismo encontramos vastas referências a autores que trabalham com grupos como, Bion, Rieckman, Pichon Rivière e, no Brasil, temos a referência de Paulo Freire com seus círculos de cultura para alfabetização de jovens e adultos. Utilizamos como metodologia de intervenção em grupos um dispositivo de inspiração lacaniana, conhecido como “conversação”. Esta metodologia foi testada no FIP (2014-2015) na PUC Minas⁴ e aprovada na categoria de inovação tecnológica. A conversação é um dispositivo da psicanálise clínica (criado por Jacques-Alain Miller, em 2003), que tem se estendido como psicanálise aplicada a espaços fora das quatro paredes do consultório individual. Não era nosso objetivo inventar mais um tipo de intervenção, aumentando o número dos que já existem, pois pensamos que não é na forma e, sim, na dimensão da ética de quem conduz os trabalhos que precisamos nos concentrar.

Lacan é definitivo em dizer que a política do analista é a de se colocar na posição de um objeto que cause o outro ao trabalho, “onde faria melhor se situar em sua falta-a-ser do que em seu ser” (LACAN, 1958 [1998], p. 596). A proposta de um trabalho com grupos foi chamada por Lacan de “cartel” e está na base do engajamento da sua Escola. A pessoa que conduz os trabalhos do “cartel”

⁴ A pesquisa “O desejo do analista e os desafios do controle social na política de saúde municipal de Betim”, foi publicada na revista de psicanálise *A Peste*, v.5, n. 1, 2013. Acessível no endereço <https://revistas.pucsp.br/index.php/apeste/article/view/27911>.

foi nomeada por ele de “mais um”. Esta pessoa deve funcionar como um agente provocador, tendo Sócrates e seu método maiêutico como figura inspiradora, embora mantenha dele uma distância. Enquanto Sócrates sabia de antemão onde deveria levar seus discípulos, o “mais um” não sabe e trabalha como qualquer um do grupo em busca de produzir algo novo.⁵ Este dispositivo visa provocar uma elaboração subjetiva e, ao mesmo tempo, coletiva que provoque a elaboração de um saber que não seja inócuo ao sujeito.

Para encontrarmos com o grupo de crianças e adolescentes e o de mulheres adultas, agendamos com os técnicos do Programa Judicial. No dia do encontro tivemos o cuidado ético de lhes explicar o motivo de nosso trabalho e pedir permissão para gravar as conversações. Além disso, nós fotografamos os produtos do trabalho realizado, para que depois pudéssemos analisá-los. A proposta foi submetida ao Conselho de Ética da PUC Minas e inscrita na Plataforma Brasil, cumprindo com todas as exigências éticas para uma pesquisa dessa natureza.

A conversação com o grupo de crianças e com a de mulheres adultas foi gravada e transcrita para procedermos à análise do discurso que, de acordo com Minayo (1996) e Bardin (1977) é balizada por duas fronteiras: de um lado a fronteira da linguística tradicional e do outro o território da interpretação, que está no campo da hermenêutica. Para proceder a este tipo de análise, utilizamos das referências teóricas acima apresentadas vindas da Psicanálise e das Ciências Humanas.

Como essa comunidade irá se mudar desse território, mas não sabe quando, nossa pesquisa não deu seguimento, até porque isso tem sido realizado pela equipe de técnicos do Eixo Socioeducativo do Programa.

Instrumentos de coleta de dados

Utilizamos-nos de dois instrumentos para a coleta de dados. Um foi especialmente construído para investigar sobre quais equipamentos públicos a comunidade tinha à disposição, dando prioridade aqueles que oportunizam experiências lúdicas, esportivas e culturais. Visamos saber como o território está organizado e como a população tem acesso aos equipamentos disponíveis. Para isso fizemos um cartaz grande, onde haviam dois círculos separados entre si por 10 centímetros, com um ponto central, onde colocamos uma casinha, para localizar de onde estariam se vendo para pensar o território. O círculo mais próximo do Centro era referente a lugares onde se podia ir sem o transporte público, ou seja, perto de onde moram. O círculo mais longe se referia a equipamentos existentes no território, mas que estão localizados distantes de suas casas.

⁵ Temos testado os efeitos ético-políticos da função do “mais um” em pesquisas e projetos de extensão, tal como o Parlamento Jovem (coordenado por mim de 2014 a 2016). O texto “O desejo do analista no Parlamento Jovem de Minas Gerais” foi publicado em 2016, na *Revista Cien digital*, n. 19. Acessível no endereço <http://minascomlacan.com.br/blog/cien-digital-19/>

Nós selecionamos 50 imagens na internet de equipamentos públicos que um bairro de cidade urbanizada dispõe. (ANEXO 1 - Exemplos das imagens do instrumento de coleta de dados.) Elas foram divididas em três categorias:

1) igrejas retratadas pela imagem de um Centro Espírita, um culto católico e uma Assembleia de Deus;

2) equipamentos de lazer esportivos e culturais. Estes foram retratados em casas de baile, bares, academias, clubes esportivos com quadras e piscinas, praças, parques, *shopping centers*, sala de cinema, lugares onde se viam crianças pulando corda, gangorreando, andando de pedalinho, soltando papagaio, jogando futebol, brincando na areia, em oficina de artes, em oficinas de música;

3) serviços públicos de saúde, educação, segurança, mobilidade, moradia, trabalho e saneamento. Estes foram retratados por um ponto de ônibus, metrô, bicicleta, motos, comercio local com mercado grande e “mercadinho”, casas lotéricas, bancos, escolas estaduais e municipais, unidade básica de saúde, hospital, posto policial, policiamento de rua, sala de aula de informática, fábricas e um loteamento de casas populares. (Vide exemplos de imagens deste instrumento de coleta de dados no Anexo 1)

Na organização do instrumento, pensamos também em colocar imagens de situações urbanas tais como: acidente de moto, esgoto a “céu aberto” e objetos de consumo tais como: computador pessoal, celulares, carros esportivos, relógios e um revólver dourado. Entretanto, decidimos privilegiar os equipamentos e não situações e objetos, pois isso abriria a conversação para temas que fugiam a nossa pesquisa. Retiramos estas imagens, e deixamos apenas a do revólver. Fizemos dessas imagens cartões, para que fossem manipulados pelo público quando fossem deixar clara sua localização no território.

A atividade foi planejada para acontecer em três momentos.

O primeiro visava identificar quais equipamentos existiam na Vila e qual o uso as pessoas faziam dele.

No segundo momento eles deveriam colocar no mapa tudo que desejariam ter no território do novo local de moradia após remoção. Neste segundo momento seria possível escutar do público o que desejam para a vida e sobre quais suas prioridades e expectativas.

No terceiro momento usaríamos do instrumento de “orçamento-tempo”⁶, sendo que, com as crianças e os adolescentes não usaríamos o protocolo, mas o abordáramos na conversação sobre o uso e a divisão do tempo no dia de semana e no fim dela. No grupo de mulheres adultas, cada uma recebeu um protocolo

⁶ O “orçamento-tempo” é um instrumento adaptado por Vânia Noronha e Leila Mirtes Pinto a partir da proposta de Alexander Szalai, publicada no livro “The use of time.” (1972). O instrumento é usado como estratégia metodológica nos cursos de Especialização em Lazer oferecidos pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais e está sob a forma de um texto escrito para fins didáticos por Vânia Noronha em 2001.

para preenchê-lo, respeitando a legenda de cores e atividades, tal como ele foi adaptado. Elas usariam as cores para discriminar as atividades laborativas e de lazer feitas durante o dia anterior ao nosso encontro. Esse instrumento visa identificar como as pessoas utilizam seu tempo, fazendo-as refletir sua atitude em relação as atividades desenvolvidas.

Dados coletados na conversação

O grupo de crianças e adolescentes foi composto de 7 crianças e 5 adolescentes, sendo criança até 12 anos e adolescente a partir dessa idade. A média de idade entre as crianças foi de 8,14 e dos adolescentes de 12,4. Para dar chances de todos se expressarem, cumprindo com o nosso roteiro de trabalho, nós separamos o grupo em dois. A ideia era transformar a conversação em algo divertido, sem ser vista como um trabalho escolar.

No primeiro momento eles teriam que montar um mapa do território, identificando os equipamentos disponíveis de acordo com a distância e acessibilidade dos mesmos. No segundo deveriam montar outro mapa, desta vez com todos os equipamentos que gostariam de ter disponíveis em um novo território. No último momento iríamos conversar com eles seguindo o protocolo do “orçamento-tempo” para identificarmos que atividades de lazer são vividas por eles no cotidiano de suas vidas.

Assim, cada pesquisadora assumiu a condução de um grupo, dando todas as explicações necessárias acerca dos motivos de nosso encontro e sobre o material que levamos. Apresentamos o mapa e os cartões com as imagens que selecionamos e tiramos todas as dúvidas sobre o que cada uma delas significava. Cada uma de nós pesquisadoras ia ajudando a identificá-las para definir se o equipamento existia no território ou não, para que, então, fosse decidido sobre qual era a distância percebida por eles. Algumas imagens foram difíceis de serem reconhecidas como a da “sala de cinema”, por exemplo. Isso ganhou sentido quando admitiram nunca terem ido a uma “sala de cinema” até então.

Primeiro momento

Notamos que a definição dos lugares era dada pelos adolescentes, que precipitavam em identificar as imagens dos equipamentos e decidir logo o local deles no território. Nós duas pesquisadoras relativizávamos a dianteira tomada pelos “mais velhos” e continuávamos perguntando as crianças o que sabiam a respeito dos lugares, diminuindo, assim, o poder geracional.⁷ Entretanto, quando

⁷ No livro “Genealogia do Poder” Foucault (1976) destaca que o poder não existe e o que existe são práticas ou relações de poder. Isso significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona como uma maquinaria que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo. Ele se dissemina por toda a estrutura social, sempre presente na multiplicidade de relações de forças. Essas podem se impor nas relações de gênero (Homem/mulher), na geracional (o mais velho sobre o mais novo) e no poder do saber científico sobre os outros.

havia alguma divergência de opiniões a tendência era a dos mais novos aceitarem como correta a posição dos adolescentes.

Quando terminaram o trabalho (ANEXO 2 - Primeiro mapa organizado pelo grupo de crianças e adolescentes.) nós lhes pedimos para apresentar o mapa que fizeram. Verificamos que, no final, houve entre os grupos consenso sobre a existência ou não dos equipamentos no território. Entretanto, quanto à distância e acessibilidade dos mesmos, o consenso não aconteceu e isso se deu porque o espaço ainda, para esse grupo de crianças e adolescentes, é pensado empiricamente. Por exemplo: para um adolescente tanto o *shopping center* (identificado como o “Minas *Shopping*”) quanto uma praça (identificada como a de perto da escola Renato Azeredo), foram postas próximas ao primeiro círculo, porque ele vai lá a pé. Mas, para os mais novos ambos os lugares foram considerados longe, porque precisam pegar um ônibus para chegar até eles.

Para organizar nossa análise do que recolhemos na conversação, dividimos o material em três categorias: equipamentos identificados como não existentes no território; equipamentos identificados como existentes, incluindo as observações feitas pelo grupo a respeito da qualidade e distância dos mesmos.

Equipamentos inexistentes no território

Piscina, aulas de instrumentos musicais retratadas em um dos cartões, jogos de salão como tênis de mesa (*ping-pong*) e *lan house*.

Equipamentos existentes

As crianças dos dois grupos identificaram a existência de uma Escola grande, a Estadual Coronel Juca Pinto, que tem sala de vídeo. “Às vezes a escola passa filmes no fim de semana, mas somente para alunos da escola” (sic). A Escola Estadual é grande e tem outra Municipal que não é ~~nem~~ tanto assim, “não tem peteca... é pobre” (sic). As duas escolas têm quadra, mas nenhuma delas é tão grande como a da imagem no cartão.

No território tem espaço para baile funk, andar de bicicleta, empinar pipa e todo o tipo de brincar que, de uma maneira geral, é feito na rua. Uma criança se refere ao fato dos adolescentes irem para a BR pegar papagaio, com um misto de crítica e admiração: “meio doido, fica lá no meio!” (sic).

Equipamentos existentes que estão pertos

A imagem de um clube esportivo foi identificada como o campo de futebol Palmares, onde o projeto social que participam é desenvolvido. Entretanto, quando fizeram a observação de que o clube deles não tinha tudo o que tinha o da imagem, pudemos entender que admitiram ter um clube apenas por causa da palavra “clube”.

Disseram que tem pista de *Skate* “ali embaixo”(sic), tem mercadinho “Ju-

quita”, padaria e ponto de ônibus perto. A imagem do hospital identificado como a UPA e um Posto de Saúde é perto também. Têm igrejas de várias religiões: Universal, Assembleia de Deus, Católica. Em um dos grupos aparece a foto do ritual espírita, mas na do outro dizem de uma tal “Jerusalém”.

Equipamentos existentes, mas de difícil acesso

Nós nos perguntamos se deveríamos considerar a existência dos equipamentos no território, quando verificamos que, por causa da distância, muitos deles não são acessados pelas crianças e os adolescentes da Vila. Descobrimos que, mesmo sendo a distância o maior impedimento para o acesso das crianças, existem equipamentos que não são acessados porque implica gastos financeiros. Isso foi verificado no caso da academia, quando um adolescente diz que: “Eu queria ir, mas não pode, tem que pagar. Devia ser de graça”. (sic) Outro equipamento é o cinema que eles sabem que tem no Minas *Shopping*, mas também não frequentam “porque é caro” (sic).

Outros equipamentos não faziam sentido para esse grupo, como por exemplo, a imagem de uma casa lotérica. Eles não identificaram o que era na imagem e depois não houve consenso se existia ou não. Os que disseram que existia no território, admitiram que era muito longe. Bancos, drogaria e perfumaria também não tinha na opinião de alguns e para outros tinha, mas era muito longe. Posto Policial é muito longe (de um grupo ele está quase saindo do cartaz). Tem estação de metrô, mas é longe, “lá no bairro São Gabriel” (sic). A imagem onde aparece bancos de praça perto de “laguinho” foi identificada como a lagoa da Pampulha. Quando dissemos que era imagem de um parque, de novo percebemos que a palavra desencadeia neles a lembrança de um parque perto da escola Renato Azeredo, “mas não tem laguinho não” (sic). Por causa do “laguinho”, um adolescente disse que já tinha ido a Pampulha.

Para quem visitou o Anexo 2 deve ter percebido a imagem de um revólver dourado que aparece no mapa dos dois grupos. Embora fosse uma imagem destoante da categoria das imagens, ele não passou despercebido e foi colocado no território. A imagem causou tanta excitação em um menino, que, no final, nos pediu o cartão para ele. Não vamos analisar este dado, porque não demos tratamento a ele na conversação.

Segundo momento

O segundo cartaz foi feito rapidamente pelos dois grupos e em ambos as imagens que apareceriam só privilegiava os equipamentos de lazer que eles não têm acesso ou pela inexistência, ou pela distância ou porque é pago. Aparece a imagem de clubes com piscinas, piscinas avulsas, academias, aulas de instrumentos musicais, parques, espaço para festas e a sala de cinema. Curiosamente, não aparece nenhum equipamento de segurança policial, de saúde ou escolas,

dando o claro entendimento do que significa para eles “lazer”. A única imagem que destoia é a do ritual religioso em um Centro Espírita. Perguntados sobre ela (já que o trabalho é um produto coletivo) alguém nos diz que: “religião é bom sempre” (sic). As igrejas e suas formas de evangelização apareceram na fala das crianças quando dizem do tempo que passam participando da Escolinha Dominical. Alguns já fizeram acampamento promovido pela “Missionária Profética”. (ANEXO 3 - Segundo mapa organizado pelo grupo de crianças e adolescentes.)

Terceiro momento

Para iniciar a última parte do levantamento de dados pelo orçamento-tempo, nós pedimos para que os presentes tomassem a palavra e nos contassem uma história sobre como foi a quarta-feira, ou seja, o dia de véspera do nosso encontro. Começamos dando o exemplo: Você levantou, escovou os dentes e... As crianças começaram a falar e, embora tenham diferenças em seus dias, uma atividade que apareceu hegemonicamente: é a ida a escola. Do nosso lado está uma menina de 8 anos muito falante que diz quase de um só folego que se não está na escola, está brincando de comidinha “com as coisas que a mãe não usa” (sic). Brinca de cavalinho quando a “gente sobe em cima de alguém e vai andando”. (sic) Pelo que conta, essa “menina-falante” tem família composta de padrasto, mãe e irmãos, o que faz dela uma criança com família “estruturada”. Isso desencadeou outras falas: “brinco muito de boneca, rouba-bandeira”. Eu brinco também de polícia e ladrão (sic). Papagaio. (sic). Outras brincadeiras clássicas são lembradas como pega-pega, esconde-esconde, bola, queimada.

Assistir TV é a atividade de lazer que aparece mais vezes associada ao descanso depois da escola, embora nem todos tenham a mesma rotina quando chegam em casa. Algumas crianças dizem que fazem o dever de casa logo que voltam, outras vão vender água ou pipoca no trânsito. No dia anterior a “menina falante” tinha acompanhado a mãe e a avó na igreja. As meninas adolescentes assumem responsabilidades como a de fazer compras, cuidar da casa e dos irmãos, levando-os e buscando-os da escola. Embora um adolescente tenha dito que buscou o irmão na escola, pudemos verificar uma diferença de papéis sociais vinculados ao gênero, pois seu dia não implicou em afazeres domésticos. Depois de voltar da escola, ele foi brincar de triciclo e depois de buscar o irmão na escola, a noite foi trabalhar vendendo balas no sinal. Um outro adolescente se lembrou que a noite foi a casa de um amigo assistir ao jogo do Cruzeiro (seu time). Outro adolescente disse que não tinha ido à escola e tinha jogado bola até tarde. Um dia inteiro com apenas duas atividades e ele foi em casa apenas para almoçar. A noite disse que também assistiu o jogo de futebol.

Perguntados sobre o que gostariam de ter na Vila, quase todos dizem, ao mesmo tempo, que é a piscina, quadra coberta, quadra de basquete. Vemos as atividades do Projeto Rondon como uma possibilidade de oportunizar a vivência

de um tempo de ludicidade protegido, onde possam desfrutar, na companhia de adultos qualificados, de algum direito de cidadania. Eles nos dizem que no projeto jogam bola, basquete, figurinha e encontram com os amigos. Apenas um menino disse que escuta música na internet no celular do irmão. “Eu uso o Facebook”. (sic) Um se lembra do jogo “Pokémon Go”, mas observa que não foi possível jogar, porque naquele território não tem nenhum para se caçar.

Como alguns não se manifestaram durante a conversa livre, nós os estimulamos a falar. Ficamos surpresas quando alguns deles nos disseram que não se lembravam do que tinham feito no dia anterior. Curiosamente essa amnesia atinge os meninos em que a escola desaparece da rotina, de maneira que nenhuma atividade é tomada como compromisso estabelecido. Diferentes das crianças de classe média que têm seu tempo dividido entre compromissos escolares, mas também esportivos e culturais, um deles me diz que dormiu de manhã e depois foi jogar bola. Um menino bem franzino (8 anos) se lembra que foi pedir dinheiro no sinal com os amigos. À minha pergunta sobre se é difícil fazer “esse trabalho” (me referindo ao fato dele esmolar), o menino retruca: não, é “facinho” (sic).

Esse mesmo “menino facinho” nos diz que aquele dia era o dia de seu aniversário, mas uma outra criança o contesta. Ficamos um tempo escutando a divergência entre elas sobre o dia exato do aniversário dele, já que alguém dizia que o dia em que houve a comemoração não era o da data correta. No final, nos demos conta que ele não sabia mesmo o dia que nasceu. Não tivemos como investigar o porquê e em comparação à que, ele diz que esmolar é “facinho”, pois pode ser que na escola lhe seja difícil o trabalho intelectual, ou seja, o trabalho do pensamento.

Análise da conversação das mulheres

O grupo de mulheres adultas nasceu como espaço de “troca de saberes” com o propósito de ajudá-las a criar uma fonte de renda. O técnico do Projeto levou os materiais necessários a produção de sabão, repelente e detergente. O grupo era grande, mas mesmo com esse incentivo, acabou se dissipando e a maioria desistiu. Apenas 4 mulheres adultas continuam se encontrando semanalmente na casa da senhora que nos recebeu para nossa conversação. Hoje, elas se reúnem em torno da cerâmica e artesanato, mas já não tem perspectivas de ganhar dinheiro com isso. (ANEXO 4 - Fotos do artesanato feito pelas mulheres adultas.)

O grupo ainda não tem um nome e elas o identificaram no *WhatsApp* como “Grupo das mulheres”. A partir dessa experiência, encontraram certo amparo e identidade, comprovada na fala da mulher que diz ter vindo da roça: “Eu não saía de casa, agora estou saindo porque estou vindo aqui, [...] eu estou amando porque a gente não tem isso. Tem muitas pessoas que a gente não pode envolver, porque dá fofoca, confusão [...] aqui a gente fala de coisas sem estar falando dos

outros, fala da gente mesmo. Então eu acho esse grupo muito bom”.

A condução dos trabalhos obedeceu ao mesmo procedimento utilizado com o grupo de crianças e adolescentes. Não houve nenhuma diferença entre os dois públicos, com relação a identificação dos equipamentos no território. Entretanto, se para as crianças e adolescentes notamos que a existência de um equipamento não garante sua acessibilidade, muitas vezes impedida pela distância ou pelo fato de serem pagos, no caso das mulheres adultas o maior impeditivo era o medo e a “insegurança pública”. Notamos diferenças também quanto a manifestação das expectativas futuras em relação ao lazer. Como o grupo tinha apenas 4 mulheres adultas, pudemos nos concentrar na confecção de apenas um mapa, o que nos deu oportunidade de conversar muito. (ANEXO 5 - Primeiro mapa organizado pelo grupo de mulheres adultas.)

Equipamentos inexistentes no território

Casa lotérica, bancos, supermercado, comércio não tem. “Metrô tem em outro bairro. Só na estação São Gabriel”. (sic) Quanto a Lan house: “É muito difícil achar um negócio desse aqui”. Quando aparece a imagem de crianças brincando ou fazendo música, uma diz: “tem não... Sem chance... criança xingando palavrão”. Outra diz: “é muito difícil ver crianças brincando aqui”. “Os meninos soltam papagaio na BR no meio dos carros. É muito perigoso”.

Academia igual a das imagens não tem, “porque a que se tem é popular [...] fica em uma mini pracinha de frente para o portão da escola e tem aparelho de fazer ginástica. Mas, é muito difícil de você arrumar uma vaga. Tem que ter pedido médico”. (sic) A mulher que nos conta isso, diz que já levou o laudo do médico da equipe Saúde da Família há 3 anos e “o moço nem me deu a resposta até hoje”(sic). Elas relatam que já houve programa de ginástica lá, mas acabou porque o grupo estava muito pequeno. “Só tinham 4 pessoas e aí o Eduardo que é o personal trainer falou que estava muito pouco o número... Estou sentindo uma falta” (sic). Quando perguntamos se no bairro tem rua de lazer uma delas pergunta: Rua de quê? A outra retruca: “Nada, nada, nada [...] Só o baile funk que tem” (sic)

Equipamentos existentes e acessíveis

“Tem o funk na favela. É ótimo”. “Não tem Assembleia de Deus, mas tem Quadrangular”. “Tem mercadinho, mas é caro para caramba!”. Tem “boteco na rua”. “A Eliana, dona do bar, tem um salão de beleza perto da escola”. Além da academia da cidade, tem uma outra a “céu aberto”, mas elas repetem a queixa de que é um lugar perigoso e malcuidado. “Tem muito vandalismo [...] A gente chega lá e os aparelhos estão com a borracha arrancada, outros estão todos balançando, não tem a proteção” (sic).

Equipamentos existentes, mas de difícil acesso

A loja, a praça, o Posto Policial são longe. “Não tem Posto de polícia não, mas polícia aparece toda hora, igual os meninos que vendem droga” (sic). O Minas *Shopping* é considerado longe para uma, mas outras duas não concordam, porque vão a pé. A mulher que não vai, explica porque é longe: “para ir a pé tem que descer a beirada da BR, passar perto do Palmares, lugar arriscado de ser assaltado. É um tempo medido pela duração do perigo que se corre indo a pé. Assim, a distância real não pode ser percebida por causa do medo que altera completamente a percepção dessa mulher.

Embora o Minas *Shopping* exista no território o aspecto econômico também o coloca inacessível, tal como foi verificado com as crianças e adolescentes. “Quando a gente tem o dinheirinho a gente vai no *shopping* né. Como você vai ao *shopping* sem dinheiro?” (sic). “Ir ao *shopping* não dá, porque lá é tudo caro” (sic). Uma diz que uma vez por mês vai com o marido. “Meu marido gosta de beber. Aí ele senta e fica bebendo. Aí eu tomo meu suco de laranja e gosto de comer aquela porção de carne com batata e queijo” (sic).

Segundo momento

Nós explicamos que no segundo mapa, elas deveriam colocar tudo que gostariam de ter no território de sua nova moradia. O trabalho foi feito muito rapidamente e aí a diferença entre elas e o grupo de crianças e adolescentes ficou patente. Enquanto os segundos privilegiaram colocar equipamentos de lazer que eles não tinham no território, as imagens que apareceram no grupo de mulheres adultas privilegiavam os equipamentos ligados à preocupação com a segurança pública e com as responsabilidades da vida adulta. Exemplo: hospital, banco, centro comercial, supermercado, posto policial, escola grande, capacitação para jovens, metrô, casa lotérica. “Casa Lotérica tem que ter urgente porque temos que pegar ônibus para pagar conta”. Uma coloca uma igreja bem no meio e diz que “seria ótimo, pois a igreja ajuda muito” (sic) Cada uma quis então colocar a sua (candomblé, igreja católica e Assembleia de Deus), pois “cada um tem a sua religião” (sic) “Quanto mais igreja melhor. Tudo tem Deus”.

Incentivadas por nós a colocar equipamentos de lazer no mapa, eles começaram a aparecer com uma praça, uma lagoa, academia, cinema. Descobrimos que apenas uma delas já havia ido uma única vez ao cinema, ver o filme “Os 10 mandamentos”, porque ganhou um ingresso da Assembleia de Deus. Quando uma delas colocou a imagem de uma piscina e disse que estava precisando disso, a mulher mais nova do grupo, com 34 anos e casada com um homem de 63, retruca: “Você está querendo demais! Isso pra mim já é luxo”.

Nós ponderamos que todo cidadão deveria poder sonhar com o direito de

usufruir desses equipamentos, dando o exemplo da academia, que hoje é item essencial à saúde. Buscamos excluir dela a ideia de que desejar isso não é luxo, mas essa mulher nos fala como se nos desse uma lição de moral. “A gente que teve condição financeira mais baixa, a gente tem que ter o pé no chão. A gente tem que viver na realidade e não na fantasia, dentro das condições da gente”. As outras continuam colocando cartões, agora uma farmácia, um centro comercial... Ela não deixa de alertar: “se não está tendo o essencial como é que vamos desejar isso? Primeiro tem que ter o essencial”(sic).

Essa “mulher-realidade” parece estar identificada a um real ligado à sua classe social, tal como acontecia na Idade Média, que não dava possibilidades de a pessoa mudar seu destino, já que no tempo regido pela religião, ele era dado desde sempre por Deus. A Psicanálise nos ensina que o desejo é efeito da relação com o outro social, que está ligado às experiências materiais da vida. Assim, ao escutarmos essa “mulher-realidade”, do alto de seu juízo nos dizer tudo isso, nós nos perguntamos se o incentivo ao desejo, tal como o fizemos, não é inócuo e estéril.

Sabemos que só o sujeito é responsável por sua condição de desejante, mas para assumir essa responsabilidade é preciso receber condições para ser capaz de assim fazê-lo. Sem isso ele irá buscar ter as coisas por meios não muito legais, ou vai esperar infantilmente que o Outro lhe dê. Vemos esta falta de implicação do sujeito com o desejo, quando o grupo coloca no mapa um centro comercial. Parece que se esquecem de que eles já têm o Minas *Shopping* no território e só não podem usufruir dele, por falta de condições financeiras para consumir.

Para fazer valer o desejo de um centro comercial ou de poder acessar o centro que já tem (Minas *Shopping*) elas teriam que mudar a condição de consumo. Entretanto, esse desejo não aparece quando, no primeiro momento de nosso trabalho, perguntamos a elas se queriam que ali tivesse uma fábrica, se queriam emprego no território. Elas simplesmente não nos responderam, agindo como se não tivessem escutado a pergunta e continuaram entretidas com os cartões. Nós interpretamos esse silêncio seletivo como uma maneira de não se implicar com esse desejo de consumo, já que para isso seria necessário obter autonomia financeira através do trabalho. Ora, nenhuma delas trabalha, algumas vivem com o BPC do governo federal e talvez todas já tenham se desiludido bastante para crer nessa possibilidade. (ANEXO 6 - Segundo mapa organizado pelo grupo de mulheres adultas.)

Aproveitamos para lhes perguntar como é o lazer no fim de semana e verificamos que não foge do *script* já identificado, ou seja, gira em torno de atividades em casa ou ligadas a igreja. A dona da casa pede ao marido para comprar uma caixinha de Skol, “vou ali compro 1 quilo de asinha, coloco nessa churrasqueira aqui, ligo esse som, e fico aqui bebendo e ouvindo música”. Às vezes ela vai para almoçar na casa da filha. A mulher de 34 anos diz que o marido (de 63 anos)

dorme no serviço e quando chega no sábado quer ficar o fim de semana todo com ela. “Eu fico lá com ele, para fazer sexo”. Como ele vai embora no domingo à noite ou segunda de manhã, “ai geralmente a gente não gosta de sair mesmo” (sic).

A terceira diz que “no sábado a gente não faz janta e nós racha aqui e faz um lanchinho, faz um hambúrguer, cachorro quente, pizza, churrasquinho, toucinho de barriga e eu bebo 2 ou 3 latinhas”. A última diz que geralmente no domingo, ela faz almoço e o filho que mora no lote vem com a netinha e a mulher almoçar com eles. O marido “bebe umas”, mas ela não, porque é evangélica. “A tarde vou para a igreja, que é no Bairro Lagoinha. “Tenho que pegar um ônibus”.

Quando lhe perguntamos se pensam em alguma melhoria para o local que lhes possibilite aproveitar mais o tempo de lazer, elas nos respondem que precisam de mais “reforço policial” para usarem a mercearia de perto, porque se ela fechar, “nós estamos a pé”. Para “fazer a compra do mês, a gente tem que ir no BH, lá embaixo na Cristiano Machado”(sic) e tudo ali é perigoso. Como elas não mencionaram nada do lazer, nós insistimos na pergunta sobre as melhorias necessárias no bairro para lhes permitir no domingo sair de casa e se reunir com as famílias em lugar público. A resposta, no entanto, não mudou: “Policiamento mesmo!” (sic)

Uma das mulheres adultas diz que tem “um grupo muito bom na igreja” que “às vezes marca de ir ao cinema, às vezes marca de comer uma pizza”(sic). Ela aprendeu com esse grupo a fazer piqueniques no Parque Municipal. Ela diz: “o parque é tão gostoso e você pega os pratinhos e vai comendo farofa, tomando refrigerante e olhando a paisagem, tirando foto para colocar no *WhatsApp*. Eu acho o máximo”. A dona da casa retruca dizendo que se recusa a fazer esse programa, pois acha uma “pobreza, com tanta coisa gostosa lá dentro” (sic). Alguém se lembra que é um passeio barato e ela defende o programa dizendo que “a gente precisa sair da rotina, senão vem depressão, um monte de lero-lero, porque você não investe em você”.⁸ Nós dissemos que era um programa muito bacana, lembrando que lá tem música aos domingos.

A pergunta sobre o que é para elas lazer, cada uma responde diferente: “ir para Vitória, onde tem praia e onde podemos ganhar dinheiro [...] olhei uma casa com duas moradias por 280.000”. Para outra é ir ao cinema “porque não conheço”. A mulher do lado diz: o lazer para ela é ver TV. “É a opção... porque aqui não tem lazer, se for fazer lazer temos que sair daqui. Isso é opção de lazer que a gente faz” (sic) “meu lazer é dentro de casa” (sic).

⁸ Esta mulher está falando dos quadros de depressão (CID. F32-F33), que aparece na clínica atual em função da pulsão de morte, agindo no interior do organismo de forma silenciosa. A pessoa neste quadro desfaz laços afetivos com os objetos, ou mesmo destrói a própria capacidade representacional, levando o sujeito a estados de profunda indiferença e apatia.

Terceiro momento

Explicamos como elas iriam usar o orçamento-tempo, referente ao dia anterior, que era uma segunda feira. Demos a elas todas as informações sobre o uso dos lápis de cor e do preenchimento do protocolo e percebemos que a tarefa seria muito difícil sem o nosso acompanhamento. Por isso sugerimos que cada uma nos dissesse como foi o dia e a gente foi ajudando cada uma a preencher.

Embora fosse para falar da passagem da noite de segunda para terça, três mulheres adultas confessam que dormiram mal de domingo para segunda por causa de um acidente de carro que houve na rua da casa onde estávamos. Entendemos o motivo, pois o “homem voou lá embaixo [...] os miolos estavam tudo para fora lá” (sic). Ficaram um tempo comentando sobre o risco que correm morando na beirada da BR.

Como essas mulheres adultas não estão reguladas pelo tempo do trabalho capitalista e não têm nenhum trabalho formal, o tempo é todo livre, de maneira que não há um compromisso com horário estabelecido para nada. Por exemplo, uma pessoa que só faz três atividades durante um dia inteiro, vai dormir as 20hs e acorda as 04hs para comer. Dorme de novo e acorda ao meio dia para arrumar casa e almoçar. Depois disso ouve rádio, assistir televisão e fica no *WhatsApp* conversando com o grupo até chegar a hora de dormir de novo.

Em uma plena segunda feira a segunda mulher nos conta que acorda, faz sua higiene pessoal, não fala se tomou o café e às 07hs vai para a casa da amiga para ficar conversando. Ela ficou lá até às 09hs e depois foi fazer os afazeres domésticos “lavei roupa, arrumei a casa e almocei às 13hs”. Depois dormiu “um sono”, mas não soube precisar sua duração. Acordando foi ver televisão, assistir novela, “Cidade Alerta” até as 20hs. Foi jantar (não diz a hora) e depois 21hs ficou no *WhatsApp* até às 23hs.

A segunda mulher diz que dormiu 1 hora da manhã e acordou às 07hs passando mal de gripe. “Querida ir ao posto médico, mas como tinha que ir a pé e não ia conseguir subir o morro, resolvi tomar remédio” (sic). Acordou às 09hs melhor, tomou café e foi cuidar das galinhas e costurar. Às 13hs foi almoçar, lavar as vasilhas e passar pano no chão. Tirou 1 hora para ler a bíblia e orar. Às 18hs, foi à igreja e só voltou às 22hs. Quando chegou foi “olhar *WhatsApp* e ver um pouquinho de televisão” (sic). À pergunta se achava que este tempo era de lazer, ela respondeu que foi “tempo de oração”.

A quarta e última disse que foi se deitar 18hs, para rezar e mexer no *WhatsApp*. Dormiu e acordou às 23hs para fazer um lanche e voltou a mexer no *WhatsApp* até meia noite. Depois dormiu até às 06hs quando foi lavar roupa. Quando a mãe chegou foram tomar café. Voltou para lavar roupa, colocou comida para os cachorros. Tinha sobrado comida do dia anterior ela comeu e foi para o *WhatsApp* de novo. (ANEXO 7 - Protocolos do “Orçamento tempo” preenchidos pelas mulheres adultas)

Comentários finais

Chegou a hora de respondermos as questões propostas em nossos objetivos, aproveitando para fazer algumas considerações teóricas. Quando elegemos o tempo como categoria de análise da subjetividade na Vila da Paz, deixamos de lado o interesse pela objetividade da medição do tempo. Buscada desde sempre pelos homens, seja por motivos religiosos, agrícolas ou de estudo dos fenômenos celestes, vimos aparecer as ampulhetas, os relógios de água e de sol, os analógicos e os digitais de precisão cada vez mais sofisticada.

Nesse momento vamos começar analisando os efeitos do tempo social dominante nos comportamentos das pessoas na Vila da Paz. Em um segundo momento, daremos tratamento ao efeito do tempo dominante na constituição da subjetividade, apresentando três casos: o caso da “menina falante”, do “menino facinho” e da “mulher realidade”.

Sabemos pelos estudos de Lewis Manford em seu livro “Técnica e civilização” (1994) que o tempo natural (da circularidade da luz/escuridão e das estações de plantio e de colheita) deixou de existir quando no século XIII surgiu um tipo de relógio rudimentar no convento de padres beneditinos. Essa ordem religiosa sempre foi considerada como a mais trabalhadora da Igreja Católica e o relógio passou a dar à empresa humana a batida e o ritmo regulares e coletivos da máquina.

Manford deixa claro ao longo de seu livro que, o avanço tecnológico de um único item como o relógio, por exemplo, produz novas subjetividades que reengendram o próprio sistema capitalista. Em XVI o aparelho já estava nas fábricas e foi para as paredes dos lares, fazendo uma evolução de consumos e estilos de vida. Desde 1907, quando o observatório de Greenwich (Inglaterra) definiu um ponto do planeta para operar como QG do enquadramento do tempo em fusos horários, temos um tempo globalizado que visa a sincronização mundial das tarefas humanas. Em nosso tempo, a colonização do tempo liberado do trabalho pelo próprio trabalho tem se intensificado com os avanços da tecnologia digital móvel. Isso tem instituído novos regimes temporais, nova subjetividade e outros problemas teóricos para o campo do lazer.

Norbert Elias (1997) nos ensina que a estrutura da personalidade dos homens vai se desenvolvendo socialmente alienada as coordenadas simbólicas de uma determinada época que, como tal, é uma parte integrante de todos os sujeitos. A autorregulação segundo o “tempo” que se encontra em quase todas as sociedades em estado avançado não é a única na Vila da Paz. Lá podemos afirmar que a vida social das crianças, adolescentes e mulheres adultas da Vila da Paz é regulada pelo tempo da escola para os primeiros e o da igreja para as segundas. Nos fins de semana ou quando a escola não funciona, crianças e adolescentes

estão brincando na rua, desprotegidos da convivência com um adulto que se responsabilize por ele, vendendo coisas no trânsito e se expondo a todo tipo de perigos.

Podemos dizer alinhado ao pensamento de Sue (1995) que a Vila convive simultaneamente com o tempo de trabalho das sociedades capitalistas (pois todos os serviços públicos que recebem da Prefeitura e do Estado estão sob esse domínio), mas também com um tempo religioso que através de suas evangelizações ocupam a vida das mulheres adultas e das famílias. Como essas mulheres não estão envolvidas com nenhum tipo de atividade laborativa que garanta sua sobrevivência material, elas giram em torno de atividades promovidas pelas igrejas existentes no território.

Como um de nossos objetivos era o que saber como crianças, adolescentes e mulheres adultas gastam o seu tempo livre com lazer, vamos começar problematizando o conceito de “tempo livre”, pois, na Vila da Paz temos que os perguntar: tempo livre de quê? Vamos demonstrar que na Vila da Paz, quando o tempo é livre da escola e da Igreja ele é livre de qualquer compromisso.

Não podemos negar que a centralidade do tempo do trabalho capitalista frente aos demais, regula a vida na Vila, porque incluímos aí as igrejas e os serviços públicos (saúde, educação, saneamento etc). Apesar da luta de uma classe social para ampliar o “tempo livre”, porque já sente que o tempo gasto no trabalho não se contém mais ao relógio de ponto, a falta de uma atividade laboral, faz com que o conceito na Vila perca completamente o sentido. Nada difícil de entender se considerarmos que é na dialética da oposição temporal das atividades que o sentido de uma e de outra se condicionam.

Neste ponto precisamos destacar que a falta do trabalho formal e da qualificação para encontrar um lugar no mercado de trabalho, (empresa fracassada pela iniciativa do grupo de mulheres) reitera a condição de precariedade sócio econômica e cultural das crianças, adolescentes e mulheres adultas da Vila da Paz. Nem por isso podemos dizer que o que se vive na Vila da Paz é ócio, pois de acordo com Veblen (1983) este é um tempo exercido com liberdade, gratuidade e prazer em atividade de primazia da reflexão e da experiência, e não uma “falta completa do que fazer” como acontece na Vila.

Ali as mulheres adultas nos mostram a falta de sentido que é viver sem horário estabelecido para absolutamente nada. Por exemplo, uma pessoa que só fez três atividades durante todo um dia de segunda feira. Vai dormir às 20hs e acorda às 04hs para comer, dorme de novo e acorda ao meio dia para arrumar casa e almoçar. Depois disso ouve rádio, assisti televisão e fica no *WhatsApp* conversando com o grupo até chegar a hora de dormir de novo. No fim de semana os maridos, a função doméstica das mulheres adultas (cozinhar para a família ou estar à disposição do homem que está descansando do trabalho da semana) e as atividades com a Igreja regulam o tempo. Entretanto, para muitas o lazer é ver

TV. Ela nos diz: “É a opção... porque aqui não tem lazer, se for fazer lazer temos que sair daqui. “Isso é opção de lazer que a gente faz” (sic) “meu lazer é dentro de casa” (sic).

A falta de regulação pelo tempo capitalista do trabalho faz com que os moradores paradoxalmente funcionem em um tempo descompassando do tempo da vida na cidade. Por exemplo: lá acontece de a população, mesmo sabendo os horários e dias da coleta de lixo, não o descartarem corretamente. É como se esse saber fosse inócuo porque não faz com que as pessoas se regulem por este tempo, mesmo sendo elas as mais prejudicadas com o transbordamento do esgoto.

Verificamos também que ambos os grupos sofrem por se verem dependendo da caridade social, como é o caso de grande parte das famílias que moram na Vila. Um adolescente acha um absurdo ter que pagar a academia e nos diz que ela deveria ser de graça, talvez confiando em uma política pública que lhe permitisse usufruir de uma. Entretanto as políticas públicas são sempre muito precárias e costumam falhar inclusive com alguém que cumpre com os critérios de inclusão. Foi o que aconteceu a uma mulher que entregou o pedido do médico da Equipe da Saúde da Família há três anos na academia da cidade e até hoje não conseguiu a vaga. Havia também um professor que acompanhava 4 mulheres adultas na academia popular, mas interrompeu o serviço porque o número de participantes era pequeno. Não podemos desconsiderar o efeito negativo dessa experiência de desvalor na subjetividade dessas 4 mulheres adultas, quando não viram sua participação e interesse justificar o emprego de um professor.

Muitas vezes costumamos nos perguntar porque as pessoas se acomodam na posição de objetos ou vítimas das políticas de beneficência do Estado ou da solidariedade social, sem lutarem contra essa situação. Nós poderíamos nos lembrar do argumento lacaniano de que todo o sujeito é responsável por sua condição de desejante (LACAN, 1998, p. 873), sem precisar assumir nossa responsabilidade por esse estado de coisas. Mas, nem Lacan aprovaria pensar o desejo desvinculado de suas condições históricas e sabemos que, para um sujeito assumir a responsabilidade de sua vida, é preciso ter recebido certas condições.

Ser capaz de desejar e ser capaz de fazer o desejo acontecer, não é para qualquer um. A capacidade de fazer um sonho acontecer depende das condições estruturais de cada sujeito. Nós nos perguntamos depois do encontro com essas pessoas, se elas têm encontrado, ao longo de sua existência, condições para que mudem da posição de vítimas para a posição de sujeitos desejantes. A paralisia do desejo acontece por vários motivos e cada um de nós inventa um jeito para lidar com seu destino. Os jovens costumam lutar contra as condições que lhes impede de consumir. Eles irão buscar ter as coisas por meios não muito legais, mas na condição de sujeito (trabalhando no tráfico ou vendendo coisas no trânsito), ou assumem posição de objeto, esperando sempre infantilmente que um Outro proverá, seja ele Deus seja o Estado.

Quanto às mulheres adultas pudemos presenciar que a maneira como lidam com o desejo é a de simplesmente se recusarem a desejar. Quando lhes é incentivado colocar o que gostariam de ter para o lazer no território, elas o fazem como se lhes concedesse uma licença para sonhar. Mas o que escutamos foi que nenhuma delas acredita ser possível viver outra forma de vida e que não está disposta a pensar no assunto. Vimos esta falta de implicação do sujeito com o desejo, quando o grupo coloca no segundo mapa a necessidade de ter um centro comercial. Neste ato, funcionaram como se tivessem esquecido que no território elas já têm o Minas *Shopping* e só não usufruem dele, por falta de condições financeiras para consumir.

Para fazer valer o desejo de um centro comercial, ou mesmo de poder acessar o centro que já tem (Minas *Shopping*), elas teriam que mudar a condição de consumo e “é aí que a coisa pega”. O desejo de mudar essa condição dependeria de um trabalho do pensamento, trabalho esse com o qual elas não estão acostumadas a fazer. A recusa de pensar aparece quando nós lhes perguntamos no primeiro momento de nosso trabalho, se elas queriam ter no território uma fábrica, se queriam emprego. Curiosamente, elas simplesmente não nos responderam e continuaram entretidas com o trabalho de conferir as imagens dos cartões. A pergunta ficou no vácuo e nós interpretamos esse comportamento como uma recusa de se implicar no desejo de criar condições de autonomia financeira por meio do trabalho. Como nenhuma delas trabalha e algumas vivem com o BPC do Governo Federal, pode ser que já tenham se desiludido bastante, para crer nessa possibilidade.

Outra observação a ser feita é como a percepção da distância ainda depende de um conteúdo empírico tanto para as crianças, adolescentes quanto para as mulheres adultas. Descaracterizada da metragem, que é a medida universal para distâncias, crianças e adolescentes decidem se um local é perto, se for possível se deslocar de um ponto ao outro a pé, ou seja, sem o uso de transporte. Podemos tomar o Minas *Shopping* como exemplo do que acontece com os três públicos. Para os adolescentes, o equipamento está perto, já que eles dão conta de ir lá a pé, enquanto as crianças dizem que é longe, porque dependem de condução. Para as mulheres adultas a questão é outra diferente das crianças e dos adolescentes, pois a avaliação da distância depende do risco de violência que experimentam durante o percurso. Uma mulher nos diz que ir a pé ao shopping, implica correr risco de ser assaltada e como ela depende de ônibus para driblar o medo, o *Shopping* é considerado longe.

No final das contas, a medida para definir se um equipamento é longe ou perto é necessidade que se tem ou não do uso de transporte. Como já vimos anteriormente na análise dos grupos, a existência de um equipamento no território, não garante que ele seja acessado, principalmente se for depender de dinheiro. Isso reitera uma grande verdade: a condição financeira é o maior impeditivo para

o público da Vila usufruir do que se tem na cidade.

Quanto a avaliação do tempo a coisa não é diferente. Ele também não se abstrai de um conteúdo empírico. Quando uma mulher nos diz que “dormiu um sono”, mas não sabe precisar quanto ele durou, é porque foi um sono injustificado. Também quando um menino diz que passou o dia “jogando bola”, sem saber dizer quando comeu ou foi para casa, foi porque o prazer sentido justificou o tempo da atividade. De acordo com Coste (1997, p. 53) o tempo subjetivo está marcado pela maneira como cada um apreende, simultaneamente, a duração, a ordem e a sucessão.⁹ Para a criança, mais do que o adulto, é impossível abstrair a duração de seu conteúdo, ou seja, o tempo é o “tempo passado em” e não uma duração abstrata. Assim 15 minutos passados com algo que dê prazer passa rápido e com algo penoso parece longo. Quando a compreensão da ordem é muito difícil para a criança, pois supõe a comparação de duas durações que tenham natureza diferente, ou seja é preciso variação. Para incorporar a sucessão do tempo a aquisição da linguagem é fundamental. Só ela dá ao sujeito a possibilidade de reconhecer um dia da semana, se é manhã, tarde ou noite, indicar o dia do nascimento, seu mês, dia e até a hora.

Não pudemos deixar de notar o quanto a tecnologia do *WhatsApp* ajudou a criar e fortalecer o vínculo entre as mulheres adultas. Esta rede social deu a elas suporte para driblar a solidão de viver em um lugar que, sem segurança pública, lhes impossibilitam de sair de casa. Por outro lado, temos crianças e adolescentes apartadas do uso das tecnologias. Embora conheçam as redes sociais, nenhum deles portava um celular e se tem acesso ao FB é porque usam um aparelho móvel de outra pessoa. Quanto ao jogo do Pokémon (coqueluche na ocasião de nosso encontro), não foi feito para eles jogarem, já que um deles nos disse que lá não tem nenhum para eles caçarem...

Agora vamos tratar dos três casos tomando-os como paradigmáticos da subjetividade na Vila da Paz. O sujeito para a psicanálise é aquele da enunciação, que quando fala entrega a maneira como se estrutura inconscientemente.

A “menina falante”

A “menina falante” tomou esse nome porque foi assim que ela se apresentou ao tomar a palavra para dizer do seu cotidiano. Mesmo que suas vivências não diferiram muito da dos demais, ela responde tão prontamente nosso convite para nos contar a história de seu dia, que deixa transparecer sua satisfação. Não é difícil se encantar com ela e nós fizemos circular a palavra para dar chances de outras pessoas falarem, com certeza contrariando-a.

A “menina falante” tem 8 anos e, embora more em uma casa precária pois

⁹ De acordo com o Dicionário Aurélio (1986), por sucessão entende que é uma “série de fenômenos ou fatos que se sucedem e são normalmente ligados por uma relação causal; seqüência de pessoas ou de coisas que se sucedem e/ou se substituem ininterruptamente ou com pequenos intervalos” (p. 1624).

dá a entender que o quintal onde brinca “é a rua mesmo” (sic), ela faz o dever de casa quando chega da escola. E quando não está por conta dessas atividades está brincando de comidinha (com coisas que sobram de sua mãe), de cavalinho quando “sobe em cima de alguém e vai andando” (sic), de boneca, rouba-bandeira e por aí vai. Ela deixa na fala a presença da mãe e a identificação com seu gênero. Nos diz que tem padrasto e irmãos e no dia anterior tinha acompanhado a mãe e a avó na igreja. A menina falante está com uma roupinha limpa e chinelinho, tem os cabelos presos, dando-nos a ver e a ouvir que tem uma família que lhe dá referências afetivas de cuidado e segurança. Talvez, por isso, se apresente tão disponível para falar.

O “menino facinho”

Esse menino tem a mesma idade da “menina falante”, mas não se apresenta com o mesmo cuidado que notamos nela. Ele está muito sujo, sem camisa, descalço e os dentes da frente estão cariados. Nós já o tínhamos visto em outro dia, brincando em cima de um colchão na rua com sua irmã menor, longe da companhia de qualquer adulto. Antes de começarmos a conversação ele nos demandou muita atenção, mas durante o trabalho não se expressou. Ele ficou junto com uns meninos que também não se expressam durante toda a conversação. Quando foram perguntados sobre o que tinham feito no dia anterior, nos disseram não se lembrar.¹⁰ Esse menino nos disse que ao invés de ir a aula, foi pedir esmola com os amigos no sinal. Sua liberdade para estar nas ruas, seu descompromisso com a escola e sua falta de cuidado pessoal, revelam um total abandono dos pais. O “menino facinho” tomou esse nome porque ao ser perguntado se achava difícil fazer “o trabalho” de pedir esmola no sinal, retruca dizendo que não, “é facinho”. Mas o que nos surpreendeu muito foi o fato desse menino não saber a data de seu aniversário, ficando na dependência de quem o conhecia dizer.

Esse mesmo “menino facinho” que prefere esmolar a ir à escola nos revela sem o dizer, o quanto a escola lhe é difícil. Podemos entender as dificuldades escolares que ele encontra, se tomarmos a contribuição de Piaget sobre o desenvolvimento da inteligência. A inteligência se engendra desde as experiências sensório-motoras na mais tenra idade até a instauração do pensamento formal, ou seja, pensamento sob hipóteses. A estruturação espaço-temporal é um conceito fundamental do desenvolvimento psicomotor para a aquisição do esquema corporal e da lateralidade. Na falta dessa estruturação alguns distúrbios psiquiátricos e dificuldades podem aparecer na aprendizagem da leitura, na escrita e na aquisição do raciocínio matemático. Na leitura a criança irá confundir letras que diferem quanto à orientação espacial (b/d, q/p); terá dificuldade em respeitar a

¹⁰ Quando o sujeito se demite da fala e se recusa a pensar, temos uma expressão da pulsão de morte, que ao exigir satisfação se opõe à lógica do desejo inconsciente. Lacan afirma que o último termo de toda pulsão é a morte (1964, p. 174). “A pulsão de morte é a pulsão, pura e simples” (2007, p. 50) da qual a pulsão de vida seria um desvio.

ordem das letras na palavra e das palavras na frase (brasa/barsa) e não respeita a direção horizontal do traçado. Na escrita não respeitará os limites da folha e na matemática não entende o valor zero quando ocupa lugar a esquerda e a direita do número. (COSTE, 1997, p. 52-62).

Podemos inferir que, o “menino facinho” ainda não apreendeu o tempo da própria vida. Para tal, seria necessário introduzir variações de qualidades em sua vida já que vive em um tempo amorfo de pura constância, deixando-o imerso na diferenciação de si. Convocamos a contribuição da psicanálise para entender os efeitos de desestruturação da sua consciência a partir de sua relação com o tempo sem qualidades, vivido por ele naquele território.

Para Freud, a consciência é um “órgão sensorial” que detecta qualidades psíquicas e processos de pensamento. (FREUD, 1900/1982, cap. 7, D, p. 547) Freud estabelece uma íntima conexão entre percepção e consciência de maneira que essa funciona como um sistema específico do aparelho psíquico, responsável pela percepção do mundo exterior com todas as informações sensoriais. As percepções são inicialmente inconscientes (pré-conscientes) e é a consciência que vai distinguir se a percepção é real ou se é um traço de memória alucinatório. Ela faz isso por meio da experiência de prazer e de desprazer, ligadas aos estados de tensão no psiquismo (FREUD, [1895/]1950/1975). A vivência dos contrários (satisfação e dor), provocam respectivamente, o desejo e a defesa primária do Eu, que se produz automática e inconscientemente. A consciência é então, para Freud, consciência da percepção do mundo externo, consciência dos estados afetivos do continuum prazer-desprazer, e consciência de uma parte dos processos psíquicos do próprio sujeito.

A concepção de Freud a propósito da relação do inconsciente com a consciência é nitidamente kantiana. Segundo Kant, os estados mentais não podem ser conhecidos tais como são em si, mas simplesmente tais como aparecem ao senso interno (KANT, 1787 [B, p. 55]/1911 [p. 62-63]). Para ele, só nós percebemos internamente na medida em que somos afetados por nós mesmos (KANT, 1787 [B, p. 69,152-153]/1911 [p. 70-71, 120]). Toda experiência, tanto a interna quanto a externa, só nos dá a conhecer objetos tais como eles aparecem para nós, pois depende não só do caráter do objeto como daquele do sujeito e de sua receptividade.

Como a consciência capta tensão e alívio, abarcando o prazer e o desprazer, perante o qual se toma a decisão de evadir-se da tensão ou transformar sua natureza, um tempo sem alterações ou sem qualidades, não permite ao sujeito aprendê-lo, deixando-o imerso na indiferenciação. A variação no tempo se liga à experiência de vida e a repetição se liga à experiência de morte. Captar esse pulso determina a apreensão do viver.

Lembremos que a música (a arte do tempo por excelência) pode ser definida como o fenômeno de variação sobre um fundo constante. Lembremos tam-

bém que a repetição, por sua presença, determina paralisia e, em consequência, elevação de tensão. A variação, na medida em que reintroduz movimento, resolve o desconforto. Isso quer dizer que repetição, por sua vez, nos dá localização, propõe o campo onde a variação poderá existir.

No projeto para uma psicologia científica Freud ([1895/]1950/1975, p. 320) escreve que “a consciência é o lado subjetivo de todos os eventos psíquicos e é, portanto, inseparável do processo anímico fisiológico”. O tempo só pode ser apreendido pela consciência a partir dos estados afetivos ligados à sua vivência. Nós nos perguntamos se esse menino experimentou sentido em ter vindo ao mundo e se já teve a experiência de regozijo em fazer um aniversário.

Kant distingue na crítica da razão pura dois troncos do conhecimento humano: a sensibilidade, que é faculdade passiva pela qual nos são dados objetos, e o entendimento, faculdade ativa pela qual são pensados estes objetos. A sensibilidade nos fornece intuições, representações singulares que se referem imediatamente aos objetos particulares. O entendimento produz conceitos, representações gerais que se referem sempre a outras representações (e mediatamente aos objetos). O fato é que este “menino facinho” tem sua faculdade de entendimento prejudicada por causa da precariedade de experiências prazerosas e de cuidado, ocorridas no nível de sua constituição subjetiva seja no interior de sua família seja naquilo que encontra no lugar onde mora.

Sabemos que a escola realiza uma operação simbólica que decide quem conseguirá reproduzir o sistema capitalista e quem o emperrará. Nós sabemos que a vida desse menino na escola deve ser muito difícil. Ele precisaria de uma atenção maior para não ser capturado pela vida “fácil” do tráfico ou do crime. Seria necessário que alguém pudesse escutá-lo, pois quando as coisas não podem ser significadas e chegar à palavra e sequer ao nosso grito de dor, só resta ao sujeito desinvestir do desejo e da esperança. Lacan (1998, p. 376) diz: “Acaso não sabemos que nos confins onde a fala se demite começa o âmbito da violência, e que ela já reina ali, mesmo sem que a provoquemos?”

A “mulher realidade”

Essa era a mulher adulta, a mais nova do grupo com 34 anos. É casada com um homem de 63 e se mostrou muito resistente em acolher nosso convite para colocar no segundo mapa tudo que gostariam de ter no território onde fossem morar. Ela insistia de que se deveria concertar naquilo que fosse essencial a sobrevivência, dizendo que era luxo querer coisas como uma piscina e um cinema, por exemplo. Mesmo quando ponderamos sobre o direito de todo cidadão usufruir desses equipamentos, dando inclusive o exemplo da academia que hoje é item essencial à saúde, ela não deixou de nos chamar à realidade sobre a condição financeira das pessoas de classe “mais baixa”. Foi porque nos disse que tinham

que viver na realidade e não na fantasia que lhe demos esse nome.

Chamou-nos atenção o ato dessa “mulher realidade” estar completamente identificada a um real ligado à sua classe social, tal como acontecia na Idade Média, quando não era dada as pessoas que nasciam na condição de servos ascenderem socialmente, já que no tempo regido pela religião, o destino de cada um era dado desde sempre por Deus. A Psicanálise nos ensina que o desejo é efeito da relação com o outro social, que pode estar ligado às experiências materiais da vida. Assim, ao escutarmos essa “mulher realidade”, do alto de seu juízo nos dizer tudo isso, nós nos perguntamos se o incentivo ao desejo, tal como o fizemos, não é inócuo e estéril.

O sujeito de nossa contemporaneidade tem encontrado na cultura do consumo condições para se recusar a pensar em como encontrar soluções para seu desamparo existencial. No caso da classe média essa recusa é compensada com o consumo frenético de objetos e no caso dessas mulheres adultas da Vila da Paz é o anestesiamiento do desejo ou a sua paralização.

Se escutarmos verdadeiramente o que estes dois grupos nos falaram, precisamos admitir que na Vila da Paz falta tudo, não só em relação ao lazer, mas em relação a todos os outros direitos sociais. De acordo com o ECA crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, estão em fase peculiar de desenvolvimento e, portanto, deveriam ter prioridade absoluta pois ainda tem esperança. Eles dependem da família, da sociedade e do Estado. Sabemos que na precariedade destas famílias de suprir aos filhos aquilo que eles têm direito, deveríamos a sociedade e Estado cuidar de não os decepcionar.

Referências bibliográficas

- AQUINO, C. A. B.; MARTINS, J. C. de O. Ocio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. In: *Revista Mal-estar e Subjetividade*, v. 7, n. 2, Set. 2007.
- ARAUJO J. F. *O que é cronobiologia*. Disponível em: <<http://www.cb.ufrn.br/~araujo/textos/texto1.doc> acessado em: 11 de jan. 2007.
- ARENDT, H. *A condição humana*. 10ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- COSTE, Jean. *A psicomotricidade*. Trad. CABRAL, Álvaro. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- DUMOND, L. *Ensaio sobre o individualismo: uma perspectiva da ideologia moderna*. Trad. Álvaro Cabral Rocco. Rio de Janeiro: Editora Dom Quixote, 1985.
- DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril Cultural: 1978.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- FOUCAULT, Michel (1976) *Genealogia e poder*: curso no Collège de France, 7 de janeiro de 1996. Tradução de Ângela Loureiro de Souza e Roberto Machado.
- FREUD, S. *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental* (1911). ESB, v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- KANT, E. *Crítica da razão pura*. Col. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

- LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Editora: Jorge Zahar Editora, 1998.
- LACAN, J. A direção da cura e os princípios de seu poder (1958). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998. p.591-651.
- LACAN J. Ciência e verdade. In: *Escritos*. Editora: Jorge Zahar Editora, 1998.
- LACAN J. *Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1964/1988.\\
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MANFORD, Lewis. *Técnica e civilização*. Madri: Editora Alianza, 1994.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas: Papyrus, 1987.
- MARTINS, André Ferrer e ZANETIC, João. *Tempo: esse velho estranho conhecido*. In: *Cienc. Cult.* vol.54, no. 2, São Paulo, oct./dec. 2002. Acessado em 05/2017, disponível
- MILLER, J-A. et al. *La pareja y el amor: conversaciones clínicas con Jacques-Alain Miller en Barcelona*. Buenos Aires: Paidós, 2003. p.15-20.
- NORONHA, Vânia. *Lazer: conteúdos culturais, tempo e atitude lúdica*. Texto de circulação interna escrito para fins didáticos, 2001.
- ROCHA, Marisa Lopes da e AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2003, vol.23, n.4, pp.64-73. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000400010&lng=en&nrm=i-so>. ISSN 1414-9893. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010>. Acesso em 31-06-2016.
- SALIS, V., D. *Lições da antiguidade para a conquista de uma vida mais plena em nossos dias*. São Paulo: Claridade, 2004.
- SOARES, Luiz (Coordenador). Planejamento das ações nas comunidades atendidas pelo *Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381. Eixo socioeducativo*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2016. DOC.
- SUE, R. *Temps et ordre social*. Paris: PUF, 1995.
- SZALAI, Alexander. *The use of time*. Haia: Mouton, 1972.
- ZINGONI, Patricia. Lazer, qualidade de vida e cidadania. *Livere*, UFMG, n. 2, a. 1, nov. 1999. p.31-45.
- VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ANEXOS

ANEXO 1 - Exemplos das imagens do instrumento de coleta de dados.

Observação: As imagens deste anexo foram extraídas da internet.

Elas foram divididas em três categorias:

- 1) igrejas retratadas pela imagem de um Centro de Umbanda, um culto católico e uma Assembleia de Deus;



- 2) equipamentos de lazer esportivos e culturais. Estes foram retratados em casas de baile, bares, academias, clubes esportivos com quadras e piscinas, praças, parques, *shopping centers*, sala de cinema, lugares onde se viam crianças pulando corda, gangorreando, andando de pedalinho, soltando papagaio, jogando futebol, brincando na areia, em oficina de artes, em oficinas de música;





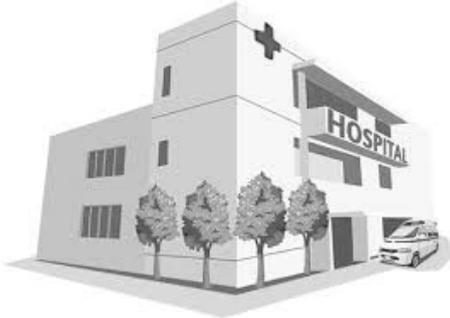






3) serviços públicos de saúde, educação, segurança, mobilidade, moradia, trabalho e saneamento. Estes foram retratados por um ponto de ônibus, metrô, bicicleta, motos, comercio local com mercado grande e “mercadinho”, casas lotéricas, bancos, escolas estaduais e municipais, unidade básica de saúde, hospital, posto policial, policiamento de rua, sala de aula de informática, fábricas e um loteamento de casas populares.









ANEXO 2 - Primeiro mapa organizado pelos dois grupos de crianças e adolescentes.

Mapa 1



Mapa 2



Anexo 3 – Segundo mapa organizado pelo grupo de crianças e adolescentes.



Anexo 4 - Artesanato produzido pelo grupo de mulheres adultas.



Anexo 5 - Primeiro mapa realizado pelo grupo de mulheres adultas.



Anexo 6 - Segundo mapa realizado pelo grupo de mulheres adultas.



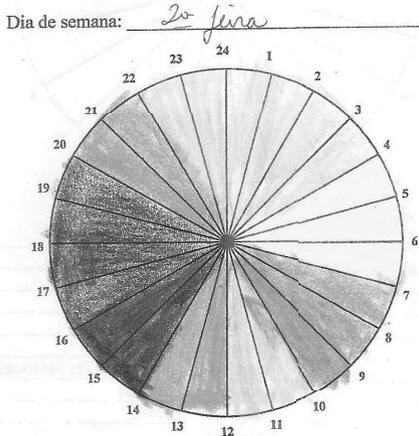
Anexo 7 – Protocolo do “Orçamento-tempo” de cada uma das mulheres adultas.

1

PESQUISA SOBRE O TEMPO DO LAZER DAS FAMÍLIAS DA VILA DA PAZ

Cadastrado (a) para remoção?: () SIM ou (X) NÃO
 Sexo: () masculino (X) feminino () outros
 Grupo e atividade que participa do RODON: Grupo das mulheres (artesã)
 Dias da Atividade: 3os feira
 Data da aplicação: 01/11/2016

Favor preencher o diagrama escolha um dia da semana (teoricamente destinado ao trabalho) e, colora (siga a legenda ou proponha outras cores) todas as atividades por você desenvolvidas neste dia. Veja um exemplo: se você estiver dormindo entre 00:00 até às 06:00, todos os espaços deverão ser preenchidos com a cor azul. Se o tempo gasto com a higienização e alimentação forem de quinze ou trinta minutos divida o espaço em quatro, ou ao meio, conforme o caso, no sentido longitudinal, para maior visibilidade. E assim prossiga até que todo o dia esteja preenchido.



azul	descanso/ dormir
amarelo	higienização e alimentação
laranja	atividades domésticas
verde claro	trabalho remunerado
verde escuro	trabalho voluntário
rosa	estudos (cursos, atividades didáticas)
roxo	atividades religiosas
azul escuro	atividades políticas
marrom	Transporte
vermelho	recreação/ lazer
Preto (outros)	radio TV. <u>Whelopp (grupo de mulheres)</u>

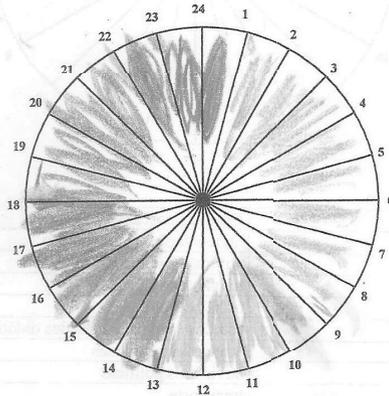
PESQUISA SOBRE O TEMPO DO LAZER DAS FAMÍLIAS DA VILA DA PAZ

Cadastrado (a) para remoção?: () SIM ou (X) NÃO

Sexo: () masculino (X) feminino () outros

Grupo e atividade que participa do RODON: grupo de mulheresDias da Atividade: sempre nos dias de feiraData da aplicação: 01/11/2016

Favor preencher o diagrama escolha um dia da semana (teoricamente destinado ao trabalho) e, colora (siga a legenda ou proponha outras cores) todas as atividades por você desenvolvidas neste dia. Veja um exemplo: se você estiver dormindo entre 00:00 até às 06:00, todos os espaços deverão ser preenchidos com a cor azul. Se o tempo gasto com a higienização e alimentação forem de quinze ou trinta minutos divida o espaço em quatro, ou ao meio, conforme o caso, no sentido longitudinal, para maior visibilidade. E assim prossiga até que todo o dia esteja preenchido.

Dia de semana: 2º feira.

azul	descanso/ dormir
amarelo	higienização e alimentação
laranja	atividades domésticas
verde claro	trabalho remunerado
verde escuro	trabalho voluntário
rosa	estudos (cursos, atividades didáticas)
roxo	atividades religiosas
azul escuro	atividades políticas
marrom	Transporte
vermelho	recreação/ lazer
Preto (outros)	

PESQUISA SOBRE O TEMPO DO LAZER DAS FAMÍLIAS DA VILA DA PAZ

Cadastrado (a) para remoção?: SIM ou NÃO

Sexo: masculino feminino outros

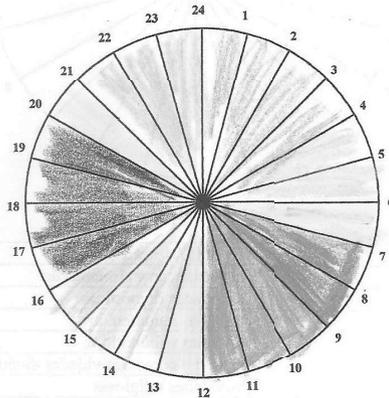
Grupo e atividade que participa do RODON: Grupo de mulheres

Dias da Atividade: atendimento, netos, sapientia, amassante, brisa de milho.

Data da aplicação: 01/11/2016

Favor preencher o diagrama escolha um dia da semana (teoricamente destinado ao trabalho) e, colora (siga a legenda ou proponha outras cores) todas as atividades por você desenvolvidas neste dia. Veja um exemplo: se você estiver dormindo entre 00:00 até às 06:00, todos os espaços deverão ser preenchidos com a cor azul. Se o tempo gasto com a higienização e alimentação forem de quinze ou trinta minutos divida o espaço em quatro, ou ao meio, conforme o caso, no sentido longitudinal, para maior visibilidade. E assim prossiga até que todo o dia esteja preenchido.

Dia de semana: _____



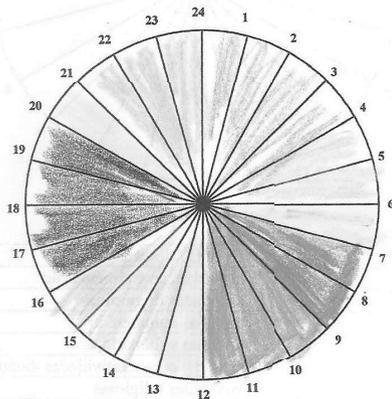
azul	descanso/ dormir
amarelo	higienização e alimentação
laranja	atividades domésticas
verde claro	trabalho remunerado
verde escuro	trabalho voluntário
rosa	estudos (cursos, atividades didáticas)
roxo	atividades religiosas
azul escuro	atividades políticas
marrom	Transporte
vermelho	recreação/ lazer
Preto (outros)	TELEVISÃO
	INTERNET. (ROSA)

PESQUISA SOBRE O TEMPO DO LAZER DAS FAMÍLIAS DA VILA DA PAZ

Cadastrado (a) para remoção?: SIM ou NÃOSexo: masculino feminino outrosGrupo e atividade que participa do RODON: Grupo de mulheresDias da Atividade: alunando, redes, sapateira, amassante, broa de milho.Data da aplicação: 01/11/2016

Favor preencher o diagrama escolha um dia da semana (teoricamente destinado ao trabalho) e, colora (siga a legenda ou proponha outras cores) todas as atividades por você desenvolvidas neste dia. Veja um exemplo: se você estiver dormindo entre 00:00 até às 06:00, todos os espaços deverão ser preenchidos com a cor azul. Se o tempo gasto com a higienização e alimentação forem de quinze ou trinta minutos divida o espaço em quatro, ou ao meio, conforme o caso, no sentido longitudinal, para maior visibilidade. E assim prossiga até que todo o dia esteja preenchido.

Dia de semana: _____



azul	descanso/ dormir
amarelo	higienização e alimentação
laranja	atividades domésticas
verde claro	trabalho remunerado
verde escuro	trabalho voluntário
rosa	estudos (cursos, atividades didáticas)
roxo	atividades religiosas
azul escuro	atividades políticas
marrom	Transporte
vermelho	recreação/ lazer
Preto (outros)	TELEVISÃO
	INTELNET. (ROSA)

PONTO DE CHEGADA:
O direito ao lazer de famílias em programas de habitação
De interesse social.

Patricia Zingoni

Nossa intenção com esta pesquisa passa longe de fazer uma avaliação do “Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizados de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Minas Gerais” ou de ditar parâmetros a ser seguidos, mas, sim, compartilhar um conjunto de reflexões sobre como nossas políticas públicas têm promovido o direito ao lazer a todos os cidadãos, especialmente para aqueles que vivem em comunidades em processo de remoção involuntária.

Por isso, este estudo lançou seu olhar para as comunidades de ocupação irregulares, uma vez que esta condição muitas vezes vem sendo considerada como um dos fatores de risco para o aumento da violência e mortes nas cidades. Além disso, como vítimas do descaso das políticas públicas, os sujeitos que vivem nessas comunidades convivem com carências e faltas de várias naturezas, sobretudo, pelas suas condições de moradia.

A nossa escolha por realizar nossa pesquisa junto ao “Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizados de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Minas Gerais” - que vou citá-lo nesse artigo como “Programa de Conciliação” - se deu pelo fato deste Programa em Belo Horizonte se estruturar envolvendo a participação de equipes profissionais multidisciplinares, que incluem profissionais da Educação Física desenvolvendo ações socioeducativas de lazer.

E nas nossas andanças preliminares para conhecer esse contexto, identificamos a necessidade de organizarmos uma equipe de pesquisadores que pudesse contribuir com vários olhares sobre esse objeto de estudo complexo, nos desafiando-nos a realizar uma investigação a partir dos estudos do Lazer, estabelecendo diálogos com outros campos do conhecimento.

Para isso, reunimos uma equipe de pesquisadores da PUC Minas que incluiu, ao todo: cinco doutores (em Psicologia Social, Geografia, Demografia, em Tratamento da Informação Espacial e em Educação); quatro mestres (duas em Educação; um mestre em Lazer, doutorando em Educação; e um mestre da Educação Física, doutorando em Educação); dois graduados (uma da Educação Física, mestranda em Ciências Sociais; e uma da Geografia); além de dois graduandos (uma da Educação Física e uma da Geografia).

Foi essencial, de início, uma discussão de toda a equipe sobre conceitos, sentidos e significados de lazer conviventes em nossa realidade, que aguçou o

olhar de todos os pesquisadores sobre o lazer. Também, foi necessário, realizarmos nossas incursões em campo coletivamente, sendo que, cada grupo de pesquisadores utilizou de estratégias diferentes de coletas e análise de dados, cujas interpretações foram fundamentadas também em estudos de seus diferentes campos de conhecimentos. Com isso, os pesquisadores analisaram os dados por meio de perspectivas diferentes, às vezes opostas, não deixando, porém, de igualmente explicitar as maneiras pelas quais entendiam as discussões sobre a dimensão do lazer produzidas pelas Ciências Humanas e Sociais.

Assim, procuramos garantir o foco de interpretação de cada grupo de pesquisadores e, ao mesmo tempo, a discussão de suas descobertas pelo coletivo de investigadores da pesquisa, o que nos permitiu identificar aspectos importantes para a compreensão da realidade estudada, destacando-se questões sociais, conflitos e, ao mesmo tempo, alternativas construídas pelos sujeitos do estudo.

Os dados nos possibilitaram também levantar novos questionamentos e algumas sugestões que possam orientar políticas e o trabalho em programas de habitação de interesse social (Ministério das Cidades / Governo Federal), que considerem o Lazer e a Educação Física como importantes campos a serem desenvolvidos no processo de humanização das famílias removidas. E, em especial, orientações de ações socioeducativas de lazer que podem ser desenvolvidas pelas instituições locais e o poder público, considerando o acesso ao lazer em territórios onde o “Programa Judicial para Remoção e Reassentamento Humanizado de Famílias do Anel Rodoviário e BR-381 em Minas Gerais” atua. Orientações que publicamos em uma cartilha específica para este fim, reunindo algumas dicas metodológicas para a educação no lazer e sugestões de atividades lúdicas de mobilização e animação sociocultural.

Mas... Quais foram as nossas principais descobertas neste estudo, que consideramos relevantes para refletirmos sobre as políticas públicas de lazer em programas sociais?

Desde o final da década de 1920 já podemos identificar a existência de projetos e programas que têm as diversas linguagens culturais (compreendidas como atividade de lazer) como estratégias principais de intervenção comunitária. A partir da década de 2000 percebemos um avanço nas metodologias adotadas sobretudo no que se refere à participação da sociedade civil (das organizações não governamentais), de diferentes formas, com diversas intencionalidades e perspectivas.

Referenciados no artigo desenvolvido sobre conceitos, sentidos e significados do lazer, apresentado nesse livro, nos argumentos de vários estudiosos citados na pesquisa e entre tantas experiências que realizamos e conhecemos podemos identificar alguns pontos em comum entre os denominados “programas/projetos sociais” que consideram o lazer em suas ações, ou seja:

1. São apontados como alternativa de **inclusão social**, tendo em vista que esses programas são desenvolvidos em comunidades desprovidas dos direitos fundamentais entre estes, o lazer;
2. Normalmente têm como propósito a ocupação do **“tempo livre”** das pessoas por meio de atividades de lazer;
3. Apresentam perspectivas do **conhecimento da realidade** focado numa determinada comunidade e nos anseios da população;
4. Consideram a importância **do espaço e de equipamentos de lazer** como condições para manifestações de suas práticas;
5. Consideram também a importância do conhecimento e atendimento dos **interesses culturais nas vivências de lazer** da população;
6. Entendem como fundamental o **trabalho socioeducativo para e pelo lazer**.

Quanto ao objetivo de **inclusão social** o “Programa de Conciliação” ao considerar os conteúdos culturais do lazer como importantes no processo de humanização da população a ser removida dá um passo significativo no reconhecimento do lazer enquanto direito social, embora alguns cuidados devam ser tomados no sentido de não apenas considerar o lazer como meio de mobilização para o problema da moradia (foco principal do “Programa de Conciliação” que estudamos). O lazer precisa também ser reconhecido como um objeto de estudo, campo de atuação profissional (principalmente da Educação Física) com objetivos específicos de intervenção. Portanto, programas sociais que consideram o lazer como integrante de suas ações devem considerar o lazer como direito integrado às demais políticas sociais, sem, contudo, ser subordinado a elas e ancorado nelas para receber atenção do poder público.

São muitas as razões para que as ações de lazer tenham um papel coadjuvante em programas sociais. O que se observa com maior frequência é o significado do lazer associado ao divertimento, o que implica a redução de sua prática a um conjunto de atividades muitas vezes alienantes, deixando de lado os objetivos de desenvolvimento pessoal e transformação social que podem ser propiciados pelo lazer. O que podemos observar em relação ao “Programa de Conciliação” é que o entendimento de lazer por parte da equipe dos técnicos (com formação em Direito, Psicologia, Comunicação e em Educação Física) que atuam na Vila da Paz com as ações socioeducativas se aproximam da ideia de divertimento “prazer sem obrigações, para escapar da rotina, utilização do tempo livre”. Ao mesmo tempo, estes técnicos consideram as atividades artísticas, esportivas, jogos e outras desenvolvidas nas ações socioeducativas como estratégia para alcançar outros objetivos, como “porta de entrada para conversar sobre outras coisas: drogas, violência, racismo...”.

Alguns programas de intervenção social no lazer que pretendem provocar

mudanças sociais têm o objetivo limitado de mobilizar pessoas para dar novas informações. Outros procuram convencer o maior número de pessoas a fazer uma determinada ação numa ocasião: organizar uma rua de lazer por exemplo. Estas são de relativa facilidade de execução, porque não procuram mudar atitudes. Além disso, algumas destas propostas educativas que parecem atender aos desejos de mudança que emanam da população, “no fundo”, buscam mesmo é a manobra e o controle da prática social. Por isso, devemos estar atentos aos mecanismos presentes nos projetos educativos “participativos” que possam, em vez de conduzir a uma prática de inclusão, reproduzir e reforçar o quadro presente.

O lazer, enquanto um direito social e na perspectiva de inclusão, deve criar oportunidades para que o sujeito possa desvelar condições possíveis de realização das atividades que deseja em meio às barreiras à sua volta. Limites econômicos, políticos e culturais; de idade, gênero e nível de instrução; de tempo e espaço disponíveis; de condições de moradias, de relações de convivência e confiança são exemplos identificados na pesquisa que revelam dificuldades a serem superadas. É fundamental ampliar espaços para que conflitos possam ser administrados, não para abafá-los ou maquiá-los, escondendo os traços dominadores que variam a cada programa, mas, para revelar suas resistências e, a partir delas, anunciar mudanças.

Cabe destacar aqui uma questão muito abordada pelos pesquisadores neste livro e pelos técnicos do Programa: sobre a convivência entre os moradores. Neste quesito podemos observar que nos dois grupos investigados (crianças e adolescentes e mulheres adultas da Vila da Paz) destacaram-se respostas que se referem às relações sociais na comunidade, sendo que 50% dos depoentes não frequentavam outros espaços na comunidade, destacando motivos relacionados ao convívio com outros moradores, tais como: não tenho amigos aqui; por brigas entre os meninos; pelo público do local; pelo consumo de drogas dos frequentadores.

Essas respostas deixam claro que a convivência entre os moradores daquela comunidade pode ser um fator que dificulta a inclusão cultural por meio da apropriação de espaços e atividades de lazer dentro do território da Vila da Paz. Já nos primeiros contatos com a comunidade, os técnicos observaram diversas situações que configuram a dificuldade do convívio e de experiências coletivas de lazer entre as crianças, os adolescentes e as mulheres adultas, fazendo com que as suas vivências lúdicas sejam vividas na própria moradia e no meio familiar. Quando são levados a conviverem uns com os outros eles são agressivos e individualistas, o que fortalece a cultura do individualismo e a dificuldade no convívio entre eles. Como nos informou um técnico do Programa, “este fato teve impacto negativo no início, mas, ao longo do desenvolvimento das ações socioeducativas, percebemos uma mudança significativa no convívio comunitário na Vila”.

As análises realizadas revelam que o acesso ao lazer tem um significado

político, pois o conflito contemporâneo em torno da inclusão do direito ao lazer envolve ainda problemas de prerrogativas (afirmação e garantia de direitos), além dos óbvios problemas de provimento (quantidade e diversidade de meios para o pleno exercício dos direitos). Ficou evidente aqui o hiato temporal e a natureza conflitiva dos processos de reivindicação de direitos iguais no lazer, sua transformação em norma jurídica e sua generalização na *práxis* histórico-social. O debate sobre o direito ao lazer envolve, precisamente, uma disputa de prerrogativas e também a questão de provimentos.

Os estudos aqui realizados mostram que as sociedades e culturas reconhecem, cada vez mais, o direito das pessoas a certos períodos de **tempo** nos quais possam optar livremente por experiências que proporcionem satisfação pessoal. Nossa pesquisa ao buscar analisar os efeitos do tempo social dominante nos comportamentos das pessoas e na constituição da subjetividade das crianças, jovens e mulheres adultas na Vila da Paz revelou que, mesmo sob a influência da lógica *chronos* de tempo (quando afirmam o lazer como vivência no tempo disponível das obrigações sociais) os sujeitos avançam para a concepção *kairós* de tempo (ao enfatizarem o lazer como componente da cultura, no seu sentido mais amplo, considerando a qualidade lúdica dessa vivência).

Não podemos negar que a centralidade do tempo do trabalho capitalista frente aos demais entendimentos de tempo social regula a vida na Vila, porque incluímos aí o tempo vivido nas igrejas e nos serviços públicos (saúde, educação, saneamento etc.). A despeito da luta de uma classe social para ampliar o “tempo livre” dos sujeitos, porque já sente que o tempo gasto no trabalho não se reduz mais ao relógio de ponto, a falta de uma atividade laboral faz com que o conceito de “tempo livre” na Vila perca completamente o sentido.

Considerando a importância que os projetos sociais atribuem ao **conhecimento da realidade** a partir de investigação sobre a comunidade e sobre o público alvo das suas ações, o cenário estudado aponta para a importância do “Diagnóstico Social” realizado pelo “Programa de Conciliação” na construção de estratégias de investigação da realidade, tendo na pesquisa e no espírito investigativo dos profissionais as condições essenciais para o avanço do processo de mudança e de levantamento de informações necessárias à identificação de problemas e necessidades básicas enfrentadas pelos moradores do território.

Além disso, o levantamento de informações sobre agentes esportivos e culturais locais (professores de capoeira, futebol, dança, etc.) orientou as visitas pelos profissionais de Educação Física do “Programa de Conciliação”, que buscavam maiores informações sobre as atividades realizadas, o público alvo atendido, local de realização, etc. Havia momentos em que estes agentes apresentavam suas propostas de atividades, seus métodos, suas demandas

e necessidades para a realização das atividades. Para contemplar esse objetivo, várias ações foram realizadas, como: encontros com os diferentes grupos sociais, com grupos esportivos e entidades esportivas e culturais privadas o que permitiu aos técnicos a identificação das lideranças e dos agentes esportivo-culturais da comunidade.

Portanto, um projeto social que considere as práticas culturais das populações a serem removidas de seu território enfrenta desafios a mais. Por isso, deve ampliar elementos a serem pesquisados como aqueles que explicitem não só necessidades sentidas, como também as reais não sentidas, bem como desejos revelados e não revelados de cada sujeito, que são subsídios para a reformulação de objetivos a serem implementados no novo território. Neste aspecto nos foi possível identificar, a partir da análise do “Diagnóstico Social” e das entrevistas com os técnicos, que o Programa estimulou os moradores a refletirem sobre seus sonhos ao indagar “o que se espera encontrar no novo endereço de moradia.”

Quanto aos indicadores específicos do lazer, sugerimos que um diagnóstico pode ser organizado por unidades menores, analisando-se os aspectos específicos da cultura do grupo comunitário, como: valores, conceitos e significados sobre funções de lazer; potencialidades para mudanças culturais; condições para organizar e animar espaços e equipamentos de lazer; experiências, hábitos e memórias de participações culturais em atividades de lazer; além do que se espera encontrar para se divertir no novo endereço de moradia. Questões estas que foram em grande parte recuperadas nesta pesquisa.

Este “Diagnóstico Social”, confrontado com outras bases de dados consultadas por nós, ajudou-nos a conhecer a realidade sociodemográfica e de lazer da população, demonstrando que, enquanto os indicadores levantados para a área de ponderação na qual se insere a Vila da Paz estão próximos dos encontrados para o município como um todo, aqueles calculados para a Vila indicam uma situação de alta vulnerabilidade dos seus moradores.

Mesmo que as informações utilizadas tenham origem em bases distintas – Censo Demográfico para o município e área de ponderação, e pesquisa domiciliar para a Vila da Paz –, os levantamentos sugerem que o universo da Vila da Paz interpõe contrastes em relação a Belo Horizonte, processo esse que certamente deve se reproduzir nos outros aglomerados que serão objeto de remoção planejada para a duplicação da BR-381, dado que, geralmente, os assentamentos que ocupam as margens da rodovia são frutos da informalidade cidadina.

Além da perspectiva econômica, a pesquisa permitiu verificar relações de vizinhança, situações discriminatórias, as preferências relativas ao lazer, bem como as demandas dos moradores da Vila da Paz. No entanto, chamou atenção os moradores afirmarem que apenas o fato de residir na Vila da Paz apresentava-se como um fator de distinção social, principalmente no ambiente de trabalho e na escola. Os principais agentes dessa discriminação foram identificados como

sendo os amigos dos entrevistados e policiais. Por esta perspectiva temos que as instituições e os agentes que seriam os principais responsáveis pela promoção de oportunidades de ascensão social, de valores como o da dignidade (trabalho e escola), o respeito mútuo (os amigos), e por zelar a segurança pública (polícia) são justamente aqueles que reforçam o sentimento de desigualdade através de uma demarcação social e geográfica.

Neste sentido, a Vila da Paz, apesar de sua inserção no município e, portanto, na área de ponderação (NE4-A), representa um “enclave” sociodemográfico dentro dos níveis territoriais analisados. Isto porque, embora a Vila da Paz esteja geograficamente situada em segmentos espaciais que apresentam genericamente boas condições econômicas e sociais, ela não consegue traduzir nos seus próprios indicadores as oportunidades que poderiam advir tanto do município de Belo Horizonte quanto, num nível mais localizado, da área de ponderação. Nesta conjuntura, a Vila da Paz se mostrou mais sensível à reprodução da desigualdade social e das condições de vida precárias do que o município e a área de ponderação.

Os estudos aqui realizados sobre o **espaço e os equipamentos de lazer** da Vila da Paz revelou-nos que as políticas de lazer precisam considerar a construção social do espaço de lazer pela promoção da cultura lúdica, bem como a circulação de bens e serviços adequados para cada território. Políticas articuladas à organização espontânea da comunidade, ao fomento dos lugares de sociabilidade, ao atendimento das necessidades dos sujeitos (atento a quem são, sua situação de vulnerabilidade e risco social; possibilidades e limites de acesso, uso/pertencimento e apropriação/empoderamento dos espaços públicos e oportunidades culturais de lazer). Ao pensar o lazer atrelado à paisagem urbana fomos além da identificação de espaços e equipamentos de encontro e entretenimento. A discussão ampliada sobre o lazer na Vila da Paz fez parte dos elementos constitutivos e definidores do modo de usufruto destes equipamentos, hábitos e modos de vida na comunidade.

Os resultados da pesquisa revelam que os espaços de lazer existentes na região se estruturam em três escalas espaciais (*espaços concretos* de lazer são aqueles dotados de forma física dominante, sendo empregados em atividades específicas; *espaços temporários* de lazer são aqueles desenvolvidos de forma cíclica nas ruas, campinhos e outros espaços públicos onde atividades temporárias são realizadas; *espaços virtuais* de lazer são aqueles vinculados ao ciberespaço, sendo esses encontrados na própria Vila, nos bairros circunvizinhos, e no amplo espaço urbano de Belo Horizonte. No entanto, identificaram-se restrições nas alternativas de lazer disponíveis na Vila e nos bairros próximos a ela, sendo necessária a busca por lugares mais distantes por parte dos moradores, como o centro de Belo Horizonte e a Pampulha, sobretudo os *shopping-centers* e parques públicos. Quando se trata

das expectativas dos moradores em relação às alternativas de lazer que esperam encontrar nas imediações de suas futuras moradias, figuram menções explícitas a espaços seguros, com a presença de parques, campos, quadras, praças e academias ao ar livre, que garantam maior facilidade de acesso e um leque mais amplo de opções de diversão do que aquele que possuem atualmente.

Por fim, aprendemos com essa pesquisa que o processo de territorialização das ações públicas, ao fundamentar-se no pressuposto de que “tudo aquilo que pode ser realizado mais próximo do cidadão não deve ser prestado em esferas mais distantes”, aponta para a necessidade cada vez maior de conhecimento da realidade de nossa população em níveis mais regionais. Portanto, é importante não perder de vista a amplitude municipal dos dados pesquisados, pois a resolução de muitos problemas de desequilíbrios e desigualdades sociais e urbanas, no âmbito regional, exige uma visão da realidade mais ampla, principalmente quanto à garantia de equidade e a redistribuição de bens e serviços públicos no espaço da cidade.

A partir das entrevistas e de questionários aplicados com crianças, jovens e mulheres adultas esta pesquisa propôs investigar também quais são **os interesses culturais nas vivências de lazer** das famílias da Vila da Paz. Para desenvolver este estudo, utilizamos as cinco categorias de interesses culturais de lazer definidas por Dumazedier: artísticos; físicos; manuais; intelectuais; sociais, além de dois outros interesses desenvolvidos posteriormente por outros estudiosos: os turísticos e virtuais. Notamos que os moradores da Vila vivenciam uma diversidade de atividades, dando ênfase nas de cunho físico-esportivas. As vivências ocorrem na comunidade e fora dela, sendo muitas influenciadas/orientadas pelos meios de comunicação.

No que se refere à vivência de atividades de lazer, esta pesquisa nos levou a reconhecer que grande parte da população é submetida a várias restrições quanto ao acesso e a qualidade das vivências em consequência das suas condições precárias de moradia, além de, também, não ser adequadamente informada para acessar linguagens culturais diferenciadas. Portanto, não é de se estranhar que na maior parte dos casos as oportunidades mais buscadas pelos sujeitos são aquelas que acontecem próximas a sua moradia e as difundidas pela indústria cultural e pelos meios de comunicação de massa, notadamente a televisão e o rádio.

De acordo com as informações coletadas no Diagnóstico Social dos moradores da Vila da Paz, quando perguntados sobre “Fora do horário de trabalho, ou em momentos de folga, o que você (s) faz (em)?”, assistir televisão é a atividade vivenciada por 46,0% das famílias da Vila da Paz, seguida de participar em eventos e festas na igreja (23%).

Certamente há várias justificativas para esse resultado, mas se tratando da população da Vila da Paz, a justificativa para o resultado encontrado mostra que,

as atividades a ser realizadas no momento de folga acontecem em ambientes privados, considerando a insegurança da população da Vila da Paz. Quando perguntados se sentiam seguros no local onde moram, 55,4% das famílias daquela comunidade informaram que não se sentiam seguras. Dentre os principais motivos da insegurança que foram citados estão: o risco de acidentes pela proximidade da via de trânsito (47,66%); violência (21,09%); tráfico (15,63%) e roubos (10,94%).

Boa parcela dos depoentes frequenta *shopping* e parques, resultado que pode ser justificado pela proximidade da comunidade a esses equipamentos, possibilitando que os moradores os acessem caminhando, sem gastos com transporte ou pagamentos para o acesso a eles. Outro resultado que se destacou nas respostas a essa pergunta: 18,6% das famílias da Vila da Paz responderam: nenhum lugar, ou seja, não frequentavam outro lugar que não seja a própria casa e o trabalho (quando o possui). Dados que demonstram mais uma vez que muitas famílias utilizam suas casas como local para os momentos de lazer, apesar das condições precárias e de poucos espaços que possuem em suas moradias.

Referenciados nos autores já citados nesta publicação, nunca é demais repetirmos que quando falamos de vivências de lazer fundamentalmente estamos falando de cultura. Isso é, tais vivências estão imersas e articuladas a um conjunto de valores, normas, hábitos, formas de viver. Todos nós vivemos imersos e somos influenciados por culturas diversas que se entrelaçam. O âmbito da cultura, contudo, é dinâmico e contraditório. “Ao mesmo tempo em que aí encontramos os elementos que nos controlam e nos permitem viver em sociedade, também descortinamos aqueles que podem nos induzir a questionar o *modus vivendis*, vislumbrando outras maneiras de viver” (MELO e ALVES JR, 2012).

Apesar de tudo, e embora não de modo exclusivo, é particularmente no tempo do lazer que são vivenciadas situações lúdicas geradoras de valores que poderiam transformar os modos de vidas das pessoas ao permitir formas mais espontâneas, a afirmação da subjetividade do sujeitos praticantes, a convivência com os diferentes, a liberdade de escolhas de tempo, espaço e atividade, ao invés do domínio sobre a natureza.

Mas, falar do caráter transformador do lazer pela alegria significa também considerar os falsos entendimentos existentes sobre o lúdico ainda presentes em alguns programas sociais. Preconceitos que podem ser traduzidos em como “falar de banquete na casa de quem passa fome” outras vezes, trata-se apenas de um preconceito sobre a pobreza e o pobre, como se “o fato de ser pobre significasse, além da falta de recursos, uma falta de desejo humano de se divertir, uma incapacidade de sonhar e de interagir com as demais pessoas, inclusive ludicamente.” (CAMARGO, 1998). Fatos estes que foram abertamente revelados pelos nossos depoentes, como por exemplo, por uma moradora ao recriminar outra moradora que manifestava o desejo de ter uma piscina no novo território de moradia.

No caso das atividades culturais a pesquisa mostrou que é importante que

as políticas de lazer em tal contexto procurem potencializar as vivências da população, mas também apresentar outras possibilidades que estimulem as pessoas a vivenciarem os mais diversos conteúdos, no intuito de conscientizá-las sobre a importância das mesmas para seu bem estar, proporcionando novos olhares sobre suas vivências. O Programa, ao fazer isto, em alguma medida contribuiu para outras perspectivas de vida, para difundir outros valores e compreensão acerca da vida.

Neste sentido refletimos que o entendimento amplo em termos de conteúdos culturais de programas sociais significa levar em conta a abrangência dos diferentes interesses, todos interrelacionados, o que requer observar as interfaces dos interesses e das ações espontâneas da população da Vila com outras políticas públicas existentes no município. Isto requer um trabalho educativo deliberado no sentido de ampliar e de qualificar o conhecimento das pessoas diversificando suas oportunidades de acesso e escolhas de vivências culturais no seu tempo de lazer.

A mudança na qualidade de vida, assegurando o direito à moradia das famílias afetadas pelo deslocamento involuntário, no que se refere ao acesso aos espaços e às práticas culturais no lazer, deve provocar uma mudança no modo de viver da população a ser removida. Se considerarmos o modo de viver dos moradores da Vila da Paz, quando reassentados, mesmo possuindo uma quadra de futebol e outros locais para realizarem atividade física, artística e esportiva, poderão continuar sem frequentar outros espaços que não seja a própria casa e o trabalho. O acesso pleno ao direito social e fundamental do lazer não está apenas nas questões estruturais, mas também na vivência da cultura, no exercício da apropriação, na vivência desse direito como essencial para uma vida digna.

Quanto a educação para e pelo lazer evidenciamos na pesquisa que, contrário a vários estudos que conhecemos, o fator nível educacional pode apresentar-se em determinados contextos com maior influência sobre as vivências de lazer em do que o fator socioeconômico.

Partindo da premissa que as vivências de lazer são influenciadas por fatores socioeconômicos e que mantêm correlação com os processos formais de educação para e pelo lazer, estudamos dois grupos de crianças e adolescentes moradores da região da Vila da Paz, em Belo Horizonte, com distintas condições de moradia (“moradores de ocupações irregulares” e “moradores de ocupações regulares”). Estes grupos foram observados em relação às suas vivências de lazer em tempos livres, dentro e fora da escola. Como indicador de situação socioeconômica, temos a condição de moradia, percebida pela condição em ocupações irregulares. Considerando esses pressupostos e um ponto em comum, que é a convivência escolar, este estudo mostrou que não houve diferença significativa entre os dados levantados com esses dois grupos, indicando que o fator nível

educacional pode apresentar-se em determinados contextos com maior influência sobre as vivências de lazer mais do que o fator socioeconômico.

A pesquisa reforçou a importância da educação formal para a promoção das vivências de lazer, tornando-as mais aproximadas do conceito de criação cultural. Além disso, ao pensar as especificidades de grupos moradores de ocupações irregulares, é precisamos aguçar um olhar especial sobre o acesso às escolas como forma de contribuir para a ampliação do repertório de vivências de lazer em condições de reassentamento.

Neste particular, a pesquisa mostrou que a escola tem um papel importante na formação das crianças e jovens na educação para e pelo lazer, mas, como nossos programas vão estabelecer relações com a escola e/ou com outras instâncias formais de educação? De um lado, não parece interessante abandonarmos, ou mesmo nos tornarmos oponentes, dessas importantes instituições, mas, de outro lado, não podemos submeter nossos programas à lógica desses espaços ou reproduzir a sua dinâmica de trabalho comumente implementada. Precisamos desenvolver um modelo de atuação peculiar e adequado aos nossos intuítos, que podem inclusive contribuir para provocar as instâncias tradicionais a buscarem reformulações de seus *modi operandis* (MELO e ALVES JR, 2012).

Baseando nos autores do caderno “Lazer na escola brasileira” da Rede CEDES, reconhecemos a necessidade fundamental da participação da escola na relação entre lazer e o processo educativo, mas não queremos, de maneira alguma, sua inclusão como mais uma disciplina do currículo escolar. “Não se vai aprender a vivenciar o lazer em cargas horárias semanais, dentro de currículos tecnicistas, assim como não se aprende a trabalhar na disciplina educação para o trabalho”. Queremos dizer com isto que a escola poderia, sim, funcionar como centros de cultura e os professores como agentes culturais que envolveriam a participação de alunos, professores, funcionários, familiares e comunidades a partir de um olhar sobre o conteúdo do lazer baseado numa proposta de “pedagogia da animação” (MARCELLINO, 1987; 1990). No entanto, essa proposta não pode ser pensada como um conjunto de atividade com fins em si mesmo, mas como momentos de reflexões que estimulem a busca de caminhos concretos de atuação no campo cultural. A tarefa educativa deve se estender a outros equipamentos da Vila (lembrando que a “Academia a céu aberto” está localizada ao lado da escola) e romper com as barreiras culturais e arquitetônicas que separam a escola da vida comunitária. Para isto, nossos programas devem, necessariamente, implementar um trabalho que estabeleça relações entre o lazer com a escola, família, igreja, instituições e poder público na ação educativa para e pelo lazer (SILVA *et al*, 2011).

Nossos programas de lazer (a exemplo de várias outras experiências no âmbito governamental como a que participamos em Belo Horizonte em 1997) precisa desenvolver como metodologia um trabalho socioeducativo no lazer que

consiste numa intervenção deliberada em determinada comunidade, através de atividades pedagógicas planejadas em conjunto com pessoas e instituições locais, objetivando: despertar e ampliar sua consciência para a importância do lazer para a qualidade de vida; sensibilizá-las para a mobilização cultural e a coordenação de lideranças; capacitá-las para a organização e realização de ações lúdicas, que visem o encaminhamento de soluções de um problema de desenvolvimento ou atendimento de uma demanda da comunidade.

Para efetivarmos uma verdadeira inclusão cultural pensamos que as ações de lazer em programas de reassentamento promover o que Marcellino (1987) chamou de duplo aspecto educativo do lazer: a educação para e pelo lazer. Podemos, sim, aproveitar os momentos de lazer para discutir valores e normas, contribuindo para o desenvolvimento de uma perspectiva crítica dos indivíduos acerca da sua situação de moradia (educação pelo lazer). Porém, mais que isso, precisamos educar as pessoas para que vivenciem e compreendam as múltiplas possibilidades de lazer das quais podem usufruir e os desafios a serem enfrentados para isto (educação para o lazer).

Isso deve ser feito por meio de um processo pedagógico continuado. Portanto, a ação educativa é a construção de atitudes e de reflexão dos praticantes durante as vivências do lazer. Neste sentido, redobra a responsabilidade do profissional de Educação Física que irá atuar no lazer, pois deverá ter sempre em mente a intenção de proporcionar uma atitude participativa e reflexiva sobre determinado tema.

O plano de trabalho do profissional de Educação Física que atua no lazer precisa ter como características fundamentais: objetivos voltados para o conhecimento sobre o lazer e, não apenas, para o entretenimento; através do conhecimento da realidade e da prática cultural lúdica, contribuir para transformar a relação entre o sujeito e seu contexto; promover o conhecimento sobre os interesses culturais de determinado grupo para, a partir daí, diversificá-los; fomentar a participação efetiva da população, envolvendo-a no planejamento, na execução e na avaliação da ação; estabelecer parcerias com órgãos e instituições locais para apoio e manutenção da ação cultural.

Os profissionais de Educação Física são educadores culturais facilitadores do processo educativo e não direcionadores. Suas ações têm significados atribuídos pelos participantes, construída com o outro num processo constante de mediação de interesses, conflitos e com autonomia na ação – liberdade que as pessoas têm de deliberar, julgar, escolher e agir de modos diferentes.

COMENTÁRIOS FINAIS:

Considerações para uma política pública de lazer voltada à família em programas de habitação de interesse social

Apesar da descrença que as pessoas a serem removidas da Vila da Paz vêm tendo em relação às instituições públicas responsáveis pelo “Programa de Conciliação” e no histórico de expectativas frustradas advindas do poder público, pudemos perceber que, ainda, se mostram favoráveis às mudanças planejadas, voluntárias e sem violência. Muitas pessoas são acionadas por uma crença na democracia, nas parcerias entre atores diversos e em estratégias concretas de mudança. A ideia dominante é a de que a vida social e a individual podem ser melhoradas se forem melhoradas suas condições de moradia e, com elas suas possibilidades de lazer.

Diante disso nossos programas devem estar cientes do grande desafio que permanece, que é buscar melhor articulação entre estas iniciativas no nível local e as mudanças no nível de sistema. Uma estratégia para se adquirir a sustentação dos esforços de desenvolvimento deveria ser a educação de lideranças capazes de agir em nível local/micro, mas também em nível macro. No nível micro é mister garantir a participação total dos membros das famílias e das comunidade num projeto social de lazer. No nível macro é necessário participar do desenvolvimento de políticas públicas de lazer governamentais associadas à geração de empregos, ao transporte público, à programas de renda mínima familiar, bolsa escola, condições de acessibilidade, espaços públicos de lazer e meio ambiente, bem como segurança para homens e mulheres, negros e branco de todas as idades - para toda vida.

Esta perspectiva nos remete a pensar sobre o papel das organizações não governamentais nas ações públicas (como o Projeto Rondon executor do “Programa de Conciliação”). Nossas reflexões partem de uma premissa fundamental de que o modelo de provisão de políticas sociais no qual o Estado sozinho desempenhava todas as funções, o que está, praticamente, superado. Os desafios colocados para o equacionamento dos problemas sociais ultrapassam a atuação exclusiva do poder estatal. É nesse quadro que sobressai o papel do Terceiro Setor como um espaço e canal de interlocução entre o governo e a sociedade civil.

Quanto a relação Estado-Sociedade, há um debate que ganhou importância desde as últimas décadas no Brasil, que se refere à legitimidade da proposição de parcerias entre estes diferentes setores.

Este debate pode ser assim resumido: coloca-se, de um lado, os argumentos críticos ao neoliberalismo onde o estímulo às ações de parcerias e às iniciativas autônomas tende a reforçar práticas de desresponsabilização do Estado e redução do seu papel como regulador e promotor de políticas sociais. Por outro, salienta-se que está em jogo algo irreversível: trata-se de novas formas de articu-

lação entre Estado, sociedade civil e setor privado.

Quanto a isto acreditamos que algumas organizações do Terceiro Setor colaboram muito com o desenvolvimento de ações públicas no lazer, mas o que não pode acontecer é que venham a substituir a população no seu canal direto de reivindicações com o Estado e, muito menos, venham a substituir o Estado em suas funções. No “Programa de Conciliação”, por exemplo, o município de Belo Horizonte não se envolveu com a sua execução, nem tão pouco com o monitoramento das ações socioeducativas desenvolvidas pelo Rondon.

Frente ao que conhecemos dos métodos de gestão de programas desenvolvidos pelo poder público no lazer cabe ressaltar que o trabalho social onde há centralidade na família mostra-nos a necessidade de avanços na organização das Secretarias de Esporte, Lazer, Cultura, Turismo dos municípios no sentido de superar as gestões burocráticas e tradicionais, enraizadas em nossa cultura política. Buscando mudanças das gestões fundadas em hierarquias rígidas e centralizadoras, para gestões em redes com visão sistêmica da organização; coerência entre teoria e prática, discurso e ação; aprendizagem em grupo; estreitamento de parcerias intersetoriais e maior aproximação do público; formação de equipes multidisciplinares; informação e definição de objetivos compartilhados; tomadas de decisões descentralizadas e coletivas; maior clareza nas definições das metas e maior agilidade na busca dos resultados; cooperação e avaliação do desempenho como instrumentos de crescimento e desenvolvimento profissional; e a consideração dos funcionários públicos como agentes de governo, líderes com funções de projetistas, guias e educadores sociais mas, sobretudo capacitados para o trabalho com família e não com sujeitos individuais.

Nesta direção, buscaremos apontar algumas possibilidades de pensar a política pública de lazer para as famílias, tendo esta distinção como referência e as famílias em processo de reassentamento como alvo destas políticas.

Ao “Programa de Conciliação”, por se tratar de uma política voltada para a família, cabe refletir sobre a delimitação do conceito de “política para a família”. Carlos Aurélio de Faria (2002) diz que alguns analistas têm optado pela distinção entre políticas para a família “diretas” e “indiretas”. As políticas diretas seriam aquelas que têm a família como público alvo definido por um determinado objetivo precisamente estabelecido, cuja consecução se dá por meio de políticas articuladas com outros setores e com a comunidade. E política indireta seriam aquelas que têm um certo impacto sobre a família, embora este não seja o seu objetivo principal. É precisamente este núcleo de políticas indiretas a usualmente privilegiada pelos programas sociais de habitação e que buscam no campo das “atividades” respostas a esta demanda.

A política direta para a família no lazer implica a apresentação clara e precisa de certos objetivos relativos ao lazer das famílias. Esses objetivos podem ser, por exemplo, garantir maior ou menor acesso das famílias aos serviços de

lazer oferecidos pelo poder público; promover ações que contribuam com a diminuição dos custos de acesso às políticas privadas de lazer; fomentar atividades que possibilitem maior igualdade de acesso entre homens e mulheres, ricos e pobres, negros e brancos, crianças, adolescentes, adultos e pessoas portadoras de deficiência. Em síntese, são programas de lazer que incluem uma gama de atividades e processos socializantes e lúdicos voltados para o desenvolvimento de relações humanizadas e habilidades para a vida coletiva, familiar e comunitária. “As famílias necessitam de programas que dê significado à sua existência cotidiana e não apenas atuem no nível das suas condições materiais de vida” (CARVALHO, 2000, p. 106).

Compreendemos que os projetos de lazer, que fundam suas ações no lúdico, no comunitário, no educativo e na qualidade de vida para a população menos favorecida, cumprem um papel fundamental na ampliação dos direitos sociais como política pública cultural de extensão desses direitos à população de setores sociais aliados dessa conquista na nossa sociedade. Entretanto, caso se pretenda definir política de lazer para a família como qualquer intervenção pública que afeta o lazer das famílias, de forma propositada ou não, seria necessário pensá-la articulada com as políticas de garantia de renda mínima, a provisão de serviços para a família de saúde e educação, políticas urbanas, de transporte, de trabalho e outras que, em alguma medida, foram abordadas nesta pesquisa. Políticas que indiretamente condicionam o lazer de uma determinada sociedade.

Leis trabalhistas e condições de trabalho são exemplos de políticas que interferem sob a questão da disponibilização de tempo das famílias para o lazer. A questão do tempo disponível para a vivência do lazer, diz respeito às políticas urbanas também, considerando: as condições do transporte coletivo, trânsito, política de moradia, por exemplo. Quando se discute um plano diretor de uma grande cidade, de uma região metropolitana, se não são previstas centralidades nesse plano diretor, ou seja, a possibilidade das pessoas residirem próximas a centros de trabalho, aos centros econômicos, comércio, serviços, a médio e longo prazos, as pessoas terão que se deslocar muito do seu local de trabalho para o seu local de moradia e vice-versa. Se não houver uma racionalidade no transporte e no trânsito, adequada, muito do tempo disponível das pessoas vai ficar no deslocamento.

Outra condição que pode determinar a questão do lazer é a oferta de espaço. Essa foi amplamente investigada nesta pesquisa uma vez que a Vila da Paz caracteriza-se por uma irregular e desordenada ocupação o que muito prejudicou a destinação de áreas públicas adequadas para o lazer sem possuir por muito tempo instrumentos de políticas urbanas que poderiam garantir maior espaço para o lazer. Por exemplo, temos as leis de uso e ocupação do solo, que trazem exigências de áreas institucionais em loteamentos para parques, praças, equipamentos comunitários.

Por exemplo, o Estatuto da Cidade, hoje, coloca instrumentos interessantes que são adotados pelo município, como: o direito de preemissão, em que o município tem a prioridade de aquisição de determinadas áreas na cidade para utilização social. A lei de operação urbana, que é uma forma onde se negocia a flexibilidade de uso e ocupação do solo com o setor privado em troca de reurbanização, ou melhor, em troca de revitalização de áreas degradadas que podem ter uma linha de aproveitamento de área remanescente para obras públicas. Nestes casos, podemos ter pequenas obras em vilas, em comunidades mais pobres, com alto impacto na realidade cotidiana dessas pessoas, em relação ao lazer.

Quanto aos equipamentos de lazer, a partir deste estudo sugerimos que estes, quando possível, devam ser integrados fisicamente a outros equipamentos existentes, formando um equipamento multifuncional capaz de realizar de forma articulada diversos serviços públicos. Exemplificando, a escola deve ser ampliada a fim de incorporar as funções do posto de saúde, do centro cultural, do espaço de lazer, entre outras funções de gestão municipal. Outro exemplo, os centros esportivos e academias a céu aberto por exemplo deveriam incorporar ações com funções preventivas da saúde, a educação informal para valores humanos como ética e solidariedade, o trabalho de conscientização quanto a importância da conservação do meio ambiente, etc. Tais equipamentos procuram superar a ação pública estruturada em projetos e rotinas específicas de cada setor, concentrando-se numa ação integrada de vários serviços públicos definidos a partir de um diagnóstico multidisciplinar realizado no território.

Quanto aos programas de geração de emprego e renda destinados às famílias empobrecidas o poder público pode, no processo de terceirização, reservar espaços de serviços como: manutenção de parques e jardins, conservação de quadras e ginásios esportivos, limpeza de terrenos e sua adaptação para áreas de lazer, manutenção de equipamentos públicos para geração de renda a grupos da comunidade sem a intermediação de empreiteiras. Na área de lazer, especificamente, o poder público poderia ainda, investir em projetos de qualificação profissional, habilitando famílias e comunidades para monitoria de ruas de lazer, para arbitragem de jogos esportivos, para formação de agentes comunitários e para aquisição de técnicas artísticas, como: recreação, cenógrafos, sonoplastia, filmagem, figurino etc. Também as empresas podem, no processo de terceirização, desenvolver programas de geração de emprego e renda familiar nas áreas subsidiárias ao seu produto final, tal qual existem em outros países.

Uma rede de relações e serviços é extremamente necessária. Há décadas passadas os centros comunitários mantinham os chamados clubes de mães, clubes de jovens que desenvolvem cursos de atividades manuais e artesanatos, ruas de lazer, torneios esportivos, festivais etc. Tais serviços, hoje, são escassos e trabalham sem diretrizes, processos e recursos necessários à garantia de

efetividade e eficácia nos resultados. Estes serviços, embora descentralizados e facilmente acessados pelas famílias, oferecem um trabalho descontínuo, desenvolvido, em geral, por voluntários sem o devido preparo. Organizá-los numa rede e dotá-los de infraestrutura mais adequada, além de melhor capacitar seus agentes é um esforço necessário ainda a ser implementado pelas políticas de lazer de base micro territorial.

Como princípio normativo, é preciso introduzir serviços intersetoriais de atenção a família com objetivos e processos mais ambiciosos de melhoria da qualidade de vida do grupo familiar. Ou seja, a família, e não só alguns de seus membros, devem se beneficiar com as políticas de lazer. Para tanto, um pacto entre políticas setoriais é necessário para garantir a totalização das atenções hoje setorizadas e fragmentadas otimizando as relações e recursos existentes.

Outro personagem fundamental neste cenário da política de lazer é o recurso humano, ou seja, aqueles que atuam com o lazer em grupos familiares. Com um imaginário e uma prática centrada em bases empíricas, derivado de seu próprio existencial familiar, adotam, muitas vezes, posturas moralizantes e normatizadoras, agindo com despreparo.

O trabalho democrático que incentiva uma relação horizontal, comunitária, de abertura ao outro a partir de uma leitura da realidade familiar abrangente, envolvendo todas as áreas das suas necessidades, não é um aspecto muito priorizado pelos governantes do lazer e tampouco considerado por muitas famílias que consideram o lazer como uma política isolada e de menor importância diante das outras. Sem dúvida não se pode generalizar, pois sabemos de esforços desafiadores implementados em diferentes cantos do Brasil.

Embora muito recentemente tenhamos a retomada da centralidade da família nas políticas públicas de lazer, observamos que há uma variedade de posturas nos diferentes enfoques de atendimento das famílias que transitam da forma convencional às formas denominadas inovadoras (TAKASHIMA, 2000).

Segundo Takashima a forma mais tradicional encontrada em nosso meio privilegia o atendimento individualizado das pessoas, atomizando o universo familiar. A autora ressalta o individualismo, reflexo da própria visão econômica da sociedade, regulado mais pela competição do que pela convergência. Neste sentido, a política inovadora de atendimento é baseada em outra racionalidade, a partir de uma organização solidária entre os indivíduos em sua família e entre famílias vizinhas. Neste caso, pesquisas (*Ibidem*) têm identificado formas de ação grupal de apoio à sobrevivência, em que famílias pobres passam pelo processo gradativo de transição entre o plano doméstico de satisfação das necessidades para o plano coletivo: redes de solidariedade entre vizinhos em caso de morte, incêndio ou doenças, com práticas organizadas por um agente público motivador. Exemplos: sacolão, brinquetas de produtos para consumo na própria comunidade, projetos de geração de renda, movimentos de denúncia pelas condições

de moradia, etc.

Estas práticas que chamamos de ação coletiva podem e devem ser estimuladas pelo gerente público de lazer, sendo direcionadas ao atendimento de alguns interesses comuns. São práticas socioculturais que envolvam o lazer para jovens, adolescentes, adultos e idosos e que envolvam os diversos movimentos sociais e de interesses temáticos existentes no entorno da comunidade como: músicos, esportistas, blocos de carnaval, grupos de quadrilhas, times de futebol etc.

Sob enfoque imediatista, políticas de lazer buscam atender à família, revestindo suas ações de cunho assistencial, desarticulado e dependente. Os membros das famílias são tratados como pessoas receptoras de benesses do poder público e não como pessoas com direito. O mais grave nestes casos é que os profissionais que se ocupam dessas políticas acabam, com certa ingenuidade, invadindo como um trator a privacidade da família, ao invés de fortalecer sua autonomia e liberdade de escolha, que é uma premissa das atividades de lazer.

A forma denominada inovadora rompe com o assistencialismo, trabalha com a postura socioeducativa por meio de atendimento ao lazer como direito do cidadão e sua família é articulada com a organização comunitária local, âmbito de inserção dos grupos familiares. O fundamento dessa postura é que a população pobre e desorganizada não tem condições de lutar pelos seus direitos e, menos ainda, pelo direito ao lazer. Portanto, a estratégia mais adequada no nosso entendimento é a mobilização, a participação e a organização popular, procurando o esclarecimento da importância do lazer para a qualidade de vida e o bem-estar destas famílias.

Em comunidades ainda não organizadas de forma satisfatória, como é a Vila da Paz, as relações não se encontram suficientemente consolidadas, nem por identidade, parentesco ou procedência, e nelas emerge o oposto da solidariedade. A proximidade das casas e barracos; a privacidade exposta aos vizinhos; o som em alto volume; as brigas de casais; o lixo próximo; a água suja que corre no terreno vizinho; os roubos; o alcoolismo e as drogas são fatores da convivência diária que acabam dificultando as relações mais solidárias.

Neste caso, o lazer pode contribuir com a socialização destas famílias, buscando estimular, induzir ou promover o direito ao convívio, por meio de programas e projetos que enfatizam as relações de convivência e vizinhança pela promoção de atividades lúdicas. Como no nosso entendimento o lúdico se refere a vivências culturais prazerosas, significativas para os sujeitos, fundadas no exercício da liberdade ele é, por isso, mobilizadoras de desejos e estratégias sociais transformadoras da realidade. Conforme aponta Pedro Demo (1990), os anos de ruptura e crise identitária caracterizam o processo de exclusão social. A precariedade das condições de vida não se explica apenas pelas formas de segregação espacial e desigualdades em face da distribuição de habitação, mas também, por um processo de degradação das relações humanas e o afrouxamento da coesão social. As dificuldades da população se agravam em face do sentimento de soli-

dão, enfado e vazio da existência.

Os conteúdos culturais do lazer, na atualidade, ocupa um papel central nas discussões e reflexões sobre alternativas à violência e à descoesão social, sendo entendidos como uns dos mais eficazes recursos de incorporação social. Programas de lazer que apoiam iniciativas comunitárias, de associativismo, de incentivo à formação de grupos de convivência, de apoio a grupos produtivos, de fortalecimento da participação nas decisões governamentais, dentre outras, alimentam o processo de socialização dos agentes comunitários locais, fortalecendo sua autoestima e daqueles que lhe estão próximos, condições básicas para a construção do sentimento de identidade coletiva. Mesmo reconhecendo que a definição de um padrão social mínimo passa, inevitavelmente, por uma interferência no problema da desigualdade social por meio de políticas redistributivas, que busquem o equilíbrio entre o econômico e o social, este padrão mínimo implica, também, a disponibilidade da sociedade civil em estabelecer relações sociais baseadas em um certo sentimento de identidade e obrigações comuns para com sua família, sua comunidade e seu Estado.

De modo geral, o individualismo e o assistencialismo nas políticas públicas provoca uma atitude de passividade e apatia por parte do usuário. Uma postura que estabelece uma subordinação das famílias ao saber do profissional e isto gera um ambiente desconhecido e enigmático. Os serviços alternativos segundo Takashima (2000) devem contemplar a articulação do público e do privado, por meio de uma metodologia dialógica, aberta e participativa.

Como resultado da nossa pesquisa, destacou-se outro papel central do trabalho com as famílias, que é a importância da adoção da subjetividade como estratégia de emancipação na direção de uma ontologia e de uma epistemologia que não separam a razão da emoção. Nosso estudo nos remete a ideia de que é preciso trabalhar a sensibilidade, o corpo, a emoção, na dimensão íntima (sexualidade, relações afetivas, subjetividade, desejo) e no plano coletivo (consumo, mídia, relações de produção presentes no lazer) para tirar as famílias da alienação, promovendo a participação consciente nas ações de lazer.

Nesta perspectiva, a ação e a reflexão na política de lazer equivalem às práticas voltadas, também, para as emoções e os desejos, o que significa eleger como meta revolucionária a construção da liberdade e da alegria de estar em conjunto. Por isto, o planejamento das ações no lazer com famílias necessariamente atua com e nas emoções. Como nos fala Espinosa (1957, livro IV, *apud* SAWAIA, 2003, p.49), a política nasce do desejo humano de libertar-se do medo, da solidão: “Só as pessoas livres e felizes são gratas uma as outras e estão ligadas por fortes laços de amizade”.

Mais do que analisar a estrutura familiar, os programas humanizados de habitação de interesse social devem se preocupar com a afetividade que une a família e a comunidade onde mora e onde vai morar. O desafio é criar uma política

de lazer no qual a ludicidade é fator de arregimentação da afetividade e de outras necessidades que estão no nível da subjetividade para levar às esferas de negociação pública as angústias, expectativas e sonhos de cada membro das famílias.

Por fim: precisamos socializar e atualizar conceitos de lazer; reciclar e disseminar metodologias socioeducativas; trocar experiências e capacitar profissionais de lazer de municípios, estados e demais atores envolvidos. Estas são ações necessárias com vista, em especial, à sustentabilidade das ações e empreendimentos decorrentes de programas de habitação de interesse social.

Neste ambiente adverso, em meio a várias contradições, o lúdico – não só ele, mas também ele –, acredito eu, pode favorecer uma cultura crítica. Mas, isto irá depender da maneira pela qual nossas ações forem construídas por todos nós.

Zingoni

Referências bibliográficas

- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, Sílvio (Org.). *A família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez, INICEF, 2000. p. 93-108.
- DEBORA, Alice M. S. et al. *Elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo*. Brasília: Editora Ideal, 2011. 40p (Caderno interativo n. 5)
- DEMO, Pedro. A sociologia crítica e a educação: contribuições das ciências sociais para a educação. *Em Aberto*, Brasília, v. 9, n. 46, p. 13-31, abr./jun. 1990.
- FARIA, Aurélio P. Carlos. *Fundamentos para a formulação e análise de políticas e programas de atenção à família*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. *Mimeo*.
- MARCELLINO, Nelson C. *Lazer e educação*. 10. ed. Campinas: Papirus, 1987.
- MARCELLINO, Nelson C. *Pedagogia da animação*. Campinas: Papirus, 1990.
- MELO, V. A. de; ALVES Jr., E. D. *Introdução ao lazer*. 2. ed. Barueri: Manole, 2012.
- SAWAIA, B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p.7-13.
- TAKASHIMA, M. K. G. O desafio de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura. In: KALOUSTIAN, Sílvio (Org.). *A família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez, INICEF 2000. p. 77-92.

OS AUTORES

Coordenadora da Pesquisa:

Patrícia Zingoni é professora de Educação Física pela UFMG e Psicóloga pela PUC Minas, mestre em Educação e especialista em gestão e avaliação de projetos sociais. Docente e coordenadora de pesquisa do Curso de Educação Física da PUC Minas é líder do CEEFEL PUC Minas/CNPQ. Email: patricia-zingoni57@gmail.com

Pesquisadores:

Alexandre Magno Alves Diniz é graduado em Publicidade e Propaganda pela PUC Minas, mestre em Geografia pela Kansas State University/EUA, doutor em Geografia pela Arizona State University/EUA e pós-doutor em Geografia pela McGill University/Canadá. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PUC Minas. E-mail: alexandremadiniz@gmail.com

Angélica Gonçalves Lacerda é graduanda em Geografia e bolsista de Iniciação Científica do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PUC Minas. E-mail: angelicalacerda50@gmail.com

Duval Magalhães Fernandes é graduado em Ciências Econômicas pela UFMG, especialista em Demografia pela Universite Catholique de Louvain/Bélgica e a Ècole des Hautes Études em Sciences Sociale/França, mestre em Economia pela UFMG, doutor em Demografia pela UFMG e pós-doutor pelo Instituto Universitário de Investigación Ortega y Gasset/Espanha. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC Minas e coordenador do GEDEP. E-mail: duvalfernandes@hotmail.com

Gabriela Lima Diniz é bacharel em Geografia pela UFMG e mestre em Geografia pela PUC Minas. Tem experiência na área de Geociências, atuando principalmente nos temas: Geografia urbana e regional, pesquisas socioambientais, patrimônio material e imaterial e pesquisas socioeconômicas. E-mail: gabriela.lima.diniz@gmail.com

Giordane Tamires Ferreira é graduanda em Geografia pela PUC Minas. Tem experiência em estudos sobre direitos sociais dos imigrantes e tratamento de dados estatísticos. E-mail: giordane.ferreira@gmail.com

Leonardo Toledo Silva é graduado em Educação Física pelo Uni-BH, especialista em Lazer pela UFMG, especialista em Gestão de Políticas Sociais pela PUC Minas, mestre em Lazer pela UFMG e doutorando em Educação pela PUC

Minas. Docente do Curso de Educação Física do Centro Universitário de Sete Lagoas – UNIFEMM e professor de Educação Física da Prefeitura de Belo Horizonte. E-mail: leotoledos@gmail.com

Luiz Antonio Ribeiro Soares das Neves é professor de Educação Física pela UFMG, mestre em Educação pela PUC Minas, doutorando em Educação na PUC Minas. Docente da PUC Minas, da Faculdade Pitágoras e do Ensino Básico (do Ensino Infantil ao Ensino Médio) em Belo Horizonte. Foi assessor na Secretaria de Esportes de Minas Gerais. E-mail: luizinhos@hotmail.com

Mônica Abranches Fernandes é Assistente Social pela PUC Minas, mestre em Educação pela Unicamp/SP e doutora em Tratamento da Informação Espacial pela PUC Minas. Docente do Instituto de Ciências Sociais da PUC Minas coordena o Projeto Rondon Minas e os Programas e Projetos da Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas. E-mail: monicaabranches@yahoo.com.br

Paula de Paula é professora de Educação Física pela UFMG, psicóloga pela PUC Minas, mestre em treinamento esportivo pela UFMG e doutora em Psicologia Social pela PUC Minas. É psicanalista praticante e docente da Faculdade de Psicologia e do Curso de Educação Física da PUC Minas. Email: pauladepaula@uol.com.br

Titane Lorena Rocha é licenciada em Educação Física pela PUC Minas, monitora de pesquisa do CEEFEL – PUC Minas e membro no CEEFEL PUC Minas. E-mail: titane.rocha@sga.pucminas.br

Autora convidada:

Leila Mirtes Magalhães Pinto é professora de Educação Física pela UFMG, mestre em Educação Física: Recreação em Lazer, pela Unicamp e doutora em Educação pela UFMG. Docente aposentada da UFMG é consultora da Rede CEDES – SNELIS-ME. E-mail: leilamirtesmp@gmail.com

Esta obra foi composta em fonte Garamond
e impressa pela Gráfica o Lutador em papel
Offset 90g (miolo) e Supremo 250g (capa).